



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE
MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO**

IOLANDA PINTO DE FARIA

**“NUNCA PENSEI QUE VOCÊ FOSSE MULHER”:
A CONQUISTA DE CAPITAL CIENTÍFICO PELAS BOLSISTAS DE
PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DA UFBA**

Salvador, Bahia

2021

IOLANDA PINTO DE FARIA

**“NUNCA PENSEI QUE VOCÊ FOSSE MULHER”:
A CONQUISTA DE CAPITAL CIENTÍFICO PELAS BOLSISTAS DE
PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DA UFBA**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia dos Santos Macêdo

Coorientadora: Profa. Dra. Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Salvador, Bahia

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F224 Faria, Iolanda Pinto de
“Nunca pensei que você fosse mulher”: a conquista de capital científico pelas bolsistas de produtividade em pesquisa da UFBA / Iolanda Pinto de Faria. – 2021. 223 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia dos Santos Macêdo
Coorientadora: Profa. Dra. Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

1. Mulheres – Bolsas de estudo. 2. Mulheres – Pesquisa - UFBA. 3. Feminista - Brasil. 4. Identidade de gênero na educação. I. Macêdo, Márcia dos Santos. II. Souza, Ângela Maria Freire de Lima e. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDD: 370.82

A Francisco, Fábio, Rosa e Paulo, por compartilharem,
generosamente, a mãe, a companheira e a filha.

Às minhas tias Zelinda e Helena, em memória, por tanto.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível agradecer a todas as pessoas que participaram desta tese, mas, certamente, sem algumas delas eu não teria chegado aqui. Agradeço, portanto,

A Francisco, fonte inesgotável de amor e compreensão. Nos momentos mais difíceis, foi o desejo de que você lesse esta tese que me permitiu continuar.

A Fábio, por construirmos nossa casa como um espaço para erros e acertos. Obrigada pelo companheirismo, pelas madrugadas de trabalho compartilhadas, por ensinar tanto e por se permitir aprender.

A meus pais, Rosa e Paulo, pelo cuidado, pelo afeto e por respeitarem minha voz desde a mais tenra idade. Ser filha de vocês faz o meu caminhar mais leve.

A Dédalo, meu afilhado, pela doçura e pela maturidade inspiradoras.

Às amigas e aos amigos, que não deixaram me faltar afeto ao longo dessa jornada. São muitos, mas agradeço, especialmente, a Verena, Ianna, Caio, Bethânia, Bruno, Laise e Felipe. O amor de vocês tem sido um combustível importante há muitos anos.

Às minhas tias maternas, pela força, pelos valores e pela militância. Obrigada por fazerem parte do meu cotidiano, por terem me apresentado às práticas feministas e ao desejo por justiça social. À minha tia Otília, por tanto amor e pela bondade infinita.

Aos meus avós maternos e paternos, em memória, cujas histórias me inspiram. A vó Ju e Pai João, em memória, por não terem deixado me faltar colo.

Ao NEIM, a seu corpo docente, ao corpo técnico, às companheiras de debates, reflexões e luta e às amigas Larissa, Raquel e Carolina. Muito obrigada por tudo.

Ao CIGE, espaço generoso de pesquisa e afeto, onde me sinto acolhida nos momentos difíceis e onde construímos dias melhores, fazendo dos dissensos oportunidades de reflexão e aprendizagem.

Ao GAD, que já nasceu como um local de tantas construções.

A todo o ISC, pelo apoio institucional, pelo incentivo e pela torcida. Agradeço, especialmente, às professoras Isabela Pinto, Ana Luiza Vilasbôas, Glória Teixeira, Lígia Vieira e Estela Aquino e às colegas Giselle Chamusca e Inês Bispo.

Ao professor Jairnilson Paim, pela referência, inspiração e incentivos determinantes para a minha escolha pela carreira científica. É um privilégio aprender com você, que vive seus valores desde os pequenos gestos. Obrigada por tanto.

À professora Alda Motta, pelo exemplo, carinho, generosidade e lucidez. Obrigada por desvelar novos caminhos e apontar outros horizontes.

À professora Márcia Macêdo, orientadora deste trabalho, pelo olhar crítico e preciso, pela leitura cuidadosa, pelo amor à pesquisa e pelo companheirismo nesta jornada.

À professora Ângela Freire, coorientadora desta tese, pelo rigor, pelo afeto e por confiar em mim e nesta pesquisa quando hesitei.

À professora Cecília Sardenberg, pelas contribuições inestimáveis ao campo e a esta tese. Obrigada por confiar neste estudo.

À professora Luzinete Minella, pela leitura cuidadosa, pelas críticas e pelo aporte teórico.

Às professoras Leda Gitahy, Maria Margaret Lopes e Carla Cabral, pelas leituras atentas, contribuições relevantes e muitas sugestões de caminhos a serem trilhados a partir desta pesquisa.

Vocês tornaram esse itinerário possível e mais leves os quatro anos dedicados a esta pesquisa. Muito obrigada!

*“O curso de um rio, seu discurso-rio,
Chega raramente a se reatar de vez;
Um rio precisa de muito fio de água
Para refazer o fio antigo que o fez.”*

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

A carreira acadêmica é marcada pelas desigualdades de gênero, que criam distorções relevantes no perfil de pesquisadores/as e, conseqüentemente, no conteúdo das pesquisas realizadas. Devido às especificidades do campo científico e das dinâmicas que lhes são próprias, estamos diante de um mercado de trabalho singular, no qual se tem como objetivo a produção de conhecimento, que se dá num contexto de lutas e disputas pelo monopólio da autoridade científica, reconhecida por pares-concorrentes. Nesse contexto, este trabalho analisa como as condições sócio-históricas de possibilidade, posicionalidades e disposições das bolsistas de produtividade em pesquisa (PQ) do CNPq permitiram a constituição de diferentes trajetórias e estratégias para aquisição de capital científico e, pois, alcance de reconhecimento na carreira acadêmica e, conseqüentemente, de posição de prestígio no campo científico. Assim, a partir da articulação interseccional das categorias analíticas gênero, raça/etnia, classe social e geração, este estudo avalia os dados da UFBA referentes às bolsistas PQ, confrontando-os com os nacionais, produzidos a partir da base de dados da própria agência financiadora, como a Plataforma Lattes, o Centro de Memória e o Programa Mulher e Ciência, e da Plataforma Sucupira - CAPES. Também analisa as trajetórias de vida das bolsistas PQ, resgatadas a partir de seus memoriais, de questionários e de entrevistas em profundidade. Os dados analisados apontaram para flagrante desigualdade de gênero que ainda mantém as mulheres, no período estudado, com cerca de apenas um terço do total de bolsas disponibilizadas, cenário que se agrava quando consideradas cada uma das categorias de bolsas isoladamente. Além disso, indicam que os cruzamentos de diversos sistemas de opressão resultam em trajetórias singulares e distintas que favorecem o ingresso e a progressão de carreira para um conjunto ainda diminuto de mulheres.

Palavras-chave: Campo científico. Interseccionalidades. Bolsistas de produtividade em pesquisa. Gênero e ciências.

ABSTRACT

The academic career is marked by gender inequalities, which create relevant distortions in the profile of researchers and, consequently, in the content of the research carried out. Due to the specificities and dynamics of the scientific field, we have a singular job market, in which the objective is to produce knowledge, which takes place in a context of struggles and disputes for the monopoly of scientific authority, recognized by peer-competitors. In this work, we analyse how the socio-historical conditions of possibility, positionalities and dispositions of productivity in research (PR) grant recipients allowed the constitution of different trajectories and strategies to acquire scientific capital and, as such, recognition in the academic career. Therefore, from the intersectional articulation of gender, race/ethnicity, social class and generation, this study evaluates data from UFBA regarding PR grant recipients, comparing them with national data, generated from the database of the funding agency, such as the Plataforma Lattes, the Centro de Memória and the Programa Mulher e Ciência, and the Plataforma Sucupira – CAPES. We also analyse the life trajectories of PR grant recipients, obtained from their memorials, questionnaires and in depth interviews. The data shows the flagrant inequality of gender that still keeps women, during the studied period, with just a third of the available grants, a scenario that is aggravated when we consider each grant category alone. Additionally, the data indicate that the crossover of the several oppression systems result in singular and distinct trajectories that favor the entrance and progression of a still diminutive set of women.

Keywords: Scientific field. Intersectionality. Research productivity grant. Gender and sciences.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DAS BOLSISTAS PQ PARA OS ESTUDOS DE GÊNERO E CIÊNCIAS	24
1.1 POR ONDE ENVEREDAM AS CRÍTICAS FEMINISTAS ÀS CIÊNCIAS?	26
1.2 UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A TEMÁTICA	32
1.3 CAMPO CIENTÍFICO E RECONHECIMENTO: O QUE É SER BOLSISTA PQ?	44
2 UM OLHAR FEMINISTA E INTERSECCIONAL SOBRE AS CARREIRAS CIENTÍFICAS: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	61
2.1 OBJETIVIDADE CORPORIFICADA: UMA DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA	69
2.2 DELIMITANDO CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA PESQUISA	78
2.2.1 O campo científico pela perspectiva gênero: um diálogo possível	78
2.2.2 Interserccionalidades	85
3 CIÊNCIAS NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA FEMINISTA	100
3.1 PESQUISA NO BRASIL: UM LUGAR (MASCULINO) DE PRESTÍGIO	103
3.2 A RELEVÂNCIA DA POLÍTICA DE BOLSAS DO CNPQ NA CIÊNCIA BRASILEIRA	109
3.3 “AQUELA BAIANA NÃO PODE SER A NOSSA REPRESENTANTE”: A POSIÇÃO POLÍTICO GEOGRÁFICA DE PESQUISADORAS DA UFBA	122
4 MULHERES BOLSISTAS PQ: QUEM E QUANTAS SÃO	132
4.1 UM PANORAMA DOS NÚMEROS DA UFBA	134
4.2 A PARTICIPAÇÃO DE PESQUISADORAS DA UFBA EM DIFERENTES ÁREAS DO CONHECIMENTO	138
4.3 O PERFIL ÉTNICO-RACIAL DAS BOLSISTAS PQ DA UFBA	144

4.4 A ENCRUZILHADA DE GÊNERO E GERAÇÃO	162
5 PARADOXOS E CONTRADIÇÕES EM TRAJETÓRIAS EXITOSAS DE MULHERES NA ACADEMIA	173
5.1 “A SOCIOLOGIA COMO CRIANÇA”: MATERNIDADE E CARREIRA CIENTÍFICA	174
5.2 O ENTRELACE ENTRE A CARREIRA CIENTÍFICA E AS RELAÇÕES CONJUGAIS	184
5.3 “É UM CAFÉ DA MANHÃ, É UM CAFÉ DA TARDE, É UM ALMOÇO”: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE <i>HABITUS</i>	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS	206
ANEXOS	219

As ilustrações entre capítulos são de autoria da cartunista britânica Jacky Fleming. No Brasil, elas foram publicadas em “Qual o Problema das Mulheres?”, editora L&PM, 2018.

APRESENTAÇÃO

A construção desta tese, até mesmo nos momentos em que o trabalho parecia mais árduo, me fez lembrar duas ideias de Umberto Eco (2016) bastante marcantes na minha trajetória como pesquisadora. A primeira delas é que “[...] *fazer uma tese significa divertir-se* [...]” (ECO, 2016, p. 205) e a segunda, de certa forma complementar, é “[...] que a tese pode ser vivida como um jogo, como uma aposta, como uma caça ao tesouro” (ECO, 2016, p. 206). A compreensão dessas duas assertivas do autor foi se revelando para mim ao longo dos anos deste estudo: à medida em que eu delimitava e me aproximava do meu objeto de pesquisa, a sensação de prazer por esse ofício passava a ser um combustível importante para enfrentar os muitos desafios desse caminho.

Certamente, o desafio mais marcante era transformar minhas inquietações, fruto de algumas experiências pessoais dolorosas, em um tema de pesquisa e, a partir disso, construir um objeto de estudo que eu considerasse social e cientificamente relevante. Com formação jurídica e pouca intimidade com a carreira acadêmica, o ingresso na Universidade Federal da Bahia para realizar um trabalho técnico-administrativo foi um fator importante para despertar o desejo pela profissão de pesquisadora. Sob forte influência de cientistas do instituto no qual trabalho, precisamente em 2013, quando as universidades federais ainda consolidavam o sistema de cotas regulado pela Lei n. 12.711/2012, iniciei a pesquisa de mestrado com o intuito de analisar o julgamento da constitucionalidade das cotas raciais implantadas na Universidade de Brasília pelo Supremo Tribunal Federal. Era um estudo ainda fortemente relacionado com o campo do Direito, mas já bastante marcado pelas discussões quanto às desigualdades sociais e à universidade. Entretanto, em diversos

aspectos, foi a reta final da pesquisa o momento definidor da minha trajetória acadêmica.

O primeiro deles diz respeito ao meu próprio objeto de estudo. Com a promulgação da Lei n. 12.990/2014, reformulei meu projeto de mestrado para analisar também as cotas raciais para provimento de cargos efetivos e empregos públicos em instituições federais, discutindo a importância e a complexidade de sua aplicação para os concursos docentes das universidades. É nesse momento que me aproximo, ainda timidamente, dos estudos sociais das ciências e, como segundo aspecto relevante para o caminho que eu passaria a traçar na academia, tenho os primeiros contatos com a produção do sociólogo francês Pierre Bourdieu, primeiramente sobre educação e, um pouco mais para frente, com as noções de campos intelectuais, especialmente o artístico e o científico.

A descoberta dos estudos de gênero e feminismos, terceiro aspecto definidor das minhas escolhas para o doutorado, se deu nesse mesmo período, em 2015, ainda no mestrado. Uma gravidez de alto risco e a reformulação do projeto de mestrado fizeram com que grande parte da escrita da dissertação fosse adiada para o último semestre. Esse cenário se agravou ainda mais com uma separação abrupta e bastante dolorosa e com dois refúgios que exigiam atenção e dedicação constantes: um filho de três meses em um lar inesperada e precocemente monoparental e a gestação de uma dissertação. Se, como Eco (2016) bem caracterizou, fazer uma tese é “divertir-se”, amamentar, dar colo e participar de cada uma das primeiras descobertas de Francisco, meu filho, também foi “divertir-me”. Porém, embora prazerosas, ambas as experiências demandavam muito empenho e encorajaram uma série de reflexões, que hoje me parecem um pouco tardias.

Enquanto engatinhava na construção de uma carreira científica, passei a pensar sobre a maternidade e a imposição de um paradoxo entre ela e a profissão de pesquisadora. Foi a partir dessa fresta que não apenas vesti as lentes de gênero como também verticalizei a análise de outras categorias que sempre me foram caras, como classe social e raça/etnia. Entender a posição das mulheres no campo científico (BOURDIEU, 1983) foi um elemento importante para vivenciar, de modo mais próximo, as interseções que atravessam as vivências das relações de gênero. Dei início a um processo, ainda em construção, de percepção não apenas de como ser

mulher, mãe em um lar monoparental e trabalhadora afetavam a minha carreira acadêmica, mas, sobretudo, de entender como é possível ser pesquisadora nesse contexto, apesar dessas posições serem ainda tão pouco valorizadas no campo científico. Como destrincharei adiante, ao explicitar os objetivos e as bases teórico-metodológicas e epistemológicas deste trabalho, esse processo é constitutivo desta tese e está fortemente influenciado pelas epistemologias feministas, que nos permitem, parafraseando a antropóloga Cecília Sardenberg (2016), desenterrar a *persona* da pesquisadora dos prefácios.

Resumidamente, acredito que pensar sobre as estratégias, os privilégios e as resistências dos quais lanço mão como jovem pesquisadora me fez querer entender como isso vem se dando com as mulheres que alcançaram o topo da carreira científica e driblaram, desse modo, o que discutiremos aqui como o “labirinto de cristal” (LIMA, 2013) imposto às mulheres no campo científico.

Considero relevante explicitar que diversas variáveis têm informado minha leitura do mundo e, conseqüentemente, meu trabalho. Ainda que a consciência e a reflexão acerca de algumas delas tenham se dado ao longo do percurso como pesquisadora, a perspectiva de gênero, marcadamente feminista, vem me orientando, sustentando esta pesquisa, minha formação acadêmica e vida pessoal, de modo muitas vezes indissociável, desde a escolha do Programa de Pós-Graduação e do objeto de estudo. É a partir dessas variáveis que leio minhas experiências, percebo meus privilégios e resisto às opressões às quais sou submetida, consciente do meu poder de agência nesse cenário e, concomitantemente, das estruturas sobre as quais se dão as relações sociais, inclusive as de gênero. Desse modo, ser uma pesquisadora mulher, doutoranda e servidora da Universidade Federal da Bahia me coloca, contraditoriamente, numa posição de proximidade e distanciamento com as bolsistas PQ. Não obstante a condição de doutoranda, que me faz gozar de algum (pouco) prestígio, ser estudante e, especialmente, ser servidora técnico-administrativa de nível médio fazem com que haja uma forte noção hierárquica entre as mulheres participantes desta pesquisa e eu¹. Essas complexidades – além de muitas outras –

¹ Isso apareceu, especialmente, com uma das entrevistadas, docente da unidade em que sou servidora pública e que há poucos anos era minha chefe imediata.

informam a minha posição enquanto pesquisadora e marcam este trabalho, especialmente nas esferas teórico-metodológica e epistemológica.

De certo modo, falar das mulheres na carreira acadêmica – e das mais diversas categorias analíticas que perpassam essa temática, como raça/etnia, classe social e geração – é falar também de mim e, sobretudo, falar de um espaço que compartilho em diferentes posições, como pesquisadora, estudante e servidora técnico-administrativa. Pensar a história de vida de cada uma delas é revisitar a minha própria trajetória pessoal e acadêmica e, obviamente, lidar com questões que me são valiosas, como a maternidade e a relação com meu filho a partir de uma identidade de mulher, mãe, feminista e acadêmica. Como venho apresentando desde as primeiras linhas deste trabalho, não é exagero asseverar que meu objeto de estudo vem sendo construído, conscientemente e inconscientemente, ao longo de toda a minha vida e meu ponto de vista sobre ele é absolutamente implicado.

Além das relações de gênero e profissionais, outros quatro aspectos que entendo centrais na discussão da minha posição de pesquisadora são: raça, condição de classe social, geração e, na questão de gênero, maternidade. Dada a importância dessas categorias de análise, acredito ser indispensável discorrer brevemente sobre cada uma delas, relacionando minha trajetória e minhas experiências com o arcabouço teórico e epistemológico que me orienta. De pronto, afirmo que me debruçar sobre cada uma dessas categorias de forma individualizada – ou parcialmente segmentada – é apenas uma estratégia de escrita, que não nega a indissociabilidade delas, vez que a vivência das relações de gênero e de suas especificidades, por exemplo, não se dá de forma homogênea para todas as mulheres, variando a depender da geração, da classe social e da raça ou etnia. Também nesse sentido, sobre geração, Manuel Jacinto Sarmiento (2005), professor do Departamento de Ciências Sociais da Educação da Universidade do Minho, destaca a relação entre essa categoria de análise e outras.

[...] a geração não dilui os efeitos de classe, de género ou de raça na caracterização das posições sociais, mas conjuga-se com eles, numa relação que não é meramente aditiva nem complementar, antes se exerce na sua especificidade, activando ou desactivando parcialmente esses efeitos. (SARMENTO, 2005, p. 363).

Desse modo, a análise dessas categorias e da importância delas nessa pesquisa não será feita senão com o máximo esforço de trazê-las em sua complexidade e no amplo contexto que envolve, também, as outras categorias. Por isso, o exame do ponto de vista situado (HARAWAY, 1995) e implicado neste estudo será feito a partir da interseccionalidade enquanto ferramenta teórico-metodológica, assumindo que os sistemas de opressão não operam isoladamente, mas de modo imbricado, gerando, com isso, consequências nem sempre previsíveis ou determináveis. Ser uma mulher cisgênero, branca, de classe média, baiana, técnica servidora pública de uma universidade federal, mãe e jovem adulta afetam, de diferentes formas, a minha carreira como estudante e pesquisadora. É sobre isso que tentarei refletir, também inspirada no que Bourdieu (2005) chamou de um “esboço de auto-análise”, no qual não é possível “[...] deixar de lado a formação das disposições associadas à posição de origem, das quais se sabe que, em relação aos espaços sociais em cujo interior elas se atualizam, contribuem para determinar as práticas.” (BOURDIEU, 2005, p. 109).

Durante a minha trajetória de vida, muitos aspectos que hoje entendo importantes na minha formação como mulher feminista se construíram sem que eu necessariamente me desse conta. Sou de uma família do interior da Bahia, família bastante grande e composta majoritariamente por mulheres, a maioria delas solteira e todas emocional e economicamente independentes. Desde a mais tenra idade, escuto, sem perceber a dimensão política daquelas posturas, histórias sobre a força e a agência de minha avó e de minhas tias mais velhas, cujas narrativas precedem, por vezes, o nascimento da minha mãe, a mais nova de catorze filhas/os de meus avós, dois deles falecidos ainda na infância, como era comum naquela época, especialmente no interior rural do estado. Boiadeiro, meu avô ganhava a vida viajando para vender gado em regiões mais distantes, o que fez com que minha avó assumisse não só a criação das filhas e dos filhos, mas, também, a gerência da casa e da família. Minhas tias mais velhas se formaram em “magistério” no interior e lecionaram durante toda a vida. Foi a formação delas que possibilitou que as irmãs mais novas pudessem vir para Salvador, onde cursaram economia e enfermagem e, muito mais tarde, quando eu já estava na adolescência, minha mãe se formou em ciências naturais, na universidade na qual trabalho e desenvolvo esta pesquisa.

Os três únicos filhos homens sempre se mantiveram no interior da Bahia e lá todos se casaram e tiveram filhos. Quanto às nove mulheres, sete vieram morar na capital, duas delas tendo morado fora do país, na Bélgica, por alguns anos, e cinco delas optaram por não ter filhos. Politicamente muito ativas, algumas delas, inclusive a minha mãe, se engajaram nos movimentos estudantis e nos partidos políticos de esquerda proeminentes à época, o Partido dos Trabalhadores – PT e o Partido Comunista do Brasil – PC do B. Quanto à formação acadêmica, apenas uma delas enveredou pela pesquisa, mas sem ingressar profissionalmente na carreira acadêmica. Fez mestrado e doutorado como projetos de formação pessoal e dedicou sua adultez à conciliação entre a carreira de professora secundarista e a política, tendo sido vereadora de Salvador e candidata ao Senado pelo estado da Bahia. Cresci nesse contexto, numa família na qual as mulheres eram o exemplo a ser seguido, elas que ocuparam os espaços públicos, tiveram carreiras exitosas, moraram juntas e construíram, entre elas mesmas, os laços familiares com lares sem a dita importante “presença masculina” de maridos, irmãos, pai ou filhos.

Crescer nessa família e, em especial, com essas mulheres me fez ter contato com práticas feministas antes mesmo de compreender o que isso significava, uma vez que grande parte dos meus desejos e planos estavam marcados pelas vivências das minhas tias e da minha mãe. Apesar de minha trajetória, caracterizada pela atenção às minorias políticas e às pautas voltadas às agendas mais progressistas ou, como nos referimos em nossa família, “mais à esquerda”, foi, como eu disse, viver a maternidade, a fase final do mestrado e uma separação bastante dolorosa concomitantemente que me fez atentar às relações de gênero que, obviamente, eu já vivia, mas não de forma tão intensa – ou nítida aos meus olhos – quanto naquele momento.

A responsabilidade de cuidar do filho cujo pai tornou-se quase que absolutamente ausente me fez refletir sobre o quanto a minha condição de mulher foi relevante para que recaísse sobre mim, psicológica e fisicamente, todos os ônus da escolha pela maternidade. Pensar minha condição de mulher-mãe e minha relação com as outras pessoas a partir desse lugar foram essenciais para que eu pudesse resistir àquele momento, uma espécie de refúgio. Entretanto, isso não se deu sem

uma série de privilégios que facilitaram – ou possibilitaram – essa experiência, notadamente os de classe social e raça.

Se, por um lado, continuar com a carreira acadêmica e concluir a dissertação de mestrado, nesse contexto, foi uma decisão corajosa, por outro lado ela também foi uma decisão privilegiada. Ter uma estrutura que possibilitasse essa escolha está diretamente relacionada à minha condição de classe social, que me garantiu a estabilidade financeira de ser servidora pública, a comodidade de poder morar com meus pais em um apartamento grande o suficiente para uma família mais numerosa e, ainda assim, ter espaço, silêncio e ambiente para redigir uma dissertação e, por fim, o auxílio de ter pai aposentado e mãe servidora pública que puderam participar ativamente dos cuidados com o neto. Além disso, havia um grau de empatia e de acolhimento ao meu redor, demonstrado, sobretudo, pelas pessoas desconhecidas. A minha maternidade solo nunca foi apontada como irresponsável, precipitada ou problemática, como sistematicamente o é a maternidade de mulheres negras de 26 anos, especialmente quando são abandonadas por seus companheiros para que arquem integralmente com os cuidados e os custos de seus/suas filhos/as. A minha dor era vista como uma fatalidade e, portanto, eu era considerada uma vítima, não um estorvo.

É a partir desse ponto de vista que penso meu objeto de estudo, cuja construção – e isso é importante que se frise – não se deu rapidamente. Ele foi costurado a partir da minha trajetória pessoal como pesquisadora e dos meus olhares atentos às relações de gênero na Universidade Federal da Bahia, especialmente no Instituto de Saúde Coletiva, onde trabalho como servidora e no qual são lotados/as treze bolsistas de produtividade nas áreas de Epidemiologia e Saúde Pública, sendo nove mulheres. Entretanto, foram os caminhos que percorri dentro do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM, com as disciplinas cursadas, a participação nos eventos, as orientações e, já no quarto semestre, o ingresso nos Grupos de Pesquisa Ciência, Gênero e Educação – CIGE e, posteriormente, Gênero, Alteridades e Desigualdade – GAD, que refinaram minhas percepções e minhas críticas às desigualdades nas relações de gênero. Esses espaços foram definidores do meu tema de pesquisa, das minhas

referências bibliográficas e, especialmente, das raízes teórico-metodológicas e epistemológicas deste estudo.

Objetivos geral e específicos

Conforme as referências teórico-metodológicas e epistemológicas selecionadas para a realização desta investigação, identifiquei como objetivo geral a análise de como as posicionalidades, disposições e condições sócio-históricas de possibilidade das bolsistas de produtividade em pesquisa CNPq da UFBA permitiram a constituição de diferentes trajetórias e estratégias para aquisição de capital científico e alcance de reconhecimento na carreira acadêmica. Para atingir tal objetivo, pretendemos: a) caracterizar carreiras científicas no Brasil, analisando as dinâmicas das políticas científicas e a presença das mulheres no sistema nacional de ciências e tecnologia; b) relacionar o curso de vida, as posicionalidades e as trajetórias profissionais das bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq na UFBA para compreender, a partir da articulação das categorias analíticas gênero, raça/etnia, classe social e geração, as dinâmicas de sua inserção e progressão na carreira acadêmica²; c) dimensionar a importância de aspectos como conjugalidade, maternidade e *habitus* na construção das suas carreiras científicas; e, por fim, d) analisar o papel dos privilégios e do poder de resistência dessas bolsistas na construção de estratégias para a obtenção de autoridade científica.

Apesar dos mais variados esforços para o afastamento das mulheres da produção científica e, quando vencidos esses obstáculos, para o apagamento de suas experiências, há mulheres ocupando espaços acadêmicos prestigiosos. Isso não se dá, contudo, sem paradoxos e contradições. Usualmente, são os privilégios³ e as estratégias de resistência e de enfrentamento das desigualdades que permitem o acesso de mulheres aos mais diversos locais de prestígio, seja nas carreiras políticas

² Embora fora do escopo deste trabalho, parece ser um tema interessante investigar a inclinação das bolsistas PQ ao desenvolvimento de práticas entendidas como feministas, tendo em vista que algumas das pesquisadoras entrevistadas apresentaram uma visão crítica em relação aos obstáculos enfrentados pelas mulheres no decurso de suas carreiras científicas. Agradeço à Professora Luzinete Minella pelo gentil comentário nessa direção.

³ Privilégios aqui entendidos como as dimensões da vida do sujeito que convergem com os mecanismos de dominação e exclusão que moldam as instituições e relações sociais.

no sentido estrito (WRIGHT; SILVA, 2016), na vida social particular/privada⁴ ou, como é objeto do presente estudo, na carreira acadêmica.

Desse modo, tendo em vista que as produções acadêmicas que dialogam com este trabalho têm priorizado o estudo das causas e das opressões que dificultam ou impedem o ingresso e a ascensão das mulheres nas carreiras científicas (LIMA, 2013), proponho o caminho inverso, mas complementar, na tentativa de compreender quais são as estratégias e os privilégios mobilizados pelas bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq que compõem o quadro de pesquisadoras da UFBA para obtenção de autoridade científica frente às exigências inerentes à construção e à consolidação de suas trajetórias no campo científico.

A partir da premissa de que as mulheres, mesmo nos contextos mais diversos, possuem agência e são capazes de desenvolver estratégias de enfrentamento aos empecilhos que lhes são impostos, a investigação da experiência dessas pesquisadoras é, pois, um estudo de exceção. Participam desse estudo pesquisadoras que possuem trajetórias profissionais exitosas e reconhecidas, ainda que não imunes a constrangimentos e percalços. Assim, entendendo que as carreiras científicas são marcadas pelas dimensões interseccionais de gênero, raça, classe e geração em um determinado contexto histórico e regional, que, mobilizadas, modulam diferentes cursos de vida, favorecendo ou dificultando trajetórias profissionais científicas, acreditamos que a conquista da autoridade científica pelas bolsistas PQ se dá a partir de articulação entre privilégios e estratégias de resistência.

Para tanto, a UFBA foi a instituição escolhida para representar o campo científico brasileiro nesta pesquisa, especialmente por ser uma universidade brasileira importante, com grande destaque nas regiões norte e nordeste, como veremos adiante. Além disso, ela possui dados relativos à participação de mulheres entre bolsistas PQ em consonância com a realidade global do país. Nela, as mulheres ainda

⁴ Quanto à separação entre os espaços público e privado, tema de grande complexidade e que não será suficientemente abordado neste trabalho, é importante ressaltar que uma das demandas dos movimentos feministas foi borrar essa dicotomia, reivindicando, além da efetiva participação das mulheres nos espaços públicos, o caráter político das questões tidas como pessoais (ABOIM, 2012; OKIN, 2008; SARDENBERG, 2018). Entretanto, essa separação parece fazer muito mais sentido para a realidade das mulheres brancas de classes sociais privilegiadas, uma vez que às mulheres negras não foi reservado o espaço privado, tendo elas ocupado espaços semelhantes aos dos homens negros, seja como escravizadas, seja no trabalho autônomo ou doméstico, sempre precários e mal remunerados (DAVIS, 2016).

são minoria (38,5%) dentre bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. Para entender quais fatores permitiram que as pesquisadoras da UFBA contempladas por bolsas PQ construíssem trajetórias exitosas e conquistassem prestígio na carreira acadêmica, será analisado o curso de vida das 79 (setenta e nove) pesquisadoras, que, em setembro de 2018, compõem o quadro de bolsistas PQ da instituição, seja por meio dos dados disponibilizados pelas agências CNPq e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), dos memoriais para promoção à classe de professoras titulares, da aplicação de questionário ou das entrevistas em profundidade. A análise das trajetórias dessas pesquisadoras será feita de modo contextualizado com o cenário nacional, por meio dos dados quantitativos referentes aos anos de 2001 a 2015, produzidos a partir do banco do próprio CNPq, esteado no conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2004) enquanto uma ferramenta teórico-metodológica e nas noções de campo científico e capital simbólico (BOURDIEU, 1983).

Estrutura da Tese

A tese é composta por cinco capítulos. O primeiro destaca a importância da análise do curso de vida das bolsistas PQ para os estudos feministas de gênero e ciências, situando críticas feministas às ciências e o contexto histórico no qual estão inseridas. Esse capítulo traz ainda uma revisão de literatura concisa sobre a temática e localiza a importância do *status* de bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq no campo de científico, salientando o capital simbólico de reconhecimento que é inerente à concessão da bolsa.

No segundo capítulo, expomos as bases epistemológicas e teórico-metodológicas deste trabalho, lançando sobre a carreira científica olhares feministas. É aqui que apresentamos a epistemologia feminista perspectivista, a objetividade corporificada e a opção por uma pesquisa que conjugue a análise de dados quantitativos e qualitativos. Analisamos, também, o campo científico sob a perspectiva de gênero e, finalmente, delimitamos a noção de interseccionalidades.

O terceiro capítulo, por sua vez, traz uma análise do campo científico no Brasil, desde a sua caracterização enquanto um lugar de prestígio ocupado historicamente por homens à relevância do CNPq e da política de bolsas da agência no

desenvolvimento científico do país. É também neste capítulo que salientamos a importância da posição político geográfica de pesquisadoras da UFBA em suas carreiras científicas e colocamos sobre a mesa a heterogeneidade e a desigualdade do campo científico no Brasil e no mundo.

A quarta parte deste trabalho é dedicada, especialmente, à análise dos dados quantitativos da pesquisa. Além de oferecermos uma visão panorâmica do número de mulheres e homens contemplados com bolsas de produtividade na instituição, analisamos sua distribuição pelos programas de pós-graduação e nas diversas áreas de conhecimento, traçamos o perfil étnico-racial dessas bolsistas e, ainda, discutimos a heterogeneidade das bolsistas PQ da UFBA a partir da encruzilhada entre gênero e geração.

O quinto e último capítulo se destina à análise das trajetórias exitosas dessas mulheres na academia. Discutimos os aspectos que possibilitaram o ingresso e a ascensão delas no campo científico, atentas aos paradoxos e às contradições constitutivos desse processo, destacando a importância de conjugalidade, maternidade e *habitus* para a contínua construção de carreiras científicas. Nas considerações finais, sintetizamos os pontos mais importantes da discussão, retomando noções centrais da pesquisa e alguns dos resultados. Além disso, são apontadas algumas questões que possam fazer avançar essa discussão no campo de estudos feministas de gênero e ciências.

As mulheres que estudavam
ciências também enfrentavam
outros obstáculos, como o
diâmetro de suas grandes saias.



Já falei que eram emotivas demais?

1 A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DAS BOLSISTAS PQ PARA OS ESTUDOS DE GÊNERO E CIÊNCIAS

A despeito da ocorrência de transformações em razão de sexo no universo do trabalho remunerado e, em particular, das profissões, não é demasiado afirmar que a persistência das desigualdades de gênero⁵, que insistem em afetar as carreiras das mulheres nas mais distintas profissões, continuam atingindo as mulheres cientistas de modo específico. Isso porque, além da dificuldade para o ingresso nesse campo de atuação, as pesquisadoras encontram uma série de obstáculos – evidentes ou não – para permanecerem e, sobretudo, para progredirem nas carreiras acadêmicas⁶. Simbólicos ou materiais, esses empecilhos constituem o que Betina Stefanello Lima (2013) denomina de labirinto de cristal, que “[...] tanto simboliza os diversos obstáculos dispostos na trajetória científica feminina quanto apresenta suas variáveis consequências, tais como: desistência de uma determinada carreira, sua lenta ascensão e estagnação em um dado patamar profissional” (LIMA, 2013, p. 886).

Assim, se podemos afirmar que a participação das mulheres na academia é bastante limitada, essa desigualdade se torna ainda mais evidente quando tratamos das bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, as bolsistas PQ – isso porque, acima de tudo, ocupam um lugar de grande prestígio dentro de uma carreira que, por si só, tem bastante destaque no mercado de trabalho, não apenas pela remuneração

⁵ Apesar da sua multiplicidade, este trabalho emprega a categoria gênero no seu sentido binário e relacional (homens e mulheres). Além de ser o sentido utilizado pelas bases de dados consultadas, a discussão acerca das possíveis diversidades nas identidades de gênero das bolsistas PQ não está no escopo deste trabalho. Agradeço à professora Luzinete Minella por salientar a importância desta explanação.

⁶ Embora reconheçamos que os conceitos de carreiras científica e acadêmica não se confundem, seja porque há carreiras científicas fora da academia, seja porque nem todas as carreiras acadêmicas são científicas, esse trabalho, tendo em vista o seu objeto, utilizará as duas expressões como sinônimas.

econômica e estabilidade, mas, em especial, pelo reconhecimento de autoridade e capital simbólico. Como veremos adiante, as mulheres são menos de 39% de bolsistas PQ vinculados à UFBA, distribuídas de modo heterogêneo, tanto em relação às áreas de conhecimento e, conseqüentemente, aos programas de pós-graduação, quanto em relação às categorias e aos níveis de bolsa. Além de serem ainda mais sub-representadas enquanto docentes permanentes de diversos programas da UFBA⁷, as mulheres também se mantêm nos níveis mais baixos da bolsa PQ, sendo 70% delas contempladas com bolsas da categoria PQ-2⁸.

Esses dados estão em consonância com outras pesquisas que apontam que as “desigualdades de gênero são especialmente flagrantes nas últimas etapas da carreira acadêmica quando o 'vazamento' de cientistas do sexo feminino para fora do mundo acadêmico é muito maior do que o dos homens.” (ASTEGLIANO *et al.*, 2019, p. 2, tradução nossa). Entretanto, estudos sobre a participação das mulheres na produção científica ainda são incipientes, sobretudo no Brasil, onde, segundo Roberto Paulo Machado Lopes (2018, p. 421), “[...] embora crescente, são poucos e dispersos os trabalhos que abordam especificamente a participação das mulheres em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D).” É somente a partir dos anos 1980 que a literatura sobre gênero na ciência passa a ser discutida por estudiosos/as de diferentes áreas do conhecimento, tornando-se, em pouco tempo, “[...] uma linha de pesquisa de múltiplas abordagens” (LETA, 2003, p. 272). Entretanto, apesar da importante inclusão de mulheres no corpo discente dos cursos de pós-graduação em sentido estrito – mestrado e doutorado –, “[...] as assimetrias persistem na participação de mulheres coordenando os grupos de excelência, os institutos nacionais e entre os bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq” (LOPES, 2018, p. 423).

⁷ Elas são, por exemplo, 21% das docentes em Ciências da Computação e Contabilidade, 30% em Direito e em Medicina e saúde, 20% em Ecologia e Engenharia Elétrica, 27% em Economia, 26% em Energia e Ambiente, 25% em Engenharia Industrial, 15% em Física e em Geofísica, 23% em Matemática e apenas 9% Mecatrônica.

⁸ O CNPq classifica, em ordem crescente, as bolsas de produtividade em pesquisa em duas categorias: PQ-2 e PQ-1. A categoria PQ-1, por sua vez, possui quatro níveis: PQ-1D, PQ-1C, PQ-1B, PQ-1A, sendo a bolsa PQ-1D de nível mais baixo e a PQ-1A de nível mais alto. Além dessas categorias, há a bolsa de produtividade em Pesquisa Sênior (PQ-SR), que, por conta de suas especificidades, como a necessidade de o/a pesquisador/a ter permanecido no sistema por pelo menos quinze anos, consecutivos ou não, nas categorias PQ-1A ou PQ-1B, não foi objeto deste estudo, embora a UFBA tivesse três bolsistas PQ-SR em 2018, todos eles do sexo masculino. Outro nível também excluído deste trabalho é o PQ-2F, por ter tido vigência limitada a cinco dos anos aqui analisados (2009-2013).

Nesse sentido, as explicações quanto à sobrecarga de trabalho doméstico e da dupla ou tripla jornada, com maternidade, matrimônio etc., inobstante serem incontestavelmente relevantes, não dão conta da complexidade do sistema de exclusão que reduz a casos pontuais o alcance, pelas mulheres, do topo da carreira acadêmica. Mesmo com o percentual razoável – ainda que não satisfatório ou equitativo – de mulheres que integram o conjunto dos corpos discente e docente das instituições de ensino brasileiras, é alarmante o diminuto número de bolsistas PQ. Daí, pois, a importância de entender quem são essas mulheres que romperam o teto de vidro ou, como preferimos, atravessaram o “labirinto de cristal”. Para tal, primeiramente, entendendo o perfil delas, a partir dos dados quantitativos obtidos por meio dos currículos Lattes, Plataforma Sucupira, sítio do CNPq e na Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas da UFBA, e, posteriormente, em estudo qualitativo, analisando suas trajetórias de vida e as estratégias utilizadas por elas para construir uma carreira exitosa.

O olhar sobre a temática se dá a partir de epistemologias feministas, sob o fundamento de que todo conhecimento é situado, e, mais precisamente, a partir das críticas feministas à ciência e da construção de ciências com perspectivas feministas. É fundamental entender que o androcentrismo tem, historicamente, produzido conhecimentos reconhecidos como científicos, mas que, muitas vezes, agravam as hierarquias sociais, incluindo as de gênero, como bem explica Cecília Sardenberg (2002). É por este motivo que propomos uma leitura dos dados obtidos neste estudo que privilegie um olhar crítico das teorias feministas sobre as relações de gênero nas carreiras acadêmicas. Para tanto, apresentaremos neste capítulo uma modesta discussão acerca das críticas feministas às ciências e uma revisão de literatura concisa sobre a temática, discutiremos o *status* de bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, introduzindo os conceitos bourdieusianos de campo, capital e autoridade científicos, e defenderemos a importância da análise desse objeto a partir do enlace entre as estruturas sociais e as estratégias construídas pelas bolsistas de produtividade em pesquisa para a construção de carreiras científicas bem sucedidas.

1.1 POR ONDE ENVEREDAM AS CRÍTICAS FEMINISTAS ÀS CIÊNCIAS?

A análise de como a articulação de um conjunto de fatores constroem diferentes trajetórias e, sobretudo, possibilitam o uso de estratégias de resistência e dos

privilégios para a aquisição de capital científico pelas 79⁹ bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq lotadas na UFBA é o objeto deste trabalho. A conquista de prestígio na carreira acadêmica, fortemente relacionada ao reconhecimento pelos pares-concorrentes, não é tarefa fácil para as mulheres, que têm contra si (ou temos contra nós) um caminho bastante tortuoso e cujas barreiras exigem acuidade, pois estamos postas, desde os primeiros momentos de socialização, em um “labirinto de cristal” (LIMA, 2013). Reconhecendo que isso se dá de modo complexo, com nuances e, por vezes, contradições, a análise desses fatores passa pelo estudo da gênese social do objeto e, também, do contexto do campo no qual ele se insere, que é no bojo de uma série de produções sobre mulheres e ciência, especialmente no Brasil.

A participação da mulher na produção de conhecimento científico não é recente e sobre o tema há diversos trabalhos que resgatam a trajetória e a relevância de algumas dessas cientistas, seja individualmente¹⁰, seja elencando um rol extenso de mulheres, como na análise da concomitância entre a revolução científica e a “caça às bruxas”, feita pela historiadora das ciências sul-americana Lucia Tosi (1998). Com trabalhos bastante relevantes sobre o tema, não pretendo aqui retomar a importância de cada uma dessas pesquisadoras, nem dessas produções, mas revisitar, brevemente, os campos do conhecimento denominados de “gênero e ciência” e “mulheres na ciência”, para entender como se deu, ao longo dos anos, a investigação sobre essa temática, buscando, sobretudo, quais lacunas entendo importantes para a compreensão das relações de gênero nas carreiras científicas.

Para tanto, valho-me da crítica feminista às ciências, que desde a década de 1960 vem desvelando o “[...] viés androcêntrico subjacente às diferentes áreas de conhecimento”, como afirmam Cecília Sardenberg e Luzinete Minella (2016, p. 8). De acordo com as autoras,

Essa crítica feminista tem se voltado tanto para a constituição e estrutura das Ciências, quanto para o conhecimento produzido e as epistemologias tradicionais que lhes dão sustentação, apontando para as diferentes instâncias e maneiras em que gênero tem se constituído

⁹ Uma minoria de 38,5%, que reflete a realidade do cenário nacional.

¹⁰ A exemplo dos trabalhos que destacam as contribuições de Chien Shiung Wu para a teoria quântica (MAIA FILHO, 2018), os aspectos da vida e da obra de Khäte Schwarz (BLAY, 2010) e a atuação política de Bertha Lutz (LOPES, 2006).

como fator operante na construção do saber. (SARDENBERG; MINELLA, 2016, p. 8)

Elas destacam, apresentando o pensamento de Londa Schiebinger (2001), que “[...] gênero tem sido um fator preponderante nas ‘culturas da Ciência” (SARDENBERG; MINELLA, 2016, p. 9). Para a historiadora das ciências da Universidade de Stanford, as ciências não são neutras e foram assim constituídas a partir da exclusão das mulheres e, também, de outros grupos subjugados, seja por sua orientação sexual, raça ou classe social (SCHIEBINGER, 2001). Essas exclusões, assevera a autora, geraram consequências para o conteúdo das ciências, tendo isso se dado em diferentes graus a depender das áreas de conhecimento. Algumas delas, como física e matemática, tidas como mais complexas e masculinas, se forjaram com uma exclusão ainda maior das mulheres. Nesse sentido, Schiebinger (2001) salienta que, ao contrário do que pode parecer, não é a diferença biológica entre homens e mulheres que determina a desigualdade na participação delas nas ciências denominadas de exatas, mas a cultural. Indo um pouco além, podemos afirmar que a própria construção do que se entende como “diferença biológica” se dá no âmbito cultural, não sendo possível que se determine quais características, sejam elas físicas, psíquicas ou comportamentais, são inerentes aos homens e às mulheres.

Assim, inobstante os feminismos terem trazido mudanças às ciências, é preciso que isso se dê sem o reforço dos estereótipos relacionados à sensibilidade ou à delicadeza das mulheres, por exemplo. Defender que nós ocupemos os mais diversos espaços e, no campo acadêmico, desenvolvamos nossas carreiras nas áreas de conhecimento tidas como “masculinas”, como as engenharias, a física e a matemática, não significa que é (só) a partir de nós que essas áreas devem se remodelar, atentando-se para questões que extrapolam seus conteúdos tradicionais.

Tentativas de remodelar a ciência adicionando-lhe traços tradicionalmente femininos podem ser tentadoras: elas criam projetos de imediata afirmação de vida, seduzindo com visões de como as coisas poderiam ser diferentes. A tentativa de ligar o bom e o belo às mulheres, contudo, pode alienar desnecessariamente homens congeniais. Stephen Jay Gould, por exemplo, fez objeções às reivindicações de Keller de uma “sensibilidade para com o organismo” vista em McClintock, argumentando que cientistas homens também “empatizam” com seus objetos e que pouca coisa no método supostamente “feminista” é específica às mulheres. Estereótipos fáceis referentes às mulheres e a qualidades “femininas” podem se revelar desnecessariamente divisivos.

Existem, por certo, métodos alternativos de conduzir pesquisa, mas eles não estão diretamente relacionados a sexo ou a traços supostamente femininos. Em muitas instâncias o feminismo avançou através do uso de métodos-padrão de estudo. Uma historiadora, por exemplo, pode colocar novas questões, mas respondê-las usando métodos históricos padrão, tais como pesquisa em arquivos, análise textual, demografia e comparação de evidência. Ou uma historiadora pode projetar novos métodos de responder novas questões. (SCHIEBINGER, 2001, p. 29)

Ademais, as críticas feministas às ciências formam um arcabouço teórico complexo, uma vez que os feminismos seguiram múltiplos caminhos, alguns deles complementares e outros contraditórios, gerando diversas tensões entre as/os próprias/os teóricas/os desse campo de conhecimento. Num movimento menos linear do que descreveremos por uma questão didática, as pautas feministas atravessaram diversos momentos, assumindo em cada um deles naturezas distintas. Se até os anos 1950 o foco estava na denúncia das desigualdades entre homens e mulheres, a partir dos anos 1960/1970 essa denúncia ganhou um caráter mais politizado, embora em ambos os períodos se tenha adotado, majoritariamente, um conceito universal de mulher, que contemplava a experiência e as demandas das mulheres brancas de classes sociais privilegiadas.

É apenas a partir das décadas de 1970 e 1980 que a reflexão quanto à heterogeneidade da categoria mulher ganha importância nas pautas feministas, o que não significa que muitas mulheres que estavam à margem dos movimentos de mulheres não estivessem questionando e apontando suas condições pessoais e coletivas, como Sojourner Truth, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres, que, já no século XIX, salientava as particularidades da experiência das mulheres negras estadunidenses.

O discurso “Não sou eu uma mulher?”, de Sojourner Truth, teve implicações ainda mais profundas, já que, ao que parece, também era uma resposta às atitudes racistas das mesmas mulheres brancas que posteriormente louvaram sua irmã negra. Não foram poucas as mulheres reunidas em Akron que inicialmente se opuseram a que as mulheres negras tivessem voz na convenção, e os opositores dos direitos das mulheres tentaram tirar vantagem desse racismo. (DAVIS, 2016, p. 72)

Essas tensões e disputas também se refletiram nos estudos sobre a participação das mulheres nas ciências, pois o acesso às carreiras científicas, mesmo

para os homens, traz aspectos de raça e classe social bastante marcados e, nesse sentido, são muitas as questões que atravessam esse tema. Uma delas, certamente, diz respeito à própria noção de ciência(s), que era suficientemente excludente para contemplar apenas fazeres científicos de um grupo limitado de pessoas. Restringia-se não apenas quais conteúdos eram tidos como científicos, mas, conseqüentemente, quais pessoas seriam consideradas cientistas.

Outra questão importante e derivada dessa é que muitas das mulheres estudadas e biografadas, além de possuírem perfis raciais e sociais semelhantes aos dos homens cientistas da época, exerciam funções coadjuvantes nas atividades de pesquisa e, comumente, tinham relações de parentesco ou amorosas com cientistas e suas contribuições ficavam à sombra das carreiras desses homens (ROSSITER, 1993). Na astronomia, por exemplo, “[...] foram admitidas na condição de esposas ou parentes de astrônomos reconhecidos e obrigadas a ocupar posições secundárias.” (TOSI, 1998, p. 384).

O protagonismo científico é negado às mulheres durante grande período da história das ciências e, ainda que diferentemente, remanesce no fazer científico contemporâneo. É o que aponta o amplo estudo realizado em 2019 com o objetivo de medir quantitativamente a cultura dos seminários em Economia em 468 palestras realizadas em renomadas instituições, incluindo diversas da *Ivy League*, *MIT*, *Stanford* e a *London School of Economics*. Para a economista francesa radicada na *Stanford University*, Pascaline Dupas, e as/os coautoras/es desse estudo, é notória a diferença de como apresentadores/as homens e mulheres são tratados/as durante os seminários de economia: as mulheres recebem mais perguntas durante os seminários e essas questões são frequentemente mais paternalistas ou mais hostis (DUPAS *et al*, 2021). Concluem também que essa distinção de tratamento é uma potencial explicação para a sub-representação de mulheres em níveis sênior da profissão de economia.

Ocorrências semelhantes foram observadas nas experiências trazidas por algumas das participantes desta pesquisa. Iana, por exemplo, contou que organizou com um colega de departamento (e orientador de mestrado) um congresso latino-americano em 2003. Nessa ocasião, enquanto vice-coordenadora do evento, ela ficou encarregada de fazer a comunicação com os participantes por e-mail. Ela conta:

Como era tudo em inglês, a gente tinha dificuldades, não era automático você ter alguém que fizesse. E aí, quando chegou no dia do evento que chegou um pesquisador mexicano, ele olhou para mim e eu me apresentei e ele disse "nunca pensei que você fosse mulher". Foi curiosíssimo aquilo. O [meu] nome, realmente, é um nome estranho, que não se sabe se é de homem ou de mulher, mas por que que ele nunca pensou que eu fosse mulher? Ele causou algum prejuízo a alguém diretamente com aquela frase? Não, mas aquela frase é simbólica e revela um inconsciente muito ruim. Por que não poderia ser mulher? (Iana)

Esse estranhamento desvela a expectativa de que um evento internacional, sobretudo em uma área majoritariamente composta por homens, seja coordenado por pessoas do sexo masculino. Entretanto, também observamos experiências parecidas em outras áreas. Sônia, bolsista PQ-1B em uma área com grande participação de mulheres, vivenciou uma situação academicamente atípica: ela foi interrompida durante a apresentação de um seminário para o qual foi convidada. Além da interrupção, o pesquisador lhe questionou sobre a autoria do trabalho, atribuindo-o a outro bolsista de produtividade de sua instituição, que sequer trabalhava com a temática.

Como mulher, eu já tive aqueles fenômenos do homem interromper. Você já viu alguém interromper um palestrante em um congresso? Em um seminário? [...] foi um seminário em São Paulo, organizado pelo MUSA, que eu estava apresentando um esquema que eu tinha feito, me convidaram para eu falar sobre avaliação nas políticas de gênero etc. e eu tinha um esquema que eu tinha feito [...]. Aí, no meio da minha fala, eu fui interrompida por um pesquisador que disse assim: "esse esquema não é de Paulo [nome fictício]?". Paulo não tinha nada a ver com isso. Quer dizer, era um esquema que estava tão bem arrumadinho que devia ser de Paulo. (Sônia, branca, PQ-1B)

Questionamentos dessa natureza também foram feitos a outras pesquisadoras. Fabiana, cuja dissertação de mestrado teve grande impacto na área, tendo sido contemplada por edital e publicada em uma instituição prestigiosa do país, compartilhou que lhe perguntaram diversas vezes se seu orientador – pesquisador PQ-1A internacionalmente conhecido – havia escrito o texto com ela.

Colegas que diziam assim, principalmente quando eu comecei a carreira: "mas não foi o professor Francisco [nome fictício] que escreveu a quatro mãos essa dissertação de mestrado?" E eu dizia: "não, não foi...". Era uma certa desconfiança acerca da minha capacidade de produzir ciência, que eu acho que hoje já não há... depois de muito tempo, ninguém tem mais coragem de falar assim na lata. (Fabiana, negra, PQ-2)

Para Fabiana, é muito mais difícil para as mulheres “bancarem a aposta” na carreira acadêmica do que para os homens e isso ganha novos contornos quando observamos as experiências das mulheres negras. Nesses casos, a escusa do reconhecimento é ainda mais costumaz, especialmente porque as noções de erudição, saber, ciência e conhecimento relacionam-se, intimamente, com a autoridade racial, como ressalta a teórica Grada Kilomba (2019).

[...] o centro ao qual me refiro aqui, isto é, o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas *negras*. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os *brancas/os* têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “*Outras/os*” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao *sujeito branco*. Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/as, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro. (KILOMBA, 2019, p. 50-51).

Também nesse sentido, a socióloga estadunidense Patrícia Hill Collins (2019) assevera que o apagamento dos conhecimentos produzidos pelas mulheres negras facilita a subjugação delas e é determinante para sustentar as desigualdades sociais. Assim, é na interseção entre raça, classe social e gênero que as mulheres negras são sistematicamente enxotadas da academia, figurando como exceção mesmo nos grupos subalternizados.

Os acadêmicos geralmente falavam da experiência negra quando na verdade estavam se referindo somente à experiência dos homens negros. Significativamente, descobri que, quando se falava das “mulheres”, a experiência das brancas era universalizada como representação da experiência de todo o sexo feminino; e que, quando se mencionavam os “negros”, o ponto de referência eram os negros do sexo masculino. (hooks, 2017, p. 163).

Desse modo, o que notamos é que as críticas feministas às ciências são heterogêneas e complexas. Elas não se restringem às questões de gênero, mas abrangem, também, os aspectos raciais e, outras vezes, sociais, geográficos e geracionais da produção científica.

1.2 UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A TEMÁTICA

Há relativo consenso sobre a ciência, no singular, ser entendida, historicamente, como uma atividade de homens (LETA, 2003). A desconstrução desse

sofisma passa por um processo árduo, paulatino e insistente dos estudos de gênero e, mais especificamente, dos estudos de gênero e ciências, estruturados, preponderantemente, como área de especialidade de outras áreas dominantes nos estudos de ciências, como filosofia e história das ciências (SCHIEBINGER, 2001). De difícil acesso e excluída das discussões centrais das ciências, “A literatura sobre gênero e ciência está dispersa pela academia e, com frequência, escrita no dialeto de uma disciplina particular.” (SCHIEBINGER, 2001, p. 20).

Embora haja publicações que discutam e sistematizem a participação das mulheres nas ciências desde o início do século XX, é apenas a partir dos anos 1980 que a literatura sobre gênero e ciências passa a ter destaque na academia (LETA, 2003). No Brasil, essa literatura é mais embrionária e dispersa, tendo avançado, especialmente, nos últimos anos. Analisadas as expressões “gênero e ciência(s)” e “mulheres na(s) ciência(s)”, a produção científica nessa área aumentou de 103, entre os anos de 2000 e de 2004, para 1540, nos anos 2015 a 2019. Esse crescimento substancial aponta para a expansão e consolidação da área.



Gráfico 1.1 – Número de publicações no Brasil sobre “gênero e ciência(s)” e “mulheres na(s) ciência(s)” nos anos de 2000 a 2019. Fonte: Google Acadêmico. Elaborado pela autora (2021).

Obtidos no Google Acadêmico¹¹, esses dados apresentados no gráfico 1.1, ainda que aproximados, exprimem um aumento em quase quinze vezes do número

¹¹ O Google Acadêmico é um sistema do Google que permite busca rápida e aproximada de produções acadêmicas (artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros etc.) a partir do uso de palavras ou expressões contidas nas publicações, ainda que não contempladas no título ou nas palavras-chaves.

de publicações sobre a temática no Brasil nos últimos vinte anos. Essa expansão, que engloba também a publicação de traduções de textos de autoras não brasileiras, se deu progressivamente, acentuando-se a partir do ano de 2015, mais especificamente a partir de 2016, quando houve 279 publicações sobre o tema, um aumento de 47% em relação ao ano anterior, percentual maior do que o aumento total entre os anos de 2016 a 2019 (34%). O aumento do uso das expressões “gênero e ciência”, “gênero e ciências”, “mulheres na ciência” e “mulheres nas ciências” é nítido ao longo de duas décadas (2000-2019), tendo sido mais significativo no último intervalo analisado (2015-2019).

Ainda nesse período, o crescimento do uso desses termos não se deu homogêneo, tendo havido um aumento exponencial no uso da expressão “mulheres na ciência”, conforme bem demonstra o gráfico abaixo. Embora não esteja contemplada no objetivo deste estudo, uma análise aguçada quanto ao avanço significativo no uso de “mulheres na ciência” como palavra-chave dentro da área parece ser uma discussão relevante, que pode elucidar algumas dinâmicas do campo, mormente nos últimos dez anos.

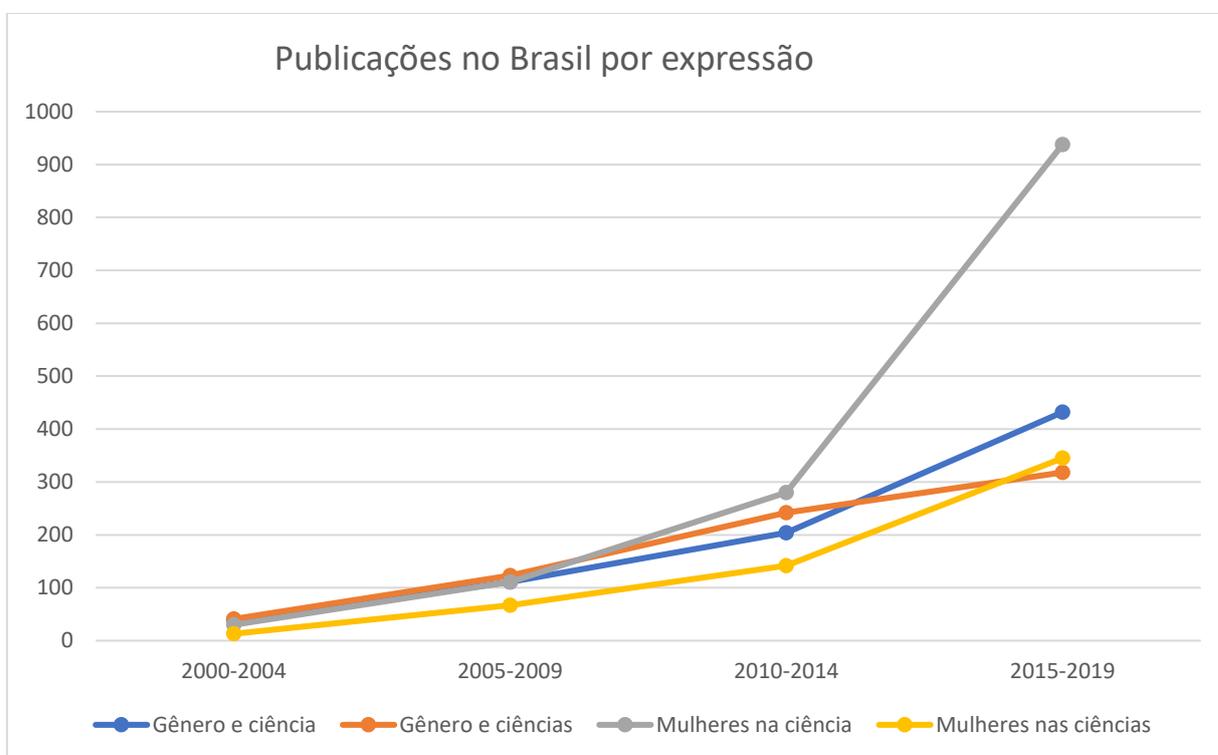


Gráfico 1.2 – Publicações no Brasil sobre “gênero e ciência”, “gênero e ciências”, “mulheres na ciência” e “mulheres nas ciências”, separadamente, nos anos de 2000 a 2019. Fonte: Google acadêmico. Elaborado pela autora (2021).

Tendo em vista o relevante aumento de publicações no Brasil nessa área, doravante nomeada de “gênero e ciências”, englobando, genericamente, as quatro expressões, é preciso situar esse fenômeno dentro do campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos. Para tal, tomamos o termo “feminismo”, com 23.100 citações no período, como parâmetro para a análise do campo. A escolha se deu pela preponderância do uso desse termo em relação a outros que também representam o campo, como “feminismos”, “estudos de gênero” e “estudos feministas”, respectivamente com 10.700, 15.000 e 15.900 citações.

O que foi possível notar é que, no período analisado, há uma importante expansão de todo o campo, com um aumento de publicações científicas tanto sobre feminismos e estudos de gênero, quanto sobre gênero e ciências, ainda que em escalas bastante diferentes, o que é esperado pela própria abrangência do termo “feminismo”. Mais precisamente, nos últimos dez anos analisados, o campo de estudos de gênero, mulheres e feminismos, de modo geral, e a área específica de estudos sobre gênero e ciências foram objetos de muito mais produções acadêmicas do que eram até então, o que fica evidente nos dados produzidos a partir do Google Acadêmico.

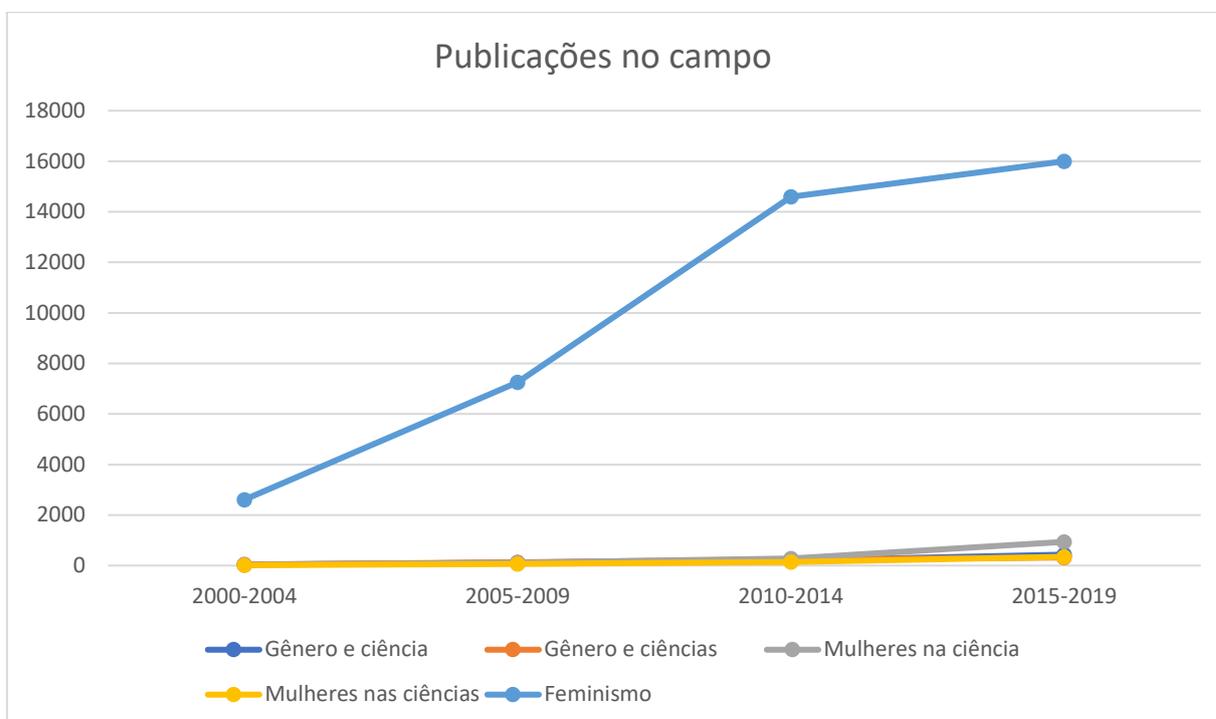


Gráfico 1.3 – Publicações no Brasil sobre gênero e mulheres na(s) ciência(s) e no campo dos estudos sobre gênero, mulheres e feminismos nos anos de 2000 a 2019. Fonte: Google acadêmico. Elaborado pela autora (2021).

Inobstante o crescimento acentuado do campo como um todo e da área específica de gênero e ciências, isso não se deu de modo linear, isto é, no mesmo período e com a mesma taxa de crescimento. O que foi observado é que a expansão do campo se deu principalmente há dez anos, entre os intervalos 2005-2009 e 2010-2014, enquanto o crescimento dos estudos sobre gênero e ciências, embora em gradual avanço durante as duas décadas, tem seu grande desenvolvimento nos últimos 5 anos analisados, quando sai de 624 publicações quinquenais para 1540 produções no mesmo intervalo de tempo.

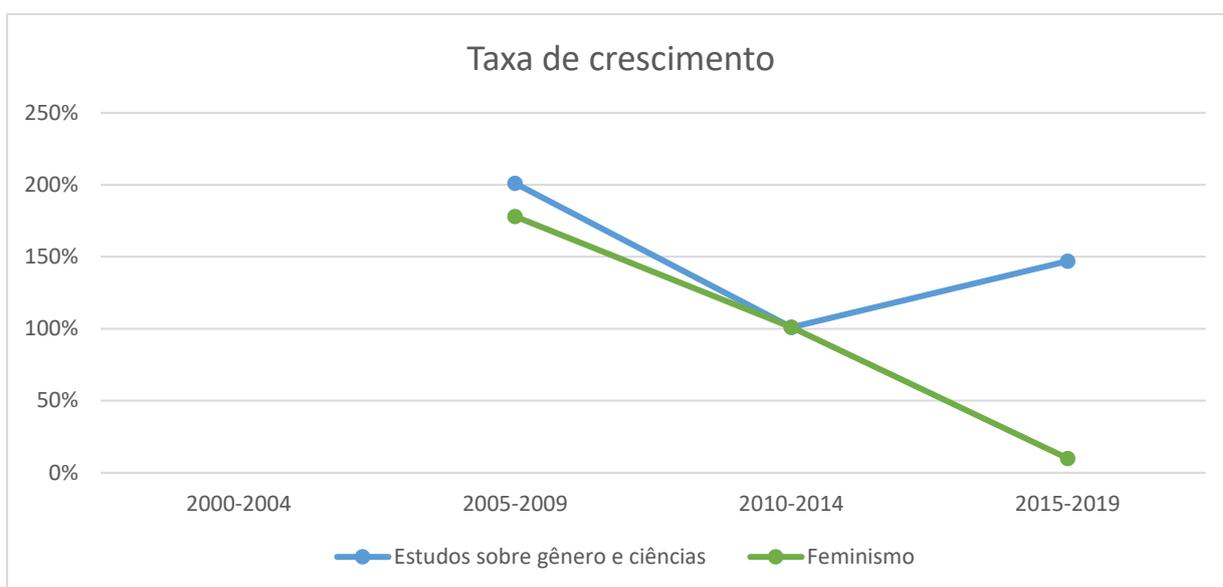


Gráfico 1.4 – Taxa de crescimento dos estudos sobre gênero e mulheres na(s) ciência(s) e dos estudos sobre gênero, mulheres e feminismos, no Brasil, nos anos de 2000 a 2019. Fonte: Google acadêmico. Elaborado pela autora (2021).

Ocorre que esse crescimento dos estudos de gênero e ciências no Brasil ainda não significa que temos um volume robusto de produções acadêmicas na área, sobretudo em comparação ao desenvolvimento dessas discussões em outros países. Essa expansão é ainda incipiente e não significa, por exemplo, que as produções têm se debruçado sobre todos os temas relevantes na área. Há mais de uma década, Maria Margaret Lopes e Maria Conceição da Costa (2005) assinalaram que os estudos sobre mulheres e ciências têm buscado, “[...] por um lado, apresentar os indicadores científicos que apontam para a pequena participação das mulheres nas áreas das ciências duras e, por outro, a indicação de sua ausência das práticas científicas ao longo da História.” (LOPES e COSTA, 2005, p. 79).

Muitos estudos de gênero e ciências têm reiteradamente denunciado que o alijamento das mulheres do fazer científico é social e histórico, estando intimamente

associado, também, à própria noção restrita de ciência. Para Carla Cabral (2006, p. 84), por exemplo, “Uma discussão que envolva gênero, ciência e tecnologia implica pensar o conhecimento científico como não-neutro em termos de valores [...]”. Outros estudos, segundo Maria Teresa Citeli (2000), apontam para a invisibilidade das mulheres nas ciências, exploram os fatores que contribuem para a escassa participação das mulheres nas ciências ou “[...] focaliza(m) as mulheres bem-sucedidas nas ciências e recupera(m) biografias de mulheres famosas, como Marie Curie [...]” (CITELI, 2000, p. 48). Essa última corrente, mesmo tratando de trajetórias exitosas, o faz a partir de uma narrativa histórica compensatória, “[...] geralmente com o objetivo de demonstrar que as mulheres tiveram êxito nas ciências tradicionais e, apesar das barreiras encontradas, também podem fazer ciência.” (CITELI, 2000, p. 48).

Hoje, podemos afirmar que há um importante volume de produções acadêmicas sobre gênero e ciências no país e que as mulheres, em algum grau, têm integrado o campo científico (ROCHA, RIAL e MINELLA, 2009). Com diversas abordagens teórico-metodológicas, esses estudos são uníssonos ao apontar para a segregação vertical das mulheres na academia e o baixo acesso delas em determinadas áreas do conhecimento. Entretanto, poucos deles, como os de Betina Lima (2013), Roberto Paulo Lopes (2018) e Hildete Melo e Helena Maria Lastres (2006), se debruçam na análise da carreira científica e do curso de vida das bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq.

Lima (2013) discute a ausência, no Brasil, das mulheres em carreiras científicas da área da Física. A partir de uma análise minuciosa dos desafios e dos obstáculos enfrentados por essas mulheres, a autora conclui que:

[...] as barreiras e armadilhas desse labirinto, internalizadas e externas, têm muitas formas, e não são poucos nem triviais os obstáculos: a representação social de quem faz ciência e do que é ciência, a divisão sexual do trabalho, o conflito entre as culturas científicas e femininas, a hostilização do feminino e suas conseqüentes violências, o androcentrismo na construção de saberes científicos, a produção e divulgação de conhecimento científico sexista. No entanto, não é porque os obstáculos se fundam na massa cultural que não são derrubáveis. (LIMA, 2013, p. 899).

A irrefutável relevância da discussão acerca dos obstáculos impostos às pesquisadoras não contradiz que há um pequeno número de mulheres que driblam

essas barreiras. Para Lima (2013, p. 899), “diante dos desafios, às vezes não é difícil imaginar como supermulheres as cientistas que conseguiram prestígio e reconhecimento dos seus pares”. Entretanto, é preciso deslocar essas cientistas de um lugar inalcançável ou heroico para analisar e compreender como algumas mulheres conseguem enfrentar e superar os desafios constitutivos de uma carreira “masculina”.

Em um estudo mais amplo, com o objetivo de avaliar a inserção feminina no sistema de pesquisa brasileiro a partir da concessão de diversas modalidades de bolsas do CNPq, Melo e Lastres (2006) demonstraram que as mulheres atuaram, com diferentes graus de participação, em todas as áreas de conhecimento. Elas eram “[...] cerca de trinta por cento dos cientistas mais importantes do Brasil com titulação e produção científica expressiva nos anos noventa do século XX.” (MELO e LASTRES, 2006, p. 154). Ocorre que essa participação se deu muito desigualmente nas diversas áreas de atuação, com uma presença mais intensa nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e bastante reduzida na Física.

Alicerçadas nos dados produzidos pelo CNPq durante uma década, as autoras defendem que, “[...] a despeito do crescimento expressivo do número de mulheres com formação universitária no Brasil, a participação feminina na produção do conhecimento ainda está aquém da presença feminina na universidade.” (MELO e LASTRES, 2006, p. 129). Isto é, a maior atuação das pesquisadoras tem se dado não apenas em áreas específicas do conhecimento, mas, também, nos níveis mais baixos das bolsas. No período analisado pelas autoras, entre 1990 e 2001, as mulheres eram maioria dentre as bolsistas de iniciação científica e minoria dentre as bolsistas de produtividade em pesquisa.

Com um recorte espacial mais próximo ao desse estudo, Lopes (2018) identifica assimetrias de gênero na formação e produção científica na Bahia. O autor destaca que, no estado, “[...] as assimetrias de gênero para as bolsas de produtividade em pesquisa aumentam à medida que se progride na hierarquia de categorias e níveis [...]” (LOPES, 2018, p. 442). Com dados confluentes com os apresentados por Melo e Lastres (2006), Lopes (2018) demonstra que, nos anos de 2010 a 2017, as mulheres vinculadas a instituições baianas, não obstante serem minoria dentre bolsistas de

produtividade em pesquisa, receberam mais bolsas de iniciação científica, iniciação tecnológica, mestrado e doutorado que os homens.

Destarte, o trabalho desenvolvido por Lopes (2018) é eficiente em identificar que a segregação vertical à qual as mulheres são submetidas é evidente nas carreiras científicas na Bahia, numa realidade próxima à nacional. Como causa para essa disparidade, o autor aponta a maternidade e as responsabilidades com a família como barreiras para o reconhecimento e a ascensão das mulheres no campo científico.

O aumento da participação feminina no ensino superior e na pós-graduação, revertendo o desequilíbrio histórico das oportunidades educativas, ainda não foi suficiente para corrigir a defasagem em alguns segmentos das atividades de P&D. As dificuldades em conciliar a maternidade com uma produção científica de excelência e liderar grupos de pesquisa consolidados de forma continuada pode ser a base para explicar as discrepâncias entre formação e produção científica. (LOPES, 2018, p. 447).

O autor não se debruça sobre o curso de vida dessas pesquisadoras, tampouco discute a excepcionalidade das trajetórias acadêmica-profissionais das mulheres que alcançaram o reconhecimento dos seus pares. Entretanto, demonstra que, na Bahia, a grande participação das mulheres nas bolsas de formação – iniciação científica, iniciação tecnológica, mestrado e doutorado – não se reflete nas bolsas de produtividade em pesquisa, ressaltando que “os desníveis de gênero se acentuam quando se avança nas exigências quanto à categoria e nível da bolsa.” (LOPES, 2018, p. 446).

Ademais, embora reconheça que a segregação vertical produz desigualdade de gênero entre pesquisadores e pesquisadoras, esse cenário é visto com otimismo por Lopes (2018). Para ele, o crescimento do número de mulheres na pós-graduação indica um rompimento com a exclusão histórica delas dos sistemas educacionais e uma melhoria institucional que favorece a formação das mulheres e a igualdade de gênero. Nessa linha, afirma que são a competitividade do ambiente e os critérios adotados pelas agências de fomento à pesquisa que barram o progresso das mulheres no campo científico.

Em estudo nacional, que traz dados semelhantes aos produzidos por Lopes (2018) na Bahia, Isabel Tavares (2008) apresenta uma análise diferente da baixa presença de mulheres no topo da carreira científica. Para a autora,

Considerando os dados globais, a participação feminina na pesquisa é inferior à participação masculina. Os homens são maioria entre os pesquisadores mais qualificados, porém o crescimento da participação das mulheres é relativamente superior ao dos homens em todas as bases de dados estudadas. (TAVARES, 2008, p. 32)

Tavares (2008) defende que, inobstante a crescente participação das mulheres nos cursos de pós-graduação, não houve mudança no perfil de bolsistas PQ. Entre 2000 e 2006, as mulheres eram cerca de 33% do total de bolsistas de produtividade em pesquisa e 23% dos pesquisadores contemplados com o maior nível da bolsa, a PQ-1A. Como veremos mais adiante, essa proporção desigual se manteve ao longo dos anos. Em 2015, por exemplo, as mulheres eram 35,5% do total de bolsistas PQ e 24% dos bolsistas PQ-1A. Portanto, em pelo menos dezesseis anos de aumento da participação das mulheres na carreira acadêmica, inclusive no doutoramento, não pudemos notar qualquer mudança no perfil de pesquisadores do topo da carreira. A ascensão das pesquisadoras é limitada, especialmente, nos patamares mais altos da bolsa de produtividade.

As bolsas PQ possuem 5 níveis de classificação: 2, 1D, 1C, 1B e 1A. A análise da distribuição dos pesquisadores por esses níveis aponta para um percentual sempre mais elevado de participação feminina na categoria 2, nível inicial da bolsa, e um percentual muito reduzido no último nível, principalmente nas áreas majoritariamente masculinas. Em algumas áreas, inclusive aquelas que são predominantemente femininas, as mulheres são maioria em todos os níveis, com exceção do nível 1 A. (TAVARES, 2008, p. 42)

Vale destacar que Tavares (2008) é precisa ao analisar as limitações, para as mulheres, na progressão de bolsas de produtividade nas Grandes Áreas. Em 2006, analisadas as oito Grandes Áreas – Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Letras, Linguística e Artes –, as mulheres são minoria em sete delas. A partir desse levantamento, observou-se que elas não chegam sequer a 10% entre bolsistas desse nível em Ciências Agrárias (7%) e Ciências Exatas e da Terra (9%). Nas Engenharias, a realidade é ainda mais alarmante: as mulheres são apenas 4% do total de bolsistas PQ-1A (TAVARES, 2008).

Considerados todos os níveis de bolsa de produtividade em pesquisa, no mesmo ano, as mulheres continuam sendo minoria em quase todas as Grandes Áreas, em seis delas, mas com percentuais menos díspares. São, por exemplo, 21%

em Ciências Agrárias, 17% em Ciências Exatas e da Terra e 17% nas Engenharias. Esses números demonstram que quanto mais alto o nível da bolsa menos as mulheres são contempladas. Essa assimetria de gênero também ocorre nas Grandes Áreas predominantemente formadas por mulheres, como Letras, Linguística e Artes, na qual as mulheres são apenas 68% das bolsistas PQ-1A.

“[...] mesmo em Letras, Linguística e Artes, a Grande Área com percentual de participação feminina mais elevado não chega a atingir os percentuais de mais de 90% de participação masculina como ocorre nas Grandes Áreas das Agrárias, Exatas e Engenharias, entre os bolsistas PQ 1 A”. (TAVARES, 2008, p. 37)

Nesse sentido, salientando a congruência entre os dados brasileiros e os internacionais, Gilda Olinto (2011) assevera que à medida em que se analisa um nível mais alto da bolsa, diminui-se a proporção de mulheres em relação aos homens. Para a autora, “esse comportamento sugere a atuação de mecanismos que produzem a discriminação vertical de gênero na carreira científica.” (OLINTO, 2011, p. 75). A autora observa que, em 2011, há um relativo equilíbrio no recebimento de bolsas do CNPq nas diversas modalidades, exceto nas bolsas de produtividade em pesquisa. Naquele ano, as mulheres eram 56% das bolsistas de iniciação científica, 52% das de mestrado, 51% das de doutorado e apenas 35% das bolsistas PQ, considerados, indiscriminadamente, os níveis 2, 1-D, 1-C, 1-B, e 1-A (OLINTO, 2011).

Mesmo com a flagrante desigualdade de gênero na distribuição das modalidades de bolsas do CNPq, Olinto (2011) ratifica que é entre as categorias e os níveis de bolsas de produtividade em pesquisa que se faz mais evidente o “[...] processo de discriminação vertical das mulheres no ambiente científico brasileiro [...]” (OLINTO, 2011, p. 75). Isso porque, ainda que voltadas para pesquisadores/as com destaque em suas áreas de atuação, essas bolsas possuem categorias e níveis distintivos, que retratam, em maior ou menor grau, o reconhecimento dos pares-concorrentes.

Os resultados apresentados obedecem aproximadamente ao formato de tesoura identificado em outros países, conforme anteriormente mencionado: à medida que se sobe na hierarquia das bolsas de produtividade, menor é a participação feminina, o contrário ocorrendo com o grupo masculino. (OLINTO, 2011, p. 75).

Ainda no tocante às bolsas de produtividade, outro conjunto de trabalhos traça o perfil desses/as cientistas em diversas áreas do conhecimento, como medicina, odontologia, sociologia, serviço social e fonoaudiologia, sem, contudo, trazer gênero como uma categoria de análise central. É o caso dos estudos de Café *et al.* (2011), Cavalcante *et al.* (2008), Chalhub e Oliveira (2010), Santos *et al.* (2009) e Santos *et al.* (2010), que, mesmo quando informam o sexo dos/as bolsistas de produtividade, não priorizam o debate sobre a desigualdade de gênero, a sub-representação das mulheres no topo da carreira acadêmica e a proporção desigual entre mulheres e homens nos diferentes níveis de bolsa de produtividade.

Com o objetivo de estabelecer o perfil dos bolsistas PQ na área de Saúde Coletiva, Rita Barata e Moisés Goldbaum (2003) ressaltaram que, em 2002, não obstante quase 60% de pesquisadores/as com doutorado nessa área serem mulheres, o percentual de bolsistas era de 51,3% mulheres e 48,7% homens. Destacaram, ainda, que isso não se dá homogeneamente nas seis classes de bolsa PQ, havendo uma diminuição no percentual de mulheres à medida em que se aumenta a classe de bolsa. “Assim, para as mulheres a distribuição configura uma pirâmide de base larga e topo afunilado, enquanto para os homens a figura é invertida com maior concentração na última classe e menor nas duas primeiras.” (BARATA e GOLDBAUM, 2003, p. 1865).

Embora não se estendam na análise de gênero dos dados produzidos, a desigualdade apontada por Barata e Goldbaum (2003) se coaduna com as análises de Betina Lima (2013) e Hildete Melo, Helena Maria Lastres e Teresa Cristina Marques (2004), esta última em relação às diferentes modalidades de bolsas concedidas pelo CNPq, a exemplo de iniciação científica, mestrado, doutorado no país, doutorado no exterior e produtividade, e aquela no tocante à trajetória das bolsistas de produtividade em pesquisa na Física. Lima (2013) questiona e discute a ausência das mulheres nesse espaço. Para a autora, o que há é uma “inclusão subalterna” delas, pois, embora presentes na carreira acadêmica, “[...] poucas cientistas se tornaram tão reconhecidas quanto seus pares.” (LIMA, 2013, p. 885). É a partir dessa discussão que Lima (2013) tece a metáfora de labirinto de cristal, numa referência crítica à de “teto de vidro”, ambas voltadas à representação dos obstáculos invisíveis, mas concretos, impostos às mulheres para ascensão nas carreiras profissionais.

Por causa dos diversos desafios e armadilhas dispostos no labirinto [de cristal], os talentos femininos são perdidos ou pouco aproveitados. Assim, as contribuições presentes na metáfora do labirinto são: a) o entendimento de que os obstáculos estão presentes ao longo da trajetória profissional feminina, e não somente em um determinado patamar; b) a compreensão de que a inclusão subalterna das mulheres nas ciências e sub-representação feminina nas posições de prestígio no campo científico são consequências condicionadas por múltiplos fatores; c) a concepção de que as barreiras e armadilhas do labirinto não estão somente associadas à ascensão na carreira, mas também ao ritmo do ganho de reconhecimento de atuação das cientistas e à sua permanência ou não em uma determinada área. (LIMA, 2013, p. 886)

Essa crítica complexifica as análises das relações de gênero no campo científico e nos permite ver as nuances da carreira acadêmica, cuja conquista do capital simbólico próprio, o científico, não se dá, necessariamente, de modo linear e progressivo. Desse modo, não é contraditório que o maior ingresso de mulheres nessas carreiras não signifique o acesso proporcional delas aos mais altos escalões, como destaca Lourdes Bandeira (2008). Essa disparidade é fruto de um conjunto de obstáculos impostos particularmente às mulheres, muitas vezes de modo pouco evidente e naturalizado. Para Betina Lima, Maria Lúcia Braga e Isabel Tavares (2015), refletir sobre esses obstáculos é útil para compreender a sub-representação de pesquisadoras nas posições de prestígio no campo científico. Segundo as autoras, apesar do aumento global da participação de mulheres na C&T,

[...] a desagregação dos dados permite perceber a existência de duas formas de sub-representação das mulheres no sistema científico e tecnológico: na exclusão horizontal, que indica o pequeno número de mulheres em determinadas áreas ou subáreas do conhecimento; e na exclusão vertical, que aponta para o pequeno número de mulheres nos postos de prestígio em todas as áreas do conhecimento. (LIMA, BRAGA e TAVARES, 2015, p. 16)

Importa ainda salientar que, infelizmente, nos trabalhos que tratam das pesquisadoras que obtiveram sucesso na carreira científica, a discussão sistematizada das estratégias por elas utilizadas tem sido escanteada. O que se vê, em muitos casos, é que o pertencimento étnico-racial, a classe social de origem, geração e outras categorias caras para este estudo são trazidas como informações para a descrição do perfil das cientistas, sem um aprofundamento da discussão em torno de sua importância para a carreira e para o reconhecimento dessas mulheres.

Por esse motivo, considero que a relevância da análise das trajetórias dessas pesquisadoras para os estudos de gênero e ciências reside, precisamente, na excepcionalidade da elevada posição ocupada por elas na carreira acadêmica. Se discutimos o perfil profissional dessas pesquisadoras, suas produções científicas e os mais diversos percalços por elas atravessados, precisamos priorizar também a discussão do papel dos privilégios e da agência dessas mulheres para a conquista de autoridade científica. É sobre essa lacuna que me debruço neste estudo, sem me furtar a discutir as interseccionalidades nas opressões de gênero, raça, geração e classe social às quais essas mulheres também podem estar submetidas.

1.3 CAMPO CIENTÍFICO E RECONHECIMENTO: O QUE É SER BOLSISTA PQ?

Inicialmente, ser bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq pode parecer, aos olhares menos atentos ou mais distantes do campo científico, atender a uma série de critérios prescritos em um edital da agência, denominado Chamada. Não é. Esse é apenas um requisito necessário, mas não suficiente, para a obtenção da bolsa. Inobstante a publicação da Chamada do CNPq e a existência de critérios de análise e julgamento para classificação das propostas, a bolsa PQ é mais do que isso, é um marcador de autoridade científica; é uma honraria destinada àqueles/as que se destacam em suas áreas de atuação, preponderando, portanto, seu valor simbólico de reconhecimento pelos outros membros do campo. Desse modo, para entender a importância de ser contemplado/a com a referida bolsa, que também implica no recebimento de valores monetários, é preciso compreender os conceitos de campo e capital científicos, os critérios adotados pelo CNPq para a seleção de bolsistas e, ainda, a relação dessas bolsas com a ideia de reconhecimento pelos pares.

Parte do campo intelectual (VIEIRA-DA-SILVA, 2018), o campo científico é um espaço de jogo, de disputas concorrenciais em busca do monopólio da competência científica, isto é, da legitimidade para falar e agir com e como autoridade de/em determinada área de conhecimento (BOURDIEU, 1983). Ciente de que noções complexas como a de campo científico para Bourdieu dificilmente são conceituadas eficazmente, o que pretendo fazer é descrever as dinâmicas e as especificidades desse campo, numa tentativa mais de torná-lo apreensível que de esgotá-lo num conceito objetivado.

Uma importante característica do campo científico é que este é dotado de autonomia, que não é absoluta, que não o desvincula de outros campos, como o campo do poder, ou o desloca do mundo social. Ao contrário, o campo científico possui uma consolidada autonomia relativa, significando que existem lutas específicas do campo, que fazem sentido para seus integrantes (VIEIRA-DA-SILVA, 2018). A autonomia relativa é condição de existência de um campo, que possui, necessariamente, *habitus*, capital, lógica e regras próprias. Para Bourdieu (2004, p. 20), campo é um “[...] microcosmo dotado de suas leis próprias” e o grau de autonomia dele é um marcador da sua consolidação (BOURDIEU, 1996). Vejamos o que ele diz a esse respeito:

O grau de autonomia de um campo de produção cultural revela-se no grau em que o princípio de hierarquização externa aí está subordinado ao princípio de hierarquização interna: quanto maior é a autonomia, mais a relação de forças simbólicas é favorável aos produtores mais independentes da demanda e mais o corte tende a acentuar-se entre os dois pólos do campo, isto é, entre o *subcampo de produção restrita*, onde os produtores têm como clientes apenas os outros produtores, que são também seus concorrentes diretos, e o *subcampo de grande produção*, que se encontra simbolicamente excluído e desacreditado. (BOURDIEU, 1996, p. 246)

Outro traço peculiar do campo científico é o seu capital, isso porque a remuneração financeira não é a “moeda” mais valiosa desse campo; é do capital simbólico, imaterial, esse papel. Nomeado por Bourdieu (1983) de capital científico, é uma série de recursos mobilizados por pesquisadores/as para alcançar a autoridade científica em um sistema de relações entre posições previamente adquiridas, disposições e tomadas de posição. O capital científico é próprio do campo científico e está intrinsecamente relacionado ao reconhecimento pelos pares-concorrentes, mas não se manifesta de uma única maneira.

Na caracterização bourdieusiana de capital científico, ele se expressa como específico ou temporal. Esse relacionado ao poder institucional, às “[...] posições de destaque nas instituições [científicas e] [...] ao poder sobre os meios de produção [...] e reprodução [...] da ciência.” (LETA e MARTINS, 2008, p. 87). Aquele relacionado, precisamente, “[...] ao prestígio pessoal, que repousa, quase exclusivamente, no reconhecimento dos pares, se expressando nas publicações, nas citações, nas premiações, por exemplo.” (LETA e MARTINS, 2008, p. 87). Para Bourdieu (2004),

essas duas expressões do capital científico, a depender das instituições e da área científica, podem ser mais ou menos dependentes entre si e possuem dinâmicas próprias.

As duas espécies de capital científico têm leis de acumulação diferentes: o capital científico “puro” adquire-se, principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, portanto aptos a conferir prestígio à moda de bancos de crédito simbólico, são o melhor indício); o capital científico da instituição se adquire, essencialmente, por estratégias políticas (específicas) que têm em comum o fato de todas exigirem *tempo* – participação em comissões, bancas [...], colóquios mais ou menos convencionais no plano científico, cerimônias, reuniões etc. [...]. (BOURDIEU, 2004, p. 36)

Consideradas essas espécies de capitais científicos, as bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq estão diretamente relacionadas ao capital científico “puro” ou específico, o mais importante na construção de uma carreira científica exitosa e o mais difícil de ser objetivado. Para ser contemplada com bolsa PQ, a cientista precisa ter adquirido prestígio e reconhecimento dos pares durante a sua trajetória acadêmica, num processo que não se inicia nem se encerra com a seleção anual de pesquisadores/as pelo CNPq. É preciso ser detentora de uma autoridade notável e, simultaneamente, imensurável. “O capital científico ‘puro’, que [...] tem qualquer coisa de impreciso e permanece relativamente indeterminado, tem sempre alguma coisa de carismático [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 36).

Ademais, embora não necessariamente colidentes, as duas classes de capitais científicos dificilmente são acumuláveis pela mesma cientista. Com isso, ser detentora mais de um ou de outro capital posiciona a pesquisadora no campo. Para Bourdieu (2004, p. 38), “[...] num extremo, [estão] os detentores de um forte crédito específico e de um frágil peso político, e, no extremo oposto, os detentores de um forte peso político e de um frágil crédito científico [...]”. Na UFBA, a trajetória de uma das pesquisadoras demonstra as contradições práticas do acúmulo desses dois capitais.

Docente em regime de dedicação exclusiva com jornada de trabalho de 40 horas semanais, uma das bolsistas de produtividade PQ-2 em 2018 teve sua carreira científica impactada com a assunção de importante cargo administrativo na Reitoria da instituição. Tendo sido contemplada em 2010 com a sua primeira bolsa de

produtividade, a pesquisadora se manteve bolsista até 2018, quando perdeu a bolsa em virtude da sua atuação institucional. Dentre outros aspectos, desde 2014, a cientista passou a dedicar 40 horas semanais à gestão, reduzindo para apenas 20 horas a sua jornada semanal de trabalho voltada às atividades propriamente científicas.

Sobre o impacto do cargo na gestão institucional em sua carreira de pesquisadora, lana ressaltou:

[o cargo] Afetou, claramente afetou. [...] a gestão toma muito de todo mundo que se envolve em gestão [...]. Então, há uma questão que não é uma questão só de tempo, é uma questão, que todo mundo trabalha na gestão sabe, de concentração: você não consegue. Há uma dificuldade muito grande de concentração e de mudar o foco. O reitor que diz de vez em quando que "poxa, seria tão bom se tivesse a sexta, sábado e domingo para trabalhar em pesquisa". Apesar de que sábado e domingo a gente está trabalhando em gestão também, mas ele fala uma coisa que é verdade: se você tivesse a sexta, na sexta você começava baixar para, no sábado, você pegar o ritmo e, no domingo, você já está totalmente imerso naquela atividade.

Então, isso é um fator preponderante, além do tempo, é a concentração, a concentração é terrível. Se tem uma atividade sem foco, é ali, você está o tempo inteiro em situações diversas. Nem para o trabalho de gestão ele tem foco, ele é muito... você vai pulando de uma coisa para a outra durante um dia inteiro. Gestão é um pouco isso, mas ali é muito, é muito disperso. (lana, bolsista PQ-2 até 2018).

A percepção do impacto da atividade administrativa na carreira de pesquisadora não é apenas de lana. Sônia, bolsista PQ-1B, também relata a dificuldade dessa conciliação enquanto foi diretora de uma unidade da UFBA:

[...] é difícil você manter as duas atividades, principalmente quem se envolve com a gestão. [...] eu captei recursos para a Biblioteca de Saúde. Foram três gestões [...] construindo a biblioteca e a primeira foi a minha, eu captei o primeiro recurso. Para conseguir esse recurso, eu participei de umas quarenta reuniões. Toda reunião que eu faltava, o projeto da biblioteca era deslocado, aí eu tinha que estar presente na próxima reunião para defender. (Sônia, PQ-1B)

Para ela, os conflitos entre essas duas dimensões do campo científico fazem com que aqueles/as que se dedicam mais fortemente à pesquisa se afastem das atividades de gestão. Continua:

E os pesquisadores mesmo nunca aceitaram ser diretores. [...] Quer dizer, Benjamin [nome fictício, bolsista PQ-1A de renome internacional] se recusou a ser diretor do Instituto, porque ele estava

com não sei quantos projetos de pesquisa. É possível, mas durante aquele período você cai enormemente. (Sônia, PQ-1B)

Assim, retomando a diferenciação entre os capitais científico específico e temporal, as experiências relatadas pelas pesquisadoras da UFBA ratificam que, inobstante não haver incompatibilidade absoluta em adquirir essas duas espécies de capital científico, o ordinário é que o tempo, a concentração e o empenho dedicados na conquista do segundo (temporal) interfira diretamente na aquisição do primeiro (específico).

Ademais, além na sua própria complexidade, o capital científico não se confunde com outros capitais, materiais ou simbólicos. Essa constatação não chega, contudo, a negar a possibilidade de (re)conversão de um capital em outro, tampouco a importância que outros capitais podem ter no campo científico, que, embora peculiar, é parte do espaço social. Ao contrário, há um grau, ainda que variável, de fungibilidade entre muitos dos capitais estudados e descritos por Bourdieu. Nesse sentido, a acumulação do capital científico se relaciona, por exemplo, com a de capital inicial, referente à educação escolar, amplamente estudada pelo autor.

A autoridade científica é, pois, uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies. Podemos retomar a descrição de Fred Reif sobre o processo de acumulação de capital científico e as formas de sua reconversão. Isto no caso particular do campo da física contemporânea, onde a posse de capital científico tende a favorecer a aquisição de capital suplementar e onde a carreira científica "bem-sucedida" torna-se um processo contínuo de acumulação no qual o capital inicial, representado pelo título escolar, tem um papel determinante [...] (BOURDIEU, 1983, pp. 130-131).

Para o autor, a escola, em sentido lato, englobando a universidade, é instrumento de reprodução social e uma instituição importante na formação do *habitus* e, também, do capital científico (BOURDIEU, 2017). Uma das pesquisadoras entrevistadas, contemplada em 2019 com o nível 1B da bolsa, salientou a influência de sua formação escolar na trajetória profissional. Aluna do Colégio de Aplicação, vinculado à UFBA e destinado à formação de professores/as, ela destacou não apenas a qualidade dessa instituição pública, mas, também, a sua importância política no cenário local e o seu acesso restrito, voltado para filhos de docentes.

[...] a partir do ginásio e o científico, foi numa escola pública. Era uma escola pública especial, que foi o Colégio de Aplicação. Era uma

escola pública e o exame de admissão difícil, mas minha mãe estudou comigo e com a minha irmã. Tanto eu quanto a minha irmã estudamos lá no Aplicação [...]. Então, nós passamos um ano [estudando], era quase um vestibular. [...] Eram só 30 alunos. Eram quase todos filhos de professor, mas era uma escola experimental. Era uma escola da UFBA, tinha excelentes professores, eu tive uma excelente formação em matemática, por um lado, que me habilitou para a pesquisa quantitativa, foi uma base matemática que ficou. Física, química... Tínhamos aula de física e química em laboratório. Biologia, experimento de biologia. E tinha a parte de ciências humanas muito crítica, uma história crítica. Nós tínhamos clube de debate, havia uma grande participação política dos estudantes [...], tinha um clima de debate político e crítico em relação às ciências sociais. (Sônia, bolsista PQ-1B).

Vale lembrar que parte importante da aquisição de bens simbólicos, como Bourdieu (1983) argumenta, se dá através do capital escolar, que é reconvertível nos capitais universitário e científico, uma vez que é a partir dele que se traça uma trajetória provável – ou possível. Desse modo, se a origem escolar marca a formação do indivíduo e o seu acesso a determinados espaços e determinadas pessoas, ela costumeiramente reflete a sua origem social e o seu *habitus*. Nesse sentido, a instituição familiar e as heranças imateriais decorrentes dela são fundamentais e constitutivas da carreira de pesquisa, como veremos mais adiante.

Quanto ao capital econômico ou, mais especificamente, quanto à relativização de sua importância no campo científico, preciso fazer algumas ressalvas. A relação entre os capitais científico e econômico é complexa e possui duas dimensões distintas. Numa dimensão, o valor monetário da bolsa PQ não representa ganhos financeiros diretos para as/os pesquisadoras/es e o seu montante não é atraente e não possui natureza salarial. Noutra, a bolsa PQ possibilita, diretamente, através da taxa de bancada para categoria 1, a realização de pesquisas menos onerosas e, indiretamente, por seu valor simbólico, a captação de outros recursos financeiros, como veremos.

Além da possibilidade de conversão de um capital em outro, sendo assim o econômico passível de converter-se em capitais simbólicos, tendo isso inafastável impacto para a produção de conhecimento científico e, portanto, para que se alcance autoridade científica, a aquisição de capital econômico para as pesquisas é de extrema relevância e está diretamente associada ao capital científico do/a

pesquisador/a. Assim, tanto quanto a conquista de prestígio, é parte da dinâmica acadêmica a captação de recursos financeiros para o desenvolvimento de pesquisas e, nesse caso, a aquisição de capital econômico é tão importante quanto a de capital científico e, sobretudo, estão relacionados, um impulsionando o outro, num processo contínuo e complexo de convertimento, de extrema relevância para as lutas constitutivas do campo científico.

Nesse sentido, quando indagadas quanto aos ganhos e ônus decorrentes do recebimento da bolsa de produtividade em pesquisa, as respostas enfáticas destacando a aquisição de capitais simbólicos, com o uso de termos como “prestígio”, “reconhecimento”, “visibilidade” e “ganho curricular”, não encobriram a importância financeira da bolsa de produtividade. Além da taxa de bancada, disponível apenas para pesquisadoras da categoria PQ-1 e que “[...] permite o financiamento de pequenas despesas necessárias” (Sônia, bolsista PQ-1B), como compra de livros e a participação em Congressos, foi reiteradamente salientado pelas bolsistas que a aquisição da bolsa possibilita “[...] maior competitividade nos Editais e Agências de fomento à pesquisa nacionais” (Helena, bolsista PQ-1C).

Notadamente, a complexidade da relação entre os capitais científico e econômico afeta a dinâmica de captação de recursos na carreira acadêmica. Por um lado, para ser contemplada com bolsa de produtividade em pesquisa, a investigadora precisa de alto capital científico, relacionado ao reconhecimento entre os pares-concorrentes. Por outro, a aquisição da bolsa PQ e a ascensão nos níveis de bolsa concedem, intrinsecamente, capital científico às pesquisadoras. Esse paradoxo é fruto da imensurabilidade dessa espécie de capital. É possível compreender se determinada pesquisadora tem baixo ou alto capital científico, compará-la com outra pesquisadora, mas não é possível atribuir um valor para esse capital específico, tampouco um teto, um limite.

Por isso, para algumas das bolsistas PQ da UFBA, o momento na carreira em que começaram a obter mais reconhecimento dos pares é após o recebimento da bolsa de produtividade. Embora, como já vimos e ainda detalharemos na discussão crítica quanto aos critérios adotados pelo CNPq para concessão das bolsas PQ, só se adquire essa bolsa quando se é reconhecida pelos pares-concorrentes, pois são eles

os únicos legítimos a outorgarem a autoridade científica de determinada área do conhecimento. Assim, quanto mais capital científico uma cientista tem, mais facilmente ela conquistará ainda mais desse capital.

Essa lógica também se aplica ao ganho de capital econômico para subsídio de projetos de pesquisa. O capital científico favorece o acúmulo de capital econômico, pois ser bolsista de produtividade é uma marca distintiva que opera fazendo com que tais pesquisadoras sejam mais competitivas na disputa por recursos de financiamento de pesquisas do que outras investigadoras. Entretanto, é importante salientar que, pelas regras do campo, esse capital econômico é voltado para a própria atividade científica. Não se vê com bons olhos o/a investigador/a que vise, com a pesquisa, obter lucro ou alto ganho financeiro pessoal.

Esse fenômeno, que não é próprio do campo científico, que também ocorre em outros campos intelectuais, como no da arte (BOURDIEU, 1996), é caracterizado por Bourdieu como “o interesse pelo desinteresse”. É fruto de um processo árduo de “depuração”, de formação, em sentido lato. No tocante ao campo artístico, Bourdieu (2015) afirma que

Também é preciso levar em conta as condições sociais de possibilidade da representação dominante da maneira legítima de abordar as obras de arte – ou seja, as condições sociais de produção do ideal do gosto “desinteressado” e dos “homens de gosto”, capazes de obedecer aos cânones de uma “estética pura” em sua percepção ou em sua produção da obra de arte – porque a definição completa do gosto considerado em sua função social de signo de distinção exclui precisamente a consciência de tais condições. O ideal da percepção “pura” da obra de arte enquanto obra de arte é produto de um longo trabalho de “depuração” que se inicia desde o momento em que a obra de arte se despoja de suas funções mágicas ou religiosas, correlato à constituição de uma categoria socialmente distinta de profissionais da produção artística, tendentes cada vez mais a levar em conta exclusivamente as regras transmitidas por uma tradição herdada e cada vez mais em condições de libertar sua produção e seus produtos de toda e qualquer servidão social. (BOURDIEU, 2015, p. 272-273)

Essa lógica mostra-se bastante evidente, visto que, em campos relativamente autônomos, é importante que não se almeje capitais estranhos àqueles campos, especialmente capitais não simbólicos, como o econômico (voltado para o ganho financeiro pessoal) ou o social (voltado para o reconhecimento e a fama fora dos círculos científicos). Assim, bem como um artista é considerado legítimo quando

produz arte pura, arte pela arte, (BOURDIEU, 1996), uma cientista é “mais cientista” quando produz ciência pela ciência, uma ciência pura, desinteressada financeiramente do mercado e do reconhecimento social externo à academia, da fama.

A lógica dos universos puros, desses jogos puros, é uma espécie de alquimia que faz algo puro com o impuro, que faz algo desinteressado com o interesse, porque há pessoas que têm interesse no desinteresse: um cientista é alguém que tem interesse no desinteresse. (BOURDIEU, 2017, p. 445)

Ainda sobre a complexidade da relação entre os capitais econômico e científico, em um espaço de disputas no qual o desinteresse econômico é parte integrante do jogo, a origem social e as heranças materiais e imateriais têm relevância fundamental. Apesar de não podermos reduzir a conquista de capital científico a um capital inicial, numa análise superficial que desconsidere o poder de agência e as estratégias das cientistas, é preciso que reconheçamos a importância dessas heranças para assegurar a liberdade em relação ao dinheiro. Ao discutir “as regras da arte”, Bourdieu (1996) é enfático ao salientar que

[...] os “herdeiros” detêm uma vantagem decisiva quando se trata de arte pura: o capital econômico herdado, que liberta das sujeições e das urgências da demanda imediata [...] e dá a possibilidade de “resistir” na ausência de mercado, é um dos fatores mais importantes do êxito diferencial dos empreendimentos de vanguarda e de seus investimentos a fundo perdido, ou a longuíssimo prazo [...]. (BOURDIEU, 1996, p. 102)

Embora esteja discutindo o campo da arte, o próprio autor, apresentando seu ponto de vista nessa mesma obra, estimula a analogia entre os diversos campos intelectuais. Ele ressalta que “O leitor poderá, ao longo de todo este texto, substituir *escritor* por pintor, filósofo, cientista etc., e literário por artístico, filosófico, científico etc.” (BOURDIEU, 1996, p. 243), sem isso signifique homogeneizar os diversos campos de produção cultural.

Ao desenvolver especificamente uma sociologia clínica do campo científico, Bourdieu (2004) pontua que a economia simbólica e antieconômica do mercado científico tem suas raízes fincadas na economia. A partir do acúmulo de capital científico é também possível alcançar poderes econômico e político e ter acesso a estratégias de conquista e manutenção desses poderes. Além disso, a própria

autonomia de uma ciência está, em certa medida, sujeita à dependência de recursos econômicos, ao grau de proteção contra intrusões e à capacidade de impor sanções (BOURDIEU, 2004).

Por fim, voltando ao esforço de caracterizar o campo científico, outro predicado marcante desse campo é ser um espaço de disputas. A dinâmica de aquisição de capital científico e, como vimos, de reconhecimento e capital econômico intrínsecos, não se dá sem enfrentamentos próprios do campo, enquanto “[...] lugar de uma luta para determinar as condições e os critérios de pertencimento e de hierarquia legítimos [...]” (BOURDIEU, 2017, p. 32). Ao explicitar essas disputas do campo, Bourdieu (1983) coloca em xeque a ideia hagiográfica de “comunidade científica”, caracterizando o campo científico como um espaço concomitantemente de integração social e concorrência, no qual há uma busca pelo monopólio da competência científica, atribuído, paradoxalmente, pelos pares-concorrentes (BOURDIEU, 1983). Disso decorre a relevância da interação entre os pares e o reconhecimento desses para o prosseguimento – e, em especial, para a progressão – na carreira acadêmica. É, pois, somente com o aval dos pares-concorrentes que se constrói uma carreira científica de sucesso.

A outorga de bolsas PQ é um exemplo nítido de reconhecimento do êxito de pesquisadores no campo científico. Concedidas, tais bolsas, sem desconsiderarmos o que implicam do ponto de vista de proveito econômico, simbolizam, antes de tudo, prestígio, um valor distintivo, que só pode ser concedido pelos próprios concorrentes, únicos legítimos para avaliar e “condecorar” a autoridade científica de suas respectivas áreas do conhecimento. Assim, não só a agência é composta também por pesquisadores/as, como todo o processo seletivo – a Chamada CNPq para concessão de bolsas de produtividades em pesquisa – é idealizado, desenvolvido e decidido pelos pares-concorrentes, que compõem os comitês de assessoramento. O que se avalia, portanto, é mais do que o quantitativo de publicações desses/as pesquisadores/as, avalia-se um conjunto complexo de recursos que compõem o capital científico.

Para melhor entender a avaliação das propostas pelo CNPq, será analisado o instrumento que regulamenta e estabelece os critérios expressos de avaliação e

concessão das bolsas PQ, a Chamada CNPq n. 12 de 2017. Conquanto não tenha havido mudanças substanciais nos critérios adotados pelas chamadas ao longo dos anos, a opção por essa se deve, exclusivamente, ao fato de ter sido a mais recente até o momento de definição das bolsistas de produtividades participantes deste estudo. Importante salientar que, precipuamente, o objetivo da Chamada é julgar um projeto de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação, constitutivo de uma proposta a ser submetida ao CNPq. Nela também deve constar a reunião das atividades de pesquisa mais importantes desenvolvidas pela requerente, com destaque para as produções acadêmicas, as orientações e os financiamentos vigentes.

Primeiramente, a chamada elenca um rol de critérios de elegibilidade. Nesse item, quanto ao/à proponente, são relacionadas as exigências mínimas para que se concorra às bolsas de produtividade, a saber: a) título de doutorado ou livre docência; b) cadastro de currículo atualizado na Plataforma Lattes; c) Cadastro de Pessoas Físicas - CPF regular; d) vínculo formal com a instituição na qual será executado o projeto submetido; e e) adimplência com o CNPq e com a Administração Pública Federal, direta ou indireta. Além dessas, o tempo mínimo de doutoramento ou livre docência muda a depender da categoria da bolsa. Na Chamada de 2017, para estar apto/a a receber a bolsa na categoria 2, era preciso ter obtido o título até dezembro de 2014. Para a categoria 1, o título deveria ser obtido até dezembro de 2009.

Ainda em seu bojo, a Chamada CNPq n. 12 de 2017 traz os critérios gerais que informarão o julgamento das propostas. Com uma distribuição heterogênea de pesos, são eles: a) mérito científico, originalidade e relevância do projeto para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, considerando potenciais impactos e potenciais de aplicabilidade; b) relevância, originalidade e repercussão da produção científica, tecnológica e de inovação; c) atuação na formação de recursos humanos; e d) inserção nacional e internacional do proponente e sua atuação em atividades de: gestão científica, tecnológica e acadêmica; coordenação ou participação em projetos e/ou redes de pesquisa, desenvolvimento e/ou extensão; corpo editorial e revisão de periódicos (CNPQ, 2017).

Dos quatro critérios gerais do julgamento, é no segundo, relativo à “relevância, originalidade e repercussão da produção científica, tecnológica e de inovação”, que se concentra o maior peso, perfazendo 45% da pontuação total, além de eleito para ser o critério de desempate. Nesse item, o que se avalia não é o projeto específico que foi submetido ao CNPq, mas a produção acadêmica do/a proponente, consolidada ao longo de toda a sua trajetória científica. Apesar da previsão de que os pesos poderão ser alterados pelos comitês de assessoramento de cada área do conhecimento, a maior pontuação nesse critério foi mantida por todos os comitês, algumas vezes majorada.

A estrutura de seleção de bolsistas de produtividade em pesquisa permite alto grau de autonomia e poder aos comitês de assessoramento. Compostos pelos pares-concorrentes, os comitês são formados por mais de trezentos pesquisadores eleitos de acordo com sua área de atuação e conhecimento. “Eles são escolhidos periodicamente pelo Conselho Deliberativo do CNPq, com base em consulta feita à comunidade científico-tecnológica nacional e têm a atribuição, entre outras, de julgar as propostas de apoio à pesquisa e de formação de recursos humanos.” (CNPQ, 2020a). Além de estabelecerem os critérios específicos para cada área de conhecimento e, portanto, as regras do jogo na disputa pelas bolsas de produtividade, veremos que são esses comitês que julgarão a segunda, e mais importante, etapa de seleção de bolsistas PQ. É neles – e, portanto, nos próprios pares – que se concentra a decisão de indicar as autoridades científicas do país.

Essas bolsas [de produtividade em pesquisa] são concedidas pelo CNPq aos pesquisadores de todas as áreas, mediante projeto de pesquisa analisado e avaliado por Comitês Assessores – CAs. Cada CA é constituído por pesquisadores, na sua maioria absoluta formado por homens, que são indicados pelas associações acadêmicas, mas escolhidos pelo Conselho Deliberativo (CD), instância máxima do CNPq. A principal atribuição dos CAs é julgar as propostas de apoio à pesquisa e formação de recursos humanos, enviadas ao Conselho pelos pesquisadores, dentro de um modelo de avaliação intitulado *peer review* – ou julgamento pelos pares. (TAVARES, 2008, p. 43).

São quatro as etapas do julgamento de propostas às bolsas de produtividade:

- a) análise pelos Consultores *ad hoc*;
- b) classificação pelos Comitês de Assessoramento;
- c) análise pela Área Técnica-Científica do CNPq; e
- d) decisão do julgamento pelo Presidente do CNPq.

Explicar cada uma delas é importante para a

compreensão do papel dos pares-concorrentes na seleção de bolsistas PQ e, conseqüentemente, no direcionamento do financiamento dos projetos.

A primeira etapa, análise pelos Consultores *ad hoc*, é uma análise prévia do mérito e da relevância das propostas. É realizada por especialistas nomeados pelo CNPq. A segunda, classificação pelos Comitês de Assessoramento, é a etapa de classificação das propostas pelos Comitês, atendendo aos critérios definidos na Chamada pelo próprio colegiado, que analisará e julgará todas as propostas, emitindo parecer consubstanciado e fundamentado com a pontuação de cada uma delas. É nesse momento do julgamento que os pares recomendam a “aprovação” ou “não aprovação” das propostas, elaborando uma Planilha de Julgamento. Além da recomendação, também cabe aos Comitês de Assessoramento indicar a categoria e o nível para a concessão da bolsa PQ.

A terceira etapa, análise pela Área Técnica-Científica do CNPq, não é um momento de análise de mérito das propostas, mas de verificação dos critérios de elegibilidade e supervisão da classificação feita pelos Comitês. Essa é uma etapa de preparação do resultado para o julgamento do Presidente do Conselho, na qual são sanados os problemas que porventura existam nas propostas e no julgamento, indicando “[...] itens orçamentários, informações incorretas ou inverídicas, inconsistências técnicas, falhas de julgamento, elementos a serem inseridos, modificados ou excluídos, que poderão ou não inviabilizar a aprovação da proposta.” (CNPQ, 2017, p. 6).

A quarta etapa consiste na decisão do julgamento pelo Presidente do CNPq, fundamentado na nota técnica emitida pela Área Técnico-Científica do Conselho. Essa é a etapa final do julgamento das propostas e dos/as proponentes. Nela, são indicados as propostas aprovadas e os valores a serem financiados, respeitado os limites orçamentários da Chamada. Desse modo, comumente, não há orçamento para contemplar o financiamento de todas as propostas, o que acirra a concorrência, já inerente ao campo científico, entre os/as pesquisadores/as proponentes e acresce a importância simbólica do ganho da bolsa de produtividade em pesquisa, conforme também observa Isabel Tavares (2008).

A competição é bem acirrada nessa modalidade de bolsa, entre outros motivos, porque essas bolsas não atendem a toda demanda qualificada, tornando-se, então, elemento de distinção acadêmica entre os cientistas, abrindo espaço para a polêmica a respeito das dificuldades que os pesquisadores encontram para conseguir entrar no sistema. (TAVARES, 2008, p. 43).

Portanto, é possível percebermos, entre as nuances mais normativas, os valores que realmente importam nos critérios dispostos pelo CNPq e pelos comitês de assessoramento. O julgamento ultrapassa a aferição objetiva do projeto de pesquisa submetido e, também, das produções científicas do/as proponentes, não estando diretamente vinculado ao desempenho acadêmico e às produções do/a pesquisador/a, mas ao capital científico e, portanto, simbólico, adquirido por ele/a. Em sentido contrário, Gilda Olinto (2011) afirma que

A passagem do pesquisador pelos diferentes níveis da bolsa de produtividade obedece a critérios de desempenho. A mudança de nível representa o cumprimento de requisitos de publicações e atuação acadêmica, entre estes a atuação em cargos de chefia, de liderança acadêmica. (OLINTO, 2011, p. 75).

Ocorre que, além de os critérios de desempenho – e o peso de cada um deles – serem definidos pela própria “comunidade” científica da área de conhecimento, o julgamento das propostas não consiste em uma hierarquização objetiva dos projetos e/ou das carreiras, mas uma aferição pouco precisa do capital científico do/a proponente, constituído, complexamente, por diversas variáveis, que operam diferentemente a cada trajetória científica. É o maior ou menor grau de capital científico que vai determinar a posição de um sujeito no campo científico. Na concorrência pela bolsa PQ, quanto maior o reconhecimento pelos pares, maior será o nível da bolsa de produtividade e mais certificada será a autoridade científica. Com regras próprias, o campo científico obedece a lógicas semelhantes às de outros campos, como o econômico. Nesse sentido, Bourdieu (2004) assevera que

De fato, o mundo da ciência, como o mundo econômico, conhece relações de força, fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e reprodução, conhece também lutas que, em parte, têm por móvel o controle dos meios de produção e de reprodução específicos, próprios do subuniverso considerado. (BOURDIEU, 2004, p. 34).

O relevante traço distintivo do campo científico é a propriedade simbólica de um capital próprio, que guia as escolhas e as expectativas do/a pesquisador/a. O prestígio, entendido por Bourdieu (2017, p. 30) como “[...] a posição nas hierarquias propriamente intelectuais ou científicas”, é fruto de um investimento exitoso na atividade de pesquisa (BOURDIEU, 2017) e é conferido pelos agentes do campo. No mercado dos bens simbólicos científicos, o capital inicial – escolar, econômico, cultural etc. – é relevante para a aquisição de capital científico, mas, tendo em vista a autonomia relativa do campo, não é determinante por si só.

Emerge, assim, a importância das estratégias e da agência dos sujeitos como fundamentais para a obtenção de um lucro simbólico. Para o autor,

Não há “escolha” científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação, [...] – que não seja uma estratégia de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isso é, a obtenção do reconhecimento dos pares concorrentes. (BOURDIEU, 1983, p.126-127).

Ocorre que não necessariamente a/o pesquisador/a lança mão de uma estratégia eficaz ou, mesmo que o faça, consegue alcançar o resultado almejado. Para tanto, as condições de possibilidade, relacionadas não apenas aos capitais iniciais, mas, também, ao contexto histórico e às ações dos outros agentes do campo, são essenciais para o sucesso do/a cientista na busca pela autoridade científica.

Com o objetivo de compreender o processo de aquisição de capital científico pelas bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq vinculadas à UFBA, neste estudo será analisado o curso de vida das pesquisadoras contempladas com tais bolsas. Para tanto, três serão os eixos que guiarão a análise do processo de construção dessas carreiras científicas exitosas: a) entender os possíveis privilégios e/ou capitais iniciais; b) identificar as estratégias utilizadas por essas bolsistas para lidar com as contingências da carreira; e c) mapear as condições de possibilidade impostas às pesquisadoras.

Desse modo, não se pretende com este trabalho, ouvindo as bolsistas de produtividade, coletar delas uma narrativa que justifique como alcançaram o topo da carreira científica no Brasil, sob pena de forjarmos explicações artificiais para essas trajetórias. Ao contrário, a oitiva das pesquisadoras visa a criação de subsídios para

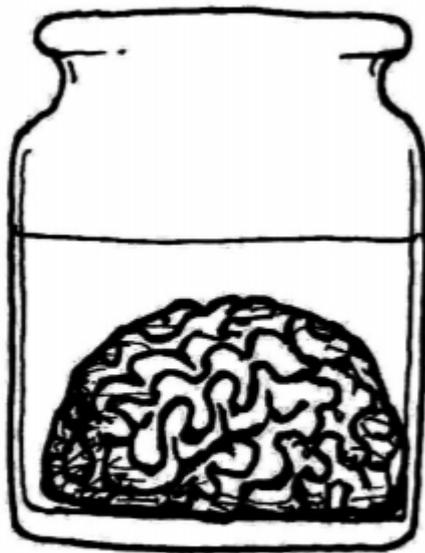
entendermos o processo em torno da aquisição do capital científico e da conquista da autoridade científica em cada caso especificamente. Isso porque é a articulação das categorias analíticas gênero, raça/etnia, classe social e geração, bem como as condições de possibilidades, materializadas no contexto histórico e nas condições do campo, por exemplo, que produzem as dinâmicas de inserção e progressão dessas mulheres na carreira acadêmica.

Quanto aos campos intelectuais, mais notadamente o literário, Bourdieu (1996) traz essa reflexão ao apontar que

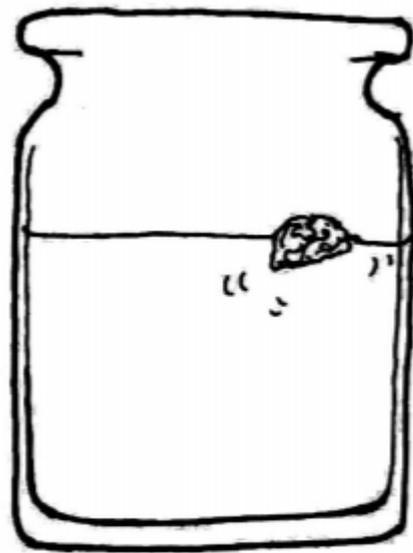
[...] a hierarquia real dos fatores explicativos impõe inverter a progressão adotada ordinariamente pelos analistas: é preciso perguntar não como tal escritor chegou a ser o que foi – com o risco de cair na ilusão retrospectiva de uma coerência reconstruída –, mas como, sendo dadas a sua origem social e as propriedades socialmente constituídas que ele lhe devia, pôde ocupar ou, em certos casos, produzir as posições já feitas ou por fazer oferecidas por um estado determinado do campo literário (etc.) e dar, assim, uma expressão mais ou menos completa e coerente das tomadas de posição que estavam inscritas em estado potencial nessas posições (por exemplo, no caso de Flaubert, as contradições inerentes à arte pela arte e, de maneira mais geral, à condição de artista). (BOURDIEU, 1996, p. 244).

Assim, o recorte próprio deste estudo é lançar olhares sobre a articulação entre as estruturas sociais – e algumas nuances que delas se extraem – e o poder de agência das cientistas, por meio de estratégias mais ou menos conscientes. Essas estratégias podem ser, tantas vezes, relacionadas ao uso de privilégios de origem social, raça/etnia, geração ou mesmo geográfico para alcançar posições de poder e autoridade dentro do campo que não são acessíveis a outras mulheres. É preciso evidenciar também que a análise dessas estratégias neste trabalho não será feita a partir de um juízo de valor moral, conferindo um sentido pejorativo ou apontando qualquer demérito no uso consciente ou inconsciente de posições de poder para obtenção de capital simbólico específico do campo. Ao contrário, a análise será no sentido de entender se e como é possível desenvolver estratégias como instrumentos para driblar as desigualdades sociais, especialmente as de gênero, que impossibilitam que grande parte das mulheres alcancem os lugares de prestígio na carreira científica.

As Mulheres Primitivas não precisavam estudar, pois eram fracas da cabeça. O cérebro feminino não apenas era menor, mas também feito de uma substância macia, esponjosa e leve.



CÉREBRO
MASCULINO



CÉREBRO
FEMININO

2 UM OLHAR FEMINISTA E INTERSECCIONAL SOBRE AS CARREIRAS CIENTÍFICAS: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O processo de construção desta tese é fortemente marcado pela construção da minha própria trajetória, não apenas profissional, mas, também, pessoal. Assim, apresentar os aspectos teóricos, metodológicos e epistemológicos deste trabalho passa, necessariamente, por situar minha posição enquanto investigadora e explicitar que ser uma mulher feminista afeta minhas escolhas de análise. Desde a escolha pelo objeto de estudo até as dimensões mais práticas da pesquisa, passando pelas estratégias teórico-metodológicas, esta tese é atravessada pela perspectiva de gênero, em especial pelas críticas feministas às ciências e pelos estudos feministas de ciências e tecnologias. Por outro lado, se essa é minha posição demarcada e declarada, não há quem possa produzir conhecimento científico sem os pés fincados em um determinado solo, porque

[...] toda pesquisa envolve sempre um conjunto de escolhas que, além de indicar adesões teórico-metodológicas e políticas a determinados referenciais de abordagem, análise e interpretação da realidade social, implicam, simultaneamente, na explicitação de uma posição ontológica do/a investigador/a que, ao expor *seu* olhar sobre uma determinada problemática, se situa como sujeito que traz as marcas de sua inserção sócio-histórica no contexto que se propõe a investigar. (MACÊDO, 2008, p. 46)

Neste trabalho, cujo objeto é a própria carreira acadêmica, minha inserção como pesquisadora é ressaltada, porque, ainda que em níveis muito diferentes, trata-se da mesma profissão e do mesmo campo, o científico, e, nesse sentido, as múltiplas posições que ocupo na UFBA complexifica, como a apresentação deste estudo já

trouxe, a minha implicação na pesquisa. Por outro lado, para Bourdieu (2014b), o fazer científico nas ciências sociais, pelo seu próprio objeto, requer, além de uma rigorosa vigilância epistemológica, o esforço pela objetivação do/a investigador/a. A esse respeito, ele nos alerta que

Para descobrir o que está por excelência oculto, o que escapa ao olhar da ciência porque se esconde no próprio olhar do cientista, o inconsciente transcendental, é necessário historicizar o sujeito da historicização, objectivar o sujeito da objectivação, ou seja, o *transcendental histórico* cuja objectivação é a condição de acesso da ciência à consciência de si, ou seja, ao conhecimento dos seus pressupostos históricos. É necessário pedir ao instrumento de objectivação constituído pelas ciências sociais o meio de resgatar essas ciências da relativização a que estão expostas enquanto as suas produções continuarem a ser determinadas pelas determinações inconscientes inscritas no cérebro do cientista ou nas condições essenciais no interior das quais ele produz. (BOURDIEU, 2014b, p. 120).

Como consequência de um objeto “demasiadamente importante e melindroso”, Bourdieu (2014b) posiciona as ciências sociais no campo científico como uma ciência com menor autonomia relativa, se comparada com as ciências naturais ou, mais especificamente, com a física. É uma ciência que está “exposta à heteronomia” e, além disso, enfrenta singular dificuldade para a ruptura com o social, que talvez seja mais bem definido como senso comum. Assim, Bourdieu (2014b) traz que

[...] é necessário associar uma visão construtivista da ciência a uma visão construtivista do objecto científico: os factos sociais são socialmente construídos e qualquer agente social, como o cientista, constrói tão bem como mal e pretende impor, como maior ou menor força, a sua visão singular da realidade, o seu “ponto de vista”. É isso que faz com que a sociologia, quer queira quer não (e, na maioria das vezes, quer), seja parte interessada nas lutas que descreve. (BOURDIEU, 2014b, p. 122).

O autor propõe, como uma “forma específica de vigilância epistemológica”, a reflexividade como instrumento “[...] eficaz de reforçar as hipóteses de se aceder à verdade ao reforçar as censuras mútuas e ao fornecer os princípios de uma crítica técnica, que permite controlar de forma mais atenta os factores susceptíveis de alterar o sentido da investigação.” (BOURDIEU, 2014b, p. 123). A noção bourdieusiana de reflexividade, de objetivar o sujeito da objetivação, não é substancialmente diversa da epistemologia feminista perspectivista, que também será discutida um pouco mais à

frente, neste capítulo, e “que defende um saber fundamentado no ponto de vista das mulheres.” (SARDENBERG, 2002, p. 100).

Entretanto, a opção por não escolher um ou outro conceito, mas utilizá-los conjunta e alinhadamente se dá pela importância de ressaltar duas questões epistemológicas essenciais neste trabalho: ser uma mulher feminista desenvolvendo uma pesquisa científica e ser uma pesquisadora estudando o campo científico, especialmente cientistas vinculadas à instituição da qual também faço parte, inclusive com diferentes atuações. Nesse sentido, Bourdieu, analisando sua própria incursão no estudo do campo científico a partir das universidades francesas, afirma que

[...] quando pretendo objectivar um objecto como a universidade francesa na qual me incluo, tenho como objectivo, e devo sabê-lo, objectivar toda uma faceta do meu inconsciente específico que pode ser um obstáculo ao conhecimento do objecto, sendo todo o progresso no conhecimento do objecto inseparavelmente um progresso no conhecimento da relação com o objecto, portanto, no domínio da relação não analisada com o objecto (a “polêmica da razão científica” de que fala Bachelard pressupõe quase sempre uma suspensão da polêmica no sentido vulgar). Por outras palavras, tenho tantas mais hipóteses de ser objectivo quanto mais tiver completamente objectivado a minha própria posição (social, universitária, etc.) e os interesses, principalmente os interesses propriamente universitários, ligados a essa posição. (BOURDIEU, 2014b, p. 128).

Desse modo, todo o esforço que fiz para me apresentar enquanto pesquisadora, desde a introdução deste trabalho, teve tanto a ver com me posicionar para quem faz a leitura dele, desvelando meu ponto de vista, quanto foi um exercício de pensar-me como sujeito dentro deste estudo, numa tentativa de objetivar meu lugar e entendê-lo a partir das condições sociais (e históricas) de possibilidade. Para Bourdieu (2014b),

Fazer da objectivação do sujeito da objectivação a condição prévia da objectivação científica é, portanto, não só tentar aplicar à prática científica os métodos científicos de objectivação [...], mas também esclarecer cientificamente as condições sociais de possibilidade da construção sociológica e do sujeito desta construção. (BOURDIEU, 2014b, p. 129).

Tais condições de possibilidade permitiram a construção desse objeto, desta pesquisa e a minha própria construção, em aspectos por vezes tão intrínsecos ou constitutivos de quem eu sou, que a objetivação tem sido fruto de um processo constante de pensar e repensar meu curso de vida e todas as interseções que me

atravessam, de revisitar minhas posições e disposições, num esforço para relacioná-las às “escolhas” desta pesquisa. É uma forma, mesmo, de vigilância, que Bourdieu (2014b) nomeou de reflexividade. “Esta concepção reformista da reflexividade pode [...] estar no princípio de uma espécie de *prudência epistemológica* que permite antecipar as hipóteses prováveis de erro ou, de forma mais lata as tendências e as tentações inerentes a um sistema de disposições, a uma posição ou à relação entre ambos.” (BOURDIEU, 2014b, p. 127).

Pensando nas “escolhas”, o próprio objeto e a opção por uma análise dos diversos aspectos que constituem a realidade das bolsistas PQ – e, por isso, influenciam relevantemente para o ingresso, a permanência e a ascensão dessas mulheres no espaço acadêmico – demandam que este estudo congregue dados qualitativos e quantitativos. Com a combinação desses métodos, almejo estudar a trajetória e as práticas acadêmicas das bolsistas e, instruída por esses dados, somados aos das universidades e aos do CNPq, tentar compreender um pouco da dinâmica da produção da pesquisa científica no Brasil, a partir de uma perspectiva feminista e com uma abordagem interseccional que contemple os aspectos de gênero, étnicos-raciais, geracionais e de tradição familiar, de classe social de origem e de *habitus*, relevantes às dinâmicas próprias do campo científico. Para tanto, além de entrevistar as participantes, foi importante o levantamento de informações relativas à coletividade de pesquisadores/as PQ da UFBA, bem como de dados que permitam situar esta universidade no cenário nacional. Com a combinação desses métodos, este trabalho traz a análise da trajetória e das práticas acadêmicas das bolsistas e, instruído por dados de diversas fontes, tenta apresentar um pouco da dinâmica das produções científicas no país, a partir de uma perspectiva feminista e com uma abordagem interseccional.

Nesse processo, uma vez delimitado o tema e feita uma revisão de literatura concisa sobre as críticas feministas às ciências, precisei me familiarizar com o objeto de pesquisa e lançar um primeiro olhar às mulheres que participam deste estudo. Assim, por meio de pesquisa exploratória, foram levantados no banco de dados do

sítio do CNPq¹² os nomes, os níveis e as áreas de todos/as os/as 207 (duzentos e sete) pesquisadores/as bolsistas PQ vinculados à UFBA em setembro de 2018, após os resultados da Chamada CNPq n. 12/2017. A partir disso, identifiquei as 81 (oitenta e uma) mulheres que compunham o universo de pesquisadores/as da instituição.

O passo seguinte foi acessar, de modo articulado, o currículo Lattes de cada uma delas, bem como as informações contidas no Portal da Transparência do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União¹³, com o objetivo de obter outras informações relevantes, como o local, o ano e a área de formação, o tipo de vínculo, se está em atividade ou aposentada, a unidade de lotação etc. Nessa etapa, duas bolsistas PQ foram excluídas do universo da pesquisa por terem saído do corpo funcional da UFBA para integrar o da UFRGS, uma em 2016 e outra em 2018. Com o total de 79 (setenta e nove) mulheres, aproximadamente 39% do total de bolsistas PQ da UFBA. Depois, por meio da Plataforma Sucupira, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, averiguamos em quais programas de pós-graduação da UFBA essas bolsistas estão cadastradas, em 2019, como docentes permanentes. Quanto aos dados obtidos na Plataforma Sucupira, houve divergências em relação aos disponíveis no banco e dados do CNPq¹⁴. Além dessas incongruências, alguns/algumas bolsistas estão cadastrados/as como “não bolsistas PQ” no banco de dados da Plataforma da CAPES por erro¹⁵. Nesses casos, cuja identificação foi possível porque os/as bolsistas aparecem, também, em outros programas, as informações foram retificadas com base no conteúdo publicado nos currículos Lattes. Outros dados, como data de nascimento, ano de ingresso na instituição e cor, foram obtidos, em junho de 2019, através da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas da UFBA – PRODEP. Além disso, a pretensão de realizar um estudo quantitativo e qualitativo que desse conta da complexidade desse

¹² Disponível em: <http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.buscapelonome2a2?f_inst_uf=BA&f_inst=02910000000&v_sele_modal=BOL_CURSO>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

¹³ Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/consulta?ordenarPor=orgaoLotacao&direcao=asc>>. Acesso em 20 de setembro de 2018.

¹⁴ Há três questões preponderantes que causam tais divergências: a) Bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora – DT; b) pesquisadores/as de outras instituições; c) pesquisadores/as que receberam a bolsa PQ em 2019; e d) pesquisadores/as que perderam a bolsa em 2019.

¹⁵ Este é o caso, por exemplo, de uma docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que teve sua bolsa renovada em 2019, e do Programa de Pós-Graduação em Física, no qual nenhum/a dos/as docentes permanentes aparecia como bolsista de produtividade em pesquisa.

universo, nos levou ao uso de três métodos complementares: a aplicação de questionários, a análise dos memoriais para promoção à classe de professora titular¹⁶ e a realização de entrevistas.

Quanto aos questionários, a opção por um formulário extenso (Anexo I) com 29 seções diminuiu a nossa expectativa pelo número de respostas, mas qualificou as informações que conseguimos produzir a partir deles. O principal fator que motivou essa escolha é que grande parte dos dados objetivos, como idade, ano e local de formação e vínculo mantido pela bolsista com a instituição, já havia sido obtida por outras fontes, como os dados acadêmicos na plataforma Lattes e os dados pessoais e funcionais pela PRODEP, como dissemos. Enviado para todas as bolsistas PQ da UFBA, nas respostas aos formulários foram fornecidas, espontaneamente, informações como raça/etnia, classe social de origem, maternidade, se possuem outros parentes na carreira acadêmica, as expectativas familiares, jornada semanal de trabalho como pesquisadora etc. Assim, tendo em vista não apenas o modelo adotado, mas, também, o público para o qual foi direcionado, é volumoso o percentual obtido de mais de 20%¹⁷ de respostas.

Os quatro memoriais que tivemos acesso, todos de bolsistas PQ-1, trazem reflexões do curso de vida e das trajetórias das pesquisadoras. Em um processo de autoanálise das diversas dimensões constitutivas de suas vidas acadêmicas, elas discutem alguns aspectos caros a este estudo, como conjugalidade, maternidade e origem familiar.

No que tange às entrevistas, elas são em profundidade e é a partir delas que almejamos relacionar as trajetórias profissionais e o curso de vida dessas pesquisadoras. Foram contatadas 12 (doze) pesquisadoras, escolhidas a partir de um conjunto de critérios. O primeiro deles – e mais importante, ao nosso ver – é o nível da bolsa PQ, haja vista que apenas 2 das 79 bolsistas são contempladas com bolsas PQ-1A e 5 com bolsas PQ-1B. A relevância desse critério constitui o próprio objeto de pesquisa, que é compreender o processo de aquisição de capital científico a partir da

¹⁶ Agradeço à professora Cecília Sardenberg por ressaltar a importância dessa fonte para a pesquisa.

¹⁷ Dezesete, das setenta e nove pesquisadoras, responderam às questões propostas.

análise das estratégias utilizadas pelas pesquisadoras reconhecidas pelos pares concorrentes como autoridades científicas.

Uma vez que geração é uma das categorias analíticas do estudo, o segundo critério adotado foi a idade das pesquisadoras. Há um amplo intervalo de 50 anos entre as idades das bolsistas mais velha e mais nova, o que sugere que suas trajetórias profissionais e pessoais sejam marcadas por aspectos geracionais e por contextos históricos diversos. Além desses critérios, escolhemos duas pesquisadoras que tiveram sua situação modificada em 2019, após o resultado da Chamada CNPq n. 09/2018 – Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ. Uma delas não teve sua bolsa renovada e a outra, bolsista PQ-1C, foi contemplada com a bolsa PQ-1B. Com isso, foram selecionadas 11 participantes, das quais, segundo informações fornecidas pela PRODEP, cinco não declararam sua cor, quatro se autodeclararam brancas e duas pardas. Desse modo, acrescentamos, com base no critério de identidade étnico-racial, uma única pesquisadora que se declarou, junto à PRODEP, como preta.

A partir desses parâmetros, selecionamos 12 pesquisadoras e a adoção desses critérios atendeu a outro, igualmente relevante, que é área de conhecimento à qual cada bolsista está vinculada. Portanto, foram convidadas pesquisadoras de artes, saúde, letras, ciências sociais, arquitetura, história, física e veterinária. Das doze pesquisadoras, nove foram entrevistadas, incluídas a pesquisadora bolsista PQ mais jovem, a mais velha, a que se autodeclarou preta, a que progrediu no nível de bolsa no ano subsequente ao da pesquisa, a que perdeu a bolsa em 2019, três bolsistas PQ-1B e uma PQ-1A. Quanto ao nível de bolsa de produtividade, duas pesquisadoras PQ-1B não participaram da pesquisa e não foram substituídas por outras, pois não eram as únicas representantes de suas áreas de conhecimento e, especialmente, porque todas as demais bolsistas PQ-1B da instituição já haviam sido entrevistadas. Quanto às duas bolsistas PQ-1A, apenas uma delas aceitou participar da pesquisa. Desse modo, houve redução de 12 para 9 no número de participantes entrevistadas.

A escolha por realizar entrevistas em profundidade a partir de roteiro com questões abertas (Anexo II) se deu por imposição dos objetivos do trabalho. Assim, na primeira etapa da pesquisa qualitativa, todas as bolsistas PQ da instituição foram convidadas a responder a um questionário estruturado; na segunda etapa, através das entrevistas, o objetivo visado era a possibilidade de verticalizar algumas questões

centrais e poder particularizar e “personalizar” as perguntas de modo a entender como se deu o processo de construção das carreiras de cada uma das entrevistadas, tentando compreender, nesse processo, as dinâmicas específicas de classe social, gênero, raça/etnia, geração, seu entrelaçamento e possíveis interações com as áreas de conhecimento. Nesse sentido, Bourdieu (2012) salienta que

[...] o desejo de descobrir a verdade, que é constitutivo da intenção científica, fica totalmente desprovido de eficácia se ele não é atualizado sob a forma de uma “profissão”, produto incorporado de todas as pesquisas anteriores que não tem nada de um saber abstrato e puramente intelectual: essa profissão é uma verdadeira “disposição a perseguir a verdade” [...], que leva a improvisar na hora, na urgência da situação de entrevista, as estratégias de apresentação de si e as respostas adaptadas, as aprovações e as perguntas oportunas, etc., de maneira a ajudar o pesquisado a dar a sua verdade ou, melhor, a se livrar da sua verdade. (BOURDIEU, 2012, p. 708 e 709).

Ainda pensando sobre as entrevistas, a tranquilidade quanto a um dos aspectos éticos mais importantes, que é a participante ter pleno conhecimento do que é a pesquisa e quais são suas finalidades científicas, não veio sem um custo alto. Ciente da problemática posta por Bourdieu (1983) no que tange à proposta do anonimato¹⁸, questionei todas elas quanto à possibilidade do uso de seus nomes na tese sem, contudo, omitir perguntas pessoais e “indiscretas”, como caracteriza o autor, que são partes constitutivas da análise desta pesquisa; é o caso das relações pessoais com a família e os amigos e, ainda mais intimamente, dos aspectos da conjugalidade e da maternidade. Apesar de respostas enfáticas quanto à possibilidade de identificação de seus nomes por quase todas as pesquisadoras, tento preservar o anonimato dessas mulheres em grande parte das respostas que, ao longo das entrevistas, me foram confidenciais. Em alguns trechos, caracterizo mais detalhadamente a pesquisadora; em outros, tendo em vista o pequeno número de bolsistas PQ com alguns predicados, como em determinados níveis ou em específicas áreas do conhecimento, opto por uma caracterização genérica, numa tentativa equilibrada de

¹⁸ “Daí as dificuldades que encontramos nas pesquisas sobre intelectuais, cientistas ou artistas, tanto nas entrevistas quanto na publicação dos resultados: propor o anonimato a pessoas que estão ocupadas em fazer um nome é suprimir a motivação principal da participação numa entrevista; não lhe propor é proibir-se de fazer perguntas ‘indiscretas’, isto é, objetivantes e redutoras. A publicação dos resultados coloca problemas equivalentes, nem que seja pelo fato de que o anonimato tem, como efeito, tornar o discurso ininteligível ou transparente segundo o grau de informação dos leitores (e isto mais ainda nesses casos, visto que muitas posições só contam com um elemento: um nome próprio).” (BOURDIEU, 1983, p. 132).

trazer os aspectos mais importantes para o trabalho sem, contudo, expor demasiadamente essas mulheres.

Dito isso, este capítulo, dedicado a apresentar os aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos da pesquisa a partir de uma perspectiva feminista e propondo uma análise interseccional dos dados produzidos, está dividido em duas seções. Na primeira, será discutida a epistemologia feminista perspectivista e, na segunda, serão explicitados alguns conceitos fundamentais deste estudo, quais sejam: a) uma leitura do campo científico bourdieusiano a partir da perspectiva de gênero e b) a noção de interseccionalidades, enquanto ferramenta teórico-metodológica.

2.1 OBJETIVIDADE CORPORIFICADA: UMA DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA

Apesar de inseridas num movimento mais amplo de críticas às ciências, as críticas feministas se debruçam particularmente sobre as relações de gênero, contestando e contextualizando social, cultural e historicamente o conteúdo das ciências e as supostas diferenças entre homens e mulheres na produção de conhecimento científico. Parte inerente desse processo, portanto, é a construção de uma proposta epistemológica própria, que se distancie da que tradicionalmente foi entendida como *adequada*. Isso inclui, por exemplo, reformular as noções hegemônicas de ciência, segundo as quais cumpre ao pesquisador manter-se isento em relação ao seu objeto de estudo – tarefa sem a qual não seria possível caracterizar como científicos os conhecimentos produzidos por pesquisadoras e pesquisadores feministas. A educadora Guacira Louro nos alerta para a gravidade do impasse produzido por essa noção de ciência desinteressada:

Se admitirmos como padrão de ciência – e então de pesquisa, como meio de fazer ciência – uma ação regida por paradigmas teóricos e por ordenados procedimentos metodológicos, caracterizada pela atitude desinteressada, objetiva, isenta; se, ao mesmo tempo, entendemos que o feminismo implica um posicionamento interessado, comprometido e político, estamos diante de um impasse: ou somos cientistas/pesquisadoras ou somos feministas. Seria impossível ser uma *pesquisadora feminista*. [...] Aceitar ou reivindicar tal qualificação supõe um processo que passa, certamente, por uma aceitação anterior: a de que nenhuma pesquisa, ou melhor nenhuma ciência é desinteressada ou neutra. A pesquisa feminista é, então,

assumidamente, uma pesquisa interessada e comprometida, ela fala a partir de um dado lugar. (LOURO, 2017, p. 146-147).

A produção de conhecimento científico a partir de uma posição desvelada só é admissível se superados falsos impasses relativos à neutralidade das ciências. Isso é possível com a construção de uma proposta epistemológica que seja capaz de tomar o/a pesquisador/a enquanto sujeito histórico, cuja posição é parte importante e indissociável da pesquisa, ao passo em que afirma a impossibilidade de uma posição neutra, asséptica ou mesmo fixa¹⁹.

Assim, no enfrentamento do suposto impasse entre ser feminista e ser cientista, a adoção de uma epistemologia feminista, que contemple a análise das relações de gênero no momento de situar o sujeito pesquisador, é fundamental. Isso porque

Um das contribuições mais provocativas e férteis dos Estudos Feministas consiste [...] em reconhecer que os comportamentos, as crenças, as representações das/os pesquisadoras/es feministas interferem nos resultados de suas pesquisas – da mesma forma que interferem as de *qualquer* pesquisador ou pesquisadora. Abandonase uma pretensão de objetividade, que apenas esconderia ou invisibilizaria a parcialidade sempre insinuada nas análises. (LOURO, 2017, p. 158).

Essa não é uma discussão nova. Há algumas décadas, a filósofa estadunidense Sandra Harding (1987) já salientava que o elemento subjetivo da análise é justamente o que proporciona a objetividade da investigação científica. Além da proposição de novos objetos de estudo, os/as pesquisadores/as feministas contribuem, sobretudo, com a construção de outro marco epistemológico, no qual situa o/a investigador/a no mesmo plano crítico do objeto de estudo (HARDING, 1987). Para a autora,

A melhor análise feminista vai além dessas inovações no objeto de uma maneira crucial: ela insiste que o/a pesquisador/a seja colocado/a no mesmo plano crítico do objeto pesquisado, recuperando, assim, todo o processo de pesquisa para análise dos seus resultados. Ou seja, as suposições de classe, raça, cultura e gênero, crenças e comportamentos do/a próprio/a pesquisador/a devem ser colocadas dentro da moldura da imagem que ele/ela pretende pintar. Isso não significa que a primeira metade de um relatório de pesquisa deva se

¹⁹ Nesse sentido, Sardenberg (2016, p. 211), em uma autocrítica da sua atuação em campo enquanto antropóloga feminista, ressalta que “[...] nossa posicionalidade não é fixa nesse ou qualquer outro contexto, ela é sempre relativa, não só em função do contexto, mas também dos diferentes ‘encontros’, etnográficos ou não, que nele têm lugar”.

dedicar à busca da alma (embora uma pequena busca da alma pelos/as pesquisadores/as de vez em quando não possa ser tão ruim!). Em vez disso, [...] muitas vezes nos explicita como ele/ela suspeita que isso tenha moldado o projeto de pesquisa – embora, é claro, tenhamos liberdade para chegar a hipóteses contrárias sobre a influência da presença do/a pesquisador/a em sua análise. Assim, o/a pesquisador/a nos aparece não como uma voz de autoridade invisível e anônima, mas um indivíduo real e histórico com desejos e interesses concretos e específicos. (HARDING, 1987, p. 9, tradução nossa).

Individualizar os sujeitos cognoscentes não é só uma maneira de tornar o estudo mais objetivo por trazer um olhar declaradamente feminista, apresentando sobre que bases esteiam suas análises. Isso é, também, historicizar esses sujeitos em suas complexidades. Assim, a adoção de uma identidade universal de mulher me parece contraditória à melhor análise feminista descrita por Harding (1987), uma vez que esse processo vai além de tomar gênero como uma categoria analítica central para as críticas feministas às ciências e passa, necessariamente, pela construção de estratégias epistemológicas que deem conta da multiplicidade de pesquisadores/as. É nesse sentido que Sardenberg afirma que

[...] uma epistemologia feminista deve construir-se, necessariamente, através de um processo de mão dupla, ou seja, de um processo tanto de desconstrução como de construção [...] Cabe-lhe, pois, propor princípios, conceitos e práticas que possam superar as limitações de outras estratégias epistemológicas, no sentido de atender aos interesses sociais, políticos e cognitivos das mulheres de outros grupos historicamente subordinados. (SARDENBERG, 2002, p. 97)

É, portanto, parte importante da análise feminista a ruptura com a noção essencialista e universal de mulher e, sobretudo, a adoção de estratégias que promovam produção de conhecimento científico a partir de diferentes perspectivas. Essa é uma luta política, social e epistemológica que surge como consequência do refinamento dos valores intrínsecos às críticas feministas às ciências modernas. Assim, é da desconstrução do sujeito homem que decorre, também, a desconstrução do sujeito mulher, como afirma Harding (2019):

Uma vez entendido o caráter arrasadoramente mítico do “homem” universal e essencial que foi sujeito e objeto paradigmático das teorias não feministas, começamos a duvidar da utilidade da análise que toma como sujeito ou objeto uma mulher universal – como agente ou como matéria do pensamento. Tudo aquilo que tínhamos considerado útil, com base na experiência social de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente

suspeito, assim que começamos a analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher. [...] Uma vez que se tenha dissolvido a ideia de um homem essencial e universal, também desaparece a ideia de sua companheira oculta, a mulher. Ao invés disso, temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura. (HARDING, 2019, p. 96-97).

Essas vivências, em suas complexidades, forjam pontos de vista bastante particulares para uma variedade de mulheres. Com isso, o olhar de uma pesquisadora – assim como de um pesquisador – será sempre a partir de uma perspectiva, mutável até mesmo ao longo da vida desse indivíduo. Para os feminismos perspectivistas, “[...] todo conhecimento se constrói a partir de um posicionamento social (histórico, cultural) específico, refletindo [...] o que se pode apreender da perspectiva que se tem desses diferentes ângulos.” (SARDENBERG, 2002, p. 103). Há, por um lado, um distanciamento do chamado feminismo empiricista, que denuncia o androcentrismo nas ciências modernas, mas sem verticalizar a discussão quanto à verdade científica. Por outro, o feminismo perspectivista sofre duras críticas do feminismo pós-moderno, “alega-se, por exemplo, que a perspectiva resvala no ‘essencialismo’, ao postular, por implicação, a ‘universalidade’ da experiência feminina.” (SARDENBERG, 2002, p. 105).

Em meio a esses debates, Donna Haraway (1995), revendo seu próprio posicionamento, constrói um caminho alternativo, um meio-termo, redefinindo os parâmetros da objetividade na produção científica. A autora argumenta que não há conhecimento que não seja situado, sem, contudo, ceder às relativizações; ao contrário, radicaliza a noção de objetividade (SARDENBERG, 2002). Ela propõe, então, a “objetividade corporificada”, “[...] que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados.” (HARAWAY, 1995, p. 18). Para Sardenberg (2002), com essa doutrina, a bióloga e filósofa estadunidense insiste não apenas na noção de um ponto de vista parcial, mas, também, corporificado, destacando o lugar onde se situa o sujeito no campo de visão.

Ao resgatar a alegoria do uso da visão como sentido fundamental para ressignificar a objetividade, Haraway (1995) afirma que

[...] de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. (HARAWAY, 1995, p. 21).

A autora destaca que a visão objetiva é uma promessa da perspectiva parcial e continua:

A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (HARAWAY, 1995, p. 21).

Desse modo, o ponto de vista de um indivíduo não é passivo e a objetividade feminista decorre da corporificação desse olhar, num exercício de decifrar e situar o sujeito que vê; localizá-lo é, também, torná-lo responsável. Para Haraway (1995, p. 22), “[...] todos os olhos, incluídos os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver [...]”. Assim, toda produção de conhecimento científico se dá a partir de olhares sempre parciais de pesquisadores e pesquisadoras, qualquer que seja sua posição no espaço social.

É nesse sentido que a socióloga Dorothy Smith (1987, p. 6) afirma que “[...] como todo mundo, o sociólogo também existe através do seu corpo, no lugar no qual este está.” Assim como Patricia Hill Collins (2016), ao formular o conceito de *outsider within* – ou *forasteira de dentro* –, Smith (1987) toma as dinâmicas de produção de conhecimento em Sociologia como objeto de estudo e discute as relações de gênero nesse espaço. A discussão travada pela autora pode ser alargada para outras áreas e, certamente, lança um feixe de luz nos estudos sociais das ciências.

A autora tece críticas à Sociologia organizada a partir da posição social dos homens brancos, posição essa objetivada e escanteada das análises sociológicas (SMITH, 1987). Por isso, ela defende que um ponto de vista fincado nas experiências das mulheres detém privilégio epistêmico (SARDENBEG, 2002), pois com ele a Sociologia localiza o sujeito cognoscente. Para a autora,

Os sujeitos das sentenças sociológicas (se elas têm um sujeito) são machos. O sociólogo é “ele”. E mesmo antes de ficarmos conscientes de nosso sexo como a base de uma exclusão (eles não estão falando sobre nós), nós, no entanto, não nos colocamos totalmente como os sujeitos dessas declarações, pois devemos suspender nosso sexo e nosso conhecimento de quem somos, assim como quem é aquele que está de fato falando e de quem está falando. (SMITH, 1987, p. 8).

Essa suspeição infligida às mulheres (e a outros grupos em posições sociais não hegemônicas) impõe consciência e análise desse ponto de vista. “Antes de tudo, a investigação sociológica, por sociólogas, do nosso mundo diretamente experienciado como um problema é uma forma de descobrir - ou ‘redescobrir’ - a sociedade a partir do seu interior.” (SMITH, 1987, p. 10). Essa não é a regra. Se, por um lado, a Sociologia utiliza teorias, conceitos e métodos para analisar um mundo que é vivido diariamente pelos/as sociólogos/as, por outro,

[...] essas teorias, conceitos e métodos têm sido organizados e construídos a partir de uma forma de conhecer o mundo, que assume a existência de limites de uma experiência no mesmo meio no qual ela é constituída. Dessa forma, assume e subordina, sem examinar, as condições de sua existência. Não é capaz de analisar sua própria relação para com essas condições, porque o sociólogo, como pessoa real em um cenário concreto real, tem sido anulado nos procedimentos que objetificam e o separam de seu conhecimento. Assim, o elo entre essas condições fica perdido. (SMITH, 1987, p. 7)

Como um modo de, ao contrário, fortalecer essa ligação, Smith (1987) propõe uma sociologia alternativa. Ora, “se a sociologia não pode evitar ser situada, então ela deve tomar isso por base e inserir em suas estratégias metodológicas e teóricas.” (SMITH, 1987, p. 8). Desse modo, trazendo essa reflexão para o objeto dessa pesquisa, um exame sociológico do campo científico não prescinde que o/a pesquisador/a reflita sobre a sua posição no campo, tomando esse elemento como essencial para a sua análise. Se, por não ser possível estar fora dele, só é plausível conhecer um mundo socialmente construído de dentro (SMITH, 1987), cientistas também só podem conhecer o campo científico de dentro.

Desse modo, “uma sociologia alternativa deve ser reflexiva [...], que preserve nela a presença, preocupações e experiência do sociólogo como alguém que conhece e descobre.” (SMITH, 1987, p. 92). A reflexividade impõe ao/à sociólogo/a que seu ponto de vista enquanto conhecedor/descobridor seja considerado e analisado, colocado como parte inerente de seu ofício, pois “o sociólogo não pode ignorar que é

próprio de seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista.” (BOURDIEU, 2012, p. 713). Desenvolvendo a relevância dessa análise reflexiva para os estudos sociológicos, inclusive para o processo de objetivação que os distingue do senso comum, Bourdieu (2012) ressalta ainda que o/a sociólogo/a

[...] não pode re-produzir o ponto de vista de seu objeto, e constituí-lo como tal, re-situando-o no espaço social, senão a partir deste ponto de vista muito singular (e, num sentido, muito privilegiado) onde deve se colocar para estar pronto a assumir (em pensamento) todos os pontos de vista possíveis. E é somente à medida que ele é capaz de se objetivar a si mesmo que pode, ficando no lugar que lhe é inexoravelmente destinado no mundo social, transportar-se em pensamento ao lugar onde se encontra o seu objeto (que é também, ao mesmo tempo em uma certa medida, um *alter ego*) e tomar assim seu ponto de vista, isto é, compreender que se estivesse, como se diz, no seu lugar, ele seria e pensaria, sem dúvida, como ele. (BOURDIEU, 2012, p. 713).

Nesse sentido, quanto aos estudos sociais das ciências, emerge a necessidade de uma vigilância epistemológica de duplo grau, por assim dizer. A familiaridade inafastável entre sujeito e objeto (sociólogo/a e mundo social) discutidas por Smith (1987) e Bourdieu (2012) ganham uma nova – e decorrente – dimensão, posto que, como antecipamos, cientistas analisam o campo científico a partir de dentro. Disso decorre um obstáculo epistemológico (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2015), notadamente transponível, que é atentar-se às sistematizações fictícias, já que cientistas sociais das ciências estão, simultaneamente, no mundo social e no campo científico, este parte daquele.

Assim, se os valores que constituem o arcabouço epistemológico da produção de conhecimento científico são forjados a partir, unicamente, do ponto de vista dos homens, essa passa a ser a posição legítima e universal da ciência, a posição supostamente “neutra”; o que se distancia desse parâmetro, portanto, não é científico. Essa discussão não é datada, não “caiu de moda”, pois, como salienta a historiadora das ciências Ilana Löwy (2000),

[...] não devemos esquecer que a ciência é um empreendimento de caráter cumulativo e que seu passado – do qual as mulheres foram excluídas – continua pesando sobre seu presente. [...] Os “grandes cientistas”, aqueles que são percebidos como porta-vozes autorizados da ciência (prêmios Nobel, membros a Academia de Ciências, diretores de instituições prestigiosas ou de laboratórios de elite) são ainda geralmente do sexo masculino. (LÖWY, 2000, p. 24).

Ademais, os efeitos da construção do que hoje entendemos como ciências também afetam diretamente o mundo social e o modo como se edificou, ao longo dos anos, os papéis sociais dos indivíduos lidos como homens e mulheres. Sobre essa relação de causa e consequência, Harding (2019) afirma que

[...] o quadro conceitual dominante das disciplinas se baseava sem dúvida nos valores dominantes do grupo de homens, [...] os resultados das pesquisas produzidas no interior de tal quadro conceitual foram usados para desenhar as políticas sociais que “tornaram real” – instalaram na vida social – apenas o ponto de vista dos homens. (HARDING, 2019, p. 144).

Essa análise das relações de gênero cabe também para outras relações de desigualdade social. Dizer isso não é apagar o contexto histórico e as particularidades das mais diferentes relações de poder no campo científico; é, ao contrário, dizer que, apesar das especificidades, essas relações criam um conjunto de valores, que corresponde a um perfil de cientista e à definição daquilo que é ou não ciência. Por isso, tão importante a posição de Harding (2019), que, a partir das teorias perspectivistas, propõe uma “objetividade forte” como um instrumento para tentar

[...] identificar exatamente o solo do principal problema com as práticas convencionais que visam alcançar a neutralidade nas pesquisas: a homogeneidade das comunidades acadêmicas, que são tanto “naturais” (por exemplo, apenas homens) quanto treinadas (a partir da instrução específica de cada disciplina). Quer dizer, tais comunidades atraem e admitem apenas cidadãos de um conjunto específico de valores e interesses sociais da elite e os treina para práticas de pesquisa que levam adiante tais valores e interesses específicos. (HARDING, 2019, p. 146).

A proposta por uma objetividade forte, que garanta o rigor científico da pesquisa, a confiabilidade dos resultados dessa e, concomitantemente, rejeite a possibilidade de neutralidade científica, surge em oposição à noção até então estabelecida de objetividade como imparcialidade, diretamente associada ao alijamento de grupos sociais subjugados. Para a autora,

A objetividade, ou a incapacidade dela, foi atribuída a indivíduos ou a grupos, tais como para rejeição não elogiosa de mulheres, afro-americanos ou indígenas conhecedores de culturas não ocidentais considerados como sujeitos que tendem a interesses próprios e subjetividade. Eles são rejeitados como incapazes de produzir conhecimento confiável que homens, brancos, ocidentais ou algum

outro grupo dominante pode supostamente produzir. (HARDING, 2019, p. 148).

Não se trata aqui de defender “[...] que o conhecimento produzido por membros de grupos oprimidos é sempre correto e incorrigível” (HARDING, 2019, pp. 153-154) – o que a autora caracterizou como uma má interpretação das teorias perspectivistas. Dessa abordagem decorre uma falsa suposição de que há um grupo homogêneo de mulheres, pessoas negras, pessoas pobres, homossexuais, pessoas velhas etc. e que determinado grupo adquire, com a vivência, um conhecimento irrefutável. O que a autora propõe, em outro sentido, é que a produção científica de um determinado grupo (como as mulheres) sobre as suas próprias experiências não deve ser posto, *a priori*, em suspeição.

Nenhum conhecimento produzido pode ser automaticamente aquiescido. O que a teoria da perspectiva defende é que eles são corrigíveis como qualquer outro. Precisamos lembrar que a falta de confiabilidade de um conhecimento produzido não pode ser defendida mostrando que os pesquisadores possuem alguma motivação ou interesse particular ao produzi-lo. (HARDING, 2019, p. 154).

De modo confluyente, Haraway (1995) afirma que

Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que tem menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. (HARAWAY, 1995, p. 23).

Aqui é importante ratificar que, ao falar em preferência, a autora não defende que apenas membros de um grupo podem pesquisar sobre determinados temas, tampouco defende essa preferência como uma superioridade moral, cognitiva ou de qualquer outra ordem. Ao contrário, Haraway (1995) destaca que, para esses sujeitos cognoscentes, é mais impositiva a análise do seu ponto de vista situado, ou seja, eles (nós) possuem (possuímos) menor espaço para relegar a discussão quanto à corporeidade do conhecimento que produzem (produzimos).

É sobre as bases teórico-epistemológicas feministas, que forjam uma noção própria e corporificada de objetividade, que este trabalho se ancora. Em outras palavras, admitimos que, “[...] não há visão ‘inocente’: de uma maneira ou de outra,

ela é sempre filtrada.” (SARDENBERG, 2002, p. 106). A partir dessa premissa, observamos as carreiras científicas e, em especial, a participação das mulheres nos espaços de maior prestígio na academia, enquanto bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, entendendo que tanto eu quanto essas mulheres possuímos um ponto de vista situado a partir do qual atuamos como pesquisadoras.

2.2 DELIMITANDO CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA PESQUISA

Esta seção é destinada a discutir brevemente alguns dos conceitos fundamentais para este trabalho. Primeiramente, será trazida uma reflexão sobre campo científico a partir da perspectiva de gênero, num exercício de estabelecer um elo entre o conceito bourdieusiano e as teorias feministas adotadas nesta pesquisa. Por fim, será discutida a noção de interseccionalidades.

2.2.1 O campo científico pela perspectiva de gênero: um diálogo possível

A despeito das duras – e justas – críticas feministas²⁰ feitas ao sociólogo francês Bourdieu, especialmente quanto à sistematização do que ele nomeou de “dominação masculina” (BOURDIEU, 2014a), o estudo desenvolvido pelo autor sobre o campo científico revelou dinâmicas de disputas, competição e reconhecimento próprias. Por um lado, essas dinâmicas diferenciam o campo científico de outros campos; por outro, elas aproximam, em alguma medida, a lógica de produção de ciência e reconhecimento científico em diferentes realidades. Por isso, apesar de fincada em cientistas e instituições muito distantes – histórica, política e geograficamente – da Universidade Federal da Bahia, a análise de campo científico feita por Bourdieu (1983) revela muitas das dinâmicas de disputas por prestígio e monopólio de autoridade científica em nossas instituições.

Feita essa ponderação, pretendemos demonstrar a possibilidade de um diálogo entre a compreensão bourdieusiana de campo científico²¹ e as epistemologias feministas adotadas nesta pesquisa, em especial no que concerne às críticas

²⁰ Essas críticas repercutiram no Brasil. Autoras como Mariza Corrêa (1999), Lucila Scavone (2006 e 2008) e Marília Carvalho (2011) destacam, dentre outros aspectos, que o autor não dialogou com as produções feministas que já discutiam a temática “[...] quando muitas das questões postas por ele já haviam sido objeto de enriquecedores debates.” (CARVALHO, 2011, p. 110).

²¹ Outros estudos no campo de gênero e ciências ou sobre a participação de mulheres na academia, como Minella (2013) e Góis (2008), mobilizam os conceitos de campo científico, capital cultural e herança imaterial, sistematizados pelo autor.

feministas às ciências e, mais especificamente, àquelas formuladas por mulheres não brancas. Situadas em uma área multidisciplinar de estudos de ciências, tecnologias e sociedades, ambas as perspectivas buscam compreender a prática científica, as dinâmicas de poder e as relações sociais que constituem esse campo. Contudo, elas traçam caminhos distintos. Por um lado, Bourdieu (1983) opta pela sistematização do campo científico, privilegiando aspectos como a formação e a escolaridade do sujeito cientista, o *habitus*, as relações familiares e as heranças imateriais delas decorrentes. Essas são noções complexas e caras aos estudos do autor, mas que não dão conta, *a priori*, de explicar importantes relações de poder dentro do campo científico: as relações de gênero e étnico-raciais.

Por outro lado, as críticas feministas às ciências, em suas mais variadas vertentes, são unidas pelo esforço de revelar a importância das relações de gênero no espaço acadêmico, destacando que o processo de institucionalização científica se deu juntamente com a construção de um paradigma masculino de pesquisador (SEDEÑO, 2000). Essas críticas estão inseridas num conjunto de críticas às ciências modernas, do qual o próprio Bourdieu é parte. São também parte desse movimento mulheres não brancas que ressaltam a imprescindibilidade de que sejam articuladas com as opressões de gênero e classe social outras formas de opressão, como as étnico-raciais (COLLINS, 2016; KILOMBA, 2019; hooks, 1995; hooks, 2019b) e a colonialidade do conhecimento (CURIEL, 2020; LUGONES, 2020; PAREDES, 2020; CARDOSO, 2014). Elas apontam que a universalização da categoria mulher apaga a pluralidade de experiências das muitas mulheres que coexistem no espaço social.

No campo científico, esse apagamento não afeta apenas a participação da diversidade de mulheres na carreira acadêmica, como, também, o conteúdo das produções de conhecimento científico. Faz-se necessário, portanto, pluralizar esse espaço e isso passa, necessariamente, pela pluralização da própria compreensão do sujeito *mulher*. Dar esse passo não é negar a relevância do sexismo como forma de opressão; é, ao contrário, avançar para reconhecer que, além dessa, há diversas outras formas opressões que podem atravessar as experiências das mulheres. Nessa linha, tecendo críticas ao pensamento feminista moderno, bell hooks (2019b) assevera que

Um dos pressupostos fundamentais do pensamento feminista moderno é a afirmação de que "todas as mulheres são oprimidas". Isso implica dizer que as mulheres dividem um fardo comum, que fatores como classe, raça, religião, orientação sexual etc. não criam experiências distintas em que a intensidade da força opressiva do sexismo na vida da mulher varia de caso a caso. O sexismo é, sem dúvida, um sistema de dominação institucionalizado, mas nunca foi capaz de determinar de modo absoluto o destino das mulheres nessa sociedade (hooks, 2019b, p. 32).

Desse modo, não se vive a experiência de ser mulher deslocada das experiências de ser branca, negra, indígena, pobre, heterossexual, velha, europeia, lésbica, transexual, solteira, casada, mãe, jovem etc. Cada mulher (assim como cada homem) está situada em um lugar social e pertence, simultaneamente, a outros grupos. Isso se reflete, invariavelmente, no campo científico. Por isso, desvelar essa posição e tornar o sujeito cognoscente complexo são passos importantes para alcançar uma objetividade genuína no fazer científico (HARAWAY, 1995). Quanto à complexificação dessas experiências, mesmo preocupada com o risco de limitação das propostas de descolonização do poder, do ser e do saber à análise epistemológica, a antropóloga Ochy Curiel (2020) salienta que

O feminismo decolonial, retomando boa parte dos postulados do giro decolonial e dos feminismos críticos, nos oferece uma nova perspectiva de análise para entendermos de forma mais complexa as relações e entrelaçamentos de "raça", sexo, sexualidade, classe e geopolítica (CURIEL, 2020, p. 121).

Embora substancialmente diferentes entre si, um eixo comum nas propostas feministas de hooks (2019b), Haraway (1995), Curiel (2020) e de outras feministas críticas é a importância de que seja revelada e analisada a heterogeneidade das experiências das mulheres e, conseqüentemente, as relações de poder que se estabelecem a partir dessas diferenças. Trazer essa discussão para o campo científico, que possui um conjunto próprio de valores e uma dinâmica lhe é específica, é essencial para iluminar como se estabelecem as relações assimétricas dentro desse campo e, sobretudo, como os seus arranjos, paradoxalmente, decorrem e reforçam essas desigualdades.

Isso pode ser observado desde a construção da noção de cientista, que passa por uma "escolha" de quem é ou não apto/a para integrar legitimamente o campo. Essa é uma "escolha" que está em disputa e é feita coletivamente pelos membros integrantes do campo, que estabelecem critérios – tantas vezes implícitos – para

qualificar os/as pesquisadores/as. A partir desse conjunto simbólico de critérios-valores, o papel social designado às pessoas subalternizadas é dissonante daquele destinado ao, no masculino, cientista.

Por isso, alguns aspectos diretamente ligados às relações de gênero, por exemplo, são relevantes para o campo científico e influenciam na formação do *habitus* de pesquisador/a, como conjugalidade e maternidade. Entretanto, não é possível vivenciar gênero descolado das tantas outras interseções, pois ninguém é só mulher e ninguém é só homem. Somos todos diferentemente adjetivados e a explicitude dessas qualidades varia de acordo com as relações de poder presentes ali. Isto é, os adjetivos serão expressos quando relativos a grupos subalternizados, como pobres ou negras; serão, ao contrário, tácitos quando se referirem a grupos dominantes, como ricos ou brancas. A causa disso é porque esses são os grupos que se apresentam como detentores do poder de falar por todos/as.

Essa também tem sido a lógica na produção de ciências, uma lógica que caracteriza as ciências modernas, mas que persiste na atualidade, a despeito das muitas e consistentes críticas. Por isso, a análise de campo científico precisa ser feita a partir da “chave” de gênero e gênero necessita ser entendido a partir das suas interseções com outros marcadores da diferença (MINELLA, 2017a); não podemos prescindir desse exame para melhor entender as disputas travadas no campo científico em busca de legitimidade e pelo monopólio da autoridade científica, porque, como bem salientou a filósofa e psicanalista estadunidense Jane Flax,

As relações de gênero entram em qualquer aspecto da experiência humana e são elementos constituintes dela. Por sua vez, a experiência de relações de gênero para qualquer pessoa e a estrutura de gênero como uma categoria social são formadas pelas interações de relações de gênero e outras relações sociais, como as de classe e raça. As relações de gênero não têm, assim, essência fixada; variam tanto dentro do tempo quanto além dele. (FLAX, 1991, p. 220-221).

Por isso, neste trabalho, as dinâmicas do campo científico estudadas por Bourdieu (1983) serão lidas, também, a partir da perspectiva de gênero, raça e etnia, classe social e geração. Essas leituras não contradizem o arcabouço teórico do autor, sobretudo quando estabelecemos um franco diálogo entre essa objetividade feminista (HARAWAY, 1995) e a noção de reflexividade, ressaltada por Bourdieu (1983), ambos já discutidos em sessões anteriores deste trabalho.

Aqui, pretendemos investir em outra discussão central no estudo de campo científico feito por Bourdieu: quem é cientista? Como o objetivo não é retomar os conceitos trazidos pelo autor e já discutidos no capítulo 1, vamos nos ater a relacioná-los com as discussões epistemológicas não hegemônicas que esteiam este trabalho. Para Bourdieu (1983), uma importante característica do campo científico é sua autonomia relativa, da qual decorre o poder de definir o que é ou não científico e, conseqüentemente, quem é ou não cientista. Embora seja um campo eivado de disputas, essa concorrência se dá num espaço marcado por uma série de valores que definem e são definidos por aqueles/as que possuem prestígio, que são reconhecidos/as pelos próprios integrantes do campo científico como autoridades científicas.

A consequência lógica dessa dinâmica é que as produções científicas que não seguem as regras do jogo, isto é, que não são realizadas por cientistas reconhecidos/as e dentro de parâmetros bem restritos do que é ciência, são postas à margem. As mulheres estão em desvantagem nesse jogo, mas não apenas elas. Segundo Luzinete Minella (2013, p. 97), “[...] a ciência tem se construído ao longo do tempo como um campo de disputas no qual se entrelaçam diferentes ‘eixos de subordinação’”. Esses eixos fazem com que pesquisadores/as experienciem muito diferentemente essas disputas. Com isso, as vivências das mulheres cientistas são informadas por diversos outros aspectos, como raça, classe e geração. Ao trazer sua experiência enquanto mulher negra pesquisadora na Europa ocidental, Kilomba (2019) relata

Como acadêmica, por exemplo, é comum dizerem que meu trabalho acerca do racismo cotidiano é muito interessante, porém não muito científico. Tal observação ilustra a ordem colonial na qual intelectuais *negras/os* residem: “Você tem uma perspectiva demasiado *subjetiva*”, “muito *pessoal*”; “muito *emocional*”; “muito *específica*”; “Esses são fatos *objetivos*?”. (KILOMBA, 2019, p. 51).

Nesse exemplo, é evidente que os valores de objetividade, neutralidade e imparcialidade que constituíram a ciência moderna são, ainda hoje, fortemente utilizados para embasar a escolha daquilo que é ou não científico. Ora, isso não se dá por haver qualquer tipo de dogma que funcione como impedimento definitivo de se repensar a produção de conhecimento científico. Ao contrário, a demarcação que supostamente separa a boa da má ciência é feita pelos próprios cientistas, enquanto

membros de um campo dotado de autonomia relativa, como vimos. Assim, de modo geral, aqueles que detêm mais poder dentro do campo científico (possuem mais capital específico e são reconhecidos como autoridades) são, também, aqueles decidem as regras do jogo, o que é conhecimento científico e, em última instância, quem é cientista.

Desse modo, não é difícil entender o porquê de valores modernos continuarem sendo evocados; para a manutenção do *status quo* num espaço de disputas, é preciso manter o outro, ou as outras, em seu lugar de alteridade. Não importa suficientemente se o conhecimento produzido é útil ou socialmente relevante, importa se é ou não científico, se está de acordo com esse rol autonomamente estabelecido de valores. É o que Kilomba (2019, p. 55) demonstra ao exemplificar alguns dos adjetivos dirigidos à sua pesquisa: “interessante, mas *acientífico*; interessante, mas *subjetivo*; interessante, mas *pessoal, emocional, parcial* [...]”. Os supostos elogios, sucedidos por conjunções adversativas, demarcam que aquele trabalho não está de acordo com as regras do jogo e, portanto, ali – o campo científico – não é o seu lugar. Essa noção de cientificidade, que é construída num campo dominado por homens brancos ocidentais, interfere fortemente no ingresso e na ascensão nesse campo de pesquisadoras/es que produzem um conhecimento à margem dessas regras.

Dessa forma, a demarcação entre o que supostamente é ou não ciência exclui especialmente conhecimentos produzidos por indivíduos subalternizados, como mulheres, pessoas negras, orientais, ameríndias, transexuais etc., grupos sociais cujos corpos, linguagens ou racionalidades são postas como hierarquicamente inferiores. Nesse sentido, sobre a realidade das mulheres negras estadunidenses, bell hooks afirma que “é o conceito ocidental sexista/racista de quem e o que é um intelectual que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual.” (hooks, 1995, p. 468). Não se trata aqui de reclamar a cientificidade de todo e qualquer conhecimento produzido, o que seria, a princípio, estabelecer uma relação de sobreposição entre o conhecimento científico/acadêmico e as outras formas de saber. Essa não é a nossa intenção.

Nosso propósito é apontar que há diversas formas de produzir conhecimento científico e que muitas delas foram invisibilizadas e desqualificadas, porque, nesse

campo, essas epistemologias estão em disputa e aqueles que detêm maior capital científico possuem maior capacidade para impor suas concepções de ciência; o poder está altamente concentrado naqueles que detêm o monopólio da autoridade científica (BOURDIEU, 1983). É nesse sentido que Kilomba (2019) enfrenta os valores modernos que ainda são hegemônicos nas ciências contemporâneas e reivindica:

[...] demandando uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros. Quando acadêmicas/os brancas/os afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. É um lugar de poder. (KILOMBA, 2019, p. 58).

A autora continua lembrando que “[...] a teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém.” (KILOMBA, 2019, p. 58). Como discutimos, o sujeito cognoscente é situado e produz conhecimento a partir desse lugar; assim, reconhecer e analisar tal lugar são passos importantes para alcançar a objetividade corporificada. Desvelar a posição do sujeito cognoscente traz, também, uma nova dimensão para a pesquisa: a discussão de aspectos como classe, raça e geração, tantas vezes escanteada nos estudos de gênero e ciências.

Num artigo no qual destaca as temáticas prioritárias²² no campo de gênero e ciências no Brasil, Minella (2013) identifica uma lacuna quanto às discussões étnicas e raciais, que não são colocadas como centrais em nenhum dos trabalhos analisados, ressaltando que “os resultados obtidos sugerem que a crítica à ciência formulada nos estudos analisados está centrada no androcentrismo e no sexismo, invisibilizando, de algum modo, o racismo.” (MINELLA, 2013, p. 126). A autora também considera “[...] que a baixa presença de mulheres não brancas, no contexto contemporâneo, evidencia claramente que o seu acesso às carreiras científicas tem sido mais difícil, principalmente em algumas áreas de maior prestígio [...]” (MINELLA, 2013, p. 127). Assim, os estudos sobre gênero e ciências que não discutem aspectos como classe

²² Minella (2013), destacando as limitações dessa classificação, mapeia três temáticas prioritárias no contexto brasileiro: a) as análises sobre a participação das mulheres no campo científico; b) críticas às ciências e análises dos impactos das tecnologias e das ciências na saúde e no trabalho das mulheres; e c) história e trajetória de mulheres cientistas. A autora ressalta, ainda, que a primeira temática é contemplada por metade dos quase oitenta trabalhos analisados no estudo.

social, geração e raça e etnia renunciam dimensões importantes que são constitutivas do campo científico. Para Minella (2013),

[...] uma avaliação mais crítica do perfil das cientistas necessitaria articular gênero e raça/etnia de um modo mais enfático, no intuito de relacioná-los de uma maneira mais crítica com os demais marcadores da diferença (classes e gerações) dadas as interferências das sobreposições desses eixos no acesso, permanência e ascensão das mulheres nas carreiras acadêmicas e científicas. (MINELLA, 2013, p. 128).

Desse modo, anuindo com essa necessidade, a discussão da complexidade do campo científico neste estudo será feita a partir da análise das interseções que atravessam as bolsistas PQ da UFBA. Por isso, a próxima seção será dedicada a uma breve síntese sobre a noção de interseccionalidades.

2.2.2 Interserccionalidades

As desigualdades entre pesquisadores/as no campo científico é um fenômeno complexo e, por isso mesmo, requer uma análise que contemple diversas facetas que constituem as relações assimétricas entre cientistas. Essas relações são forjadas pelo intercruzamento de diferentes eixos de subordinação, que, embora apresentem dinâmicas próprias no campo científico, se manifestam no espaço social e atravessam as diversas experiências dos indivíduos; eles constituem “[...] eixos fundantes da vida dos sujeitos sociais, como as dimensões de gênero, classe, raça/etnia e idade/geração.” (MACÊDO, 2008, p. 53).

Dito isso, faz-se necessário ressaltar dois aspectos que emergem da complexidade do objeto deste estudo. O primeiro, muito bem desenvolvido pela intelectual brasileira Lélia Gonzalez (2020) no final dos anos 80, diz respeito à insuficiência das teorias feministas hegemônicas para discutir e enfrentar as discriminações raciais sofridas por muitas mulheres. Para a autora,

É inegável que o feminismo como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental nas nossas lutas e conquistas e que, ao apresentar novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, como também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. [...] Mas, apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão graves como a sofrida pela mulher: as de caráter racial (GONZALEZ, 2020, p. 40)

Já o segundo aspecto, consequência do primeiro, é encontrar instrumentos de análise que possam dar conta do encargo de contemplar as disparidades de raça e etnia sem renunciar à centralidade da discussão de gênero. Apesar das críticas que apresentaremos mais adiante, acreditamos que a noção de interseccionalidades é uma ferramenta teórico-metodológica que preenche satisfatoriamente essa lacuna, contemplando a complexidade decorrente da articulação das categorias de análise utilizadas nesta pesquisa. Isso porque, de acordo com essa perspectiva, “[...] os marcadores sociais da diferença e as variadas dimensões das desigualdades operam em contextos determinados, apresentam variadas possibilidades de combinações e, diante dessas combinações, diferentes fatores são mutuamente potencializados, reorganizados, (re)significados e hierarquizados.” (MARIANO; MACÊDO, 2015, p. 14).

Entretanto, antes de asseverarmos a utilidade da perspectiva interseccional para este trabalho, precisamos contextualizá-la, histórica e geograficamente, no campo dos estudos de gênero e nos debates feministas e étnico-raciais. O termo interseccionalidade foi cunhado pela advogada estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989) no final da década de 80 em um artigo que desenvolve uma crítica feminista negra às teorias feministas e à política antirracista, propondo que elas abracem a interseção de raça e gênero. Ainda no início da década de 1990, em 1993, a autora retoma o termo em artigo no qual discute “[...] as dimensões de raça e gênero da violência contra as mulheres de cor” (CRENSHAW, 1993, p. 1242, tradução nossa). Neste trabalho, a autora critica fortemente o desenvolvimento de políticas identitárias que não contemplem as diferenças entre os sujeitos de determinados grupos políticos, como mulheres e negros/as (CRENSHAW, 1993).

Entretanto, é no “Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, elaborado em 2000 para a Conferência Internacional contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias relacionadas, da Organização das Nações Unidas – ONU, que Crenshaw desenvolve a noção de interseccionalidades como conhecemos hoje, possibilitando a articulação de outros eixos de subordinação, além de raça e gênero. Para a autora,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e

outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Crenshaw (2002) constrói a metáfora das interseções para representar o encontro entre as avenidas nas quais se deslocam as “dinâmicas de desempoderamento”. Desse modo, alguns sujeitos, como as mulheres não brancas, frequentemente estão fincados em interseções e são atingidos por intenso fluxo de tráfego (CRENSHAW, 2002). Ao desenvolver essa metáfora, a autora explica que

[...] os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando interseções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Essa noção complexa de interseccionalidades que Crenshaw sistematiza em 2002 não apenas articula as categorias raça e gênero como possibilita a análise do cruzamento de múltiplos eixos de subordinação; “[...] constitui-se em ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais.” (RODRIGUES, 2013, p 7).

A importância política e epistemológica da formulação do conceito de interseccionalidade, destacada por Cristiano Rodrigues (2013), é irrefutável. A criação desse conceito agrega uma série de estudos e movimentos que antes eram realizados separadamente, por pesquisadoras individualmente ou por coletividades mais restritas e em menor escala. Desse modo, por um lado, podemos afirmar que a sistematização do conceito de interseccionalidade foi política e academicamente importante, pois reorganizou o campo, articulando muitas análises sobre raça, gênero e classe e, posteriormente, sobre outras categorias; por outro, é imprescindível destacar que ele não surge descolado de uma série de reflexões sobre raça/etnia,

gênero e classe que já eram realizadas por diversas intelectuais negras acadêmicas e das discussões levantadas por mulheres não brancas, inclusive fora da academia²³.

É o que também aponta a socióloga estadunidense Kathy Davis (2013). Para a autora, a despeito de Kimberlé Crenshaw ter introduzido o termo *interseccionalidade*, ela não foi a primeira a abordar a questão de como as experiências das mulheres negras foram marginalizadas ou distorcidas dentro do discurso feminista. Para Kathy Davis, Crenshaw

Tampouco estava apresentando um argumento particularmente novo ao afirmar que as experiências deles deveriam ser entendidas como múltiplas formas por raça e gênero. Feministas negras de ambos os lados do Atlântico e estudiosas feministas do Terceiro Mundo já haviam produzido inúmeras críticas de como as experiências das mulheres negras foram negligenciadas no discurso feminista e já haviam ressaltado a importância de teorizar identidades múltiplas e fontes de opressão. (DAVIS, 2013, pp. 72-73, tradução nossa)

Indubitavelmente, o discurso Sojourner Truth foi uma das mais famosas e marcantes articulações entre as categorias de análise gênero, raça e classe. Retomado por muitas pesquisadoras e ativistas negras, como Angela Davis (2016), Patricia Hill Collins (2017) e bell hooks (2020), esse discurso destacou a singularidade da posição das mulheres negras nos Estados Unidos na metade do século XIX, como adiantamos no primeiro capítulo desta tese. Em seu discurso, intitulado “E eu não sou uma mulher?”²⁴, Sojourner Truth, única mulher negra participando da convenção de Akron, “[...] derrubou as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio [...]” (DAVIS, 2016, p. 70), alinhando o discurso em favor do voto das mulheres com uma reflexão sobre os aspectos raciais e de classe que atravessam as experiências dessas mulheres. Para Angela Davis (2016),

Ao repetir a pergunta, “Não sou eu uma mulher?”, nada menos do que quatro vezes, ela expunha o viés de classe e o racismo do novo movimento de mulheres da classe média e da burguesia. Sojourner Truth era negra – uma ex-escrava –, mas não era menos mulher do que qualquer uma de suas irmãs brancas na convenção. O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes daquelas das

²³ Também nesse sentido, o antropólogo brasileiro Carlos Henning (2015) destaca a importância de que o contexto histórico da noção de interseccionalidades seja contemplado nos estudos que abordem essa temática. Para o autor, “[...] tal histórico e raízes tenderam a ser apagados de modo problemático das teorizações de parte das autoras do campo interseccional.” (HENNING, 2015, p. 124).

²⁴ Em inglês, *Ain't a Woman*; essa é uma das expressões repetidamente usadas por Sojourner Truth em seu discurso na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio, e, também, título de uma das obras de bell hooks (2020).

demais não anulava a sua condição de mulher. E, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que a das mulheres brancas de classe média. (DAVIS, 2016, p. 73)

Um dos pontos importantes que merece destaque no discurso de Sojourner Truth é que ela desconstrói as supostas inaptidões das mulheres para o voto, levantadas pelos homens presentes na Convenção, a partir da articulação entre sua condição de mulher e as dimensões de raça e classe; seus argumentos eloquentes se sustentaram nos aspectos que lhe distinguiam das sufragistas de modo geral. Nesse sentido, bell hooks (2020) afirma que

Diferentemente da maioria das defensoras dos direitos das mulheres, Sojourner Truth podia se referir à própria experiência de vida como prova da habilidade da mulher de estar na função de mãe; de estar em pé de igualdade com o homem no trabalho; de suportar perseguição, abuso físico, estupro, tortura; e de não somente sobreviver, mas emergir triunfante. (hooks, 2020, p. 253)

Essa imbricação entre as distintas dimensões que atravessam as experiências das mulheres continuou a ser discutida por mulheres não brancas no século XX. Ainda no início da década de 1980, em 1983, a novaiorquina Audre Lorde (2020) já afirmava que não existia hierarquia de opressão. Para a poetiza, ativista e pensadora, “Como negra, lésbica, socialista, mãe de dois, entre eles um menino, e integrante de um casal inter-racial, com frequência me vejo parte de um grupo em que a maioria me define como desviante, difícil, inferior ou simplesmente ‘errada’.” (LORDE, 2020, p. 63). Desse modo, a todo instante, ela era simultaneamente todas essas dimensões e, por isso, experienciava a complexidade desses muitos pertencimentos nos mais diversos espaços. A esse respeito, ela continua:

Com a minha presença em todos esses grupos, aprendi que a opressão e a intolerância com a diferença podem se manifestar em todas as formas, cores e sexualidades; e que, entre aqueles com quem compartilhamos os objetivos de libertação e de um futuro possível para nossos filhos, não podem existir hierarquias de opressão. Aprendi que o machismo [...] e o heterossexismo [...] emergem ambos da mesma fonte que o racismo – uma crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, portanto, seu direito à dominância. (LORDE, 2020, p. 63)

Assim, assumir que uma opressão é mais importante que outra é, inevitavelmente, assumir que o indivíduo pode desassociar dimensões que lhes são constitutivas, que pode viver essas dimensões separadamente. Contudo, para Lorde

(2019a, p. 174), “Não existe luta por uma questão única porque não vivemos vidas com questões únicas.”. Essa afirmação feita em 1982, na Semana Malcolm X, na Universidade de Harvard, é uma ideia recorrente na produção de Lorde. Ainda em 1979, numa mesa-redonda na Conferência Segundo Sexo, em Nova Iorque, ela, já articulando as diversas questões que complexificam e heterogeneizam as vivências das mulheres, ressalta que:

É uma arrogância particularmente acadêmica iniciar qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas muitas diferenças, sem uma contribuição significativa de mulheres pobres, de mulheres negras e do Terceiro Mundo, e de lésbicas. E, ainda assim, aqui estou, uma lésbica negra e feminista, convidada a falar na única mesa-redonda nesta conferência em que as questões das mulheres negras e lésbicas são representadas. É lamentável o que isso diz sobre a visão dessa conferência, num país onde o racismo, o machismo e a homofobia são inseparáveis. (LORDE, 2019b, p. 135)

Também empenhada em refletir as desigualdades sociais na esfera acadêmica, a também estadunidense bell hooks (2019a) discute, mesmo sem trazer expressamente o termo interseccionalidade, as relações de raça e gênero no campo científico. Para a autora,

As forças combinadas do racismo e do machismo frequentemente fazem com que a experiência da mulher negra pós-graduanda difira da experiência do homem negro. Enquanto ele pode ser sujeito a vieses raciais, sua masculinidade pode servir para mediar o quanto será atacado, dominado etc. Frequentemente se supõe que homens negros são mais capazes de ter sucesso na pós-graduação em inglês do que mulheres negras. Enquanto muitos pesquisadores brancos podem ter consciência da tradição intelectual masculina negra, eles raramente sabem sobre mulheres negras intelectuais. (hooks, 2019a, p. 134)

Ela ressalta que “Racismo e machismo, especialmente no nível da pós-graduação, moldam e influenciam tanto o desempenho acadêmico quanto a empregabilidade de mulheres negras acadêmicas.” (hooks, 2019a, p. 135). Portanto, para a autora, a articulação entre racismo e machismo, enquanto matrizes de opressão, traz especificidades às experiências das mulheres negras na academia. Esse também é o argumento de Patricia Hill Collins, que, em 1989, ao também refletir sobre o que neste trabalho denominamos de campo científico, no sentido bourdieusiano, já denunciava a falta de uma análise mais sistemática que fosse capaz de contemplar a complexidade e as contradições dos sistemas opressivos. Para ela,

Enquanto muitos de nós temos poucas dificuldades de acessar nossas próprias discriminações dentro de algum amplo sistema de opressão, seja ela por raça, classe social, religião, orientação sexual, etnia, idade ou gênero, nós normalmente falhamos em ver como nossos pensamentos e ações agem na manutenção da subordinação de outras pessoas. Assim, comumente, feministas apontam com confiança para suas opressões sofridas por serem mulheres, mas resistem em ver o quanto de privilégio sua pele branca lhes traz. Afro-americanos que têm análises eloquentes sobre o racismo, frequentemente persistem em ver mulheres brancas pobres como símbolo do poder branco. A esquerda radical não se sai muito melhor. “Se ao menos pessoas negras e mulheres pudessem ver seus verdadeiros interesses de classe”, argumentam, “a solidariedade de classe poderia eliminar o racismo e o machismo”. **Em essência, cada grupo identifica o tipo de opressão que se sente mais à vontade em atribuir como fundamental e classificam todos os outros tipos como menos importantes.** (COLLINS, 2015, pp. 13-14, grifo nosso)

Os prejuízos da fragmentação dos sistemas de opressão são muitos, pois criam-se graves distorções, como a ideia de que um sistema é preponderante sobre os outros ou, ainda, que a incidência de mais de um desses sistemas se dá como uma somatória que, necessariamente, vitimiza mais o indivíduo à medida em que ele é atravessado por mais opressões. Entretanto, essa “[...] metáfora segundo a qual se adicionam desvantagens sociais aos sujeitos à medida em que se agregam novas dimensões ou variáveis [...] não é consistente com a perspectiva interseccional.” (MARIANO; MACÊDO, 2015, p. 13). Ao contrário, o que se propõe é uma análise mais profunda que vise a articulação dessas matrizes de opressão. Para Giselle Santos, ao discutir os estudos feministas e o racismo epistêmico,

O conceito de interseccionalidade, muito caro para a teoria do feminismo negro, recusa análises aritméticas sobre a articulação entre diferentes sistemas de opressão como gênero, classe e raça e busca compreender como a interação entre esses diferentes fatores particulariza a forma como determinados grupos vivenciam as desigualdades. (SANTOS, 2016, p. 18)

Para tanto, o que se propõe não é uma ruptura com os movimentos feministas, negros e de esquerda radical, no sentido trazido por Collins (2015), mas uma verticalização das análises feitas por eles, numa busca árdua pelo enfrentamento das muitas formas de opressão às quais os mais diversos sujeitos sociais estão submetidos. Isso não significa dizer que essa luta contradiga os movimentos singulares; ao contrário, hooks (2019b) salientará que é importante que se valha desses movimentos para radicalizar as lutas por libertação.

Um importante estágio no desenvolvimento da consciência política é alcançado quando os indivíduos reconhecem a necessidade de lutar contra todas as formas de opressão. A luta contra a opressão sexista é de grande significado político – e não apenas para as mulheres. O movimento feminista é vital tanto por seu poder de nos libertar das terríveis garras da opressão sexista quanto por seu potencial para radicalizar e renovar outras lutas de libertação. (hooks, 2019b, p. 77)

As décadas de 1970 e 1980 são marcadas pela ativa participação de coletivos formados por feministas negras e lésbicas nos EUA. Esses coletivos, nem sempre provenientes de campos acadêmicos, se preocupavam, particularmente, com a articulação de diferenças (HENNING, 2015). O Coletivo Combahee River, organização feminista lésbica e negra fundada por Barbara Smith em 1974 e ativa em Boston até 1980, é um exemplo. Em 1977, esse coletivo elaborou um manifesto que discutiu as implicações de um trabalho político realizado por mulheres que estão à margem de privilégios que possam ser conferidos pelas suas condições de classe social, sexualidade ou raça. No documento, o coletivo explicita que

A principal fonte de dificuldade em nosso trabalho político é que não estamos apenas tentando combater a opressão em uma frente ou mesmo em duas, ao contrário, abordamos toda uma gama de opressões. Não temos privilégios raciais, sexuais, heterossexuais ou de classe nos quais podemos nos apoiar, nem temos acesso, por menor que seja, a recursos e poder que grupos possuidores de qualquer um desses tipos de privilégio têm. (COLETIVO COMBAHEE RIVER, 2019, p. 202).

Algumas dessas discussões precederam e inspiraram a noção de interseccionalidades, o que não afasta a inegável importância da sistematização do conceito. Outras, mesmo posteriores, foram construídas com certo grau de autonomia e em contextos geográficos distintos, como na Inglaterra e em países ditos periféricos. Esses debates, portanto, não se deram tão somente no âmbito dos feminismos negros estadunidenses. Em publicação de 1996, a socióloga ugandense-britânica Brah (2006), por exemplo, afirma que “[...] Os problemas que afetam as mulheres não podem ser analisados isoladamente do contexto de desigualdade nacional e internacional.” (BRAH, 2006, p. 341). Para a autora, admitir a existência da categoria “mulher” não é tomá-la como internamente unitária. Além disso, ela destaca que prevalece a falsa suposição de que grupos culturalmente distintos são homogêneos, da qual decorrem discursos que “[...] procuram impor noções estereotipadas de

‘necessidade cultural comum’ sobre grupos heterogêneos com aspirações e interesses sociais diversos.” (BRAH, 2006, p. 337).

Esses dois movimentos complementares de homogeneização, tanto da noção de mulher quanto da compreensão de outros grupos subalternizados, como “negros” e “pessoas do Terceiro Mundo”, impactaram fortemente as perspectivas feministas ocidentais, que, segundo Brah (2006, p. 344), “[...] deram pouca atenção aos processos de racialização do gênero, classe e sexualidade.” Desenvolveu-se, assim, uma compreensão bastante simplificada dos sistemas de opressão, que se somariam, estabelecendo sujeitos matematicamente mais ou menos oprimidos que outros. Nesse sentido, ela pontua que

Em lugar de embarcar na tarefa complexa, mas necessária de identificar as especificidades de opressões particulares, entendendo suas interconexões com outras formas de opressão, e construir uma política de solidariedade, algumas mulheres começavam a diferenciar essas especificidades em hierarquias de opressão. [...] Opressões múltiplas passaram a ser vistas não em termos de seus padrões de articulação, mas como elementos separados que podiam ser adicionados de maneira linear, de tal modo que, quanto mais opressões uma mulher pudesse listar, maior sua reivindicação a ocupar uma posição moral mais elevadas. (BRAH, 2006, p. 348)

Essa não é uma forma eficaz ou estratégica de compreender e enfrentar os sistemas de opressão, que são imbricados e geram desigualdades sociais. Ao segregarmos os sistemas de opressão, lidando com eles separadamente, perdemos aquela que talvez seja sua característica mais importante: a articulação. É nesse sentido que Brah (2006, p. 351) conclui que “Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela.”

Também no empenho de análise da categoria gênero articulada com outras categorias, a pesquisadora nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2020) destaca a importância das críticas feitas por estudiosas afro-estadunidenses às teorias feministas hegemônicas e assevera que “Fora dos Estados Unidos, as discussões centraram-se sobre a necessidade de se atentar ao imperialismo, à colonização e outras formas locais e globais de estratificação.” (OYĚWÙMÍ, 2020, p. 88). Para a socióloga, “Esses outros pontos de vista emprestam peso à afirmação de que o gênero

não pode ser abstraído do contexto social e de outros sistemas de hierarquia.” (OYĚWÙMÍ, 2020, p. 88).

É a partir de uma premissa similar que a também socióloga Marnia Lazreg (2020) apresenta seu estudo sobre as mulheres na Argélia. A pesquisadora expõe as dificuldades para escrever sobre mulheres cuja cultura vem sendo historicamente distorcida e ressalta que “Nas pesquisas acadêmicas feministas (com algumas exceções), esse viés [evolutivo] está embutido na objetificação das mulheres ‘diferentes’ como a ‘outra’ sem mediação – as incorporações de culturas presumidas como inferiores e classificadas como ‘tradicionais’ ou ‘patriarcais’.” (LAZREG, 2020, p. 174). Esse descolamento para um lugar de alteridade constitui o que a teórica indiana Gayatri Spivak denominará de violência epistêmica. Segundo Spivak (2010, p. 47), “O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se construir o sujeito colonial como Outro”, como um indivíduo com subjetividade precária.

Desse modo, há um duplo esforço discursivo aqui, ambos relacionados à noção de interseccionalidades. O primeiro deles almeja desvelar a não uniformidade do sujeito mulher, destacando as complexidades decorrentes da articulação das questões de gênero com muitas outras, como raça, etnia, geração, classe etc. O segundo esforço é para delimitar que essas dissemelhanças entre as mulheres se dão num sistema de opressões que funciona como engrenagens, (re)produzindo desigualdades sociais conjuntamente, de modo imbricado e, muitas vezes, indissociável. Com essa tentativa de demonstrar, brevemente, um conjunto de críticas feministas aos feminismos hegemônicos, nós não pretendemos filia-las à noção de interseccionalidades. Ao contrário, nossa intenção é dimensionar que essa reorganização do campo em torno da interseccionalidade faz parte de um contexto amplo, complexo, descentralizado e heterogêneo.

Disso decorre a preocupação legítima em torno da possibilidade de a *viagem* da noção de interseccionalidades dos locais hegemônicos de produção de conhecimento para aqueles ditos periféricos resultem no “[...] apagamento de importantes reflexões e teorizações fora dos ‘Centros’.” (HENNING, 2015, p. 123). Essa preocupação não significa uma crítica ao uso do conceito por nós, que fazemos pesquisas à margem dos “centros”, mas ao caminho unilateral no qual se dá a *viagem*

dessas teorias. Em uma revisão quanto às contribuições históricas e aos debates contemporâneos em torno das interseccionalidades, Henning (2015, p. 123) adverte que “[...] as circulações teóricas ainda ocorrem – e são concebidas – em uma mera ‘via de mão única’, ou seja, do ‘Centro’ às ‘Periferias’.”

Feita essa consideração, salientamos que autoras latino-americanas também protagonizam essas críticas e reivindicam uma análise complexificada da categoria mulher. A antropóloga da Universidade Nacional da Colômbia, Diana Correal (2014, p. 257, tradução nossa), por exemplo, destaca que “[...] o feminismo se focou em contestar a ideia da mulher como frágil, débil de corpo e mente, restrita à esfera privada e sexualmente passiva, sem discutir que essas eram características das [...] brancas burguesas.” No Brasil, essas críticas também aparecem. Quanto à indissociabilidade das lutas antirracistas e feministas, a teórica brasileira Luiza Bairros (1995) ressaltou a

[...] necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça), o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? – já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas, uma não existe sem a outra. (BAIRROS, 1995, p. 461)

O entrelace de gênero com outras categorias sociais não é estranho às teorias feministas brasileiras. Na década de 1960, a socióloga marxista Heleieth Saffioti (2013) já analisava a posição social da mulher numa sociedade capitalista, privilegiando um olhar sobre a classe desses sujeitos. É a partir dessa rearticulação entre gênero e classe social que a autora propõe a noção de *simbiose* (SAFFIOTI, 1992). Essa metáfora será reconstruída por Mary Garcia Castro (1992) em estudo com líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador. A autora afirma que não há uma simbiose entre essas dimensões da vida social, pois não se trata de anulação ou fusão de uma ou outra categoria social (CASTRO, 1992), o que há, para ela, é uma *alquimia*. Assim, com essa nova metáfora, a socióloga baiana salienta que as categorias gênero, raça e geração “[...] têm em comum serem atributos naturais com significados políticos, culturais e econômicos, organizados por hierarquias, privilégios e desigualdades [...]” (CASTRO, 1992, p. 59) e que, juntas, essas categorias se transformam e forjam uma dimensão subjetiva. Para Castro,

Na alquimia das categorias, nem o conceito de classe se reproduz na íntegra, estando sujeito a reapropriações. A alquimia das categorias sociais está presente na construção de subjetividades, que, somente para fins analíticos, seriam referidas como específicas, ou seja, segundo a classe, gênero, geração ou etnicidade. Contudo, se se trata de ação coletiva, no plano da subjetividade coletiva são elaboradas seleções quanto a referências. A tese é que, em se tratando de trabalhadoras domésticas que enfrentam o estigma da não consideração do seu trabalho como tal, o norte é uma subjetividade de classe, que guarda distância do que tradicionalmente se convencionou chamar classe. (CASTRO, 1992, p. 59)

Assim, analisando o processo de formação da subjetividade das trabalhadoras domésticas, Castro (1992) conclui que da interação de categoriais sociais decorre um sujeito coletivo peculiar, cuja subjetividade, nesse caso, ainda está em construção. A antropóloga Cecília Sardenberg (2015), por sua vez, retomando a noção de *caleidoscópico de gênero* delineada por Joan Spade e Catherine Valentine (2008), traz uma análise complexa das experiências de gênero, entendendo as dinâmicas das relações sociais atreladas ao contexto histórico. Para a autora,

[...] é nesse contexto que as “opressões que se entrelaçam” dão margem a intersecções específicas dos “prismas” de gênero, raça, classe e outras categorias semelhantes, configurando, assim, mosaicos distintos, tal como se observa num caleidoscópico. Por isso mesmo defendo que a forma que essas relações tomam em um determinado contexto é sempre histórica, social, e culturalmente específica: não pode nunca ser deduzida de como se expressam em outros contextos. Isso implica sempre na necessidade de análises substantivas, baseadas na investigação empírica. (SARDENBERG, 2015, pp. 60-61)

Desse modo, pensando na metáfora do caleidoscópico, Sardenberg (2015) explica que a cada pequeno giro o caleidoscópico revela-se um novo mosaico. Para ela, “[...] os mosaicos equivalem às ‘posicionalidades’ de gênero. E é precisamente aqui que a metáfora do caleidoscópico nos oferece os instrumentos para pensarmos a variação dessas posicionalidades no tempo e espaço, de uma forma mais fluida.” (SARDENBERG, 2015, p. 89). Esses mosaicos, nas suas mais diversas possibilidades de formação, são alterados a cada pequeno movimento do caleidoscópico, como a posicionalidade do sujeito, que varia no tempo e no espaço. Sardenberg (2015) continua e afirma que

[...] o foco nos mosaicos/posicionalidades é particularmente relevante, pois eles correspondem ao lugar social que ocupamos em um determinado contexto e, assim, o que contorna as nossas

vivências/experiências. É no plano dos mosaicos/posicionalidades que se forjam também as nossas identidades ‘possíveis’ – e digo possíveis, vez que, a simultaneidade dos marcadores de diferença, ou de privilégios e vulnerabilidades, permite, por assim dizer, que nos identifiquemos mais com umas do que com outras de nossas múltiplas identidades possíveis. (SARDENBERG, 2015, pp. 89-90).

Em outro uso da articulação entre dimensões fundantes da vida social, Alda Britto da Motta (1999) articula as dimensões de gênero, classe social e geração, no estudo de envelhecimento. Assevera que “Ser velho é uma situação vivida em parte homogeneamente e em parte diferencialmente, de acordo com o gênero e a classe social dos indivíduos em um grupo de idade ou geração.” (BRITTO DA MOTTA, 1999, p. 191). Para a socióloga nordestina, inobstante haja práticas diferenciadas de gênero e de classe social, “[...] a condição social de idosos – vivência de geração, reação ao desprivilegiamento social etc. – os une.” (BRITTO DA MOTTA, 1999, p. 221).

Além dessas análises, outros conceitos, como o de consubstancialidade das relações sociais (KERGOAT, 2010; HIRATA, 2014), emergem e influenciam fortemente as discussões feministas e acadêmicas no Brasil. Sem a ambição de desenvolver suficientemente esses conceitos, pretendemos apenas demonstrar que a noção de interseccionalidades é forjada dentro de um amplo contexto de debates (e disputas) em torno do preenchimento de uma lacuna dos estudos feministas hegemônicos, que traziam um olhar uniformizador sobre a existência e experiências das mulheres.

Por isso, uma vez que assumimos que, “[...] nas sociedades contemporâneas, capitalismo, sexismo, racismo, etarismo, e lesbo/homofobia, dentre outras matrizes de opressão, não agem independentemente” (SARDENBERG, 2015, p. 59), precisamos, em nossas análises, buscar ferramentas para melhor compreender esse entrelace. Se, por um lado, o uso da noção de interseccionalidades como essa ferramenta teórico-metodológica não é um consenso; por outro, há uma disputa em torno de quando e como usá-la. Para Ina Kerner (2012), por exemplo, as interseções entre os sistemas de opressão são apenas um dos quatro modos de relação entre o racismo e o sexismo. Para a professora da Universidade de Berlin, “O atual interesse feminista por formas de interseccionalidade não deve por isso levar à completa substituição de

‘antigos’ diagnósticos centrados nas analogias – estes devem ser antes completados e corrigidos onde for preciso.” (KERNER, 2012, p. 58).

Já para Sirma Bilge (2018), pesquisadora do departamento de Sociologia da Universidade de Montreal, o problema reside em um uso despolitizado da interseccionalidade, num processo de neutralização do seu objetivo fundamental, que é a busca por justiça social. Para a socióloga canadense, “Reconstruindo-se em termos despolitizados, a interseccionalidade se torna uma ferramenta que certas estudiosas feministas podem invocar para demonstrar ‘conhecimentos comercializáveis’ na gestão de tipos de diversidade potencialmente problemáticos.” (BILGE, 2018, p. 71). Certamente, uma grande agrura dessa reconstrução despolitizada da noção de interseccionalidade é o enfraquecimento de uma de suas categorias centrais: raça. É nesse sentido que a autora denuncia que

O feminismo disciplinar europeu "branqueia a interseccionalidade", não só fazendo afirmações de direitos de propriedade sobre o conceito de interseccionalidade, mas também minimizando a importância da raça no pensamento interseccional - por exemplo, declarando a raça como uma categoria irrelevante para a Europa. Isso reflete uma tendência dominante entre os/as estudiosos/as europeus/eias: descartar a raça como uma categoria analítica, e em vez disso, enquadrar os problemas através de categorias como etnia, cultura e religião. (BILGE, 2018, pp. 75-76)

Feitas essas considerações, que, como dissemos, não esgotam a temática, mas apenas iluminam alguns pontos do debate, destacamos que muitos argumentos foram organizados acerca dos estudos sobre as desigualdades e a noção de interseccionalidades. Apesar das características particulares, há, em comum, o esforço para analisar as distintas dimensões (de gênero, classe, raça/etnia etc.) constitutivas da vida do sujeito social, entendendo que as “formas de opressão não operam em singularidade; elas se inter cruzam” (KILOMBA, 2019, p. 98). É nesse sentido que utilizaremos a noção de interseccionalidades para compreender as múltiplas desigualdades sociais às quais são submetidas as bolsistas PQ da UFBA, no intuito de analisar “[...] não apenas a interconexão das lógicas produtoras das diversas formas de opressão e privilégio, mas também a potencialidade de visibilização dos movimentos de resistência, reconhecendo os processos de agência e autonomização dos sujeitos.” (MARIANO; MACÊDO, 2015, p. 11).

"Em outras palavras, as mulheres geralmente têm menos capacidade de focar sua atenção; sua mente tende mais ao que chamamos de 'divagação', e é raro encontrar uma mulher que tenha se especializado nos estudos ou em busca de um propósito no mesmo grau que é comum aos homens."



3 CIÊNCIAS NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

É possível afirmar que a produção de conhecimento no território brasileiro precede a chegada dos portugueses, com os povos indígenas, bem como dizer que a ciência e a tecnologia já faziam parte da história do Brasil Colônia, mesmo antes da criação de universidades, em alguns espaços reconhecidamente de produção científica, como a ordem jesuíta (FREIRE JR., 2020). Entretanto, o desenvolvimento e a sistematização das ciências no Brasil foram tardios se comparados com outros países ocidentais e possuem especificidades, como a concentração de suas principais instituições, tanto de produção de conhecimento quanto de fomento à pesquisa, na esfera pública. Além disso, a ciência moderna brasileira foi fortemente influenciada por aquela desenvolvida nos países ibéricos; em seus primórdios, a(s) ciência(s) produzida(s) no país “[...] não passava[m] de uma pálida imagem da ciência europeia, refletida por Portugal. Faltavam as estruturas, instituições e forças sociais que davam vida à ciência no Velho Mundo [...]” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 28). Todavia, apesar do cientista social Simon Schwartzman (2001) salientar que a comunidade científica brasileira nunca alcançou a qualidade e o volume atingidos por outros países ocidentais, as particularidades do caso brasileiro não são bastantes para afastá-lo do campo científico analisado por Bourdieu (1983) e tampouco para negar que ele também possui as dinâmicas próprias desse campo, como a busca por capital simbólico próprio, reconhecimento pelos pares-concorrentes e autoridade científica.

Ao contrário, também decorre da forte influência da europeia, primeiramente ibérica e, posteriormente, francesa e alemã, o conjunto de valores que constituem a própria noção de cientificidade no Brasil e, conseqüentemente, forjam a definição de

a quem é outorgado o estado de cientista. Além disso, talvez a propriedade mais importante do campo científico – e que nos autoriza a caracterizá-lo como relativamente autônomo – seja quem detém o poder de decidir o que é ciência e quem é cientista. No campo científico, esse poder é dos próprios membros do campo, que o exercem com alto grau de liberdade. Nas ciências brasileiras, a autonomia relativa do campo é bastante evidente, desde a autonomia universitária à composição de institutos de pesquisa e agências de fomento marcadamente formados por autoridades científicas reconhecidas pelos pares-concorrentes.

Assim, há, no sentido bourdieusiano, um campo científico no Brasil, que possui um conjunto de regras e valores próprios e, também, singularidades, se relacionando com o cenário internacional de modo localizado, verticalizado e, tantas vezes, subjugado. Elaboradas em país latino-americano e do sul global, as produções científicas brasileiras, muitas vezes em língua portuguesa, costumam ter impacto local, no próprio Estado, ou regional, na América do Sul, sem amplo alcance, ressalvadas importantes exceções. Além da forte influência do modelo ibérico, a priorização de implantação de cursos profissionais e não voltados à pesquisa tida como “puramente científica”, como medicina, direito e engenharia, e o grande esforço de centralização dispendido pelas lideranças desde o Brasil Império ao Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas²⁵ (SCHWARTZMAN, 2001), são relevantes fatores históricos que ajudam a explicar a juvenildade das ciências brasileiras, consequência da procrastinação do desenvolvimento de instituições dedicadas à pesquisa científica no país.

É somente a partir do século XX que a atividade científica no Brasil passa a ganhar independência e se profissionalizar. “Ao longo do século, a institucionalização da ciência passou de um modelo estritamente pragmático para o reconhecimento da ciência como atividade profissional necessária à produção de novos conhecimentos.” (FREIRE JR., 2020, p. 01). Foi nesse período que foram criadas a Universidade de São Paulo, vinculada ao estado de São Paulo, e, em 1951, as agências de fomento à

²⁵ É nesse momento histórico que é criada a Universidade de São Paulo, que “[...] sobreviveu para tornar-se a principal instituição acadêmica brasileira.” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 153).

pesquisa e formação de pessoas, CNPq e CAPES, ligadas ao governo federal. Na análise do físico e historiador das ciências Olival Freire Jr.,

Em retrospectiva, ao longo do século XX, o Brasil consolidou instituições, universidades e institutos de pesquisa, agências de fomento, como CNPQ, FINEP, CAPES e FAPESP, e institutos dedicados à pesquisa científica e tecnológica diretamente relacionada aos setores econômico e social, como a Embrapa, ITA e Fiocruz. (FREIRE JR., 2020, p. 16).

Se o desenvolvimento das ciências no Brasil não foi vanguardista, a efetiva participação das mulheres nas instituições científicas se deu ainda mais tardiamente, no século XX, e localizada, sobretudo, nas ciências sociais.

A maioria absoluta da geração mais antiga de cientistas brasileiros, e todos os nossos entrevistados, com uma única exceção, eram homens. As mulheres começaram a aparecer na ciência brasileira em números mais significativos com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934 (embora principalmente nas ciências sociais, que não foram cobertas pelo presente estudo). (SCHWARTZMAN, 2001, p. 02)

A criação de universidades e a consequente institucionalização do ensino superior foi importante fator para o ingresso das mulheres nas ciências, “[...] sustentado pelos modelos desempenhados por Bertha Lutz e Heloisa Alberto Torres, que foram educadas no exterior e destacadas cientistas em Zoologia e Antropologia, respectivamente [...]” (FREIRE JR., 2020, p. 07). Entretanto, o maior desenvolvimento científico do país nesse período, oportunizando um maior ingresso de mulheres no campo, não se deu sem flagrantes desigualdades de gênero, especialmente em algumas áreas do conhecimento, como bem salienta Hildete Melo e Ligia Rodrigues (2006):

[...] a inclusão das mulheres nas profissões científicas tem se dado em ritmo mais lento do que em outras áreas e há uma tendência das ciências exatas – matemática, física, engenharias – atraírem relativamente poucas mulheres. Mas, por outro lado, inegavelmente, as mulheres estão presentes na produção do conhecimento no Brasil e, em certas áreas, como nas ciências humanas e sociais, a presença feminina é inequívoca e sua atuação expressiva. Nas áreas ligadas à saúde cresceu muito o número de mulheres, e há importantes nomes femininos realizando pesquisas de relevância mundial. (MELO; RODRIGUES, 2006, p. 1)

De modo heterogêneo, variando a depender das áreas, o campo científico tem sido ainda mais inóspito para as mulheres que outros campos, outras profissões.

Segundo as autoras, para compreender melhor a participação das mulheres nas ciências, é indispensável uma reflexão acerca da divisão sexual do trabalho e, sobretudo, da construção de papéis sociais tidos como masculinos e femininos, que sobrecarregam as mulheres com responsabilidades domésticas e travam uma relação desigual e hierárquica dentro da instituição familiar (MELO; RODRIGUES, 2006).

Nesse sentido, assumindo a transversalidade da categoria analítica gênero para a compreensão do campo científico, o escopo deste capítulo busca trazer uma análise do campo científico a partir de um olhar crítico feminista. Primeiramente, com a caracterização das carreiras científicas no Brasil, a apresentação panorâmica do campo e uma análise da categoria gênero nos dados de bolsistas de produtividades do CNPq. Posteriormente, apresentando duas discussões, sem o objetivo de esgotar os temas, mas de pensar um pouco sobre eles, que são: a) historicizar as bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq e refletir sobre seu valor simbólico ao longo dos anos e b) discutir alguns aspectos políticos e geográficos do campo científico brasileiro.

3.1 PESQUISA NO BRASIL: UM LUGAR (MASCULINO) DE PRESTÍGIO

Se observarmos o número de bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq nos anos de 2001 a 2015, duas são as informações que se destacam: o aumento da quantidade de bolsas concedidas e sua distribuição desigual entre homens e mulheres. Nesses quinze anos, a quantidade de bolsistas, desconsiderando a categoria da bolsa, dobrou. Eram 2.459 mulheres contempladas em 2001, tendo passado para 5.013 em 2015. A mesma proporção de aumento se deu entre os bolsistas homens, que, em 2001, perfaziam um total de 5.207 e, em 2015, alcançam o expressivo número de 9.092. Assim, embora a proporção do crescimento dos bolsistas homens tenha sido de 75%, ligeiramente menor que os 104% das mulheres, o aumento, em número absoluto foi bastante maior, tendo sido concedidas 1.331 bolsas a mais para os homens.

Se a expressiva expansão do número de bolsas PQ nos quinze anos aqui analisados é, por um lado, positiva, indicando o aumento de recursos financeiros e uma política de valorização da pesquisa, por outro, é grave o modo como isso se deu sem qualquer perspectiva que priorizasse sanar a notória desigualdade de gênero que

marcava – e que continua marcando – o fazer científico no país. Arriscamos supor que, com o volume do crescimento das bolsas no período, teria sido possível, com políticas específicas para tanto, que houvesse correção ou, ao menos, minimização da distorção na distribuição de bolsas PQ, que faz com que as mulheres se mantenham apenas com cerca de um terço delas. Outro dado de extrema importância, e que deriva disso, é que, como podemos observar pela linha traçada no gráfico abaixo, em 2015 o número de mulheres bolsistas PQ era inferior ao número de bolsistas homens em 2001, o que denuncia a flagrante (e persistente) desigualdade de gênero no topo da carreira acadêmica. Isto significa dizer que: mesmo com o aumento significativo de bolsas, as mulheres, em 2015, sequer atingiram a quantidade de bolsas que homens tinham em 2001.

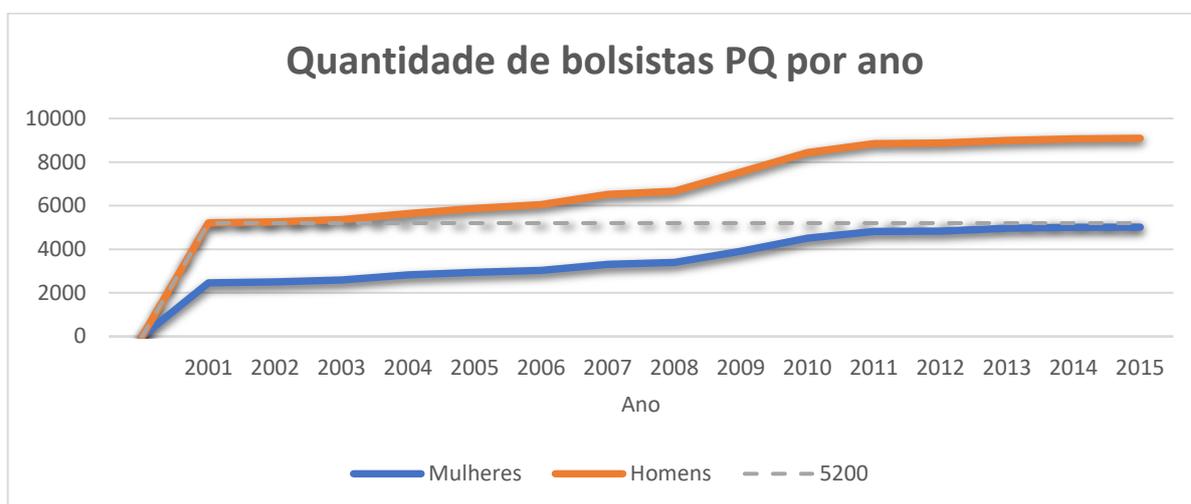


Gráfico 3.1 – Quantidade de bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq por gênero e ano, entre 2001 e 2015 no Brasil. Fonte: CNPq/Assessoria de Estatísticas e Informação - AEI. Elaborado pela autora (2021).

Na UFBA, como veremos, esse crescimento também se deu em desatenção às desigualdades de gênero, tendo sido contemplados, mesmo nos últimos anos, mais homens do que mulheres com as bolsas de produtividades em pesquisa do CNPq. De 2006 a 2017, com exceção do ano de 2013, os pesquisadores da instituição receberam mais bolsas que as pesquisadoras. Das 683 três bolsas concedidas ou renovadas, apenas 43% delas foram destinadas às pesquisadoras mulheres. Os homens receberam 387 bolsas PQ e, especialmente, aquelas de maior nível. Em 2009, ano no qual, no intervalo estudado, a UFBA mais recebeu bolsas PQ, das 89 bolsas recebidas, 65% delas foram para pesquisadores homens, restando às mulheres 31 bolsas, um número bastante próximo ao das 33 bolsas que elas

receberam em 2013, único ano, como dissemos, em que elas foram contempladas com maior quantidade de bolsas PQ (52%).

Destarte, vale destacar que tamanha disparidade no tocante à distribuição de bolsas PQ é ainda mais grave quando analisada a partir do escrutínio dos diferentes níveis de produtividade. Nesse sentido, o cenário nacional ratifica o que observamos na UFBA, colocando-nos diante de uma desigualdade de gênero extrema que se prolongou ao longo dos quinze anos, de modo estável, sem qualquer reparo pelo já mencionado aumento significativo do montante bolsas.

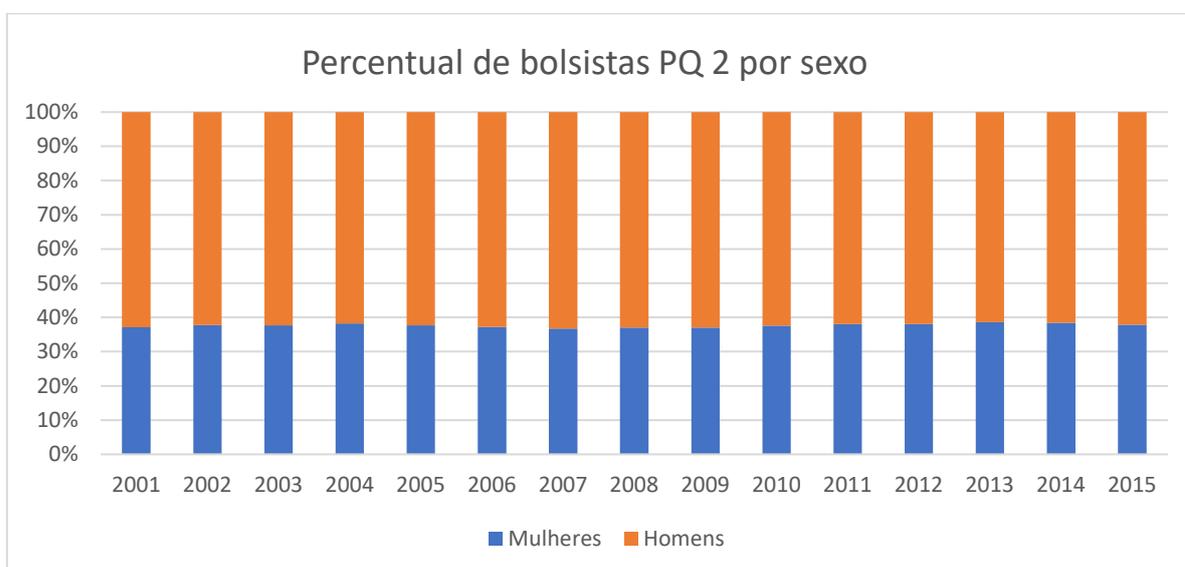


Gráfico 3.2 – Percentual de bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq categoria 2 por sexo nos anos de 2001 a 2015 no Brasil. Fonte: CNPq/Assessoria de Estatísticas e Informação – AEI. Elaborado pela autora (2021).

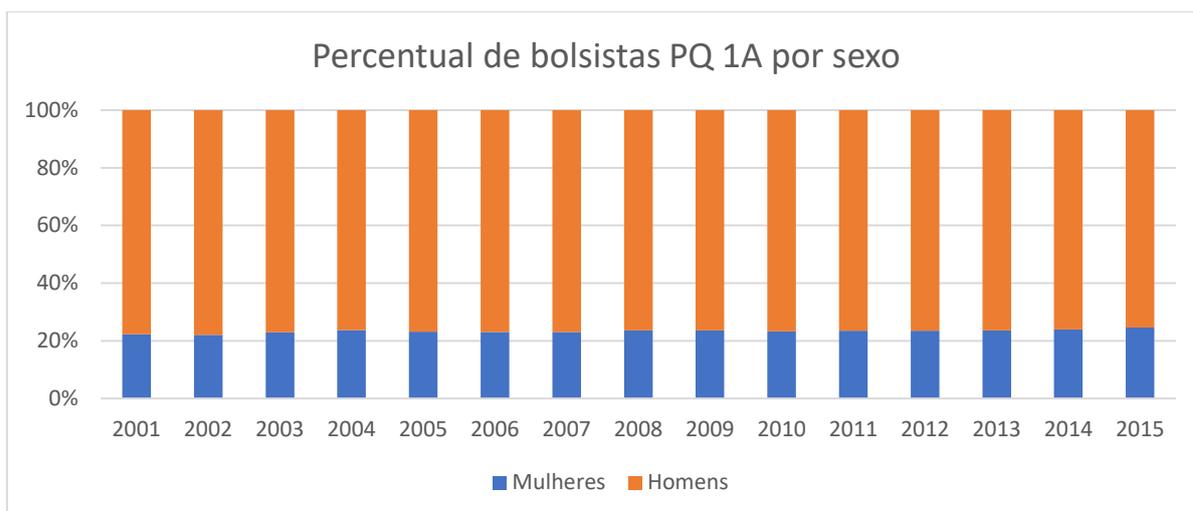


Gráfico 3.3 – Percentual de bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq nível 1A por sexo nos anos de 2001 a 2015 no Brasil. Fonte: CNPq/Assessoria de Estatísticas e Informação – AEI. Elaborado pela autora (2021).

Embora a proporção entre homens e mulheres bolsistas PQ-2 (gráfico 3.2) não seja a ideal, tendo sido mantido um percentual aproximado de apenas 40% (quarenta por cento) de pesquisadoras, quando observamos o gráfico 3.3, que traz os dados referentes às bolsas 1A, de maior nível, deparamo-nos com uma disparidade alarmante: as mulheres são pouco mais de 20% (vinte por cento) dessas/es bolsistas. A partir da comparação entre o maior e o menor nível de bolsa PQ, é possível perceber que a participação das mulheres decai à medida que se analisa as bolsas que representam mais prestígio e, portanto, maior capital científico.

Contudo, a distribuição desigual de bolsas resta ainda mais evidente quando analisados todos os níveis das bolsas PQ, conforme os gráficos 3.4 e 3.5, a seguir. Neles, é possível perceber que a dinâmica de distribuição de bolsas de produtividade no Brasil é diretamente afetada pelas disparidades de gênero, que dificulta a progressão funcional das mulheres e acelera a dos homens.

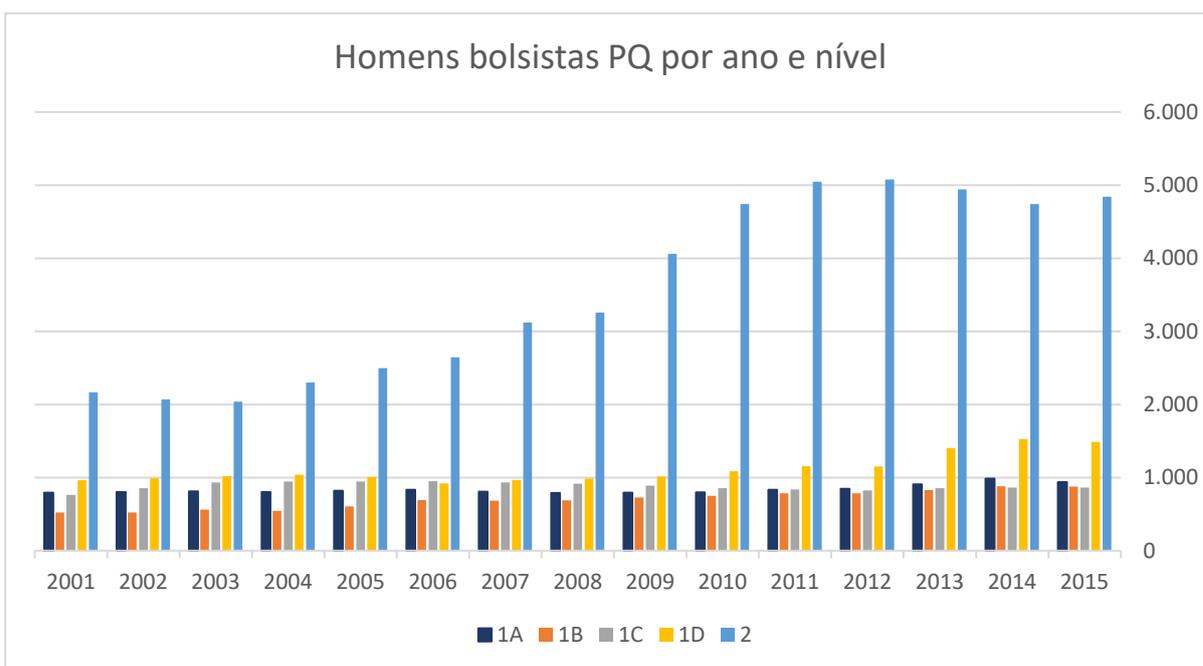


Gráfico 3.4 – Número de bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq do sexo masculino por nível de bolsa nos anos de 2001 a 2015 no Brasil. Fonte: CNPq/Assessoria de Estatísticas e Informação – AEI. Elaborado pela autora (2021).

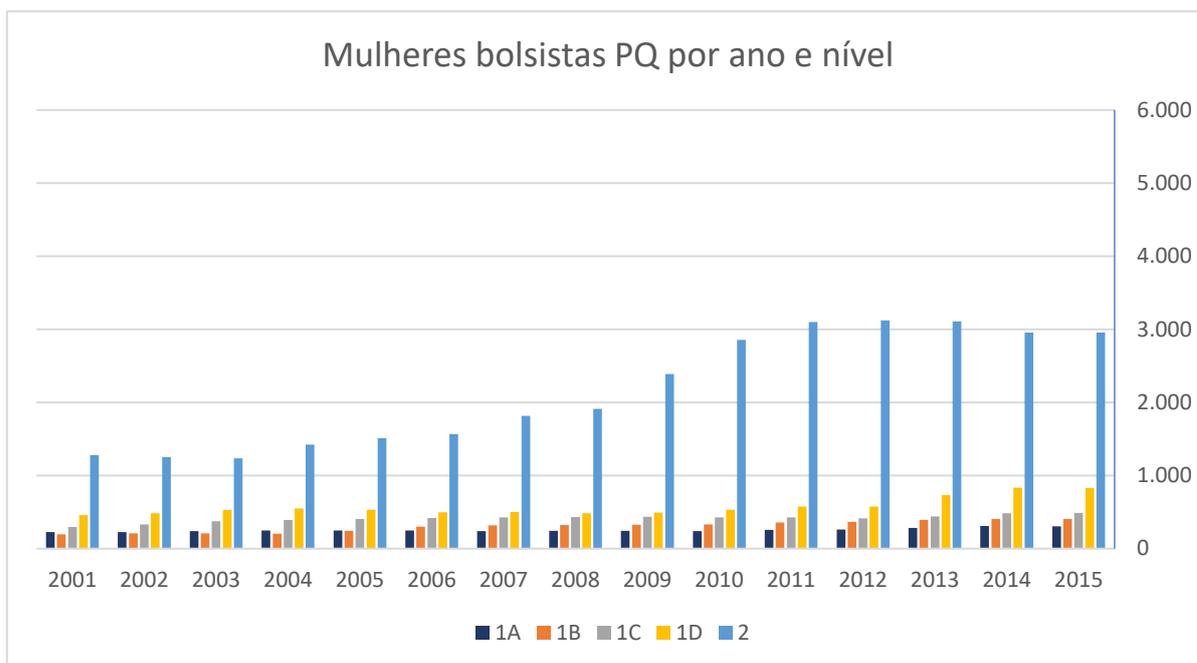


Gráfico 3.5 – Número de bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq do sexo feminino por nível de bolsa nos anos de 2001 a 2015 no Brasil. Fonte: CNPq/Assessoria de Estatísticas e Informação – AEI. Elaborado pela autora (2021).

Inobstante haver a prevalência de bolsas PQ-2 tanto para os homens quanto para as mulheres, ainda que em número muito desigual, o modo como a distribuição se dá nos níveis da categoria 1 é bastante diverso. Enquanto as mulheres apresentam uma progressão paulatina na carreira, prevalecendo ao longo dos anos, quase absolutamente, o fato de que quanto maior o nível, menor a quantidade de bolsistas, os homens possuem uma distribuição mais equilibrada, com o número de bolsistas PQ-1A, muitas vezes, superior ao de bolsistas 1B e 1C. Esses dados, que se coadunam com os da UFBA, expõem que, mesmo dentre as/os bolsistas, os homens possuem maior facilidade de progressão, o que os leva a alcançar, em maior número, o topo da carreira acadêmica.

Além disso, esses dados sugerem que a não ascensão de grande parte das mulheres aos níveis mais elevados de bolsas, o labirinto de cristal que lhes é imposto, estimula a progressão dos homens, que disputam praticamente entre si os níveis da categoria 1. Eles são contemplados com as bolsas que as pesquisadoras receberiam. Com isso, não é prematuro afirmar que a divisão sexual do trabalho nas ciências, além de retardar e, tantas vezes, impossibilitar a progressão vertical das mulheres na carreira, alavanca a carreira dos pesquisadores homens.

Admitidas as dinâmicas peculiares do campo científico, os dados apresentados parecem indicar que os processos de validação dessa forma de conhecimento favorecem prioritariamente os pesquisadores homens. Eles adquirem mais facilmente capital científico e, por isso, figuram como autoridades, seja porque já possuem mais capitais simbólicos que as mulheres, seja porque a reconversão desses capitais em científico se dá sem muitos dos empecilhos materiais que afetam diretamente a carreiras das pesquisadoras mulheres, como maternidade e os cuidados com a casa e com a família.

Assim, ainda que salientemos a complexidade de fatores inter-relacionados na (re)produção do reconhecimento pelos pares-concorrentes, é imperioso considerar que a desatenção às desigualdades de gênero tem sido um dos fatores relevantes, que tem pesado em desfavor das mulheres, (re)produzindo e aprofundando, na academia, a divisão sexual do trabalho. Isso se dá por meio de uma segregação vertical que distancia as pesquisadoras mulheres da conquista de autoridade científica, o que se agrava quando incluímos outras categorias analíticas como raça/etnia, classe social e geração e que demanda a realização de estudos e pesquisas do campo científico à luz das interconexões com os diferentes processos de hierarquização social.

É importante, pois, discutir o (não) lugar das mulheres nas carreiras científicas. As críticas feministas às ciências não ignoram que, de alguma forma, tem ocorrido uma ampliação do número de mulheres nas carreiras científicas (BANDEIRA, 2008; LETA, 2003; LIMA, BRAGA e TAVARES, 2015). Entretanto, importa ressaltar que esse movimento tem uma lógica eminentemente quantitativa, pois não houve correspondência no que se refere ao acesso delas aos postos mais reconhecidos no campo científico. Embora já sejam majoritárias no ensino superior (INEP, 2018), infelizmente persistem as assimetrias dentro do sistema de pesquisa científica brasileiro, pois as mulheres ainda são minoritárias entre os bolsistas de produtividade, sendo ainda menos representadas nos níveis mais altos dessas bolsas. É seguro afirmar, como nos alerta Lourdes Bandeira, que esse “[...] efetivo maior acesso das mulheres ao mundo científico não elimina o fato de que quanto mais alto o escalão, menos as pesquisadoras mulheres estão presentes” (BANDEIRA, 2008, p. 217). Neste trabalho, essa discussão quanto ao espaço ocupado pelas mulheres (e muitas

vezes negado a elas) nas carreiras científicas será feita a partir da análise do curso de vida daquelas que atravessaram o labirinto de cristal e foram contempladas com as bolsas, do CNPq, de produtividade em pesquisa.

3.2 A RELEVÂNCIA DA POLÍTICA DE BOLSAS DO CNPQ NA CIÊNCIA BRASILEIRA

Se hoje consideramos que ser bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq é um indicador incontestado do capital científico do/a pesquisador/a, nem sempre foi assim. Em sete décadas de existência, não apenas o papel da agência mudou, mas também o da bolsa PQ. Criada em 1976, a implementação dessas bolsas tinha “[...] os objetivos iniciais de incentivar a produção científica e contribuir para que o Brasil viesse a alcançar alto grau de maturidade e consolidação científica.” (MOTA *et al*, 2018, p. 136).

Assim, por sua própria finalidade, as bolsas PQ eram, quando da sua criação, acessíveis a novos/as cientistas e àqueles/as que não eram autoridade científicas reconhecidas em suas áreas de conhecimento de origem. Com o passar do tempo e paulatinamente, elas deixam de ser instrumentos indutores de produção de conhecimento e passam a ser instrumentos de reconhecimento pelos pares concorrentes. Mudam, pois, seus objetivos, mas muda, sobretudo, o capital simbólico que representam, passando a expressar o capital científico do/a pesquisador/a.

Ao contextualizar historicamente o recebimento de sua primeira bolsa PQ em 1992, uma das entrevistadas expõe que ainda naquele período, após quase duas décadas de criada, a bolsa PQ era, precipuamente, um instrumento de incentivo à produção de conhecimento.

[...] naquela época, não havia distinção de ser bolsista de produtividade do CNPq não. [...] Na verdade, [a bolsa] foi um indutor importante da produção de toda uma geração. O CNPq foi importante porque, para renovar a bolsa e para conseguir novo financiamento, você tinha que ter um relatório de pesquisa e tinha que publicar. (Sônia, pesquisadora PQ-1B, contemplada pela primeira vez com a bolsa PQ em 1992).

A evolução do que representa a bolsa de produtividade se deu em consonância com a evolução da agência de fomento à pesquisa, consequências do

amadurecimento do próprio campo científico no Brasil. Na sua criação, em 1951, o CNPq era diretamente vinculado e subordinado à Presidência da República, possuindo singular autonomia e relevância institucional. Na fase inicial de estruturação do Conselho, marcada pela maior ênfase em física, química e ciências biológicas, travou-se uma batalha pela criação da carreira de pesquisador e pela sistematização de informações técnico-científicas. Para João Carlos Barbieri, o CNPq,

Criado pela Lei 1310/51, [...] vinculava-se diretamente ao Presidente da República e dispunha de autonomia técnico-científica, administrativa e financeira. Essa posição na estrutura administrativa do Executivo Federal refletia a enorme importância atribuída a esse órgão, que tinha por finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento (Art. 1). (BARBIERI, 1993, p. 2)

Embora tenha sido criado para a promoção do desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento, o CNPq tinha especial interesse na denominada “questão nuclear”. Ficou a cargo do Conselho “[...] incentivar a pesquisa e a prospecção das reservas existentes, no Brasil, de materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica.” (CNPQ, 2020b). O forte interesse nacional pelo projeto brasileiro de autonomia de energia nuclear, tema especialmente relevante em todo o mundo no pós-guerra, foi um fator determinante para criação do Conselho e estava diretamente relacionado à liderança do Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, personalidade importante na implantação do CNPq, assumindo a presidência do Conselho nos seus primeiros anos.

A “questão nuclear”, que contribuíra de modo decisivo para a criação do CNPq, como uma espécie de motivo imediato, estava presente em vários dispositivos da Lei 1310/51, tais como, restrições às exportações de materiais radioativos (Art. 4º), e o estabelecimento do controle estatal, via CNPq, de todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica, sem prejuízo da liberdade de pesquisa científica e tecnológica (Art. 5º). O Decreto 30.230/51 atribuía ao CNPQ a competência de elaborar instruções especiais para regulamentar o beneficiamento, o transporte, o tratamento químico e o comércio de materiais apropriados ao aproveitamento de energia atômica. (BARBIERI, 1993, p. 2)

O Almirante Álvaro Alberto, que presidiu a Academia Brasileira de Ciências, teve o apoio dos presidentes Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas, seu sucessor. No ano de criação do CNPq, o Almirante representou o Brasil na Comissão de Energia

Atômica da Organização das Nações Unidas e defendeu a “[...] tese das ‘compensações específicas’, que estabelecia o direito ao acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos para os países possuidores de matéria prima com potencial atômico.” (CNPQ, 2020b). Entretanto, a crescente tensão entre a posição do CNPq e o acordo nuclear entre o Brasil e os Estados Unidos fizeram com que o Poder Executivo Federal regulamentasse a energia nuclear, diminuindo o poder decisório do Conselho quanto à temática (BARBIERI, 1993).

É nesse contexto que, em 1955, após o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e com a intensificação das pressões externas, o Almirante Álvaro Alberto foi exonerado e saiu da presidência do Conselho. A relação orgânica entre o CNPq e a questão nuclear, já enfraquecida, cessa em 1956, com a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear, derivada da Comissão Nacional de Energia Atômica, instituída em 1954 (CNPQ, 2020b). Com a Comissão, deixa de ser de competência do CNPq gerir as políticas nacionais voltadas à atividade nuclear.

Os esforços originais do Conselho de Pesquisas no campo de energia atômica foram apoiados somente [por] um breve período, durante o segundo governo de Vargas, que terminou com seu suicídio em 1954. Os Estados Unidos não apoiaram essas operações porque insistiam em reter para si o controle do processo de enriquecimento. Em 1954 o governo americano impediu a entrega de três centrifugadoras para enriquecimento de urânio, que o Brasil havia comprado à Universidade de Göttingen, na Alemanha Ocidental. Além deste obstáculo político, a escala limitada dos esforços de pesquisa iniciados pelo Brasil naqueles anos faz suscitar dúvidas sobre se o país poderia de fato ter realizado algo de maior significação. (SCHWARTZMAN, 2001, p. 260-261)

Assim, o CNPq passa a ter um papel importante na formação de pessoas, intimamente ligado aos valores desenvolvimentistas do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), mas uma produção científica ainda distante das indústrias e com pouca influência nas atividades econômicas da época. Cumpre ao Conselho distribuir os recursos a cientistas pontuais, especialmente àqueles vinculados às áreas físicas e biológicas. “Com o apoio do CNPq, foi possível desenvolver trabalhos de pesquisas independentes e de pequena escala em alguns centros, mesmo quando a própria universidade do cientista [...] oferecia apoio limitado.” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 261).

Nesse período, as universidades se encarregavam majoritariamente da profissionalização de recursos humanos e de pesquisas técnicas “a curto prazo” e com “escopo limitado” (SCHWARTZMAN, 2001) e o Conselho possuía recursos financeiros bastante limitados, um baixo orçamento, que impactou diretamente as bolsas de estudo fora do Brasil. Além disso, devido à carência de funcionários, o então Conselho Nacional de Pesquisas se valia de pareceres das autoridades científicas da época para direcionar seus escassos recursos.

Depois da fase inicial, é com as alterações introduzidas pela Lei n. 4.533 de 1964 que o CNPq inicia sua segunda fase (BARBIERI, 1993). Assinada pelo então Presidente Humberto Castelo Branco, essa lei fortaleceu a competência do CNPq, que passou a acumular e centralizar funções importantes, notadamente, a de formular, planejar e executar a política científica e tecnológica do país. Além disso, o Conselho era dotado de autonomia para coordenar programas, gerir recursos, estimular pesquisas científicas e tecnológicas em instituições oficiais ou particulares, formar e aperfeiçoar recursos humanos, pesquisadores técnicos e “[...] cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior, no desenvolvimento da pesquisa e da formação de pesquisadores.” (BRASIL, 1964).

O fortalecimento do Conselho, entretanto, se deu em meio a uma Ditadura Civil Militar que se aprofundou ao longo dos anos, instaurou medo, cassou liberdades individuais e perseguiu estudantes e cientistas. Assim, viveu-se no Brasil, durante esse período, a contradição de um governo que, por um lado, apoiava e financiava o desenvolvimento científico e tecnológico do país, mas, por outro, restringia a autonomia dos/as pesquisadores/as, o que impactava direta e negativamente na produção de ciências no Brasil.

O estado de terror instaurado desde dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional Número 5, a crise política de 1969, e o início da presidência do General Garrastazu Médici não alteraram a reorientação política nos setores assinalados [...]. A reforma universitária, que levou ao fim da cátedra, a melhoria salarial dos professores universitários, a institucionalização dos cursos de pós-graduação, e a significativa elevação dos investimentos em pesquisa e em pós-graduação, através do BNDE e da FINEP foram, todas, medidas de profundo impacto na profissionalização dos pesquisadores brasileiros. Pode ser dito que quase todas as medidas preconizadas por Moysés Nussenzveig foram paulatinamente

implantadas, exceto a última, a que dizia que não pode haver pesquisa sem autonomia e sem liberdade intelectual. (FREIRE JR.; CLEMENTE, 2006, p. 17)

Os incentivos ao desenvolvimento das ciências no Brasil, embora importantes, não foram suficientes para minimizar as violências do período, tampouco para impedir a evasão de talentos que buscaram exilar-se em outros países, em particular no continente europeu. Houve, nesse momento histórico, uma intensificação da fuga de intelectuais brasileiros que já vinha desde o período democrático, fruto do baixo orçamento para produção de ciências e redução de salários de professores (FREIRE JR., 2020). O regime antidemocrático, com a perseguição a pesquisadores/as e estudantes, gerou uma perda incalculável para o campo científico brasileiro, como bem assevera o historiador das ciências baiano Freire Jr.:

As estimativas do número de cientistas perseguidos estão na faixa de 500, mas isso não inclui aqueles que tiveram sua carreira interrompida enquanto eram estudantes de graduação. Portanto é impossível estimar a perda, uma vez que abrange desde cientistas seniores, que não puderam seguir seu trabalho criativo e liderança científica, até cientistas promissores ou mesmo possíveis cientistas. (FREIRE JR., 2020, p. 13)

Foi o que ocorreu com Joana, hoje bolsista PQ-1B. Politicamente ativa e parte do movimento estudantil, a pesquisadora deixou o país em 1976, logo após concluir a graduação. Ela relata: “Procurei um país para viver aquele momento, onde as condições políticas e sociais fossem mais próximas de uma sociedade democrática. Na ocasião, eu e meu companheiro fizemos a opção por viver no México.” (Joana, bolsista PQ-1B).

Além da evasão de pesquisadores/as, as condições de trabalho daqueles/as que continuavam nas instituições não eram favoráveis ao desenvolvimento científico. Raquel, bolsista PQ-2, avalia o contexto histórico de quando ingressou na instituição, em 1971:

Foi ainda na ditadura militar e não foi fácil. Inclusive, uma das pessoas que foi aprovada no meu concurso na UFBA, ela não teve direito de ser aceita como aprovada; a universidade aceitou a injunção militar e ela não foi dada como aprovada. [...] ela era muito claramente de esquerda, casada com um cara militante de esquerda, que foi até meu colega de sala na universidade. [...] Então, foi muito duro, muito duro.

A gente vivia preocupada, com medo, sempre tinha alguém observando as aulas, esse tipo de coisa.

A partir do governo Costa e Silva houve aumento do orçamento destinado à Ciência e Tecnologia e uma política científica voltada para as instituições universitárias. É nesse período, ainda na segunda fase do CNPq (BARBIERI, 1993), que ocorre a implantação do regime de dedicação exclusiva para a carreira docente e a criação dos cursos de pós-graduação. Paradoxalmente, “[...] o regime promove avanços na formação de cientistas, por outro lado passa a censurar e a perseguir-los, restringindo as liberdades democráticas, bem ao estilo da ‘modernização conservadora’.” (JORNAL DA CIÊNCIA, 2018, p. 4).

Com a evasão de cérebros, coube também ao CNPq tentar atrair novamente os cientistas brasileiros radicados fora do país. Para tanto, o Conselho desenvolveu a “Operação Retorno”, fundamentada no Decreto Lei n. 416/69 (FREIRE JR.; CLEMENTE, 2006). Segundo os autores, a operação era ambiciosa, mas fracassou e, ao invés de atrair pesquisadores consagrados que emigraram, contemplou estudantes recém titulados.

As promessas foram altas, verdadeiras peças de propaganda, com Antônio Couceiro chegando a anunciar que já haviam retornado ao Brasil 154 cientistas. Os resultados concretos, contudo, foram bem mais magros, e esconderam uma prolongada disputa entre instâncias diferentes da burocracia do governo federal, bem como o interesse de estudantes brasileiros que estavam concluindo cursos de pós-graduação nos Estados Unidos. (FREIRE JR.; CLEMENTE, 2006, p. 9-10)

É na década de 1970, entretanto, que o CNPq tem o seu nome alterado para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e, em 1974, passa a ser uma fundação de direito privado ligada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (MOTA *et al*, 2018). As mudanças de nome, de natureza jurídica e de vinculação não eram apenas formalidades. Inicia-se, com isso, a terceira fase do Conselho (BARBIERI, 1993).

A entrada das agências de desenvolvimento e planejamento econômico no campo da ciência e do ensino de pós-graduação intensificou a tendência histórica no sentido de favorecer a tecnologia aplicada em detrimento da ciência básica [...] As agências de apoio à ciência, como a FINEP, e o CNPq se inchando com centenas e depois e finalmente milhares de funcionários, e os cientistas passaram a ter

de negociar com economistas e administradores, a cada dois ou três anos, a renovação de suas dotações, numa base de projeto por projeto. (SCHWARTZMAN, 2001, p. 280)

Em 1985, com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Conselho assume a função de planejamento estratégico de ciências no país, mas deixa de centralizar a política nacional de C&T (MOTA *et al*, 2018), começando o que seria denominada de quarta e atual fase do CNPq (BARBIERI, 1993). Embora não esteja no escopo deste trabalho fazer uma análise histórica do período, é incontestável a relação entre o desenvolvimento do campo científico no Brasil e o CNPq, sendo, desse modo, importante a compreensão da agência para entender, também, o que simboliza a bolsa de produtividade do CNPq e a sua concessão a alguns/as cientistas.

Dito isso, é ainda na terceira fase do CNPq, em 1976, que a agência implanta as bolsas de produtividade em pesquisa, mas com uma natureza muito diversa da que conhecemos hoje. A evolução dessas bolsas no tocante ao significado e ao impacto no campo científico brasileiro decorreu menos de uma alteração específica dos editais anuais lançados pela agência e mais do amadurecimento do campo no Brasil. Isso nos leva a crer que quaisquer alterações nos editais são mais consequências do que causas da mudança da natureza das bolsas PQ.

Numa reflexão sobre a função das bolsas de produtividade no início dos anos 1990, a pesquisadora contemplada pela primeira vez com a bolsa PQ em 1992 ressalta essa mudança.

Não tinha a competição que tem hoje, que os novos pesquisadores, para entrar, precisam ter currículo com vinte artigos publicados, que não conseguem ter a bolsa porque a competição é muito grande. O produtivismo virou uma coisa... Então, naquela época... [...] tanto que minha primeira publicação importante foi em 94, desse projeto [contemplado no edital para concessão de bolsa PQ]. 94, 95 e 96, desse primeiro projeto. Aí eu fui publicando também outras coisas, mas naquele momento não era isso que se tornou. Era um campo ainda não consolidado. O próprio campo científico no Brasil ainda não estava tão consolidado, foi o início das pós-graduações. Então, foi um processo... (Sônia, pesquisadora PQ-1B)

A pesquisadora destaca, ainda, que, naquela época, as bolsas tinham a importante função de incentivo à produção científica de pesquisadores/as não necessariamente já reconhecidos/as no campo. “Então, mostra que uma política que acolhe pessoas, que aposta em pessoas que querem, dá certo. Todos nós entramos

com pouca publicação. [...] Digamos que esses mecanismos, eles incentivaram essa geração a produzir.” (Sônia, pesquisadora PQ-1B).

Outro fator que dificultaria que as bolsas PQ já fossem instituídas com natureza de reconhecimento e simbolizasse prestígio dos pares-concorrentes é que foi somente em 1990 que o CNPq criou mecanismos de avaliação central, que passariam a subsidiar as políticas nacionais de incentivo à pesquisa.

Nos anos 1990, o CNPq criou instrumentos substanciais para as atividades de fomento: a Plataforma Lattes e o Diretório dos Grupos de Pesquisa. Tais instrumentos têm papel central na avaliação, no acompanhamento e direcionamento para políticas e diretrizes de incentivo à pesquisa. (MOTA *et al*, 2018, p. 138)

Já nos primeiros anos da década de 1990, sob as presidências de Gerhard Jacob e Marcos Luiz de Mares Guia, o CNPq tem um aumento significativo de unidades de bolsas implementadas, saltando 28.696 em 1990 para 40.955, em 1993, apesar dos desafios econômicos enfrentados pelo país no governo Collor de Mello (CNPQ, 2020b). No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), período marcado pelas privatizações em setores fundamentais da economia, há uma retração do financiamento do governo federal às instituições públicas de pesquisa e a agência enfrenta dificuldades financeiras que afetam, particularmente, as bolsas de produtividade em pesquisa.

Os rumos do CNPq deixam a comunidade científica desesperançada. Se os ajustes estruturais na economia durante o primeiro mandato de Fernando Henrique reduzem as verbas do CNPq para bolsas e fomento de cerca de 500 milhões de reais, em 1995, para 441 milhões, em 1999, o planejamento de Tundisi [José Galizia Tundisi, então presidente do CNPq] resulta numa forte retração da oferta de bolsas. No período 1995-1999, o número de bolsas-ano implementadas é reduzido de 52.041 para 41.969, sendo as bolsas de mestrado e de produtividade em pesquisa as mais afetadas. A redução é particularmente perturbadora tendo em vista que, no período, os cursos de pós-graduação saltam de 1.775 para 2.158. (CNPQ, 2020b)

O governo FHC foi um período difícil para o desenvolvimento de ciências e tecnologias no país. “Desde sua fundação, o CNPq nunca é tão limitado para conceder bolsas e auxílios quanto no período em que Fernando Henrique governa o Brasil.” (CNPQ, 2020b). Como parte da política de governo, a agência de fomento passou por um processo de reestruturação, transferindo parte de seus recursos para programas

tidos como estratégicos pelo Poder Executivo Federal. Assim, os recursos eram destinados para “[...] induzir o desenvolvimento de pesquisas voltadas para as necessidades do setor produtivo e em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país.” (OLIVEIRA; BIANCHETTI, 2006 p. 163).

Com as atenções voltadas ao setor produtivo, a presidência de Fernando Henrique Cardoso foi repleta de contradições no campo das ciências e tecnologias. Por um lado, havia amplo crescimento dos cursos de pós-graduação no país e consolidação do campo científico; por outro, houve redução de financiamento destinado à produção de conhecimento científico, que impactou especialmente no CNPq e em sua política de bolsas.

Entre 1995 e 2002, o número de bolsas-ano que implementa é reduzido de 52.041 para 47.465, sendo as bolsas de mestrado as mais afetadas, passando de 10.960 para 5.604. O quadro é mais grave quando se considera a não reposição das perdas inflacionárias e a suspensão da taxa de bancada. A disposição governamental segue claramente na contramão do empenho revelado pela comunidade científica, manifesta, sobretudo, no crescimento ininterrupto do sistema de pós-graduação. A titulação de doutores por ano no País salta de 2.497, em 1995, para 5.335, em 2000, mas a oferta de bolsas de produtividade em pesquisa fica praticamente estagnada, passando de 8.170 para 8.601. Um número ínfimo de doutores em atividade no país pode, concretamente, chegar à condição de pesquisador do CNPq. (CNPQ, 2020b)

Esse contexto histórico-político foi vivenciado por grande parte das bolsistas entrevistadas nesta pesquisa. Uma delas destaca:

Quando eu entro na universidade como docente, a gente ainda tá naquela fase em torno de Fernando Henrique Cardoso, que foi uma fase muito dura para a universidade. A despeito de ele não ser um cara tipicamente de direita, ser uma pessoa mais de centro, para a universidade, as pessoas costumavam dizer que é melhor nunca mais ter um professor universitário Presidente da República, porque ele se coadunou com toda a ideia de privatização e isso vai na contramão do desenvolvimento científico e acadêmico. Então, não era um momento bom (Iana, ex-bolsista de produtividade).

Iana atribui algumas das suas escolhas profissionais a esse cenário, ressaltando que a escassez de concursos públicos para a carreira docente fez com que ela adiasse o plano de formação fora do país, para doutoramento, e buscasse a estabilidade em instituições menores no estado. Ela avalia que “Algumas áreas

levaram oito anos para terem concurso, sem ter renovação e ingresso de pessoas na universidade, tendo havido um encolhimento da pesquisa naquele momento.”.

O crescimento da pós-graduação estava relacionado à reformulação da carreira docente, que já vinha se desenhando no início da década de 1990. Se na década de 1970 as áreas tradicionalmente tidas como científicas, como a física clássica e a biologia, já estavam consolidando seus cursos de pós-graduação, formando doutores e profissionalizando a carreira científica, esse movimento só se ramifica para todas as áreas a partir da década de 1990, quando se estabelece a titulação como incentivo para a progressão na carreira docente. Com isso, há uma importante mudança na dinâmica de Ciências e Tecnologia do país, mesmo com a diminuição de financiamento.

Nesse momento, entre a década de 1990 e os anos 2000, muitos/as cientistas que já integravam o corpo docente das universidades brasileiras fazem o curso de doutorado, inclusive com programas específicos de incentivo ao doutoramento desses/as pesquisadores/as. Essa dinâmica pode ser observada no conjunto de bolsistas de produtividade da UFBA que participam deste estudo. De 79 pesquisadoras, 41 delas ingressaram até 1996 na instituição e, dessas, apenas sete concluíram o doutorado antes da década de 1990 e nenhuma delas na Bahia. Quatro dessas pesquisadoras concluíram o doutorado no exterior, duas nos Estados Unidos da América (nos anos de 1981 e 1988) e duas na França (nos anos de 1981 e 1985). As outras três pesquisadoras obtiveram o título de doutorado pela Universidade de São Paulo nos anos de 1983, 1986 e 1988. Uma das entrevistadas, docente da UFBA desde 1965, destacou a falta de cursos de pós-graduação no estado, especificamente em algumas áreas do conhecimento:

Eu fui vítima daquele tempo, quando não havia nem mestrado nem doutorado. Quando o mestrado foi implantado na minha área, eu fui da primeira turma. Fiz o mestrado na primeira turma, na primeira possibilidade que havia, mas o doutorado vai ser implantado na UFBA muito tempo depois. Então, naquela altura, só se podia fazer doutorado saindo do estado, indo para outro estado ou indo para outro país. Como eu não fiz isso, não quis sair nem para outro estado nem para outro país, não pude fazer o doutorado. Só fui fazer muito tempo depois, mas não é que eu não quisesse fazer, é porque fica difícil sair, porque bolsa também não era tão fácil. Sair do estado era difícil, sair do país era mais difícil ainda. (Julieta, bolsista PQ-1B)

Ela salientou, ainda, que se doutorou em 2002 por meio de um programa específico do Governo Federal, que permitiu aos docentes de instituições federais de ensino superior, que preenchessem uma série de requisitos, a possibilidade de defender teses de doutorado sem que precisassem cursar as disciplinas básicas do curso.

[...] eu aproveitei quando foi possível fazer, porque o próprio Governo abriu uma possibilidade de as pessoas que tinham currículo que justificasse isso, estivessem trabalhando etc., que preenchessem uma série de requisitos, podiam fazer um doutorado quase que à distância. Era um doutorado sem a necessidade daquelas disciplinas chamadas básicas, que, na verdade, a gente já dava essas disciplinas no mestrado. Então, você tinha que fazer uma tese e defender a tese. Então, aproveitei essa oportunidade, fiz e defendi a tese lá no Rio de Janeiro em 2002. (Julieta, bolsista PQ-1B)

A redução do financiamento de produção de ciências no Brasil e, com isso, o pequeno número de bolsas frente à crescente demanda do campo científico brasileiro levaram ao aumento da concorrência entre os/as pesquisadores/as nacionais para a conquista do parco recurso. Paralelamente a isso, o CNPq passa a desenvolver, aperfeiçoar e sistematizar bancos de dados e instrumentos de avaliação. Foi somente no final dos anos 1990 que o CNPq desenvolveu uma versão consolidada de currículo, que integrou os já existentes. Na segunda metade de 1999, “[...] o CNPq lançou e padronizou o Currículo Lattes como sendo o formulário de currículo a ser utilizado no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPq.” (CNPQ, 2020b). Assim, a partir dos anos 2000, com o uso de um currículo acadêmico unificado com a Plataforma Lattes e do Diretório dos Grupos de Pesquisa²⁶, o CNPq começa a ter instrumentos para uma avaliação mais precisa para desenvolver políticas de incentivo às ciências e à tecnologia.

A conjunção desses fatores é um terreno fértil para a resignificação da bolsa de produtividade em pesquisa. Com o aumento da concorrência entre os pares por financiamento, a bolsa e a taxa de bancada tornam-se um produto disputado e escasso, a ser entregue a poucos. É uma consequência esperada, no cenário que se

²⁶ O Diretório dos Grupos de Pesquisa “[...] constitui-se em bases de dados (censitárias e correntes) que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. Tem três finalidades principais: instrumento para o intercâmbio e a troca de informações; caráter censitário no auxílio de planejamento estratégico ao fomento, e por fim, constituir base de dados importante papel na preservação da memória da atividade científico-tecnológica no Brasil.” (CNPQ, 2020b).

formou ao longo dos governos FHC, que “[...] reduziram significativamente os investimentos em C&T” (OLIVEIRA; BIANCHETTI, 2006 p. 174), que o CNPq passaria a avaliar e valorar projetos e cientistas para contemplar aqueles/as tidos/as como melhores dentro do seu campo de atuação. Em decorrência dessa triagem e do contexto político e histórico, agrega-se às bolsas de produtividade da agência um valor simbólico importante, de prestígio, denominado de capital científico.

Se a existência de um capital simbólico próprio é pressuposta no campo científico, o fato de as bolsas PQ se tornarem, no Brasil, esse indicador de reconhecimento pelos pares concorrentes se deu recentemente e é fruto, também, da restrição ao financiamento de produção de conhecimento científico no país durante os mandatos de FHC. Em 1993, o CNPq investiu R\$809.742,00 em bolsas de todas as modalidades. Esse número foi ainda maior em 1994, com investimento de R\$886.091,00. A partir de 1995, primeiro ano do governo de FHC, o CNPq passa a destinar cada vez menos recursos para as bolsas, inobstante o aumento dos cursos de pós-graduação no país. Em 1995, R\$865.111,00; em 96, R\$706.292,00; em 1997, R\$710.517,00; em 1998, há retirada ainda maior do financiamento de bolsas, com uma queda de 24% do orçamento, sendo concedidas destinado um valor de R\$ 541.000,00. Nos anos ulteriores, o governo federal manteve a redução do financiamento, com R\$543.129,00, R\$494.406,00 e R\$ 478.017,00 nos anos de 1999, 2000 e 2001, respectivamente (CNPQ, 2000a).



Gráfico 3.6 – Orçamento bruto do CNPq destinado às bolsas de pesquisa por ano. Esse gráfico ilustra a política de bolsas do CNPq entre os anos de 1980 e 2001 (1980-5 – Governo Figueiredo; 1985-90 – Governo Sarney;

1990-94 – Governos Collor e Itamar; 1995-2003 – Governo FHC), a partir do orçamento destinado pela agência a essa rubrica. Fonte: CNPq/Centro de memória. Elaborado pela autora (2021).

Desconsideradas as pequenas flutuações dos valores do orçamento do CNPq destinados às bolsas, é notório que a agência teve, desde a década de 1980, crescente investimento nessa modalidade de financiamento de produção de conhecimento científico. Entretanto, esse crescimento, que até o ano de 2001 tinha atingido seu pico em 1993, foi fortemente interrompido, sobretudo no primeiro ano do governo FHC, entre os anos de 1995 e 1996. Essa diminuição no financiamento de bolsas, o crescimento dos cursos de pós-graduação no país com conseqüente consolidação do campo, o protagonismo do CNPq enquanto agência de fomento e a estrutura constitutiva do Conselho, composto por membros do próprio campo científico, foram elementos fundamentais para que as bolsas de produtividade em pesquisa, destinadas a cientistas já titulados/as, se constituíssem em indicadores de capital científico e, portanto, de autoridade científica.

Com isso, tem-se a emergência de um novo valor vinculado às bolsas PQ, o valor simbólico. Nesse sentido, uma das bolsistas assevera que “[...] não é o valor da bolsa que importa. Na verdade, ela carrega um capital simbólico muito maior do que o valor monetário, porque ela, de certa maneira, coloca um *status* em uma fração muito pequena de pesquisadores [...]” (Fabiana, bolsista PQ-2). Ou seja, se o início desse processo esteve fortemente marcado pela possibilidade de o/a pesquisador/a, sendo contemplado/a com a bolsa, conseguir financiamento para sua pesquisa, isso vai se complexificando com o passar do tempo. O valor bruto atribuído pelo CNPq à bolsa, embora tenha algum grau de importância para o desenvolvimento da pesquisa, não concorre com o capital científico e, tampouco, com o capital econômico que dele advém, com a maior facilidade de conquista, pelos/as bolsistas PQ, de recursos volumosos por meio de outros editais de fomento à pesquisa. Nesse sentido, algumas bolsistas que participaram da pesquisa destacaram que o prestígio científico que advém das bolsas de produtividade do CNPq confere mais competitividade a essas pesquisadoras nos editais nacionais e regionais de fomento à pesquisa.

Assim, entendendo que a bolsa PQ é um indicador de capital científico e que, concomitantemente, ela também confere capital científico e outros capitais, como o econômico, é preciso refletir sobre o impacto dela no campo. Mais do que um

indicador, as bolsas ajudam a definir quais pesquisadores/as, quais grupos de pesquisa, quais programas de pós-graduação e instituições são mais importantes (e produzem ciências entendidas como de melhor qualidade) e quais são menos importantes (e produzem ciências de pior qualidade ou sequer produzem conhecimento propriamente científico). Para uma das entrevistadas, a partir da análise de sua área de conhecimento, as bolsas PQ criam castas de cientistas e não contemplam todos/as os/as pesquisadores/as que possuem produção científica relevante.

Os bolsistas de produtividade representam muito pouco dos pesquisadores de ponta que a gente tem no Brasil hoje. Tem muita gente na minha área, inclusive, que é pesquisador de ponta e não consegue bolsa de produtividade, porque há uma redução tão grande de recursos, que o máximo que eles fazem é renovar, quando isso se justifica, os bolsistas que já estão lá, mas cria uma ideia de casta, que não corresponde ao desenvolvimento da pesquisa – pelo menos na minha área – hoje. Tem muito mais pesquisadores com a produtividade muito relevante do que aqueles que estão contemplados pela bolsa de produtividade do CNPq. Isso pra mim é fato. (Fabiana, bolsista PQ-2).

Existir um processo de avaliar e qualificar pesquisadores/as é próprio do campo científico, assim como o é a destinação de mais prestígio e recursos financeiros àqueles/as cientistas que são reconhecidos/as pelos pares concorrentes como autoridades científicas em determinada área do conhecimento. Entretanto, esse processo se complexifica quando ele é afetado profundamente por desigualdades sociais, notadamente de gênero, classe social, raça/etnia e, também, geográfica. Em um país com baixo prestígio internacional e regiões tão distintas como o Brasil, os aspectos políticos geográficos protagonizam a dessemelhante distribuição de capitais científico e, conseqüentemente, econômico para a produção de conhecimento científico no país. Formam-se, assim, polos de excelência científica que se concentram em poucas regiões, poucos estados, poucas cidades e, adotando critérios mais exigentes, em poucas instituições.

3.3 “AQUELA BAIANA NÃO PODE SER A NOSSA REPRESENTANTE”: A POSIÇÃO POLÍTICO GEOGRÁFICA DE PESQUISADORAS DA UFBA

A UFBA é a primeira universidade federal do estado da Bahia, tendo, inclusive, servido de apoio para a criação e consolidação de instituições federais de ensino

superior posteriores em diferentes regiões do estado, como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a Universidade Federal do Oeste da Bahia e a Universidade Federal do Sul da Bahia. Ela possuía, em setembro de 2018, o número expressivo de 205 (duzentos e cinco) pesquisadores/as bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, o que reflete a importância da instituição no cenário nordestino e nacional. Possuía cerca de dois terços do total de 316 pesquisadores/as PQ do estado, o dobro, portanto, da soma de todas as outras instituições de pesquisa da Bahia. É a instituição de ensino e pesquisa mais importante da Bahia e é onde se dá a maior parte da produção de conhecimento científico local.

No entanto, a UFBA ocupa um lugar *sui generis*. Inobstante possuir mais bolsistas PQ do que cinco dos estados²⁷ da região nordeste e mais do que qualquer dos estados das regiões norte e centro-oeste, ela tem números bastante modestos quando comparados aos das instituições com maior destaque no país, concentradas, sobretudo, no sudeste, tendo o estado de São Paulo, aproximadamente, 32% dos bolsistas PQ vinculados às instituições brasileiras, com o expressivo número de 4.757 bolsistas, em 2007, apenas na Universidade de São Paulo (USP).

Numa análise por região, a partir de dados disponibilizados pelo próprio CNPq²⁸, é possível notar que, das cinco regiões do país, o nordeste é a terceira com mais pesquisadores/as contemplados/as com bolsas de produtividade em pesquisa, com menos bolsas que as regiões sul e sudeste e mais bolsas que as regiões norte e centro-oeste. Ocorre que, mesmo desconsiderados os níveis de bolsas PQ, os números absolutos de bolsistas por região desvelam uma realidade bastante desigual, com um predomínio de bolsas no Sudeste e uma consequente baixa distribuição de bolsas PQ para as outras quatro regiões, conforme ilustramos no gráfico abaixo.

²⁷ Maranhão, Piauí, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte.

²⁸ Fonte: <<http://www.cnpq.br/web/guest/indicadores1>>. Acesso em: 06 de março de 2010.

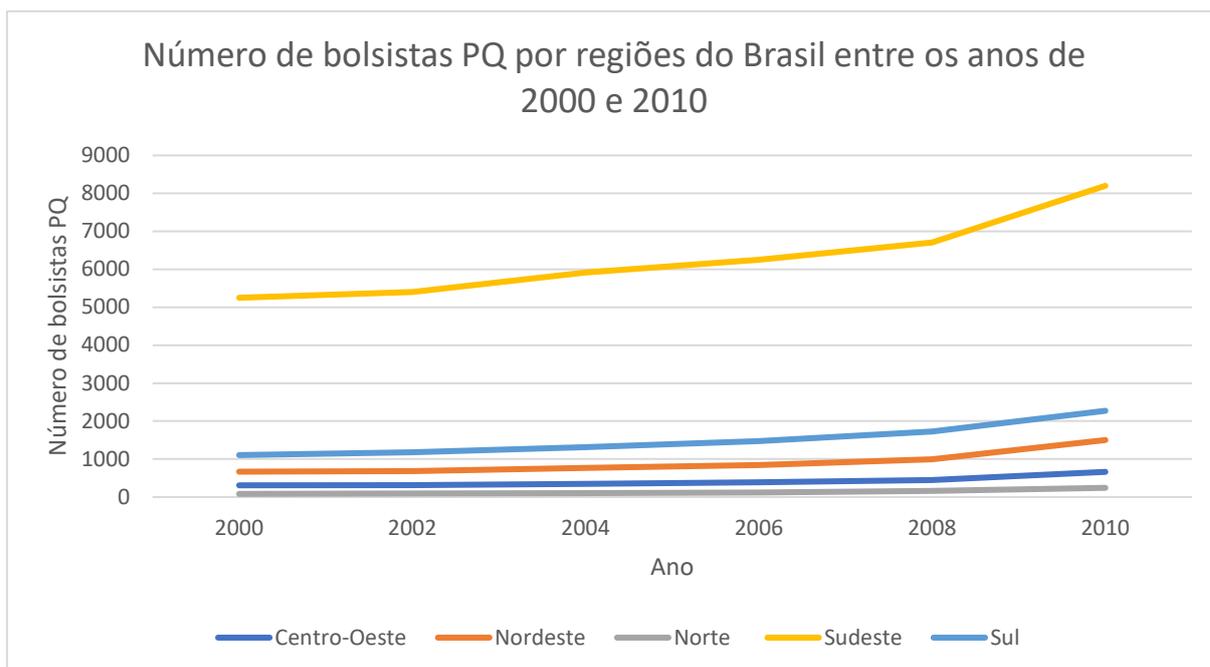


Gráfico 3.7 – Esse gráfico apresenta o número de pesquisadores/as que recebem bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq nos anos 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010. Os dados estão agrupados por região do país onde está situada a instituição à qual é vinculado/a o/a cientista. Fonte: CNPq. Elaborado pela autora (2021).

Com grande percentual das bolsas concentradas no Sudeste, essa região reúne não apenas mais capital científico e reconhecimento, como também mais financiamento, tendo em vista a já apresentada relação entre as bolsas PQ e os outros editais de fomento de pesquisa. Também por conta disso, a região passa a atrair novos talentos em formação, bem como autoridades científicas que buscam instituições mais reconhecidas, com mais capital econômico e com mais infraestrutura. É um círculo vicioso que prejudica ainda mais as universidades e os/as pesquisadores/as que produzem conhecimento científico à margem dos grandes centros do país.

Para uma melhor compreensão do impacto dessa dinâmica, reestruturamos o gráfico 3.7, acrescentando um eixo secundário, agora utilizando os dados referentes a todas as bolsas de produtividade em pesquisa vigentes no país nos anos 2000. O que notamos é que em todos os anos analisados os/as cientistas vinculados/as às instituições da região Sudeste foram contemplados/as com mais de 60% das bolsas PQ disponíveis no Brasil. Além de todas as consequências já apresentadas, esse desequilíbrio acarreta, por exemplo, que essas instituições tenham maior assento nas instâncias de decisão das agências de fomento, como é o caso dos comitês de assessoramento do CNPq.

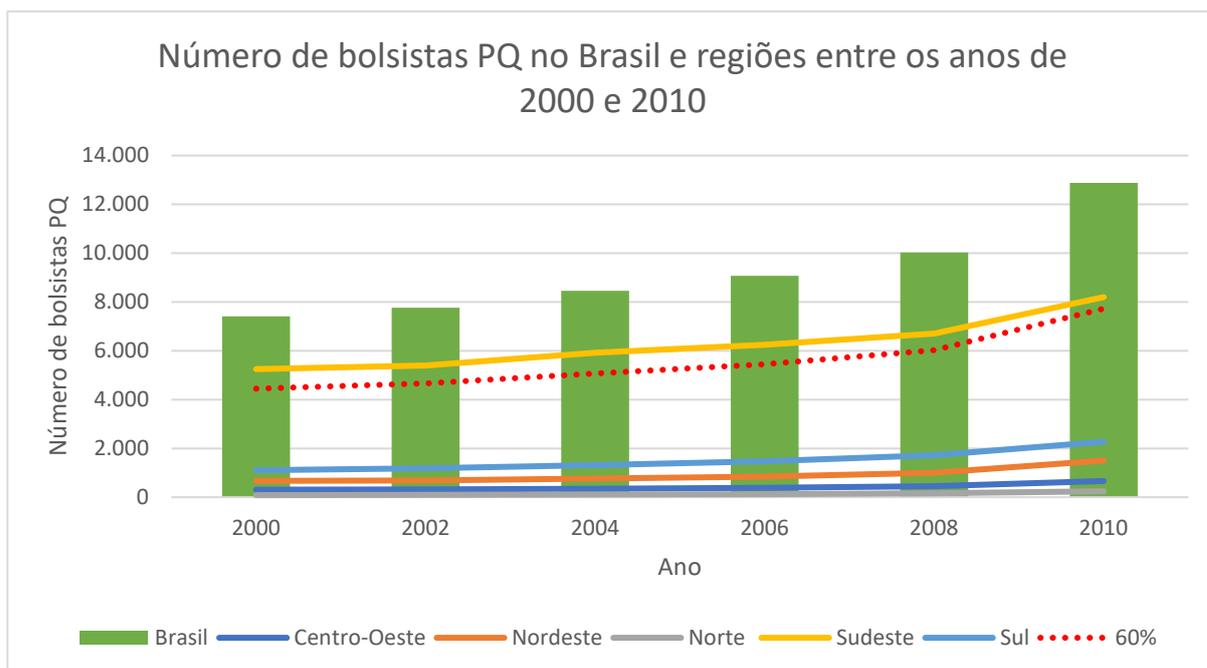


Gráfico 3.8 – Esse gráfico apresenta o número de pesquisadores/as que recebem bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq nos anos 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010. Os dados, além de agrupados por região do país onde está situada a instituição à qual é vinculado/a o/a cientista, traz como eixo secundário o número total de bolsas PQ vigentes no país em cada um dos anos analisados. Em vermelho e pontilhado, o valor que corresponde a 60% do número de bolsas no Brasil. Fonte: CNPq. Elaborado pela autora (2021).

A desproporção na distribuição geográfica dessas bolsas no território brasileiro, como consequência direta, impacta na produção científica das diferentes regiões do país, atraindo mais ou menos recursos humanos e econômicos. Entretanto, essa desigualdade também altera o grau da dificuldade enfrentada por cientistas de regiões diferentes, aprofundando alguns estigmas que já recaem sobre pesquisadores e pesquisadoras que se situam no Nordeste, por exemplo. Isso faz com que esses/as cientistas precisem de mais esforço para alcançarem posições de prestígio no campo científico. Nesse sentido, uma das pesquisadoras entrevistadas destaca o que ela chama de “jogo de imagem”, que, ao invés de desvelar as desigualdades no financiamento de pesquisas no país, cria uma ilusão de há mais pesquisadores/as de qualidade no Sul e Sudeste do país do que em regiões como o Nordeste.

Eu acho que quando a gente aparece como pesquisadora de produtividade do Nordeste, porque o Nordeste também é uma das regiões que têm o menor número de bolsistas de produtividade, dá ainda mais essa marca de excepcionalidade, como se fôssemos poucos ou como se fôssemos tão bons que não pudéssemos ficar fora desse conjunto seletivo, mas, na verdade, tem muita gente que também é boa e está fora do conjunto. Então, eu acho que isso cria, muitas vezes, uma distorção de imagem. Cria a ideia de que tem muita gente no Sul e no Sudeste que é boa e que, por isso, merece a bolsa e que

existem alguns poucos no Nordeste que são excepcionais e que, por isso, merecem a bolsa. Essa ilusão, esse jogo de imagem, que é o mesmo jogo de imagem que se fazem relação às universidades, é muito perverso. (Fabiana, bolsista PQ-2).

Apesar das especificidades das diferentes áreas de conhecimento, a experiência relatada por essa pesquisadora de Ciências Humanas corrobora, em menor ou maior grau, com os dados trazidos por cientistas de outras áreas. Mendes *et al* (2010), ao traçarem o perfil de bolsistas de produtividade de pesquisa em medicina, identificaram que quase 61% da produção científica na área estudada se concentra em instituições do estado de São Paulo, seguidas pelas do Rio de Janeiro (12%) e de Minas Gerais (4,6%). Isso significa, portanto, que mais de 77% da produção científica em medicina está concentrada na Região Sudeste. Mais do que heterogeneidade, esses dados apontam para flagrante desigualdade na produção científica do país. Quanto a Sociologia, segundo Café *et al* (2011), no ano de 2011, 75% dos/as pesquisadores/as PQ-1A eram vinculados/as a instituições do Sudeste, 65% do estado de São Paulo e nove dos/as vinte bolsistas do país eram pesquisadores/as da Universidade de São Paulo (45% do total). Ou seja, uma instituição, sozinha, concentra quase metade das autoridades científicas brasileiras da área de Sociologia.

A disparidade entre as regiões e, conseqüentemente, entre as instituições brasileiras, cria um estigma que impacta fortemente nas carreiras acadêmicas de cientistas que estão fora dos lugares de prestígio, tidos como de produção de ciências no Brasil, podendo ser ainda mais agravado pelas interseccionalidades que atravessam tais pesquisadores/as.

Eu acho que há, de modo subliminar, uma exigência na qualidade e na quantidade do que a gente produz, há um não dito em relação a isso. Isso faz parte de uma certa cultura acadêmica que se constituiu em torno disso. Bom, se ela é nordestina, se ela é negra, é uma boa pesquisadora negra nordestina, então é preciso que haja uma produção que realmente garanta, que escancare algum tipo de exercício de superação. Eu não sei se essa ideia de superação, de autossuperação, se ela também é colocada no horizonte de um pesquisador, um homem branco do Sul ou se a bolsa de pesquisa é uma decorrência quase natural da carreira de um acadêmico. É um não dito, é algo subjetivo, que está colocado nessa cultura acadêmica e que é perverso, isso é um tipo de reforço do racismo estrutural. (Fabiana, pesquisadora negra, bolsista PQ-2).

Outra pesquisadora, cearense radicada na Bahia desde os 10 anos, salientou que as experiências mais difíceis foram, especialmente, com paulistas e cariocas, sobretudo quando ocupou cargos nacionalmente importantes, como o de coordenadora de área da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Indagada sobre como é ser pesquisadora de uma instituição no Nordeste, ela respondeu:

Aqui dentro, tem, eu não diria o Sul, mas o Sudeste tem um problema com a gente nordestina sim, a mulher nordestina das artes, tem uma sudestocentria, são sudestocêntricos, é horrível o termo. São Paulo e Rio de Janeiro sobretudo, mas eu também não... Eu sou uma militante, eu vou, né, eu não me intimido não. [...] Eu me lembro que isso ficou bem claro quando eu fui pra CAPES e telefonaram para o presidente da CAPES para dizer "aquela baiana não pode ser a nossa representante", aquela baiana... Eu falei até "o senhor não disse pra eles que eu sou cearense?". Não, 'Carolina', deixe. Ele deu risada: "deixe como está", mas é impressionante. Um tempo depois, vieram dizer que eles disseram brincando. Falei: pior ainda! Se tivesse falado sério, perdoar é mais fácil pra mim, porque com isso não se brinca. São dois crimes, porque a coisa existe e, em segundo lugar, porque se brinca com ela. Dizer que é brincadeira, piora a situação pra mim. (Carolina, bolsista PQ-1B)

Outra pesquisadora também relata experiências nas quais foi vítima de preconceito por ser nordestina. Tendo se doutorado na Universidade de São Paulo, lana recorda:

Eu me lembro que tinha gente que me dizia em São Paulo "você não parece baiana". O que é que é isso? O que isso significa? É o tipo de preconceito que está ali no inconsciente e aparece. [...] talvez eu tenha vivido mais [preconceito] de [ser] nordestina por causa de São Paulo até do que de ser mulher, que eu me recorde. Me lembro que quando teve o resultado do exame de qualificação do doutorado, eu tinha um colega que chegou para mim e disse assim "nunca pensei que você fosse tirar uma nota tão boa". Estava claro e ele acabou dizendo que nunca pensou porque eu estava vindo da Bahia. [...] Fica tudo nesse nível um pouquinho mais... eu não vou chamar de sutil [...] (lana).

Se, no Brasil, recaem estigmas sobre a identidade de nordestina – e sobre outras como ser mulher e ser negra –, no contexto internacional, não é diferente. Ser uma pesquisadora latino-americana bem-sucedida e nacionalmente reconhecida como uma autoridade científica em determinada área do conhecimento pode não ser suficiente para “blindar” uma cientista dos desrespeitos e das violências entranhadas no convívio acadêmico. Uma das entrevistadas, bolsista de produtividade em

pesquisa PQ-1B contou que, recentemente, em uma de suas experiências fora do país foi interrompida e descreditada por um pesquisador europeu.

[...] foi em um seminário no México, mais recente, em 2014, um seminário sobre Bourdieu. Eu fui apresentar esse meu trabalho do campo da saúde coletiva, numa mesa com pesquisadores de outros países da América Latina e tinha um palestrante principal que era, acho, sueco, da Europa e tal, mostrou não conhecer tão bem Bourdieu. Aí, na hora que eu estou apresentando minha análise de correspondência, ele me interrompe para me perguntar quais eram as variáveis. Interromper uma apresentação de vinte minutos, quer dizer, é aquela coisa como quem diz: tem alguma coisa errada aí e tal. Eu ainda olhei para o coordenador e continuei a minha apresentação. [...] Eu estava no México, ele era europeu. Quer dizer, eu sou uma pesquisadora reconhecida aqui no Brasil, eu não sou uma pesquisadora que tem uma projeção internacional, como os epidemiologistas têm. Eu fui, mas era como quem dizia assim "é uma brasileira lá que eu não sei exatamente quem é". Uma desqualificação. [...] Por ser mulher, latino-americana, brasileira. (Sônia, pesquisadora branca, bolsista PQ-1B).

Episódios como esses, que não são pontuais e atingem até mesmo pesquisadoras com capital científico elevado, expõem a centralidade da discussão da geopolítica no campo científico. É, portanto, importante pensar sobre o impacto da produção acadêmica dessas mulheres no país e, de modo ainda mais amplo, o que significa a produção acadêmica dessas brasileiras – e nordestinas – no cenário mundial. Em texto, no qual dialoga – e confronta – a posição de Donna Haraway quando traça uma “doutrina feminista da objetividade”, Cecília MacDowell dos Santos (1995), ao relatar o comentário de uma amiga sua que afirmou que uma candidata americana à vaga para professora da disciplina Sociologia do Gênero, no departamento de Sociologia da Universidade de Berkeley, era mais sofisticada e articulada do que a outra concorrente, indiana, revela a complexidade dos critérios utilizados para a definição do que é uma fala sofisticada e articulada.

Perguntei-me se, ao formular essa pergunta e ao escrever sobre meus sentimentos (em inglês), não estaria eu articulando-os, então, sob certos termos e numa língua que não somente me daria acesso à posição de ser considerada articulada, como também converteria a minha pessoa e a minha língua (assumindo que eu tivesse alguma) em algo sofisticado. Se eu tivesse permanecido em Recife, se jamais tivesse aprendido inglês e iniciado um treinamento na linguagem acadêmica americana, minha amiga acharia que eu poderia falar e ser articulada? (SANTOS, 1995, p. 45).

No cenário científico internacional, os corpos das pesquisadoras brasileiras são marcadores importantes de identidade, mas não são os únicos. O domínio de línguas estrangeiras hegemônicas também é determinante para o impacto da produção científica. Ao comparar a repercussão de uma pesquisa de sua autoria no final da década de 1990 e início dos anos 2000 com a de um grupo de pesquisadores estadunidenses, uma das entrevistadas afirma que:

[...] minha publicação foi um livro em português e uma publicação nos cadernos de saúde pública, em português. Os cadernos não era uma revista que já traduzia os artigos para o inglês. Então, foi uma publicação que não foi lida, que não teve repercussão. Já a dele foi e foi no mesmo período. Ele publicou em 99 e nós fomos a campo em 2000. Então, eu já estava com o modelo. Na verdade, foi o projeto da minha primeira bolsa, eu já comecei a pensar o modelo e acabou que teve o artigo em 94 e, em 99, eu fiz um artigo de como avaliar um sistema de saúde, mas fui à prática em 2000, quando sai esse artigo deles propondo um modelo, mas eu não tive conhecimento na época e ficou clara a diferença da posição. Ou mesmo estar no sul do país, na USP. Então, a posição de onde você está no campo científico e, claro, a importância do lugar, do inglês, internacionalmente. Lamentavelmente, não é nossa língua, então dá uma desvantagem enorme, principalmente na área de ciências humanas, mas faz toda diferença no impacto da sua posição. (Sônia, bolsista PQ-1B)

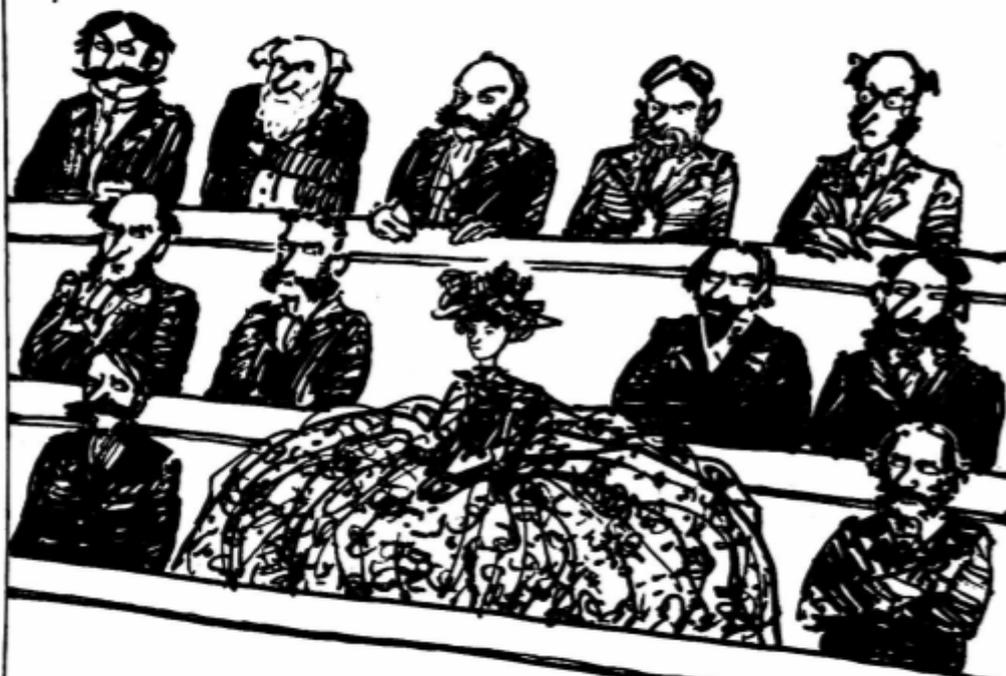
É nesse sentido que a análise do curso de vida das bolsistas PQ a partir da articulação interseccional das categorias analíticas gênero, raça/etnia, classe social e geração, articuladas às noções de conjugalidade e maternidade, não pôde dispensar a discussão quanto à posição da Universidade Federal da Bahia nos contextos nacional e internacional, pois estamos nos debruçando sobre uma instituição brasileira que detém algum protagonismo regional, mas que está sediada no Nordeste, isto é, na periferia do cenário de produção de ciências no país. Por isso, os questionamentos de Santos (1995), há duas décadas e meia, ainda são pertinentes:

Será que as acadêmicas brasileiras podem participar, sob igualdade de condições, de uma “conversa racional, crítica e responsável” no circuito internacional, que acaba se reduzindo aos centros europeus e americanos que detêm o poder hegemônico mundial de produção de conhecimento? Se podem falar, em que língua e linguagem assim o farão? (SANTOS, 1995, p. 54)

Essas questões remetem aos estereótipos associados ao Sul, aos países classificados como de “terceiro mundo” e à construção de uma noção genérica, batizada, não à toa, de “brasilização”, para evocar características como miséria,

violência, criminalidade e marginalidade (NUNES, 2011). É sobre esse pano de fundo que pesquisadoras brasileiras se colocam para produzir conhecimento científico no Brasil e no exterior. Embora possamos narrar algumas experiências nas quais as opressões oriundas dessa imagem sejam nítidas, são incalculáveis os danos gerados às carreiras científicas de pesquisadores/as brasileiros/as e, conseqüentemente, ao desenvolvimento científico do país. Aqui, para além de pensamos “quem pode falar” (SANTOS, 1995), talvez urja outro questionamento, feito por Sardenberg (2002, p. 111): “*quem vai nos ouvir?*”. Qual é, portanto, o alcance da voz e do conhecimento produzido pelas nossas cientistas?

No geral, as mulheres não eram bem-vindas nas sociedades científicas, pois pareciam deslocadas,



e isso ainda transmitia a mensagem errada: de que as mulheres **PODEM** ser cientistas.

4 MULHERES BOLSISTAS PQ: QUEM E QUANTAS SÃO

As relações de gênero são complexas e, em nossa sociedade, ainda permanecem eivadas de desigualdades, que podem ser observadas nas mais diversas esferas da vida – como a familiar, a amorosa, a profissional, a consumerista etc. Em cada uma dessas dimensões, as hierarquias de gênero se dão ora de modo semelhante, ora de modo particular, o que produz complexidades tais que nos exigem um grande esforço de análise na tentativa de melhor compreender esses fenômenos.

A escolha por estudar a esfera profissional, sobretudo no que tange à carreira acadêmica, é para buscar instrumentos para melhor compreender as relações de gênero e suas desigualdades de modo amplo, consciente de que há especificidades que resultarão em conclusões que, muitas vezes, não poderão ser generalizadas ou deslocadas para outras dimensões, nas quais as desigualdades de gênero também são protagonistas. Em outras palavras, e resumidamente, alguns dos aspectos evidenciados neste trabalho dirão respeito às mais diversas esferas das relações de gênero, enquanto outros serão próprios da dinâmica das carreiras acadêmico-científicas.

Como vimos, os estudos acerca da participação das mulheres no campo da produção científica e, mais recentemente, na carreira acadêmica, têm destacado a importância dos feminismos nas críticas ao fazer científico, têm apontado seu conservadorismo e denunciado um sistemático processo de apagamento das trajetórias das mulheres cientistas, reforçado pela valorização de uma série de características social e culturalmente associadas ao universo masculino (KELLER,

1996; SCHIEBINGER, 2001; SARDENBERG, 2002; KELLER, 2006). Durante muito tempo, a ênfase nas noções de objetividade e neutralidade consolidaram um relativo consenso em torno de uma epistemologia que hoje, à luz das teorias feministas, podemos chamar de masculina e universalizante, na qual o espaço destinado às mulheres era limitado à flagrante condição de alteridade. Não é à toa, portanto, que esse sujeito marcado pela diferença terminou por se constituir dentro do campo de produção de conhecimento como aquele que, historicamente, ocupou o lugar de “Outro” (BORDO, 2000; BEAUVOIR, 2016).

Paulatinamente, com o aumento da escolarização, ampliação da força de trabalho feminina e com o crescente desenvolvimento de múltiplas – e, muitas vezes, conflitantes – teorias e epistemologias feministas, novos espaços foram sendo conquistados pelas mulheres no campo acadêmico. Elas passam, cada vez mais, a exercer papéis de destaque enquanto cientistas, ou, como mais utilizado hodiernamente, pesquisadoras. Entretanto, esse acesso feminino ao mundo acadêmico não tem se dado de maneira uniforme: tanto no que se refere à escalada em direção aos diversos níveis da carreira quanto no tocante à restrita diversidade das mulheres que chegam a ser chamadas de “cientistas” (hooks, 1995; DAVIS, 2016; COLLINS, 2016; hooks, 2017). Ainda hoje, poucas mulheres conseguem alcançar o *status* de pesquisadoras, especialmente os níveis mais elevados de pesquisa, que, no Brasil, são majoritariamente representados pelas concessões de bolsas de produtividade do CNPq.

Assim, é importante compreender quem são as mulheres contempladas com as bolsas PQ, destacando qual é o perfil preponderante e analisando a prevalência de gênero, raça/etnia e geração nos diversos níveis da bolsa de produtividade na Universidade Federal da Bahia em setembro de 2018. Além disso, é imprescindível a contextualização dos dados obtidos na UFBA em relação ao cenário nacional. Para tanto, tais dados serão relacionados às bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq por nível e sexo do/a bolsista, relativos aos anos de 2001 a 2015, disponibilizados pela agência, na seção de estatísticas do Programa Mulher e Ciência²⁹. No tocante à

²⁹ O Programa Mulher e Ciência foi implementado em 2005 e teve sua gênese em um grupo de trabalho interministerial instituído em dezembro de 2004 por iniciativa da recém criada Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM (2003) e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Para Lima, Lopes e Costa (2016, p. 2), o programa foi, até 2016, “a única iniciativa

divergência entre os períodos considerados na UFBA e no Brasil, não houve, nos últimos 3 (três) anos, evidências de mudanças que limitassem a análise aqui pretendida, como restará evidenciado no confronto entre os percentuais dos anos 2001 a 2015, cujo intervalo temporal é, aproximadamente, cinco vezes maior, mas, ainda assim, apresentam valores percentuais bastante próximos, que indicam uma tendência à manutenção das assimetrias de gênero nas ciências.

4.1 UM PANORAMA DOS NÚMEROS DA UFBA

A Universidade Federal da Bahia conta com duzentos e cinco³⁰ bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. Desse montante, 61% (sessenta e um por cento) é composto por homens, o que, embora esteja dentro da média do país, aponta para a importância desses marcadores para a análise das desigualdades de gênero na ascensão na carreira acadêmica. Se, numa análise quanto a gênero, podemos afirmar que a UFBA possui um cenário um pouco melhor que a média nacional em 2015, como veremos mais adiante, precisamos ratificar que nos deparamos com flagrante divisão sexual do trabalho, que não está sequer próxima de ser rompida com o discreto avanço na concessão de bolsas para pesquisadoras mulheres.

De olho nos dados da universidade baiana, notamos que a maior parte dos/as bolsistas PQ, cerca de 62% (sessenta e dois por cento), é contemplada pelo primeiro nível da bolsa, PQ-2. Entretanto, essa proporção não se dá de modo uniforme entre homens e mulheres. Enquanto as bolsistas PQ-2 somam, aproximadamente, 70% do total de mulheres bolsistas de produtividade em pesquisa, os bolsistas PQ-2 representam pouco mais da metade dos bolsistas homens (58%). Assim, além de

governamental, no âmbito nacional, com foco em incrementar a participação feminina em C&T [...]”, tendo sido materializado em um edital de pesquisa, no prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, no “Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências” e, posteriormente, em 2013, com a chamada pública “Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação”. Apesar de ser uma iniciativa pontual (LIMA; LOPES; COSTA, 2016), o Programa Mulher e Ciência foi importante para inserir a temática no âmbito institucional/federal. Entretanto, ele sofreu fortemente os efeitos da conjuntura de retrocessos de direitos e políticas públicas para mulheres, que mitigaram suas ações. Quanto aos editais de pesquisa, foram lançados apenas três, nos anos de 2005, 2008 e 2010, enquanto o “Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa” contou somente com duas edições, a primeira em 2006 e a segunda em 2009. Já o prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, ação mais longa do programa, possuiu 10 edições regulares e anuais, entre 2006 e 2015. A 11ª edição do concurso foi divulgada pelo Governo em 2016 e adiada para 2017, não havendo quaisquer informações oficiais sobre a sua realização no sítio do prêmio.

³⁰ Número referente ao ano de 2018, conforme objeto do presente trabalho.

haver mais homens bolsistas PQ na UFBA, eles alcançam de modo mais consistente os níveis mais altos das bolsas.

Para ilustrar, os gráficos abaixo evidenciam a já mencionada heterogeneidade na distribuição de bolsas de produtividade por nível e sexo na UFBA. A partir deles, é possível depreender não apenas a maior concentração de mulheres na categoria 2 que na categoria 1, mas, também, que essa dinâmica se dá diferentemente para os homens, que são distribuídos mais homogeneamente entre as duas categorias. Da análise dessa distribuição, é plausível inferir que a ascensão na carreira se dá com franca influência da categoria gênero e que, conseqüentemente, há uma vantagem para o sexo masculino, que ocupa quase todas as vagas dos níveis mais altos da categoria 1 de bolsas PQ.

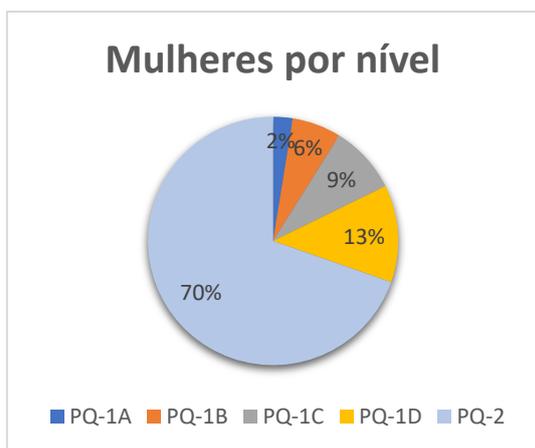


Gráfico 4.1 – proporção de mulheres por nível de bolsa (UFBA/2018). Fonte: CNPq. Elaborado pela autora (2021).

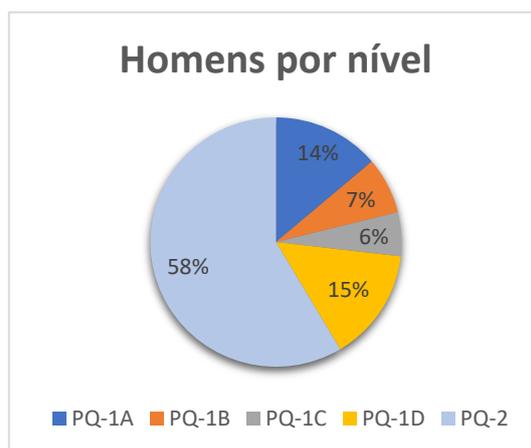


Gráfico 4.2 – proporção de homens por nível de bolsa (UFBA/2018). Fonte: CNPq. Elaborado pela autora (2021).

Nos gráficos, resta evidente que há uma diminuição da presença de mulheres com o aumento da categoria de bolsa PQ, chegando ao baixíssimo percentual de 2% (dois por cento) de bolsistas PQ-1A. O mesmo fenômeno não acontece quando analisados os pesquisadores homens. Dos cinco níveis aqui considerados, eles têm relevante percentual de 14% (catorze por cento) de bolsistas PQ-1A, a terceira categoria com maior número de pesquisadores homens. Entre bolsistas PQ-1A da UFBA, são 2 (duas) mulheres e 17 (dezessete) homens, sendo notória a desigualdade de gênero nos níveis mais elevados de pesquisa nesta universidade, o que converge com a realidade do cenário nacional e local. Em estudo sobre as assimetrias de gênero nas ciências no estado da Bahia, Roberto Paulo Lopes (2018) ressalta que

As mulheres representam 36,8% dos bolsistas PQ do estado, o que já caracteriza desigualdade, seguindo o marcador de referência deste estudo. Ao observar os dados de forma segmentada, os desníveis aumentam, são 30,1% dos bolsistas PQ-1. Desagregando ainda mais e analisando os pesquisadores que se destacam entre seus pares como líder e paradigma na sua área de atuação (Produtividade Sênior – PQ-Sr) e os que mostram uma significativa liderança dentro da sua área de pesquisa e capacidade de explorar novas fronteiras científicas em projetos de risco (PQ-1A) a proporção de mulheres entre essas modalidades de bolsa é de apenas 12%. (LOPES, 2018, p. 442)

Embora fortemente influenciados pelo impacto da UFBA no panorama científico baiano, esses dados assemelham-se aos nacionais. No Brasil, entre os anos de 2001 e 2015, quase 40% das bolsistas de produtividade são mulheres. Ao longo dos quinze anos, essa proporção se manteve estável, com 37% de mulheres em 2001 e 38% em 2015. No mesmo período, também foi estável a baixa frequência de mulheres na bolsa de maior nível: elas foram contempladas com pouco mais de 20% das bolsas PQ-1A. Em 2001, eram 22% das bolsistas nesse nível e, em 2015, menos de 25%.

Com 19 bolsistas PQ-1A, sendo apenas duas mulheres, a instituição tem proporção menos desigual entre homens e mulheres à medida que diminui o nível das bolsas de produtividade, havendo um número relativamente equilibrado de bolsistas na categoria PQ-2, dos quais 43% são mulheres e 57% são homens. Esses percentuais, entretanto, embora sejam aparentemente positivos, expõem a mais importante exclusão das mulheres nas carreiras científicas, que é a chamada exclusão vertical e que, segundo Lima (2013, p. 884), “[...] se refere à sub-representação de mulheres em postos de prestígio e poder, mesmo nas carreiras consideradas femininas [...]”. Assim, esse suposto e aparente equilíbrio entre bolsistas PQ-2, se dá, portanto, pela concentração do contingente das mulheres no nível mais baixo da bolsa de produtividade em pesquisa e revela a inacessibilidade delas aos níveis mais altos de reconhecimento de excelência na pesquisa.

Destarte, quando analisados os dados, pudemos constatar que o valor do total de bolsistas PQ-2 vinculados/as à UFBA (62%) é similar aos números encontrados em estudos realizados nacionalmente por áreas do conhecimento, como Medicina, Serviço Social, Saúde Coletiva, Odontologia, Química, Fonoaudiologia e Sociologia (BARATA e GOLDBAUM, 2003; CAFÉ et al., 2011; CAVALCANTE et al., 2008; CHALHUB e OLIVEIRA, 2010; MENDES et al., 2010; SANTOS SMC et al., 2009;

SANTOS NCF et al., 2010). Contudo, também constatamos uma tendência inequívoca da ocorrência de uma redução não uniforme do percentual de mulheres à medida em que aumenta o nível da bolsa de produtividade em pesquisa. Essa disparidade, somada ao maior número de bolsistas PQ homens do que mulheres, fará com que a categoria PQ-1 seja formada majoritariamente por homens; eles são 68% dos/as bolsistas na categoria PQ-1 da UFBA e 89% entre pesquisadores/as que recebem a bolsa de maior nível (PQ-1A).

Entre os níveis da categoria PQ-1, a variação é menor e nem sempre linear, deixando ainda mais notória a diferença entre a ascensão de homens e mulheres na carreira científica. Se 70% das mulheres estão na categoria 2, enquanto apenas 58% dos homens se encontram na mesma categoria, na categoria 1, elas estão distribuídas de modo decrescente, isto é, à medida em que se aumenta o nível da bolsa, há menos mulheres, como vimos nos gráficos 4.1 e 4.2. Os homens, ao contrário, ocupam esses níveis de modo heterogêneo, havendo grande concentração de bolsistas PQ-1A.

Vale ainda registrar que a grande proporção de pesquisadores homens contemplados pela bolsa PQ-1A na UFBA, em 2018, não é um dado isolado na instituição e, tampouco, no período estudado e em nada destoa das pesquisas nacionais sobre esta temática. Os números divulgados por estudos sobre a participação de homens e mulheres no campo da pesquisa científica no Brasil colocam em evidência essa disparidade, conforme veremos a seguir. Uma pesquisa realizada na área de Medicina aponta que, no triênio 2005-2007, os pesquisadores homens não apenas possuíam mais bolsas de produtividade, como eram majoritários na categoria PQ-1A, concentrando 75% das bolsas (MENDES et al., 2010). Em Odontologia, no triênio 2005-2007, havia mais bolsistas homens PQ-1B que PQ-1C e PQ-1D (CAVALCANTE et al., 2008). Outros dados também nacionais, relativos aos anos de 2001 a 2015, e produzidos a partir do banco de dados do CNPq, confirmam essa desigualdade. Até 2011, os bolsistas PQ-1 homens se concentravam, por ordem crescente, em PQ-1D, PQ-1C, PQ-1A e PQ-1B. Gradualmente, esses números foram sofrendo alterações e, a partir 2012, as bolsas PQ-1A passaram a ser o segundo maior volume de bolsas nessa categoria (PQ-1), ficando atrás apenas do nível 1D (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, 2018). A uniformidade desses dados, ao longo do tempo e em diferentes áreas do

conhecimento, evidencia que a progressão dos homens na carreira científica se dá mais rapidamente do que a das mulheres e, por isso, eles permanecem mais tempo no mais alto nível da bolsa PQ³¹ e menos tempo nos níveis mais baixos.

Faz-se necessário explicitar que a progressão na carreira acadêmica obedece a um fluxo gradual e que isso se reflete na ascensão dos/as bolsistas às categorias de maior prestígio: assim, aqueles e aquelas que foram PQ-1, em regra, passaram pela categoria PQ-2. Entretanto, comumente, as mulheres permanecem por muito mais tempo nos patamares mais baixos da bolsa, progredindo mais lentamente na carreira. E, mais grave ainda, a grande maioria das bolsistas jamais alcançam as categorias PQ-1B ou PQ-1A. Essa segregação vertical de gênero na carreira científica é um fenômeno complexo, pois é atravessado por outros marcadores importantes, como área de conhecimento, raça e etnia, geração e classe social. Desse modo, para além de uma visão panorâmica das desigualdades de gênero entre bolsistas de produtividade em pesquisa na UFBA, somente uma análise detalhada do perfil de pesquisadores é capaz de desvelar as muitas disparidades entranhadas na instituição.

4.2 A PARTICIPAÇÃO DE PESQUISADORAS DA UFBA EM DIFERENTES ÁREAS DO CONHECIMENTO

Minoria entre bolsistas de produtividade em pesquisa da UFBA, dado que aponta para a desigualdade de gênero nas esferas mais altas da carreira acadêmica e é bastante agravado quando recortados os níveis de bolsas, as mulheres estão vinculadas, em maior ou menor proporção, aos diferentes programas de pós-graduação da instituição. Esse fenômeno é fortemente relacionado às desigualdades nas áreas de conhecimento, fazendo com que muitos programas careçam de mulheres bolsistas de produtividade e outros possuam poucas ou nenhuma mulher pesquisadora vinculada como docente permanente.

Em nosso levantamento realizado na Universidade Federal da Bahia, pudemos constatar que, em 2019, a instituição possuía 68 programas de pós-graduação registrados e 1.322 pesquisadores/as cadastrados/as como docentes permanentes, sendo, destes, 638 mulheres e 684 homens. Com um quadro formado,

³¹ Diante da natureza *sui generis* da categoria de Pesquisador Sênior (PQ-SR), este estudo considera a bolsa PQ-1A como o nível mais elevado de bolsa de produtividade em pesquisa no CNPq.

majoritariamente, por pesquisadores/as da UFBA, mas com participação minoritária de docentes vinculados/as a outras instituições, como FIOCRUZ, UFSB, UEFS, UFRB, UFPB, UFSCar, existia um relativo equilíbrio entre homens (52%) e mulheres (48%) cadastrados/as como docentes permanentes nos programas de pós-graduação da universidade. Esse equilíbrio é relativo porque, não obstante os percentuais globais, essa paridade não se mantém quando analisamos o acesso às bolsas de produtividade e tampouco quando analisamos a composição dos programas individualmente. Entre bolsistas PQ de todos os programas da UFBA, apenas 39% são mulheres, enquanto 61% são homens. Isto é: mesmo com o ingresso de pesquisadores/as de outras instituições nos programas, os percentuais díspares entre mulheres e homens bolsistas de produtividade na UFBA se mantêm, o que indica, juntamente com os dados apresentados por outros estudos nacionais, a abrangência dessa desigualdade de gênero também em outros espaços institucionais de pesquisa.

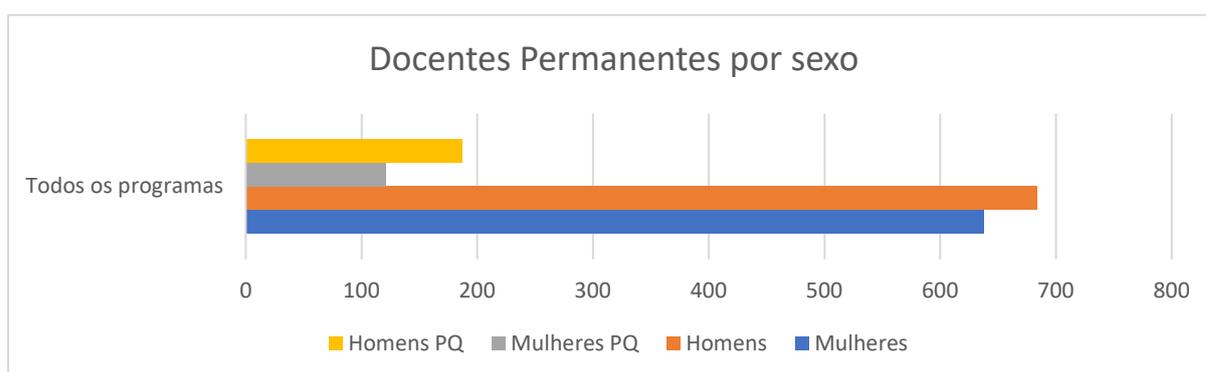


Gráfico 4.3 – número de mulheres e homens cadastradas/os como docentes permanentes na totalidade de Programas de Pós-graduação da UFBA (UFBA/2019). Fonte: CAPES/Plataforma Sucupira. Elaborado pela autora (2021).

Esses dados relativos ao número de homens e mulheres cadastrados como docentes permanentes dos programas de pós-graduação da UFBA ou bolsistas de produtividade apontam para a desigualdade de gênero na instituição, mas precisam ser analisados em seus diferentes aspectos. O primeiro aspecto é a dinâmica de concentração de pesquisadores e pesquisadoras por área de conhecimento. Separadas as grandes áreas do conhecimento, a preponderância dos homens como docentes permanentes é marcante em cinco das oito áreas. As mulheres são maioria entre docentes permanentes da UFBA nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes; elas são, respectivamente, 60%, 53% e 72% do corpo docente, conforme demonstra o gráfico 4.4.

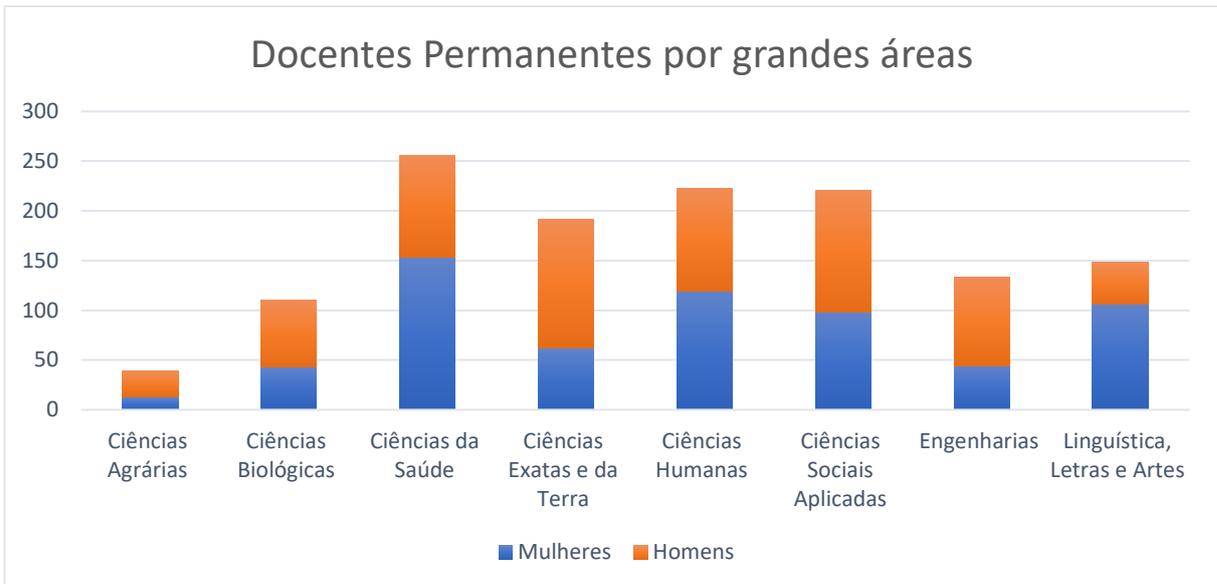


Gráfico 4.4 – número de mulheres e homens cadastrados/os como docentes permanentes nos Programas de Pós-graduação da UFBA por grandes áreas do conhecimento (UFBA/2019). Fonte: CAPES/Plataforma Sucupira. Elaborado pela autora (2021).

Já no tocante às bolsas de produtividade em pesquisa, é possível observar no gráfico 4.5 que as mulheres são maioria de bolsistas apenas nas áreas de Ciências da Saúde, com 53%, e em Linguística, Letras e Artes, com 80%. Além de não serem a maioria das bolsistas em Ciências Humanas, área na qual são 53% das docentes permanentes, as mulheres têm participação ainda menor como bolsistas PQ do que como docentes permanentes em áreas nas quais já são minoria, como Ciências Biológicas e Ciências Humanas.

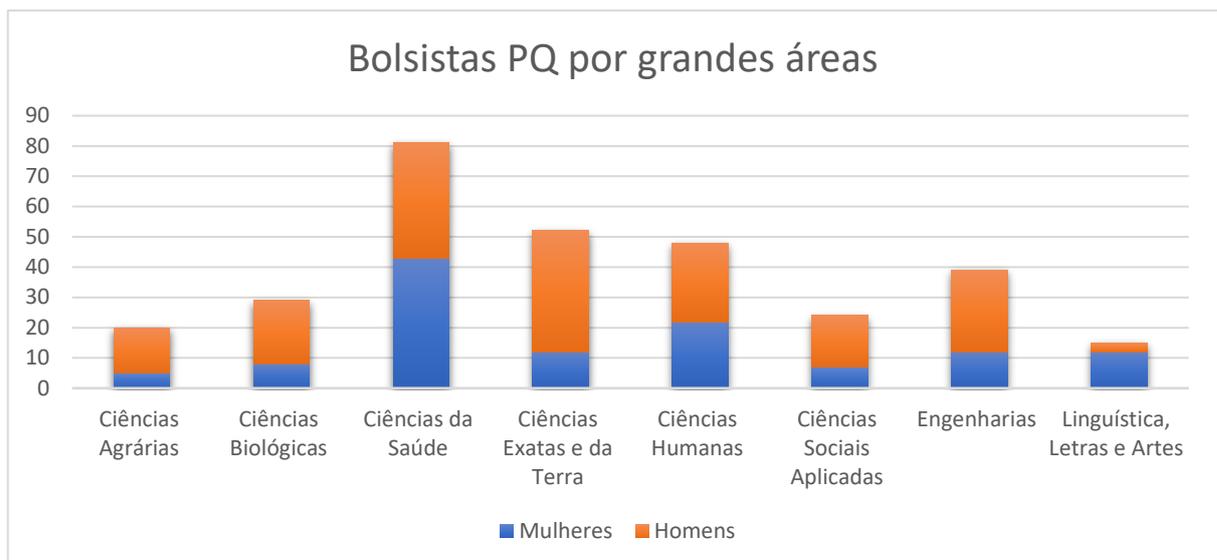


Gráfico 4.5 – número de mulheres e homens bolsistas de produtividade em pesquisa cadastrados/os como docentes permanentes nos Programas de Pós-graduação da UFBA por grandes áreas do conhecimento (UFBA/2019). Fonte: CAPES/Plataforma Sucupira. Elaborado pela autora (2021).

Desse modo, nas grandes áreas nas quais são minoria no corpo docente, as mulheres estão ainda menos presentes entre bolsistas. Em Ciências Sociais Aplicadas, por exemplo, a porcentagem de mulheres cai de 44% para 29% quando consideradas apenas pesquisadoras contempladas com bolsas PQ. Em Ciências Exatas e da Terra, a proporção entre mulheres e homens sai de 32% para apenas 23%. Assim, ressalvada a grande área de Linguística, Letras e Artes, que conta com apenas três homens bolsistas de produtividade em pesquisa, a proporção entre mulheres PQ e homens PQ é menor que a de mulheres docentes permanentes e homens na mesma condição.

Outro aspecto cuja compreensão é imprescindível para a análise das relações de gênero na UFBA é a relação quantitativa entre homens e mulheres nos programas de pós-graduação. Dos 63 programas da instituição que possuem bolsistas de produtividade, apenas em 29% deles há uma prevalência de bolsistas mulheres; em 16% tem-se um valor estatisticamente equivalente de bolsistas dos dois sexos; e na ampla maioria deles (56%) há mais bolsistas homens que mulheres, em diferentes proporções. O predomínio de bolsistas homens se dá mais em algumas áreas de conhecimento como consequência dos estereótipos de cursos ditos “masculinos” e “femininos”, mas se estende a programas vastamente ocupado por mulheres.

Os números são alarmantes: em 18 programas de pós-graduação da UFBA que possuem bolsistas PQ, o que corresponde ao relevante percentual de 29%, todos os pesquisadores contemplados são homens. Isso ocorre nos programas de Matemática, Mecatrônica, Física, Geofísica, Engenharia Elétrica, Engenharia Industrial, Ciência da Computação, dentre outros cursos tidos como tradicionalmente “masculinos”, mas, também, em programas como o de Educação, no qual, como dissemos, há um importante número de mulheres (62%) no corpo docente permanente do programa. Em Biotecnologia, para citarmos outro programa, também há predomínio de mulheres (56%) no corpo docente, mas os três bolsistas de produtividade em pesquisa são homens.

Considerados os níveis das bolsas de produtividade, a segregação vertical das mulheres na carreira científica borra os limites das áreas de conhecimento. Mesmo em alguns programas de pós-graduação, como em Saúde Coletiva, no qual as

mulheres são a maioria entre docentes permanentes (67%) e, também, entre bolsistas de produtividade (53%), nenhuma delas é contemplada com a bolsa PQ-1A, embora haja três bolsistas homens nesse nível. Em outros programas de pós-graduação, como no de Educação, inobstante o corpo permanente ser composto por 21 mulheres (62%) e 13 homens (38%), nenhuma delas recebe bolsas de produtividade, enquanto, entre os homens, três são bolsistas PQ.

Esses casos exemplificam, de uma forma iluminadora, o cenário de persistentes desigualdades de gênero na composição dos programas de pós-graduação e, mais amplamente, na constituição dos recursos humanos no campo da pesquisa na UFBA. Dessa forma, a heterogeneidade na participação das mulheres nas diversas áreas de conhecimento não exclui que, no campo científico, elas são sub-representadas, mas, ao contrário, desvela que em alguns espaços a desigualdade de gênero é ainda mais acentuada. Nesse sentido, a bióloga feminista Ângela Maria Freire de Lima e Souza (2011), coorientadora deste trabalho, argumenta que os homens, em relação às mulheres, detêm mais facilmente capitais simbólicos e respeito no meio acadêmico. Ou seja, eles acumulam maior capital científico e, por isso, são mais facilmente reconhecidos, pelos seus pares concorrentes, como autoridades no campo.

Dentro dessa mesma lógica hierárquica, no campo científico, as próprias áreas de produção de conhecimento são reconhecidas a partir de uma classificação diferencial, isto é, algumas áreas são tidas como mais – ou propriamente – científicas, enquanto outras são, constantemente, colocadas em xeque. Para Maria Margaret Lopes (2006, p. 37), esse tipo de diferenciação fica muito evidente em certos campos do conhecimento. Ela afirma ainda que “as ciências naturais assumiram uma autoridade inigualável nas culturas ocidentais nos últimos séculos.” Assim, além dos níveis de bolsa, não é exagero, portanto, concluir que essa hierarquização do prestígio entre as diferentes áreas do conhecimento afeta diretamente o acesso e a distribuição de grupos subalternizados no interior do universo acadêmico, sendo mais comum a presença de mulheres em áreas que não gozem de alto prestígio científico. Ressalvadas importantes exceções, como o Programa de Genética e Biodiversidade da UFBA, no qual 67% de bolsistas de produtividade em pesquisa são mulheres, a reprodução dessa lógica hierarquizadora também pôde ser observada em outros

programas desta instituição: enquanto o programa de Física tem um corpo docente formado, majoritariamente, por homens (85%), Serviço Social, Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Enfermagem e Artes Cênicas têm, respectivamente, 89%, 95%, 83% e 71% de mulheres do total de docentes permanentes.

Outro fator também importante para a desigual distribuição de mulheres nas áreas de conhecimento – e que afeta os dados supramencionados – é a persistência de uma noção estereotipada e essencialista de que algumas atividades ou profissões são “femininas” e outras “masculinas” (KERGOAT, 2016). A somatória desses dois fatores, o prestígio científico e o processo de estereotipagem social, recai ainda hoje, de forma persistente, sobre as diferentes áreas do conhecimento e suas respectivas profissões e, simultaneamente, sobre os sujeitos, influenciando de um modo extremamente complexo a distribuição de homens e mulheres nas áreas de conhecimento. Conseqüentemente, esses fatores criam, ainda que não possamos distinguir com exatidão em que grau cada um deles opera, um cenário de desigualdade de gênero internacionalmente relevante quando comparamos as diversas áreas de conhecimento.

Ratificando o exposto acima, um estudo sobre a produção científica ibero-americana (ALBORNOZ *et al.*, 2018) concluiu que essa ausência de mulheres é mais marcante em algumas áreas do conhecimento, tais como as de tecnologias de informação e de comunicação (TIC) e engenharia, indústria e construção. Na primeira, “em nenhum dos países ibero-americanos, as mulheres alcançaram 30% dos graduados [...]. Chile e Espanha apresentam a maior lacuna de gênero nesse indicador, com somente 13% e 14% de mulheres entre os graduados em TIC” (ALBORNOZ *et al.*, 2018, p. 9, tradução nossa). Vale ainda acrescentar que, no que diz respeito às publicações, os números relativos aos países ibero-americanos também evidenciam uma nítida predominância de pesquisadores homens liderando as publicações em algumas disciplinas como engenharia e física e química (ALBORNOZ *et al.*, 2018).

Nessa mesma pesquisa, os/as autores/as apontam que, dos vinte e um países analisados, apenas dois deles, Paraguai e Argentina, têm, no total de publicações em todas as disciplinas, uma prevalência de mulheres autoras. Em 67% deles, ao

contrário, os homens são autores da maioria das produções científicas. Esses dados, entretanto, são ainda mais agravados se analisados a partir do recorte das disciplinas e dos países. Assim, em primeiro lugar, no que se refere às disciplinas, algumas delas, como engenharia e física e química, têm a maioria de autores do sexo masculino em todos os vinte e um países pesquisados, não tendo qualquer disciplina que possua a prevalência de autoras mulheres em, pelo menos, mais de nove países. Em segundo lugar, no que diz respeito à produção por países, dez deles possuem uma predominância de homens autores em todas as disciplinas e, como já podemos inferir dos dados apresentados, nenhum deles possui um número maior de autoras em todas as disciplinas (ALBORNOZ *et al.*, 2018). Essa desigualdade de gênero é ainda mais exacerbada pelo fato de os países com maior número de publicações apresentarem assimetrias mais acentuadas do que os países que possuem menos produções científicas. A esse respeito, as/os autoras/es afirmam:

Quanto à Espanha, o que chama a atenção é que, sendo o país ibero-americano com maior quantidade de pessoas que publicam, as mulheres não são maioria em nenhuma área de conhecimento. Nesse país, a lacuna de gênero não só é significativa nas engenharias, com 30% de mulheres, e nas Ciências Físicas e Químicas, com 36%, mas, também, nas Humanidades, com 41%. (ALBORNOZ *et al.*, 2018, p. 15, tradução nossa)

Demonstrada a confluência entre os dados da UFBA e dos países ibero-americanos, podemos asseverar que, como as pesquisadoras de outros países, as bolsistas PQ da UFBA também se concentram, simultaneamente, nos extratos que possuem níveis mais baixos das bolsas PQ como também em áreas de conhecimento tidas como “femininas” e/ou que gozem de menor prestígio pelos/as cientistas. Nesse sentido, consideradas as unidades com maior número de bolsistas PQ na UFBA, treze estão lotadas na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, nove no Instituto de Saúde Coletiva, seis Instituto de Ciências da Saúde e seis no Instituto de Letras. A instituição, portanto, não apresenta dinâmicas de relações de gênero excepcionais ou substancialmente diversas do cenário nacional e internacional.

4.3 O PERFIL ÉTNICO-RACIAL DAS BOLSISTAS PQ DA UFBA

No esforço para analisar quem são as mulheres contempladas com bolsas de produtividade em pesquisa na UFBA, a categoria raça/etnia emerge como central para a compreensão do perfil das bolsistas e das dinâmicas de aquisição de autoridade

científica no estado. Para este estudo, a autodeclaração das bolsistas foi utilizada como critério para classificação étnico-racial, obtida quando do preenchimento dos questionários *online* da pesquisa enviados por correio eletrônico e por meio dos dados funcionais fornecidos pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas da universidade, prevalecendo, em caso de divergência, a informação mais recente, contida nos questionários.

Do total de bolsistas de produtividade mulheres, cinquenta e quatro se declararam brancas, o que corresponde ao importante percentual de 68%, majorado a 75% se desconsideradas aquelas ($n = 7$) que se abstiveram de responder à questão. Esse percentual é bastante divergente dos dados produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018, que aponta que a composição racial do estado da Bahia é de 76,7% de negros (IBGE, 2018), e revela flagrante desigualdade étnico-racial no topo da carreira científica na UFBA, conforme fica evidenciado no gráfico abaixo.

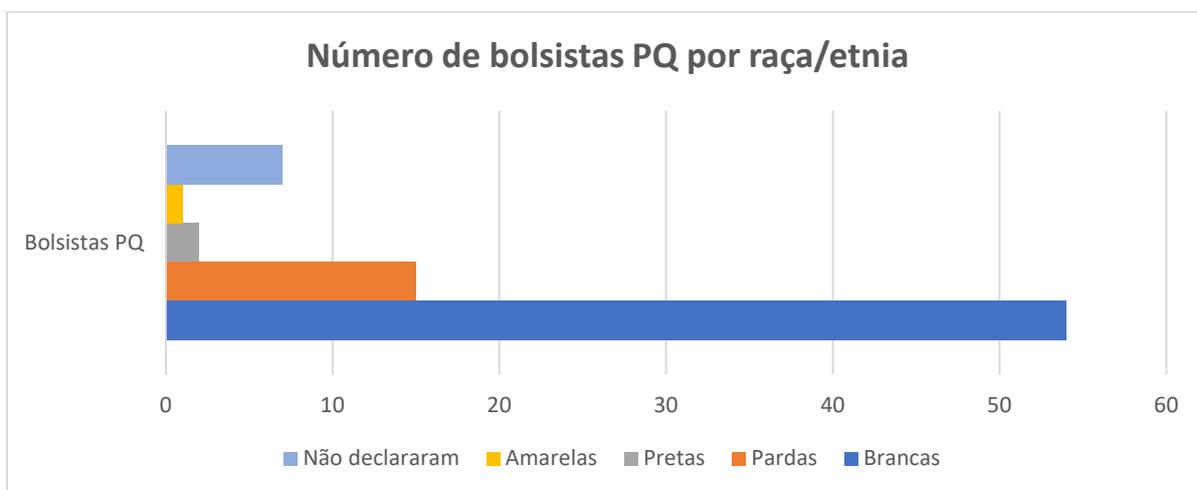


Gráfico 4.6 – Esse gráfico esboça o perfil étnico-racial das bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq na UFBA, apresentando o número de bolsistas PQ por raça/etnia autodeclarada. Fonte: UFBA/PRODEP. Elaborado pela autora (2021).

Assim, mesmo se considerado todo corpo docente da UFBA, incluídos/as homens e mulheres vinculados/as à instituição, a desigualdade racial, embora evidente, é menos incisiva que entre bolsistas PQ. Enquanto a UFBA conta com 48% de docentes autodeclarados/as brancos/as (56% dos que declararam sua raça/etnia), entre as bolsistas de produtividade em pesquisa, esse percentual sobe para 68%, 75% das que fizeram a declaração, como já apresentamos. Essa diferença impacta, consequentemente, na proporção de pessoas pardas e pretas vinculadas à instituição.

O baixo percentual de 33% de docentes pardos/as, 8% pretos/as, 2% amarelos/as e 1% indígenas cai ainda mais entre as bolsistas PQ para 21% de pardas, 3% de pretas e 1% de amarelas.



Gráfico 4.7 – Percentual de bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq na UFBA por raça/etnia autodeclarada. Fonte: UFBA/PRODEP e formulários desta pesquisa. Elaborado pela autora (2021).



Gráfico 4.8 - Percentual de docentes da UFBA por raça/etnia autodeclarada. Fonte: UFBA/PRODEP e formulários desta pesquisa. Elaborado pela autora (2021).

Nesse sentido, entendendo que “ignorar as diferenças de raça entre mulheres e as implicações dessas diferenças representa a mais séria ameaça à mobilização de forças das mulheres” (LORDE, 2019c, p. 242), faz-se necessário analisar a distribuição de bolsas de produtividade a partir da realidade étnico-racial da UFBA. Como no exame gendrado das categorias das bolsas PQ, as assimetrias étnico-raciais são ainda mais evidentes quanto mais próximas estão as mulheres do topo da carreira. Se às mulheres é reservada a categoria mais baixa da bolsa de produtividade, PQ-2, os poucos espaços na categoria 1 são ocupados, predominantemente, por mulheres brancas.



Gráfico 4.9 – Proporção de mulheres brancas bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em cada um dos níveis de bolsa. Fonte: UFBa/PRODEP e formulários desta pesquisa. Elaborado pela autora (2021).

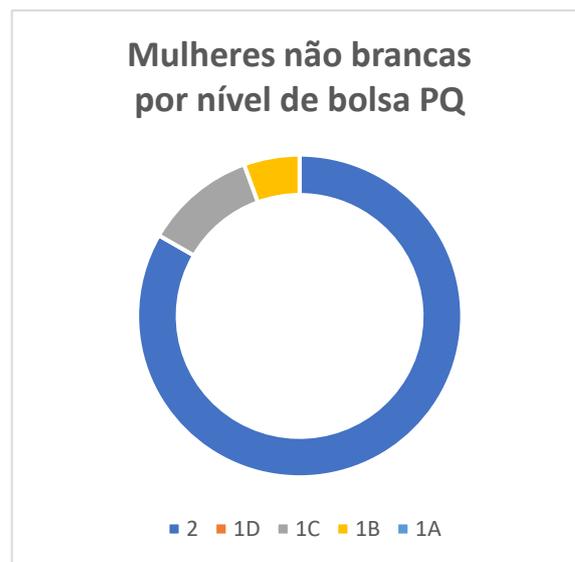


Gráfico 4.10 – Proporção de mulheres não brancas bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em cada um dos níveis de bolsa. Fonte: UFBa/PRODEP e formulários desta pesquisa. Elaborado pela autora (2021).

Enquanto 67% das mulheres brancas são contempladas com as bolsas de produtividade PQ-2, 83% das não brancas estão na mesma categoria, entre elas, 100% das mulheres amarelas e pretas e 80% das pardas, percentuais relevantemente superiores, que se refletem, muitas vezes, na ausência de mulheres não brancas em alguns níveis de bolsa PQ. No ano de 2018, considerados os níveis da categoria 1 de bolsas de produtividade, nenhuma mulher não branca possui bolsas PQ-1D e PQ-1A e essas mulheres recebem apenas 29% das bolsas PQ-1C e 20% das PQ-1B. Esses percentuais consistem no valor nominal de três bolsas de produtividade na categoria PQ-1, duas PQ-1C e uma PQ-1B, todas recebidas por pesquisadoras autodeclaradas pardas.

Refletindo sobre a sua trajetória enquanto pesquisadora negra, uma das bolsistas entrevistadas ressaltou:

Quando eu fui para a UFBa, em 2009, eu já era uma pesquisadora com uma trajetória já. Eu já tinha defendido a tese em 2004, já tinha bastante publicação, já tinha carta de aceite da Companhia das Letras para publicar, eu já tinha publicado a dissertação pela Editora da UNICAMP, eu fui selecionada no concurso. Então, assim, quando eu entrei na UFBa, eu já tinha uma trajetória que eu acho que eu devo muito mais às universidades estaduais do que exatamente à UFBa.

Isso me faz muito refletir sobre o peso, a trajetória que é necessária para uma professora negra [ingressar] numa universidade federal, sabe? Eu jamais teria conseguido passar se eu tivesse sido recém doutora, sem uma grande publicação e tal, porque há uma certa lógica de reconhecimento quando algo já está posto, quando algo foi encaminhado, já tem uma trajetória colocada. (Bolsista PQ-2, preta, 53 anos)

A reflexão da pesquisadora nos aponta um caminho: a denúncia da segregação vertical imposta às mulheres no campo científico precisa ser complexificada para abranger, também, outras questões, como as étnico-raciais, a partir do entendimento de que “[...] a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a.” (KILOMBA, 2019, p. 51). Como espaço de violência e de poder, a academia reproduz muitas das desigualdades do espaço social, favorecendo a aquisição de capital científico a alguns indivíduos e negando a outros, numa articulação intrincada de variáveis, muitas vezes indiscrimináveis. É preciso, então, identificar, apontar e enfrentar as iniquidades na academia, pois

Se examinarmos criticamente o papel tradicional da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática da liberdade. (hooks, 2017, p. 45)

Entretanto, apesar dos muitos esforços no sentido de revelar as desigualdades sociais nas ciências e da própria vivência em um espaço composto predominantemente por pessoas brancas nas posições de prestígio, para muitas mulheres cientistas ainda perpassa a noção de raça e etnia como variáveis não importantes na construção de carreiras científicas exitosas. Das dezessete bolsistas de produtividade em pesquisa que responderam ao questionário, a maioria delas, onze, declarou que sua raça ou etnia não é um fator relevante em sua carreira enquanto pesquisadora. Dessas, sete são pesquisadoras brancas e quatro pardas.

Uma pesquisadora parda afirmou que não sabia responder à questão. Outra, autodeclarada branca, nascida na Argentina e morando no Brasil desde os dez anos de idade, inobstante ter respondido que não sabe dizer se sua raça ou etnia é um fator

relevante em sua carreira enquanto pesquisadora, destacou o impacto de ser latino-americana no ambiente acadêmico europeu.

Não sei dizer.... me interessa muito o debate racial, que é outro dos meus recortes. Mas difícil responder como ele atua. Obviamente que ser mulher branca tem suas facilidades, mas me identifico como latino-americana e meio transnacional e creio que isso tem sido um diferencial importante - nem sempre a meu favor – na minha maior dificuldade de inserção ou aceitação de meus temas de pesquisa em ambiente acadêmico europeu... Tema complexo para debater e refletir - o da identidade e interseccionalidades de modo geral de adscritores que me cruzam, no meu trajeto. Meu exame para profa. Titular reflete bastante sobre esse assunto. (Joana, pesquisadora PQ-2, vinculada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas).

A despeito da baixa participação de pessoas negras no corpo docente da UFBA, especialmente enquanto mulheres PQ, das dezessete pesquisadoras que responderam ao questionário *online*, apenas uma, parda e bolsista PQ-2 vinculada ao Instituto de Saúde Coletiva, pontuou que sua raça é um “fator dificultador” em sua carreira enquanto pesquisadora. A invisibilidade do impacto da categoria raça/etnia na academia, bem como de outras categorias como classe social, gênero e geração, é fruto do apagamento dessas questões no espaço social, mas, também, da força nas noções de objetividade e imparcialidade nas ciências. Enfrentadas há décadas, num complexo movimento de críticas às ciências brevemente apresentado no capítulo 1 deste trabalho, essas noções permanecem no imaginário dos/as cientistas e, portanto, no campo científico.

Com isso, de modo geral, as mulheres negras que responderam ao questionário, mesmo sendo sub-representadas entre as bolsistas, não dimensionaram a importância de sua raça/etnia na trajetória profissional. Por outro lado, as mulheres brancas igualmente não refletiram sobre o impacto da branquitude na construção de suas carreiras exitosas, tendo havido possível naturalização de uma série de privilégios advindos da leitura social de seus corpos como brancos. Indagada sobre ser uma mulher branca na UFBA, no Brasil, e a possibilidade disso se constituir um privilégio que interfira na sua trajetória profissional, uma das bolsistas respondeu:

Olhe, não teve... quer dizer, a gente não sentiu isso, porque, na verdade, quando eu entrei, nos primeiros anos da minha carreira, a UFBA tinha muito poucos negros, não tinha políticas de cotas, então, por todas as razões históricas, a UFBA não incorporava negros. Então, eu creio que hoje, com a política de cotas e com a diversidade que

tem, é que se pode, talvez, observar. Claro que a gente tem um racismo nos inconscientes. É possível que isso se manifeste, mas nós nunca, nunca. Eu não observei. Quer dizer, é algo que está fora da minha experiência [...] (bolsista PQ-1).

Para a pesquisadora, o fato de pessoas negras não estarem efetivamente presentes na instituição no início de sua carreira afastou a possibilidade de ela ter sido privilegiada por ser uma mulher socialmente lida como branca, de a branquitude ter sido um fator importante para o seu ingresso e ascensão na carreira. Para ela, é a partir do ingresso de mais pessoas negras no campo científico que esses mecanismos de privilégios podem, eventualmente, operar. Entretanto, as noções de que “a UFBA tinha muito poucos negros” e “a UFBA não incorporava negros” expõem, suficientemente, o privilégio étnico-racial que favoreceu o ingresso de pessoas brancas em uma instituição e em uma carreira que não afilia pessoas negras. O que a negação da pesquisadora sugere é que há uma normalização do campo científico como um lugar de brancos e que esse imaginário persiste na instituição estudada, mesmo entre pesquisadores/as de alto nível. Nesse sentido, a reflexão de Kilomba (2019) é precisa ao denunciar que

No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem. Eles pertencem a todos os lugares: na Europa, na África, no norte, no sul, leste, oeste, no centro, bem como na periferia. [...] intelectuais negras/os são convidadas/os persistentemente a retornar a “seus lugares”, “fora” da academia, nas margens, onde seus corpos não vistos como “apropriados” e “em casa”. (KILOMBA, 2019, p. 56-57)

Essa reflexão também foi feita por umas das bolsistas entrevistadas. Pesquisadora negra na área de Ciências Humanas, Fabiana salientou:

Eu não sei quantos pesquisadores negros têm bolsa de produtividade no Brasil, mas eu tenho certeza de que somos muito poucos. Eu não sei quantas pesquisadoras, mulheres pesquisadoras, de produtividade, negras existem na área de ciências humanas. Eu tenho certeza de que faço parte, assim, a gente deve saber nos dedos das mãos. Então, isso é vergonhoso para a pesquisa brasileira, né? Porque não é que não tenham mulheres negras qualificadas para ocuparem esse lugar ainda, é porque não há nenhum projeto, nenhuma perspectiva de incorporar as que estão aí nesse conjunto. (Fabiana, PQ-2)

Ela contou ainda que, durante sua trajetória acadêmica, ouviu expressões que revelavam a surpresa de colegas de outras instituições quando tomavam ciência de que ela era uma pesquisadora negra, como “nossa, eu nem acreditava” ou “era uma pesquisadora *como você*”. Já mais recentemente, após o recebimento da bolsa PQ, foi indagada por um colega da UFBA: “mas por que você tem bolsa de produtividade?”. Ela respondeu prontamente: “Como ‘por que’? Eu fiz projeto, tentei duas vezes antes conseguir. Por que eu não teria uma bolsa de produtividade?” (Fabiana, PQ-2).

O que observamos nesta pesquisa é que a ideia de que os corpos brancos – assim como os “corpos de homens” – estão “em casa” na academia, que são apropriados para esse espaço, somada à noção remanescente e enraizada de neutralidade, objetividade e meritocracia, naturaliza e normaliza os privilégios de raça, etnia, classe social, gênero e geração que torna a carreira científica possível ou não para determinados grupos sociais. Há, portanto, diferentes matrizes de opressão, que operam distintamente e/ou conjuntamente, forjando o campo científico como espaço de desigualdades bem camufladas, onde não apenas os privilégios são invisibilizados, mas, igualmente, as opressões.

Foi assim também que as respostas da maioria expressiva de pesquisadoras negras apontaram que raça/etnia não é um fator relevante em suas carreiras científicas e, em menor grau, quanto ao impacto de ser pesquisadora mulher. Oito das dezessete mulheres asseveraram que não houve qualquer impacto, mesmo uma delas sendo docente permanente de um programa de pós-graduação em engenharia, no qual as mulheres são cerca de 30% do quadro docente e apenas 25% de bolsistas de produtividade. Esse fenômeno, entretanto, não é inesperado, mas característico do campo científico, cujos discursos inculcam, expressão usada por Bourdieu (2011), uma noção de (com)unidade nos integrantes, apaga-se, com isso, as assimetrias, as disputas e as violências simbólicas constitutivas desse campo intelectual. Para o autor,

O efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é inevitável na medida em que os critérios ditos “objectivos”, precisamente os que os doutos conhecem, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a acção simbólica de

mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade (tanto no seio do próprio grupo como nos outros grupos), que – a prazo, e em particular por intermédio das acções de imposição e de inculcação da identidade legítima (como as que a escola e o exército exercem) – tendem a gerar a unidade real³². (BOURDIEU, 2011, pp. 119-120)

O que Bourdieu (2011) denomina de “unidade real” é facilmente observada quando concluímos que 75% das bolsistas de produtividade da UFBA que fizeram a autodeclaração de raça/etnia são brancas. São números expressivos que, se consideradas as grandes áreas de conhecimento, passam a ser ainda mais enfáticos. Nas Ciências Biológicas e nas Ciências Sociais Aplicadas, por exemplo, todas as bolsistas que declararam sua raça/etnia são brancas, um total de sete pesquisadoras, aproximadamente 10% das declarantes. Em Ciências Exatas e da Terra, 90% das mulheres são brancas, um total de nove bolsistas PQ.

Essa prevalência se dá em todas as áreas do conhecimento, excetuada Engenharias, na qual, das poucas quatro bolsistas, duas se autodeclararam pardas, uma branca e uma não declarou sua raça/etnia. Nas Ciências Humanas, a segunda grande área de conhecimento com mais mulheres PQ na UFBA, com um total de dezenove pesquisadoras, 74% delas são brancas, 78% das declarantes, catorze bolsistas, quase 20% do total. Nas Ciências da Saúde, grande área que concentra 30% de todas as bolsistas de produtividade da instituição, as mulheres brancas são 68% das declarantes.

³² Mantidas a pontuação e a ortografia da edição.

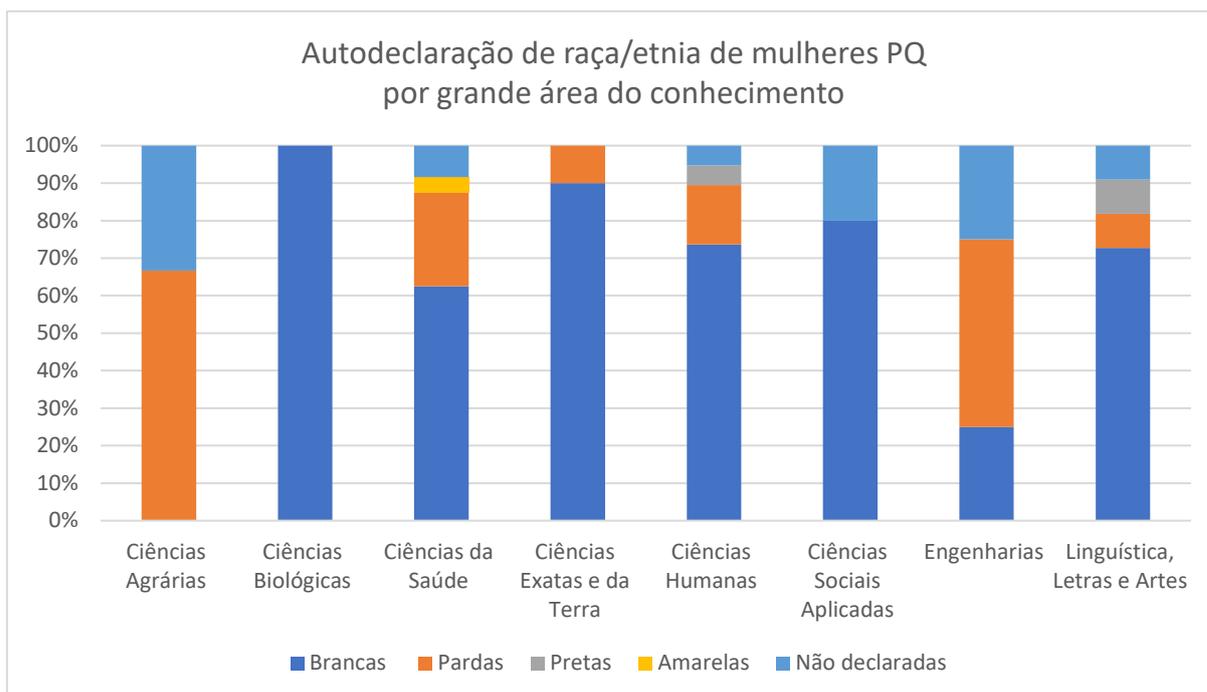


Gráfico 4.11 - Porcentagem de mulheres bolsistas de produtividade em pesquisa autodeclaradas brancas, pardas, pretas e amarelas em cada uma das grandes áreas de conhecimento na UFBA. Fonte: CAPES/Plataforma Sucupira, UFBA/PRODEP e formulários desta pesquisa. Elaborado pela autora (2021).

Feita a proporção por área, é importante salientar que a alta porcentagem de bolsistas pardas nas grandes áreas de Ciências Agrárias e Engenharias tem pouco impacto no conjunto das bolsistas, pois essas áreas possuem tão poucas bolsistas de produtividade, três e quatro, respectivamente, que qualquer flutuação estatística de uma ou duas mulheres mudaria radicalmente o cenário das áreas. O mesmo não ocorre, porém, nas áreas de Ciências da Saúde, com vinte e quatro mulheres PQ, e Ciências Humanas, com dezenove, ambas com grande concentração de mulheres autodeclaradas brancas, conforme dados já apresentados.

Tendo em vista a heterogeneidade de distribuição das bolsistas PQ da UFBA nas grandes áreas de conhecimento, para melhor dimensionar o percentual de mulheres por área, não prescindimos de contextualizar esses dados no cenário da instituição. O gráfico abaixo dá uma visão panorâmica da distribuição étnico-racial por grande área de conhecimento na UFBA. Nele, está representada, na parte interna, a proporção de mulheres PQ por grande área e, na parte externa, a proporção étnico-racial de cada grande área, desconsideradas as bolsistas que não declararam sua raça ou etnia.

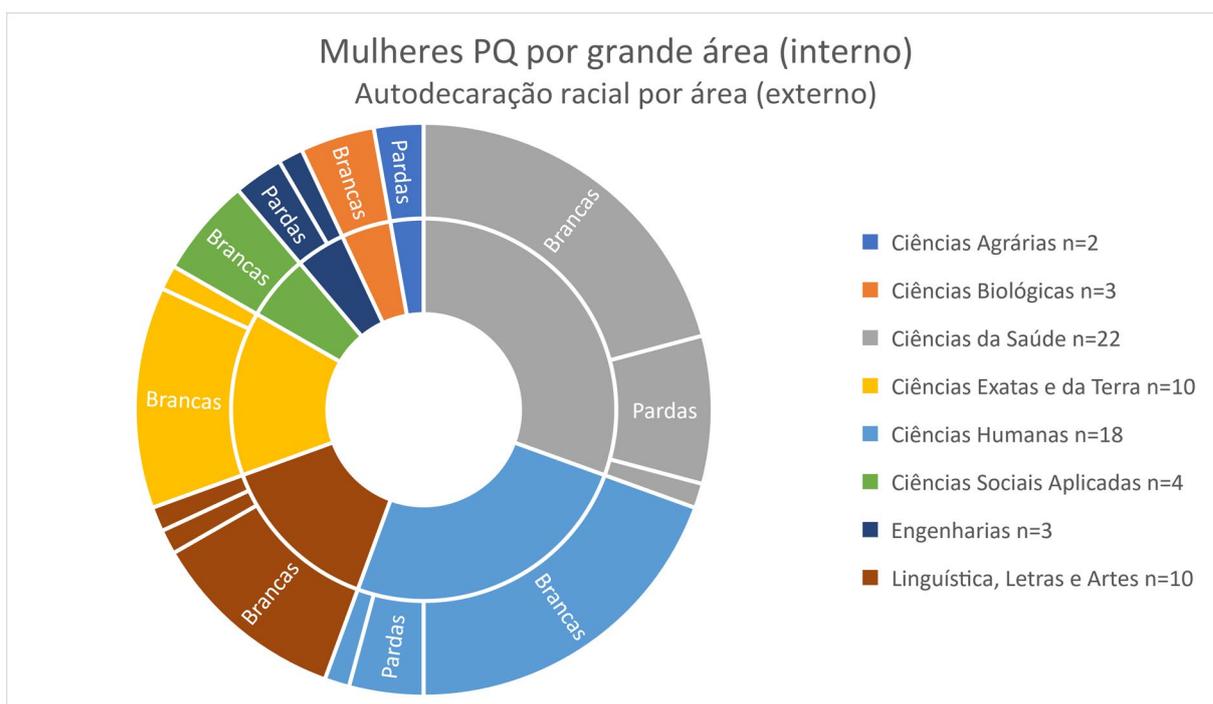


Gráfico 4.12 – Tendência de distribuição étnico-racial nas grandes áreas de conhecimento na UFBA. É possível notar que a proporção entre brancas e não brancas segue a tendência total das bolsas PQ. Nos campos em que visualmente não se apresenta essa mesma proporção esperada, o número total de bolsistas (n) é muito baixo para ser significativo. Fonte: CAPES/Plataforma Sucupira, UFBA/PRODEP e formulários desta pesquisa. Elaborado pela autora (2021).

Apesar das evidentes assimetrias étnico-raciais, “[...] dificilmente seria de outro modo, uma vez que a vida acadêmica também espelha as dinâmicas de desigualdade que movimentam a formação histórico-social brasileira.” (CARVALHO e SILVA, 2014, p. 31). Assim, é especialmente para as mulheres não brancas, atravessadas ao menos pelas opressões de gênero e raça/etnia, que os caminhos do labirinto de cristal costumam ser mais tortuosos, não porque essas formas de opressão ajam cumulativamente ou sobrepostas, mas porque agem de forma singular.

É o que explica Kilomba (2019, p. 99), para quem “[...] o impacto simultâneo da opressão ‘racial’ e de gênero leva a formas de racismo únicas que constituem experiências de mulheres *negras* e outras mulheres racializadas”. Nas carreiras científicas, o efeito disso se expressa na diminuição da proporção de mulheres negras à medida em que se progride na carreira, resultando no baixíssimo número de bolsistas PQ não brancas, sobretudo nos níveis mais elevados das bolsas de produtividade em pesquisa.

Além dos níveis de bolsa e das grandes áreas de conhecimento, geração emerge como uma categoria analítica importante para entender não só gênero, como faremos detalhadamente mais adiante, mas, também, raça/etnia. Como o percentual líquido – aquele que desconsidera as bolsistas que não declararam sua raça/etnia – de mulheres brancas bolsistas de produtividade em pesquisa na UFBA é alto, 75%, a expectativa é que elas sejam maioria em grande parte das faixas etárias estudadas. É o que ocorre. Com exceção das mulheres de até 40 anos³³, com 50% de bolsistas brancas e 50% pardas, e daquelas entre 76 e 80 anos, cuja única bolsista é parda, em todas as outras faixas etárias há predomínio de mulheres brancas, quase sempre acima de 80%.

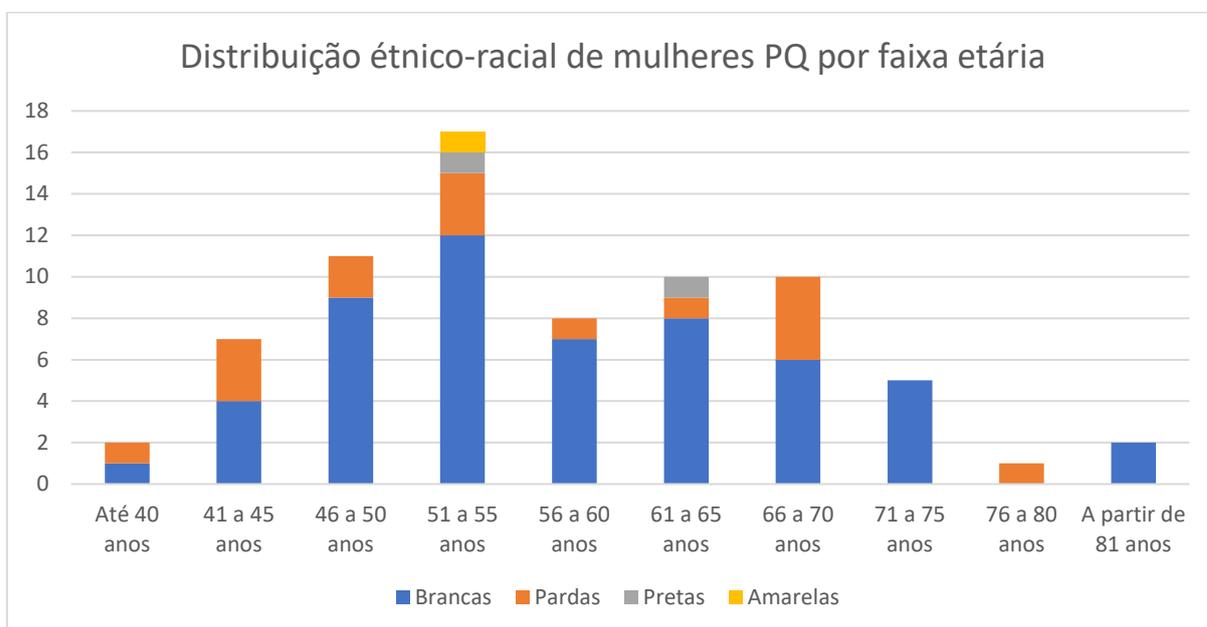


Gráfico 4.13 – Esse gráfico mostra a ampla concentração de mulheres brancas entre bolsistas de produtividade em quase todas as faixas etárias. Fonte: UFBA/PRODEP e formulários desta pesquisa. Elaborado pela autora (2021).

O que observamos aqui é uma dinâmica parecida com a das grandes áreas de conhecimento. Ou seja, a maior ou equânime participação de mulheres não brancas se dá apenas nas faixas etárias de 76 a 80 anos e até 40 anos, ambas com pequeno número de bolsistas, 1 e 2, respectivamente. Desse modo, tem-se uma flutuação estatística que não pode ser considerada como uma mudança na tendência observada nas outras faixas, conforme notamos com a permanência da

³³ Tendo em vista a constante alteração das idades das bolsistas PQ ao longo do período de pesquisa, estão sendo consideradas as idades em 27 de setembro de 2019 para efeito dessa análise.

predominância de mulheres brancas de 41 a 45 anos (57%) e a partir de 81 anos (100%)

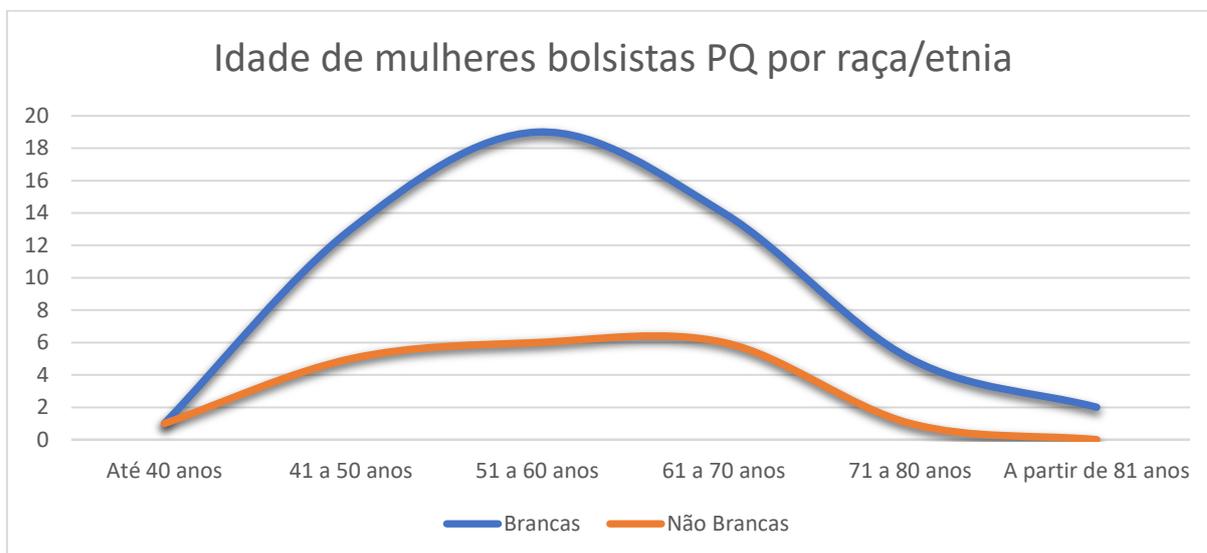


Gráfico 4.14 – Esse gráfico mostra a ampla concentração de mulheres brancas entre bolsistas de produtividade, especialmente entre 51 e 60 anos de idade, na UFBA. Fonte: UFBA/PRODEP e formulários desta pesquisa. Elaborado pela autora (2021).

No gráfico 4.14, com o aumento do intervalo da faixa etária para dez anos, é possível notar que há predomínio de mulheres brancas entre as bolsistas de produtividade na UFBA em todas as idades, ainda que em maior ou menor grau. Com exceção das bolsistas até 40 anos, que são apenas duas, uma branca e uma parda, há pelo menos 70% de mulheres brancas em todos os intervalos etários. Entre as bolsistas de 51 a 60 anos, faixa etária de maior concentração, com 24 bolsistas, são dezenove mulheres brancas, catorze a mais do que não brancas.

Outro dado importante, que lança luz às análises das dinâmicas étnico-raciais das bolsistas de produtividade ao longo dos anos, é o fluxo de ingresso dessas bolsistas de produtividade na instituição. Com amplo intervalo de 55 anos (1959 - 2014), essas bolsistas compõem diferentes gerações, que entraram na UFBA em momentos históricos bastante distintos. Entretanto, apesar de um longo período de quase seis décadas, os dados produzidos a partir das autodeclarações étnico-raciais apontam para relativa estabilidade na proporção de bolsistas brancas e não brancas ingressantes na UFBA. Em quase todas as décadas, as mulheres brancas têm sido 80% ou mais das pesquisadoras afiliadas à instituição, ressalvado, apenas, o período compreendido entre 2000 e 2009, com 73%.

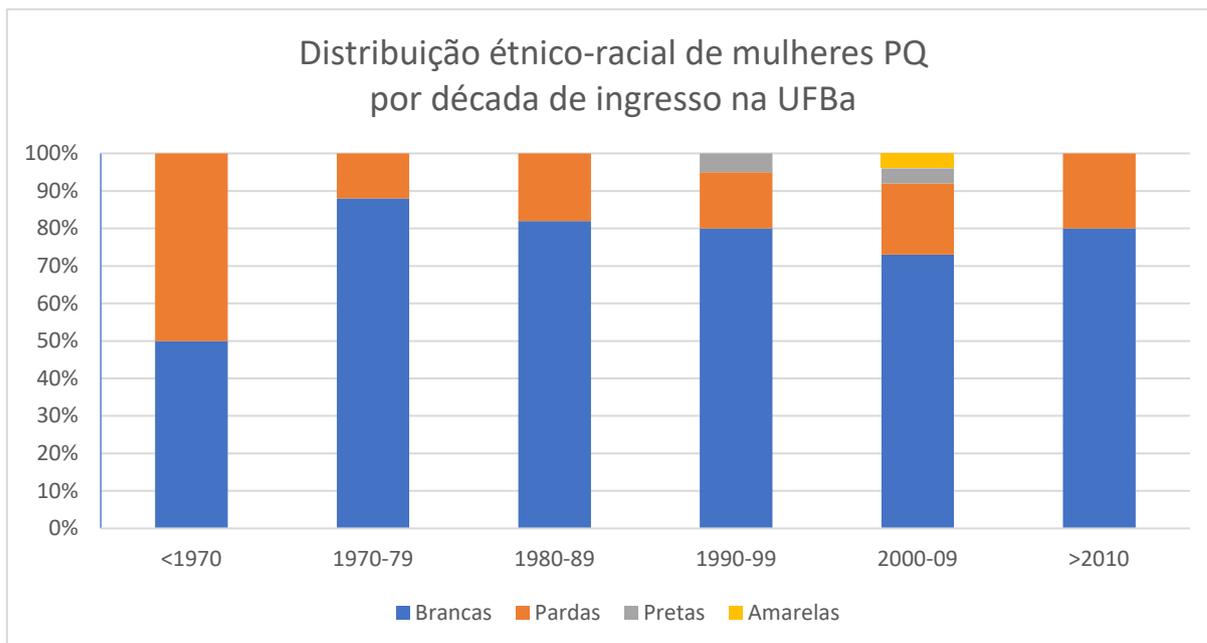


Gráfico 4.15 – Esse gráfico mostra a ampla concentração de mulheres brancas entre bolsistas de produtividade que ingressaram na UFBA em seis décadas. Fonte: CNPq/Plataforma Lattes, UFBA/PRODEP e formulários desta pesquisa. Elaborado pela autora (2021).

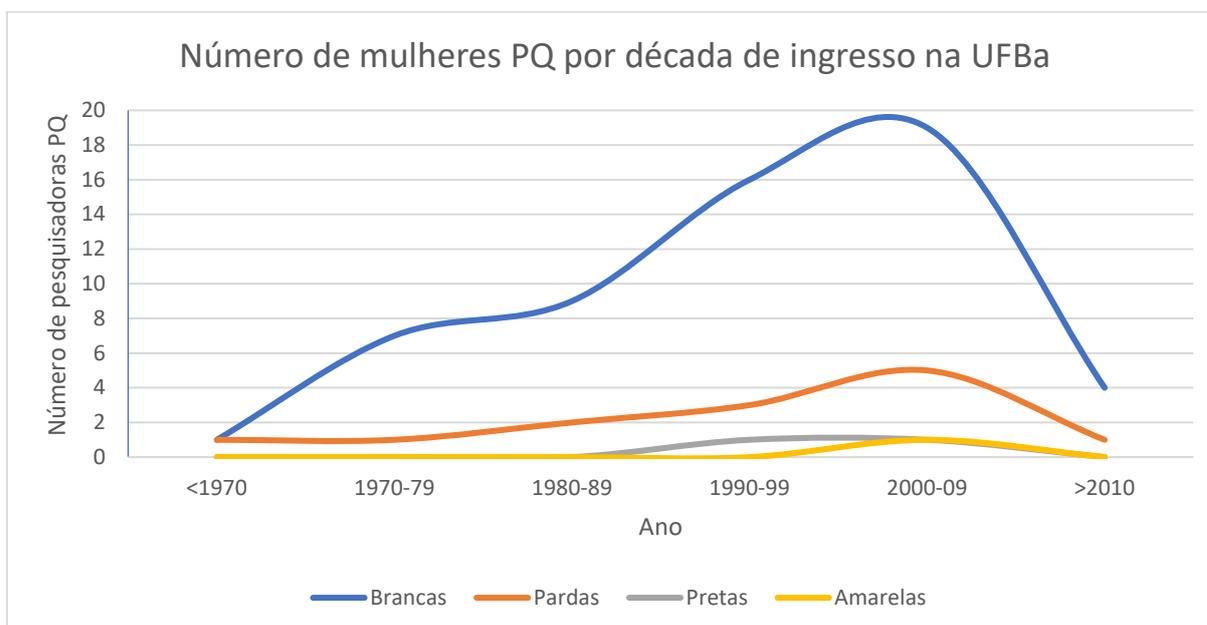


Gráfico 4.16 – Esse gráfico apresenta o quantitativo de mulheres bolsistas de produtividade que ingressaram na UFBA em seis períodos distintos e consecutivos. Nele, é possível observar a ascendência das curvas nos anos 2000. Quanto aos anos posteriores a 2010, tendo em vista a particularidade das pesquisadoras consideradas, as que possuem bolsas de produtividade em 2018, o valor baixo de n=5 está dentro da expectativa da progressão na carreira científica. Fonte: CNPq/Plataforma Lattes, UFBA/PRODEP e formulários desta pesquisa. Elaborado pela autora (2021).

No gráfico 4.15, a desigualdade étnico-racial no ingresso de pesquisadoras que se tornariam bolsistas PQ parece atenuada em dois intervalos de tempo, antes de 1970 e, como já dissemos, entre 2000 e 2009. Quanto ao primeiro período, o baixo

número de pesquisadoras com bolsas de produtividade ativas em 2018 que entraram na UFBA antes de 1970 explica essa suposta igualdade entre brancas e pardas, haja vista que, das poucas três bolsistas, apenas duas declararam sua raça-etnia, uma branca (de 1959) e uma parda (de 1968).

No tocante ao período entre 2000 e 2009, há uma mudança na tendência de distribuição étnico-racial das bolsistas PQ. Ainda distante de uma distribuição equitativa, o percentual de brancas entre as pesquisadoras foi de 73% nesses anos, razoavelmente inferior aos valores de 88%, 82% e 80%, observados nos outros períodos. Para entender tais números é preciso compreender a dinâmica de ingresso de pesquisadoras/es na universidade a partir do cenário político do país, especialmente no que tange ao Poder Executivo Federal. Isso porque, considerados os anos 2000, até 2002, quando o Brasil estava sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (Governo FHC), o percentual de mulheres brancas entre as bolsistas PQ ingressantes na UFBA é de 82%. A partir de 2003, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva (Governo Lula), esse percentual cai para 56%, com destaque para o final da década, quando há efetivo impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, decretado em abril de 2007 e implantado em julho de 2008 na UFBA. No ano de 2009, o percentual de bolsistas não brancas é de 50% (gráfico 4.18).

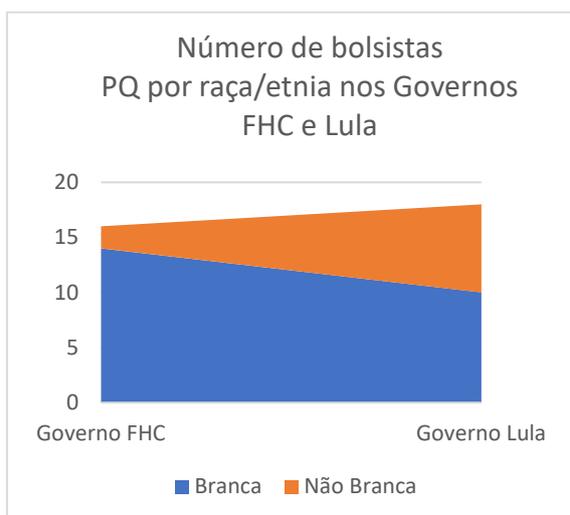


Gráfico 4.17 – Número de mulheres bolsistas PQ da UFBA que ingressaram na instituição nos Governos FHC e Lula. Fonte: CNPq/Plataforma Lattes, UFBA/PRODEP e formulários desta pesquisa. Elaborado pela autora (2021).

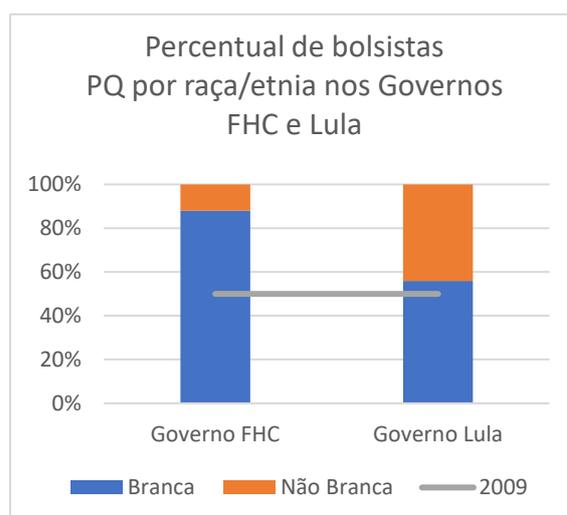


Gráfico 4.18 – Proporção entre mulheres bolsistas PQ brancas e não brancas que ingressaram na UFBA nos Governos FHC e Lula; comparação com percentual de bolsistas não brancas no ano 2009, com a implantação do REUNI pela instituição. Fonte: CNPq/Plataforma Lattes, UFBA/PRODEP e formulários desta pesquisa. Elaborado pela autora (2021).

A mudança na política de desenvolvimento científico do país no Governo Lula afetou diretamente a carreira das bolsistas PQ da UFBA. Em alguns casos, a expansão promovida pelo REUNI possibilitou o ingresso na instituição de pesquisadoras que se distanciavam do perfil majoritário de bolsistas, os homens brancos de classe média. Em outros, as novas políticas de governo possibilitaram financiamentos às pesquisadoras que já estavam filiadas à UFBA.

Iana, que já era docente da UFBA desde o Governo FHC, destaca o impacto da política científica adotada pelo Ministro Sérgio Machado Rezende, entre os anos 2005 e 2010, para o desenvolvimento dos seus projetos de pesquisa. Ela destaca:

Eu começo a fazer pesquisa mais ativamente depois do doutorado, aí eu já começo a pegar quase a virada para a fase do governo Lula, que a gente tem realmente um outro entendimento da importância da ciência. Eu acho que tiveram dois momentos em que houve um certo avanço na ciência: infelizmente, um momento que foi a ditadura militar; e o outro momento foi, sem dúvida nenhuma, essa fase dos oito anos de Lula com mais o início do governo Dilma e aí começa a decair a olhos vistos. [...] Você tem no governo Lula cinco anos e meio com Sérgio Rezende como Ministro da Ciência e Tecnologia, aquilo foi um pontapé, aquilo foi um momento importante de avanço, de retomada. Muita coisa não melhorou, o valor da bolsa de mestrado e doutorado não melhorou, uma série de coisas não melhorou, mas outras coisas melhoraram e a seta para onde o governo apontava era seta correta, o sentido correto. [...] Então, eu diria que quando eu comecei a fazer pesquisa de uma maneira mais sistemática já foi nessa fase melhor, principalmente quando Rezende entra, que é mais ou menos 2005/2006. [...] É quando eu começo a pedir financiamento. (Iana)

Os relatos das pesquisadoras e os dados dos gráficos 4.17 e 4.18 demonstram que as políticas de governo tiveram direto reflexo no perfil de ingresso de pesquisadoras/es na universidade. Das 16 bolsistas PQ que ingressaram de 1995 a 2002 e declararam sua raça e etnia, 14 delas são brancas, um percentual de 88%. Já entre as que ingressaram de 2003 a 2010 (18), dez são brancas (56%). A grande mudança entre os dois governos que impactou na dinâmica do ensino superior brasileiro foi a priorização do ensino superior público. O Governo FHC foi marcado pelo financiamento e expansão das instituições de ensino superior (IES) privadas e não investimento nas federais, como concluiu o sociólogo da Educação e pesquisador Sênior do CNPq Luiz Antônio Cunha (2003):

Se, de um lado, as IES federais padeceram de recursos para continuarem a operar nos termos que antes faziam, e, de outro, as IES privadas recebiam os benefícios visíveis, como deixar de pensar que o sucateamento do setor público do ensino superior correspondia a um intento deliberado? Sem outra referência empírica, esse foi o pensamento dominante naquelas instituições durante o octonato FHC. (CUNHA, 2003, p. 58)

No Governo Lula, ao contrário, houve investimento em programas para as IES federais, numa tentativa de recuperar os recursos que foram deslocados das instituições públicas para as privadas. O maior financiamento teve impacto imediato não apenas no perfil discente, mas também no perfil docente dessas instituições, conforme apontam os dados de 2003 a 2008, quando o ingresso de mulheres brancas (entre as bolsistas PQ de 2018) caiu para o percentual de 60% e a de não brancas teve importante, mas não suficiente, aumento de 19% para 40%.

Ao comparar a avaliação e o financiamento das IES durante os governos FHC e Lula, Nelson Cardoso Amaral (2009) assevera que

Os recursos para a efetiva manutenção das IFES evoluíram de R\$ 1.660 milhões em 1994 para R\$ 633 milhões em 2002, no governo FHC, o que significa uma queda de 62,0%. Os valores foram corrigidos pelo IGP-DI da FGV para janeiro de 2009. No governo LULA houve uma recuperação dos valores de 1994, passando dos R\$ 633 milhões de 2002 para R\$ 1.728 milhões em 2008, uma elevação nesse período de 173,2%. (AMARAL, 2009, p. 329)

Entretanto, foi em 2009 que o perfil de ingresso de pesquisadoras na UFBA sofreu relevante mudança. Com o REUNI, houve uma expansão das universidades públicas federais do país, não apenas com a criação de novas instituições, em um importante processo de interiorização do ensino superior público, como também com a ampliação das instituições federais que aderissem ao Programa. Na UFBA, o REUNI teve grande impacto, desde a criação de novos cursos à ampliação de cursos já existentes, mormente no tocante à criação do turno noturno em algumas unidades de ensino. Dito isso, tendo em vista as análises apresentadas, o REUNI impactou diretamente no ingresso de pesquisadoras negras na UFBA, não obstante não ter sido um programa voltado para essa finalidade.

Nos contratos de gestão do REUNI estão previstos recursos para contratação de professores e servidores técnico-administrativos, obras, equipamentos e outros custeios. Em contrapartida, as Universidades criarão novos cursos, sobretudo noturnos, e elevarão

suas relações alunos por docentes para 18 e a taxa de conclusão dos cursos de graduação (TCG) deverá se elevar para 90%. (AMARAL, 2009, p. 332)

Beneficiada pelo momento de expansão da UFBA, Fabiana, pesquisadora negra e de origem popular, avalia a importância do REUNI para o seu ingresso na instituição:

Eu entrei exatamente por conta da expansão, né? Eu entrei porque havia a deliberação de curso noturno, eu entrei para ser professora do curso noturno. Isso para mim foi um negócio muito emocionante! [...] Na época em que eu era estudante da Católica, eu também era militante estudantil, escrevia no jornal do centro acadêmico, fiz parte do centro acadêmico, fiz parte do DCE [Diretório Central dos Estudantes], ia para a rua nas manifestações, pichei muito muro pedindo educação pública de qualidade, mas, ao mesmo tempo, parecia uma utopia. Quando eu entrei em 2009, eu entrei justamente para ocupar uma vaga para a expansão da universidade no curso noturno, que tinha alunos parecidos comigo, com trajetórias parecidas com a minha. É o momento em que a UFBA fica negra, especialmente com o curso noturno. (Fabiana, PQ-2)

Comparando com o cenário político de quando era estudante, Fabiana relembra os processos de sucateamento e a ameaça iminente de privatização das instituições federais de ensino superior:

Eu fui aluna da graduação em um momento em que se discutia privatizar as universidades públicas federais [1987/1990]. Eu era aluna de uma universidade privada e, naquele tempo, o que se falava era do sucateamento da UFBA. O plano era vender as universidades federais. Eu ia para rua defender a universidade federal sendo aluna da Universidade Católica, sendo aluna de universidade privada, porque sabia que aquilo fazia parte de um projeto muito maior. Então, quando eu entrei para dar aula no curso noturno, que eu vi aqueles alunos todos trabalhadores, gente que trabalhava de dia e fazia aula de noite. [...] Acho que foi um dos momentos mais importantes da minha vida acadêmica. (Fabiana, PQ-2)

É nesse contexto histórico que o ingresso de mulheres brancas e não brancas, entre aquelas que se tornariam bolsistas PQ, se iguala. Em 2009, três das bolsistas que ingressaram são brancas, duas pardas e uma preta, o melhor cenário da UFBA em, pelo menos, seis décadas, identificado a partir de um recorte geracional dos dados sobre essas pesquisadoras. Contudo, a importância da categoria geração não se limita à análise de raça e etnia. Ela é imprescindível para elucidar outras dinâmicas do campo científico.

4.4 A ENCRUZILHADA DE GÊNERO E GERAÇÃO

Quando eu insisto muito no estudo de gerações, por exemplo, eu digo que eu estou fazendo uma aproximação do tema com o mundo, enfatizando a importância dele. (Alda Britto da Motta³⁴)

As bolsistas PQ da UFBA em 2018 formam um grupo heterogêneo e isso é ratificado quando analisadas a partir das lentes geracionais. Apesar da importância da categoria geração para que se possa compreender melhor uma série de dinâmicas, ela tem sido uma categoria pouco utilizada para a análise do envelhecimento e das relações sociais, inclusive nos estudos sociais das ciências. De acordo com a crítica de Britto da Motta (2005), ao defender a importância e a atualidade da temática do envelhecimento, as produções sobre geração, embora em número razoável, pouco contemplam os/as velhos/as. Em geral, retratam o senso comum e não pesquisas científicas ou, em outros casos, são trabalhos médicos que reforçam o estereótipo da velhice relacionada a doenças e a perdas radicais.

A construção dessa imagem de velhice, segundo o sociólogo Remi Lenoir (1998), se dá há bastante tempo, desde meados do século XIX, e não está localizada no Brasil, sendo diretamente relacionada ao sistema capitalista.

A “velhice” como problema social surgiu, antes de tudo, na classe operária pelo fato da extensão rápida, sobretudo a partir de meados do século XIX, da organização capitalista do trabalho e do sistema de atitudes que lhe está associado. [...] A “velhice” dos operários é, então, assimilada, pelo patronato capitalista, à “invalidez”, isto é, à “incapacidade para produzir” [...] (LENOIR, 1998, p. 79).

É nessa lógica, ou sob esse fundamento, que a fase adulta ganha destaque quando estruturamos, a partir de geração, a análise de determinado problema social. Explico. A adultez é tida como o momento no qual o sujeito adquire sua plenitude, sendo, não coincidentemente, lida como a fase mais produtiva da vida. Isso faz com que, por exemplo, haja um movimento por meio do qual as mais diversas gerações converjam para essa fase de plena experiência social, fenômeno denominado por Britto da Motta (2012) de “juvenilização” das idades, no qual as crianças são adultizadas e os/as idosos/as são juvenilizados/as e ambos se encontram e se

³⁴ Comunicação particular.

acomodam em um espaço de adultez jovem, que é indefinido e heterogêneo (BRITTO DA MOTTA, 2012).

Quando as sociedades ocidentais capitalistas elaboram uma noção ideal de adulto, na qual se atinge o auge de humanização, isso se reflete no mercado de trabalho, que, de modo geral, prioriza essa geração, cuja faixa etária pode variar a depender dos contextos histórico, geográfico e social. Contudo, essa prioridade concedida ao adulto pleno não é absoluta, podendo ser excepcionada em algumas carreiras, como na científica, que abarca pesquisadores/as de ampla faixa etária.

Na UFBA, isso pode ser observado entre as bolsistas PQ. Elas estão entre 37 e 87 anos³⁵ e ingressaram na UFBA em diferentes momentos históricos, entre 1959 e 2014. Além disso, possuem tempos de doutoramento bastante distintos, de 7 a 38 anos, ou seja, elas concluíram o doutorado entre 1981 e 2012, um amplo intervalo de trinta e um anos. Apesar da heterogeneidade no perfil etário dessas pesquisadoras e delas estarem concentradas, com 85%, em uma larga faixa etária de 41 e 70 anos, muitas delas, 35% (n=28), possuem de 46 a 55 anos e, como vimos na seção anterior, aglutinadas sobretudo na faixa etária de 51 a 55 anos (22%).

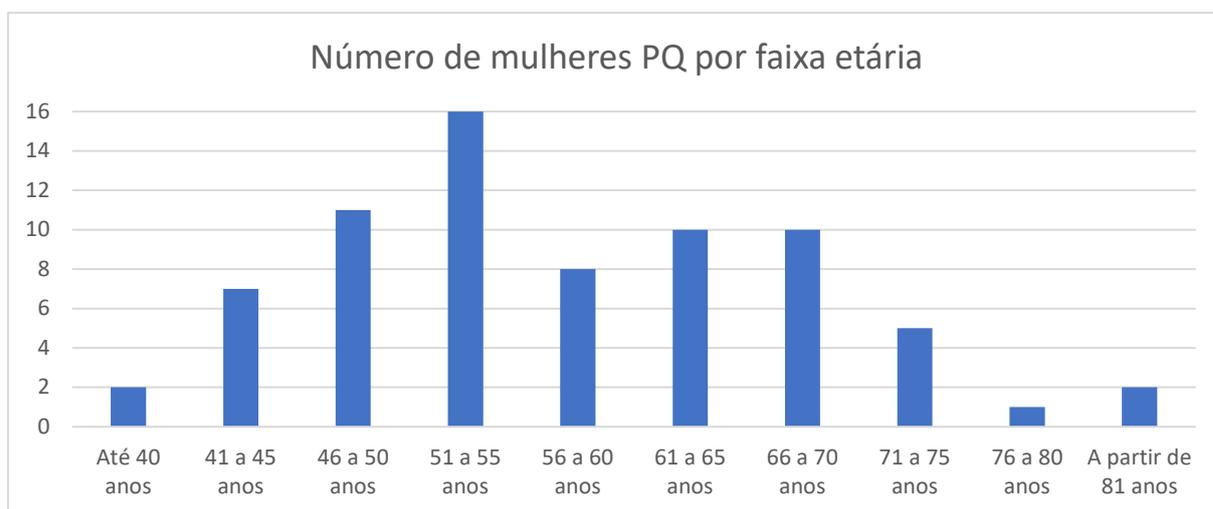


Gráfico 4.19 – Esse gráfico mostra a ampla concentração de mulheres bolsistas de produtividade da UFBA por faixa etária com intervalo de cinco anos. Grande parte das bolsistas PQ, mais de 35% delas (n=28), tem entre 46 e 55 anos. Fonte: UFBA/PRODEP. Elaborado pela autora (2021).

³⁵ Todos os dados relacionados à idade e ao tempo de doutorado serão considerados na data de 28 de junho de 2019, quando foi feita a análise dos instrumentos que traziam tais informações. Quanto aos dados de aposentadoria e atividade, pelos mesmos motivos, serão considerados em 14 de abril de 2019.

No que diz respeito ao tempo de conclusão de doutorado pelas pesquisadoras, a maioria das bolsistas PQ da UFBA (56%) concluiu o doutorado entre 11 e 20 anos. Embora um pouco mais acentuado, esse dado se coaduna com pesquisas nacionais que apontam, por exemplo, que, dos bolsistas PQ em Medicina, 44% concluíram nesse mesmo período (MENDES et al., 2010), e que em Odontologia, 50% de bolsistas PQ estão na mesma condição (CAVALCANTE et al., 2008)³⁶. Entre as pesquisadoras da UFBA, 30% concluíram seu doutoramento entre 21 e 30 anos e poucas concluíram há até 10 anos (8%) ou há mais de 30 anos (6%).

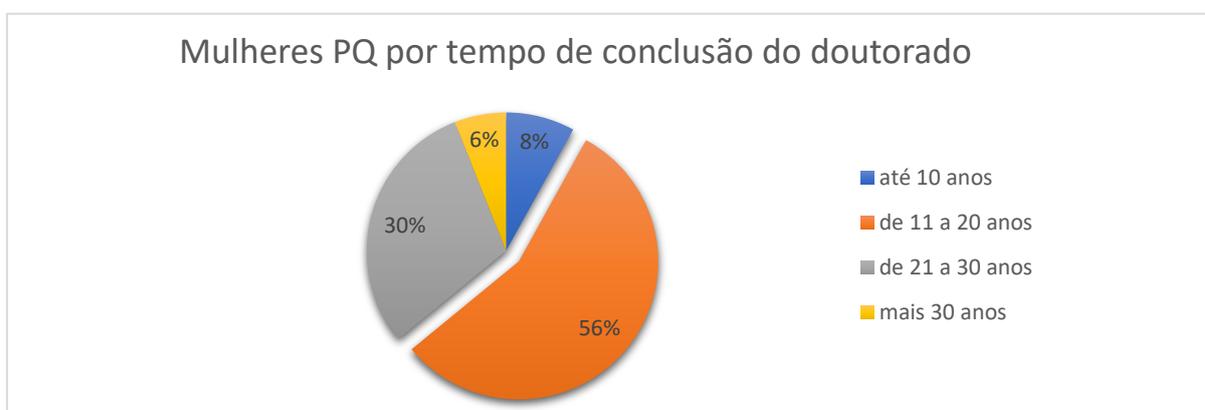


Gráfico 4.20 –Proporção de mulheres bolsistas de produtividade da UFBA por tempo de conclusão do doutorado com intervalo de dez anos. Fonte: CNPq/Plataforma Lattes e UFBA/PRODEP. Elaborado pela autora (2021).

Entretanto, os dados quanto ao tempo de conclusão do doutorado apresentam uma variável em termos de geração que consideramos bastante importante. Se, hoje, o ingresso na carreira docente em instituições de ensino superior públicas federais se dá, majoritariamente, após o doutoramento, nem sempre foi assim. Das 79 bolsistas estudadas, 40 delas (51%) concluíram o doutorado após a entrada na carreira e 93% (n=37) delas ingressaram na UFBA até 2000. Quarenta e uma bolsistas ingressaram até 1996; dessas, 36 (88%) não eram doutoras. Os dados a partir de 1997 são notadamente contrastantes, pois quase 90% das pesquisadoras entraram na UFBA com doutorado. Isso evidencia que houve uma relevante mudança na titulação das pesquisadoras que seguem a carreira acadêmica, sendo cada vez mais incomum, excetuadas algumas áreas de conhecimento específicas, que o ingresso se dê antes da conclusão do doutorado.

³⁶ Em ambas as pesquisas, os dados se referem a todos/as os/as pesquisadores/as que recebem bolsa de produtividade em pesquisa, sem discriminar homens e mulheres.

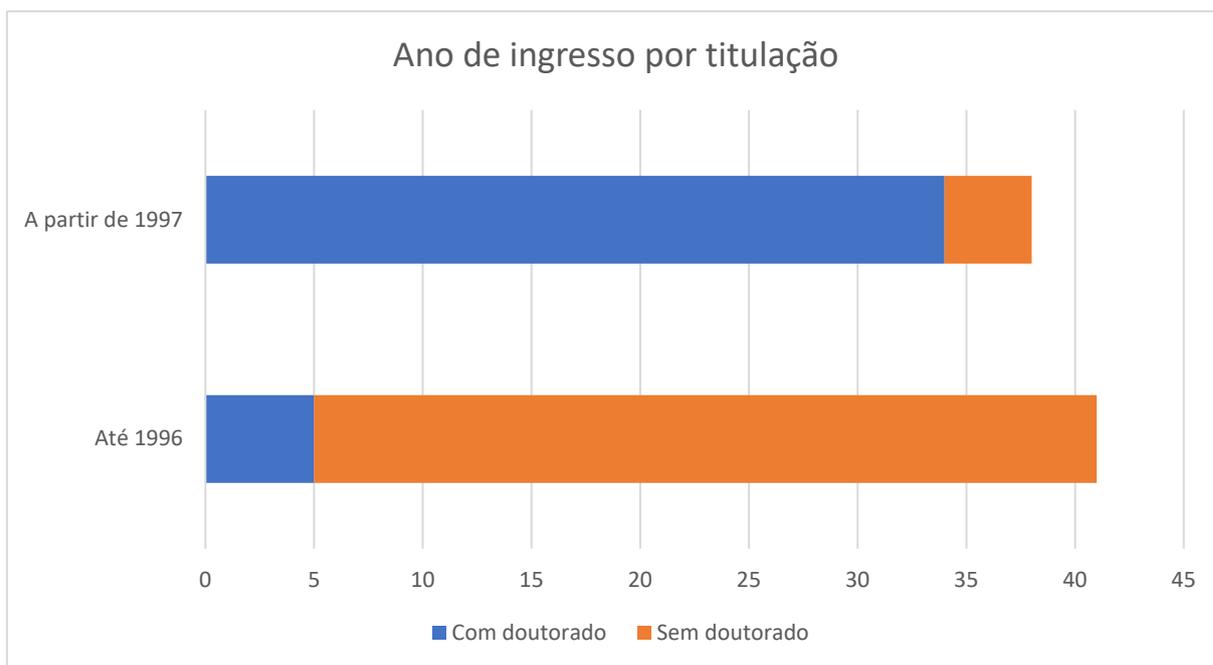


Gráfico 4.21 – O gráfico mostra a quantidade de mulheres bolsistas de produtividade da UFBA que ingressaram na instituição com e sem doutorado a até 1996 e a partir de 1997. Fonte: CNPq/Plataforma Lattes e UFBA/PRODEP. Elaborado pela autora (2021).

Assim, das bolsistas de produtividade em pesquisa, 58% ingressaram na UFBA antes do ano 2000 e 42% a partir desse mesmo ano. Se, entre as primeiras, 80% ainda não eram doutoras, entre as segundas, esse número é de apenas 9%. Desse modo, analisar o perfil etário dessas bolsistas a partir do tempo de doutoramento não se mostra conclusivo. Por outro lado, grande parte das bolsistas PQ da instituição (86%) concluiu o doutorado entre 11 e 30 anos, mas esse intervalo abarca diferentes gerações, desde pesquisadoras que ingressaram na UFBA em 1970 às que ingressaram em 2009. Logo, os dados quanto ao tempo de conclusão de doutorado contribuem mais para a compreensão das mudanças nas dinâmicas de titulação entre as diferentes gerações de bolsistas PQ do que para a definição de um perfil dessas pesquisadoras.

Tais mudanças estão vinculadas diretamente com o desenvolvimento do campo científico no país e repercutiu, também, nas bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq, impactando na natureza da bolsa e na própria noção do que é ser bolsista PQ. Uma das pesquisadoras, por exemplo, salienta que se candidatou pela primeira vez à bolsa do CNPq como meio para viabilizar um projeto não financiado por outras instituições.

Era mais fácil [ser contemplada com a bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq]. Eu defendi minha tese em janeiro de 90 e reassumi minhas funções, porque eu fiquei afastada das atividades docentes nesse período. Então, eu voltei e fiquei insatisfeita com a tese de doutorado e meu primeiro projeto foi desenvolver um modelo para avaliação de sistemas de saúde, que eu achei que o que eu tinha feito na tese de doutorado era insuficiente. Então, achei que o Ministério da Saúde teria interesse em financiar, porque estava em pleno processo de descentralização, mas eles não se interessaram. Pensei que a OPAS [Organização Pan Americana da Saúde] também poderia se interessar, mandei, mas a OPAS também não financiou. Aí, apliquei para o CNPq e, na época, o pessoal aqui já tinha bolsa. Fábio [nome fictício, bolsista de PQ-1A] já tinha bolsa desde 78, Paulo [nome fictício, bolsista de PQ-1A] tinha [...] Então, Fábio disse: "por que você não pede a bolsa?". Aí eu pedi a bolsa e eu tinha, eu acho, em 92, um artigo publicado, um ou dois artigos publicados, e recebi a bolsa. (Sônia, pesquisadora PQ-1B, contemplada pela primeira vez com a bolsa PQ em 1992)

Assim, se este trabalho utiliza as bolsas como indicador de capital científico, é pela noção hodierna delas. Hoje, elas simbolizam capital imaterial, reconhecimento pelos pares concorrentes e prestígio; todavia, para a primeira geração de pesquisadoras deste estudo, que receberam precocemente essas bolsas, elas eram um incentivo à produção científica, pouco concorridas e menos prestigiosas. O significado de ser bolsista PQ se modifica com o passar do tempo e, conseqüentemente, caracteriza diferentemente as pesquisadoras contempladas em distintas gerações. Contudo, tendo em vista que a concessão da bolsa se dá, como visto, por tempo determinado, a renovação periódica dela implica que todas as bolsistas PQ em 2018, invariavelmente, possuam capital científico e, portanto, sejam reconhecidas pelos seus pares-concorrentes. Além da idade, do tempo de conclusão do doutorado e do ano de ingresso na universidade, outro aspecto geracional relevante para a tentativa de compreender as relações de gênero na academia a partir, também, da categoria geração, é a análise do vínculo mantido por essas bolsistas com a instituição, se aposentadas ou “em atividade”³⁷.

Há grande participação de pesquisadoras aposentadas no campo científico brasileiro. Na UFBA, em abril de 2019, elas eram cerca de um terço das bolsistas PQ de 2018. Esse número evidencia a relevância das pesquisadoras aposentadas para

³⁷ A expressão “em atividade” é grafada neste trabalho entre aspas, pois, inobstante ser amplamente utilizada na administração pública em oposição aos/às servidores/as aposentados/as, não pactuamos com a noção de que a aposentadoria cessa a atividade do/a pesquisador/a, como discutiremos mais adiante.

as produções acadêmicas da instituição e para o campo científico, mas, também, o interesse delas em se manterem profissionalmente ativas. Desse modo, é preciso compreender o porquê de bolsistas já aposentados/as permanecerem como pesquisadores/as, mesmo quando, em tese, já se afastaram de suas funções na instituição. Para tanto, as dinâmicas do campo científico e os conceitos de capital científico e autoridade científica, trabalhados por Bourdieu (1983), são essenciais.

Se, em algumas profissões, pessoas aposentadas se mantêm em atividade por conta da remuneração em termos monetários, na carreira científica, essa justificativa não é satisfatória, haja vista que o capital mais importante não é material, mas simbólico, denominado, especificamente, de científico. Apesar da (re)convertibilidade de capital científico em capital material ou em outros capitais simbólicos, o capital científico tem características peculiares. A primeira delas é que a aquisição e o acúmulo desse capital têm como objetivo o alcance de autoridade científica, que não está necessariamente associada à prosperidade financeira ou ao reconhecimento social do/a cientista. A segunda característica particular é que o/a pesquisador/a só adquire prestígio científico a partir do reconhecimento prestado pelos pares concorrentes. Desse modo, a atribuição do valor simbólico científico é feita por outros/as pesquisadores/as, membros de uma academia, que, na verdade, é concorrencial, e não comunitária. Como nos alerta, textualmente, Pierre Bourdieu:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU, 1983, p. 01).

Um outro aspecto a considerar é que, não obstante a bolsa PQ esteja vinculada a uma remuneração monetária, esta não desempenha papel significativo, pois se dá num valor bastante baixo para o nível na carreira na qual estão esses/as profissionais, não chegando, portanto, a representar um incremento de renda. Desse modo, o caráter econômico da bolsa PQ não é suficientemente relevante para explicar a permanência das pesquisadoras na instituição após a aposentadoria. O que ocorre é

que a ruptura do vínculo formal de “servidor/a ativo/a” com a instituição não interrompe a dinâmica que realmente importa no campo científico, que é a acumulação de capital simbólico em busca da autoridade científica.

O capital é acumulado durante toda a trajetória profissional acadêmica do/a pesquisador/a e, comumente, o acúmulo de capital científico é mais acentuado nos momentos mais tardios da profissão. Segundo Bourdieu (2017), o acúmulo desse capital demanda tempo, o que o relaciona estreitamente com a idade do/a pesquisador/a. Assim, uma pesquisadora jovem não é bem-vista no campo, como relatou uma das entrevistadas:

[...] como eu transitava por esse meio, acabou chegando nos meus ouvidos que o líder com quem eu trabalhei junto, ele viu que o projeto era da minha autoria, tinha dito que não, que eu era jovem, que eu não tinha chance, que desse para "não sei quem", que já estava há mais tempo, essas coisas. Só que aquilo me revoltou profundamente. [...] [a idade] Já foi [um fator relevante na minha carreira] há um tempo, porque eu sabia que diziam que quando meu nome era cotado para algumas coisas que eu era muito jovem. (Carolina, PQ-1B)

Na UFBA, todas as bolsistas PQ-1, categoria mais elevada da bolsa, concluíram o doutorado há mais de 15 anos. Quanto às duas categorias de bolsistas, apenas 8% delas concluíram o doutorado há 10 ou menos anos. Se o/a pesquisador/a se torna mais competitivo/a à medida que acumula mais prestígio, o que requer, em regra, tempo significativo de inserção no campo, a luta pela aquisição do capital científico não cessa com a aposentadoria. Ao contrário, muitas vezes esse momento é o auge da carreira do/a bolsista, é quando as outras atividades estranhas à pesquisa, mas inerentes ao cargo público que exercem, podem ser declinadas.

Perguntada sobre a possibilidade de a aposentadoria ter favorecido sua ascensão na carreira, especialmente por ter aumentado o nível da bolsa de PQ-1C para PQ-1B na chamada do CNPq de 2019, uma das entrevistadas foi enfática em atribuir à aposentadoria um papel central no desenvolvimento de sua pesquisa. Segundo ela, a aposentadoria

Favoreceu [a sua carreira científica], porque eu pude me dedicar à pesquisa integralmente. Quando você está na ativa, você tem muitos encargos administrativos. Você tem que participar das funções administrativas, chefia de departamento, coordenação de disciplina, que toma um tempo enorme. Fora todas as coisas burocráticas ligadas

ao ensino. Então não é só preparar aula, que isso é a parte mais prazerosa, mas tem que dar nota, inserir, tem que se preocupar com a sala de aula, tem que ligar para reservar a sala. [...] Então, tinha uma série de funções, mas, principalmente, a parte administrativa toma um tempo muito grande. Então, depois que eu me aposentei, eu publiquei dois livros, que é uma coisa que requer bastante tempo. Um da minha linha de pesquisa de avaliação e outro agora do campo da saúde coletiva, que foi um investimento do meu segundo pós-doutorado, na França, e que tinha um material muito grande e que precisava de uma publicação em forma de livro. Se eu não tivesse aposentada, eu não teria [publicado]. (Sônia, pesquisadora PQ-1B)

A aposentadoria, como bem salientou a bolsista, passa a ser o momento na carreira no qual é possível que se invista mais fortemente no fazer científico, na pesquisa. Outra pesquisadora aposentada, de 61 anos, afirmou que: “Hoje, já aposentada, tenho me dedicado ainda mais à pesquisa” (Bethânia, PQ-2). É a partir da aposentadoria que as atividades vinculadas ao capital científico “puro”, específico, cujo acúmulo possibilita a conquista da autoridade científica, podem ser priorizadas. A narrativa da pesquisadora não reflete tão somente sua experiência pessoal; os números da UFBA, com 26 aposentadas entre as 79 bolsistas, corroboram com a tese de que elas representam uma fatia extensa das pesquisadoras no topo da carreira científica na instituição. Todavia, é com o cruzamento desses dados com aqueles referentes aos níveis de bolsa que melhor se dimensiona a importância das bolsistas aposentadas.

Como vimos, do conjunto de bolsistas de produtividade em pesquisa, cerca de 33% são aposentadas e, portanto, 66% estão em atividade. Já quando analisadas as categorias de bolsas, esses números são praticamente espelhados, com 30% de pesquisadoras PQ-1 e 70% de pesquisadoras PQ-2. Se fossem distribuídas uniformemente entre ativas e aposentadas, cada uma delas deveria permanecer com percentuais próximos a esses. Não é o que ocorre. Entre as bolsistas em ativas, apenas 17% delas recebem bolsas da categoria 1; entre as aposentadas, o percentual é de 68%.

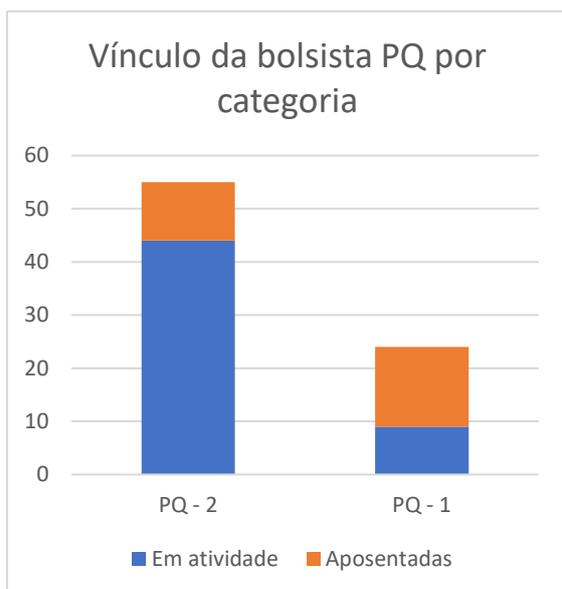


Gráfico 4.22 – Esse gráfico retrata a distribuição de bolsistas de produtividade em pesquisa na UFBA em atividade e aposentadas por categoria de bolsa. Fonte: CNPq e CGU/Portal da Transparência. Elaborado pela autora (2021).

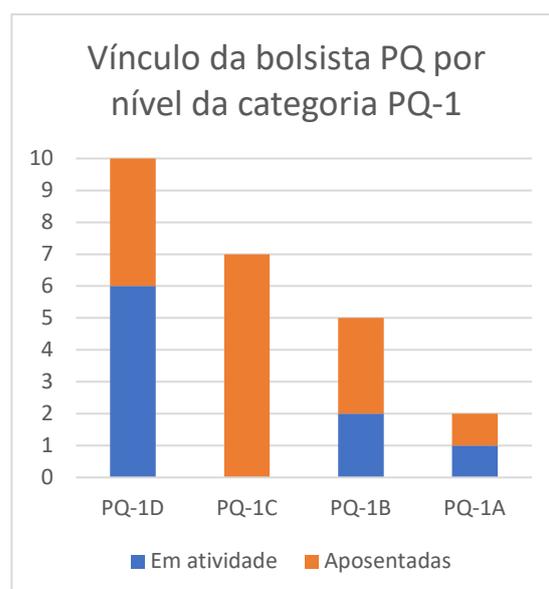


Gráfico 4.23 – Esse gráfico mostra a distribuição de bolsistas de produtividade em pesquisa na UFBA em atividade e aposentadas nos níveis de bolsas PQ-1. Fonte: CNPq e CGU/Portal da Transparência. Elaborado pela autora (2021).

As pesquisadoras aposentadas são 63% daquelas que recebem bolsas de produtividade em pesquisa da categoria 1. Além disso, elas prevalecem entre as que recebem os níveis mais altos das bolsas. Enquanto 67% das bolsistas PQ-1 em atividade recebem a bolsa PQ-1D, as aposentadas estão distribuídas mais uniformemente, sendo ampla maioria nos níveis PQ-1B e PQ-1C, com respectivamente, 60% e 100% das bolsas. Ademais, é entre as bolsistas da categoria 1 que estão três das quatro bolsistas acima de 75 anos.

A estreita relação entre a idade e o reconhecimento no campo científico é percebido por muitas das pesquisadoras. Algumas aposentadas ressaltaram, dentre outros aspectos, que “a maturidade científica vai aperfeiçoando os trabalhos acadêmicos”, que passaram a “ser mais prestigiada pelos pares” e que acumularam “mais experiência”. Uma pesquisadora PQ-1B de 79 anos asseverou o impacto positivo da sua idade, destacando “[...] a credibilidade, o reconhecimento e o respeito manifestados pelos demais pesquisadores da área.” (Julieta, aposentada, PQ-1B). Outra, bolsista PQ-2 jovem de 42 anos, salientou que a sua idade é um fator relevante na sua carreira, interferindo negativamente.

Essa aparente contradição com a dinâmica de outros campos não é estranha à lógica do acúmulo de capital científico. Parte significativa das bolsistas PQ da UFBA,

41%, possui idade igual ou superior a sessenta anos, o que as enquadra, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, como idosas. O alto percentual de mulheres velhas em posição de destaque na carreira é próprio da academia, não sendo facilmente percebido em outras profissões, nas quais, geralmente, é privilegiada a fase adulta e há um processo de marginalização das pessoas velhas (GRÜN, 1999; PEÇANHA, 1991).

Na carreira científica, entretanto, há uma relativização dessa regra, sendo um espaço com maior receptividade para alguns/mas velhos/as. Isso se dá por diversos fatores, como, por exemplo, os requisitos para ingresso na carreira, que demandam um tempo extenso de formação acadêmica. Entretanto, ao nosso ver, é a natureza eminentemente intelectual do trabalho acadêmico que possibilita que a carreira científica seja mais receptiva às pessoas velhas que outras profissões.

À velhice é associada uma série de estereótipos relacionados à debilidade física, à fraqueza, à fragilidade e à enfermidade que não alcançam diretamente – e a princípio – a atividade de pesquisador/a. Desse modo, essa carreira passa a ser compatível com pessoas idosas, mas com ressalvas bastante delimitadas, seja pelos aspectos étnicos-raciais e de identidade de gênero, seja pela própria condição etária. Isso porque nem todos/as os/as velhos/as são tidos/as como aptos/as a fazer pesquisa científica. Sobre as “velhas mais velhas” recaem outros estigmas também discriminatórios que, ao contrário dos acima citados, afetam diretamente a carreira científica, como a perda de habilidades cognitivas, de memória, de saúde mental etc.

Assim, com o apoio de um discurso científico-biológico, naturaliza-se aspectos fundamentalmente sociais no intuito de “[...] justificar, ideologicamente, o poder e a dominação – o sexo ‘frágil’ e ‘burro’, a raça ‘preguiçosa’ e ‘feia’, a idade imatura ou da ‘esclerose’ [...]” (BRITTO DA MOTTA; WELLER, 2010, p. 193-194). É sobre esse terreno que se assentam as exclusões das pessoas velhas das mais diversas esferas da vida familiar, social ou laboral. Na UFBA, no tocante às pesquisadoras bolsistas em produtividade, os dados são alarmantes. Se constatamos um número bastante significativo de mulheres idosas – 41%, como já foi dissemos –, o número de mulheres acima de 71 anos é de apenas 11%. Dessas, somente duas têm mais 80 anos (2%), sugerindo que às velhas mais velhas o campo científico também é terreno árido.

Maupassant, o pai do conto,
afirmou que qualquer tentativa
feita por uma mulher para
conquistar qualquer coisa era
inútil.



Ele disse que as mulheres
podiam desempenhar dois
papéis, ambos adoráveis: o do
Amor e o da Maternidade. Nada
de isolar rádio e polônio.

5 PARADOXOS E CONTRADIÇÕES EM TRAJETÓRIAS EXITOSAS DE MULHERES NA ACADEMIA

Ao escolhermos as bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq como representação de trajetórias exitosas no campo científico, tínhamos ciência tanto da impossibilidade de delimitar a noção de êxito e sucesso, quanto da inviabilidade de olhar para essas mulheres como um bloco monolítico de pesquisadoras. Essas percepções se confirmaram ao longo do estudo. Outrossim, na análise dos dados quantitativos produzidos a partir dos bancos de dados do CNPq, salientamos que muitas daquelas conclusões eram importantes para a compreensão das relações de gênero de modo amplo, extrapolando, inclusive, as esferas relacionadas às profissões e ao mercado de trabalho, e outras, ao contrário, dariam conta apenas das especificidades do campo científico.

Repetimos aqui a mesma ponderação. No estudo da trajetória de vida das bolsistas PQ, na oitiva de cada pesquisadora, deparamo-nos com experiências que são, contraditória e complementarmente, únicas e coletivas. É esse paradoxo incontornável que faz com que os conteúdos das entrevistas, dos memoriais e dos formulários sejam ricos e complexos. Como bem analisa Bourdieu,

[...] mesmo que se mobilizem todos os recursos da vigilância profissional e da simpatia pessoal, temos dificuldades em afastar essa indiferença da atenção favorecida pela ilusão do já visto e do já ouvido para entrar na singularidade da história de uma vida e tentar compreender ao mesmo tempo na sua unicidade e generalidade os dramas de uma existência. (BOURDIEU, 2012, p. 701).

É preciso, pois, compreender que os privilégios e as estratégias utilizadas por cada uma dessas pesquisadoras atendem, como aponta Bourdieu, à generalidade e à unicidade de suas trajetórias. E, por isso mesmo, os aspectos dessas trajetórias não

serão aqui analisados como intrinsecamente positivos ou negativos, mas como peças constitutivas de uma engrenagem complexa e em bom funcionamento. O que se almeja, portanto, é menos valorar essas peças e mais entender como elas operam e de que modo as bolsistas lidaram com elas para construírem o que chamamos de carreiras exitosas.

Assim, por um lado, quando falamos de estratégias para alcance de capital científico, não nos referimos somente àquelas utilizadas conscientemente, mas, também, dos caminhos que se fizeram possíveis para resistir às mais variadas formas de opressões que se impunham. Por outro lado, quando destacamos os privilégios dessas bolsistas, estamos nos referindo, muitas vezes, a condições que lhes são irrenunciáveis, como ser branca, de classe média ou alta, possuir capital científico incorporado (*habitus*) ou mesmo disposições concordantes com o campo científico, fortemente relacionada com as duas anteriores. Sobretudo, o mais importante é que tais estratégias e privilégios não embaçam a conquista de capital simbólico e de autoridade, no sentido bourdieusiano, por essas mulheres. Desse modo, havendo ou não consciência ou possibilidade de renunciar aos aspectos que são positivos na construção de suas carreiras, essas bolsistas, por serem mulheres e por serem atravessadas, ainda que diferentemente, por outros eixos de opressão, enfrentam desafios que não são colocados para grande parte dos pesquisadores homens bem-sucedidos, que alcançam o monopólio da autoridade científica em suas áreas.

Dito isso, nesse capítulo, analisaremos três aspectos relevantes para a carreira acadêmica das pesquisadoras: maternidade, conjugalidade e *habitus*. Discutidos em três seções distintas, eles são intimamente relacionados e, por vezes, são partes de um mesmo fenômeno.

5.1 “A SOCIOLOGIA COMO CRIANÇA”: MATERNIDADE E CARREIRA CIENTÍFICA

A maternidade pode se constituir como obstáculo para a participação das mulheres nas carreiras científicas, porque, retomando a metáfora de Lima (2013), ser mãe impõe sinuosidades ao labirinto de cristal que deve ser atravessado pelas pesquisadoras. Assim, *a priori*, duas opções são colocadas às mulheres na construção de carreiras exitosas: não ser mãe ou driblar as barreiras que advêm da

maternidade. Um estudo realizado nos Estados Unidos nos anos de 2003, 2006, 2008 e 2010 concluiu que a probabilidade de que novas mães abandonem as carreiras em ciências, tecnologias, matemática e engenharias após o nascimento da primeira criança é de 43%, substancialmente maior do que a de novos pais, com 23% (CECH; BLAIR-LOY, 2019). As autoras ressaltam ainda que

a parentalidade não é apenas um evento pessoal idiossincrático. Como a parentalidade afeta as vidas e carreiras de homens e mulheres individuais depende de uma miríade de fatores sociais, incluindo políticas públicas e organizacionais sobre quem é elegível para licença-cuidado e as expectativas sobre quem na família deveria assumir mais o trabalho de cuidado e quem deve privilegiar a carreira. (CECH; BLAIR-LOY, 2019, p. 4182, tradução nossa)

Nesse diapasão, um dos primeiros destaques que devem ser feitos é que a concepção de maternidade como um empecilho não se dá por razões naturais ou biológicas; é a compreensão sócio-histórica da maternidade e a divisão sexual do trabalho que fazem com que ser mãe seja uma variável relevante para o ingresso e a progressão dessas mulheres no campo científico, enquanto o mesmo peso não é atribuído à paternidade. Se a maternidade não teve sempre o mesmo significado, porque as noções de família e de criança são bastantes distintas a depender do contexto histórico (ARIÈS, 1986), ela também não deve ser entendida como uma experiência homogênea para todas as mulheres na contemporaneidade.

A maternidade, enquanto dimensão intrinsecamente ligada às relações de gênero, é vivida heterogeneamente por diferentes mulheres, sendo informadas por raça/etnia, classe social, geração, sexualidade, regionalidade etc. Apesar disso, existem fatores comuns que aproximam as experiências das mulheres, distinguindo-as substancialmente das dos homens. Assim, como conclui alguns estudos sobre a temática (KYVIK, 1990; KYVIK e TEIGEN, 1996; ANTECOL *et al*, 2018), ter um/a filho/a não afeta igualmente as carreiras de homens e mulheres³⁸.

³⁸ As desigualdades sociais costumam ser aprofundadas em momentos de crise, como a atual pandemia de COVID-19, e isso não foi diferente quanto às relações de gênero. Estudos apontam, por exemplo, que houve o aumento de violência doméstica contra a mulher com o isolamento social decorrente da crise sanitária (VIEIRA *et al*, 2020; MARQUES *et al*, 2020). Na academia, a produção científica das mulheres também sofreu os impactos da pandemia, sobretudo a das mães, que comumente têm acumulado o trabalho doméstico, o cuidado e a escolarização dos filhos e as atividades de pesquisa. Esse cenário desfavorável e a desatenção institucional para o problema fazem com que as lacunas de gênero no campo científico aumentem, como aponta Kyle Myers *et al* (2020). Segundo os/as autores/as do estudo estadunidense, existem diferenças substanciais entre o efeito da pandemia

Isso ocorre porque, embora haja diferentes formas de vivenciar o gênero, o cuidado com a prole é tido como um papel tipicamente feminino, que se soma às muitas outras atividades da esfera privada destinadas quase que exclusivamente às mulheres. É nesse sentido que, articulando dados da primeira década desse milênio em países europeus, como Suécia, Inglaterra, França, Portugal, Itália, Espanha e Bélgica, a filósofa francesa Elisabeth Badinter (2011, p. 139) conclui que “[...] nenhuma política familiar se revelou verdadeiramente eficaz no que concerne à desigualdade entre homens e mulheres. A divisão do trabalho entre cônjuges é sempre desigual em todos os países, inclusive os escandinavos.” Para a autora, o cenário das mães é ainda pior, pois a desigualdade se agrava com o nascimento do bebê e a divisão dos papéis parentais (BADINTER, 2011). Por isso, quando feita por mulheres, a escolha por uma carreira profissional requer o sopesamento de uma importante variável: a maternidade.

As [mulheres] que têm uma profissão interessante e sonham em fazer carreira [...] não podem evitar as seguintes perguntas: até que ponto a criança vai pesar sobre o seu percurso profissional? Poderão lidar simultaneamente com uma carreira exigente e a criação de uma criança? Quais serão as consequências disso para a relação matrimonial? (BADINTER, 2011, p. 21).

Com essas questões, a autora toca em diferentes pontos. O primeiro deles diz respeito à conciliação entre a maternidade e as carreiras que ela denomina como *exigentes*. Ainda que possa haver algum debate acerca de quais carreiras podem ou não ser adjetivadas assim, há relativo consenso de que a carreira científica é exigente, demandando, por exemplo, que os/as pesquisadores/as frequentemente utilizem os momentos de descanso, como fins de semana e férias, para a realização de atividades acadêmicas, como aparece repetidamente nos dados empíricos deste e de outros estudos. É, também, o que afirma Fox, Fonseca e Bao (2011), ao discutirem os conflitos entre trabalho científico e a esfera familiar nas universidades estadunidenses:

[...] o trabalho científico (incluindo engenharia) implica altas expectativas e estabelece condições para conflitos potenciais com os domínios de não-trabalho. As expectativas normativas na ciência (e na

no trabalho de homens e de mulheres que participaram da pesquisa, porque cientistas mulheres, especialmente aquelas com jovens dependentes, relataram que sua capacidade de dedicar tempo à pesquisa foi substancialmente afetada. No Brasil, o estudo realizado pelo Movimento *Parent in Science* (2020) traz resultados convergentes, apontando que apenas 47,4% das docentes mulheres com filhos submeteram artigos científicos como o planejado, percentual notoriamente inferior ao de mulheres sem filhos (56,4%), homens com filhos (65,3%) e homens sem filhos (76%).

academia) são de que o cientista ideal dá prioridade ao trabalho, tem poucos interesses ou responsabilidades fora das ciências e busca unicamente a pesquisa. (FOX et al., 2011, p. 717, tradução nossa).

Em 2015, em seu memorial, uma das pesquisadoras também discute as contradições entre o modelo idealizado de cientista e as atribuições postas como femininas. Para Elza,

No modelo hegemônico, o cientista ideal confere prioridade absoluta ao trabalho e tem poucos interesses ou responsabilidades em outras áreas. As gratificações e o sucesso são alcançados, graças a essa grande “devoção” profissional, a qual demanda tempo e atenção, modela aspirações e desejos e conflita com compromissos de outras esferas, incluindo a família. Alcançar o que se considera excelência acadêmica nesse modelo exige uma performance sustentada, o que é pouco compatível com os ciclos reprodutivos e de vida das mulheres. (Elza, bolsista PQ-1C)

Retornando a Badinter (2011), outro ponto importante ventilado por ela é a relação íntima entre as experiências de conjugalidade e maternidade³⁹. Embora a autora questione as consequências dessa sobre aquela, referindo-se às muitas mudanças na esfera matrimonial provenientes da chegada de um/a filho/a, queremos destacar outro aspecto: a divisão sexual e social do trabalho. Nas relações cis-heterossexuais, é frequente a reprodução dos papéis sociais tidos como masculinos e femininos, que é fortalecida pelo constructo de argumentações ideológicas que legitimam essa divisão de trabalho e a consequente não promoção das carreiras das mulheres (KERGOAT, 2012). Dessa legitimidade, decorre a invisibilidade do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres e, também, das desigualdades às quais estão submetidas nas relações matrimoniais com os homens.

Ao discutirem a persistência da divisão sexual e social do trabalho, Hildete Melo e Débora Thomé (2019) argumentam que

[...] a grande maioria das mulheres ainda não se dá conta de que teve que fazer escolhas ao decidir casar e ter filhos. O trabalho nesse contexto não é uma impossibilidade, mas inegavelmente implica uma dupla jornada muito mais pesada que a do homem. Mulheres com filhos acabam fazendo mais entradas e saídas em suas carreiras profissionais, o que, por exemplo, pode ser visto nas maiores taxas de desemprego do que as dos homens. (MELO; THOMÉ, 2018, p. 111)

³⁹ A conjugalidade é um aspecto importante para a análise da progressão das mulheres nas carreiras científicas e, por isso, será mais bem examinada na próxima seção. O que faremos aqui é discutir, especificamente, a relação entre ela e a maternidade.

Contudo, as participantes desta pesquisa, em sua maioria, parecem compreender a materialização dessa divisão do trabalho em suas vidas. Uma das pesquisadoras, que teve o primogênito ainda enquanto cursava a graduação, avaliou sua experiência enquanto mãe de três crianças e docente:

Foi difícil conciliar filho com o trabalho. [...] Foi muito difícil estar com criança pequena e preparando aula, tanto que um dia eu cometi um erro, eu estava preparando uma aula e o tema da aula era a sociologia como ciência. Então, eu escrevi o título, grafei o esquema e fui dar minha aula, mas com filho pequeno eu perdi a noite, eu vivia muito pernoitada, depois que a criança dormia que eu ia preparar aula, essa coisa toda... Então, nesse dia, eu cheguei e deixei meu esquema em cima da mesa com a colega [...] Ela viu, quando ela viu meu esquema, ela disse "me deu vontade de chorar". Tá tão ruim assim? E aí ela me mostra que eu não tinha escrito "A Sociologia como Ciência" não, eu tinha escrito "A Sociologia como Criança". Então, foi aquele ato falho, foi isso, foi um tempo muito muito difícil, né? Muito mesmo... (Raquel, bolsista PQ-2)

Essa dificuldade, reiterada pelo advérbio de intensidade repetidamente empregado, não foi experienciada apenas por essa entrevistada. A dupla jornada e a sobrecarga de trabalho foram pontos frequentemente levantados pelas bolsistas quando questionadas sobre os impactos de ser mulher e da maternidade para suas carreiras enquanto pesquisadoras. Em seu memorial, uma das bolsistas PQ da UFBA afirma que:

Como muitas mulheres da minha geração, que optaram por carreiras acadêmicas, eu adiei a maternidade até o limite da minha biologia [...] Para outras mulheres, o adiamento da carreira reprodutiva significou a não concretização do eventual projeto de ter filhos, tal como pude verificar, em 2004, no evento "Mulheres Latino-Americanas nas Ciências Exatas e da Vida", promovido pela Sociedade Brasileira de Física e pela Academia Brasileira de Ciências. (Elza, bolsista PQ-1C)

Além de demonstrar consciência do impacto da maternidade na carreira científica, a pesquisadora avaliou como isso é vivido diferentemente pelos homens pesquisadores. Para ela,

O esforço de conciliação [entre carreira e família] implica decisões, nem sempre fáceis, que, em geral, sequer se colocam para os homens, que assumem ser pais. Dizendo de outra maneira, para as mulheres, a escolha entre atender as demandas profissionais e familiares está sempre posta, enquanto para os homens parece que já está definido, que sejam priorizadas as exigências do trabalho profissional. (Elza, bolsista PQ-1C)

Portanto, a maternidade exaspera as desigualdades de gênero nas relações familiares e, também, na academia. As mães, que comumente acumulam uma série de atividades profissionais e domésticas, encontram na natureza do campo científico, onde disputas entre pares lhes são constitutivas, outro fator complicador. Com essa dinâmica concorrencial, a maternidade acentua as assimetrias nas progressões das carreiras de homens e mulheres, sendo o cuidado com a criança um fator crítico de produtividade. É o que aponta dois estudos realizados com professores permanentes de quatro universidades norueguesas.

No primeiro, após o exame de 1370 respostas de masculinas e 199 de femininas, Svein Kyvic (1990) conclui que os homens publicam, em média, cinco artigos em três anos (de 1979 a 1981), enquanto as mulheres publicam 3,5 artigos. Numa análise por área, as mulheres são 20% menos produtivas nas ciências naturais e de 30 a 35% menos produtivas nas ciências sociais, medicina e humanidades. Entretanto, a produtividade das docentes está diretamente associada à maternidade, sendo a idade da criança um fator relevante para essa análise. Enquanto os homens com crianças acima de 10 anos mantêm a média de publicação de 5 artigos por ano e aqueles com crianças de até 10 anos uma média de 5.1 artigos, o cenário é muito distinto para as mulheres. As que possuem filhos/as acima de 10 anos publicam uma média de 4.3 artigos por ano, já aquelas com filhos/as de até 10 anos publicam uma média de apenas 2.7 artigos por ano.

Após 10 anos, em 1989, Svein Kyvik, em coautoria com Mari Teigen, retoma esse estudo, relacionando o cuidado com as crianças com a participação desses/as professores/as em redes de colaboração acadêmica (KYVIK e TEIGEN, 1996). Os/as autores/as ressaltam a importância das redes para a carreira de docentes, destacando que aqueles/as que publicam em conjunto publicam mais do que os/as outros/as pesquisadores/as. Além disso, avaliam que os trabalhos em coautoria são de melhor qualidade e possuem taxa mais alta de aceitação para publicar.

No novo período de análise, de 1989 a 1991, os/as autores/as concluem que a maternidade afeta diretamente a participação de mulheres em redes de cooperação, afetando a produtividade delas. Salientam, ainda, que as mulheres com crianças de até 10 anos publicam 41% menos do que homens nessa mesma condição. Esse percentual reduz para 8% quando consideradas pais e mães de crianças com mais

de 10 anos, mas aumenta quando considerada a faixa etária de 0 a 6 anos. Nesses casos, as mulheres publicam, em média, 60% menos do que os homens.

Esses dados dialogam com os produzidos por Antecol Heather *et al* entre 1980 e 2005 na área de economia nas 50 maiores universidades estadunidenses. As autoras, ao analisarem os benefícios das políticas de “parada de relógio” para avaliação de estabilidade de docentes (*Tenure Clock Stopping Policies*), concluem que a não adoção de políticas é mais favorável para minimizar as desigualdades de gênero do que a adoção de políticas de “gênero-neutro”, nas quais homens e mulheres são igualmente beneficiados/as com a suspensão por um ano do prazo de avaliação quando se tornam pais e mães. Além de os homens aumentarem a probabilidade de serem contemplados com a estabilidade em 17,6%, essas políticas aumentam a quantidade de homens que publicam nas cinco revistas mais importantes da área, o que não foi observado em relação às mulheres (ANTECOL *et al*, 2018).

Os dados trazidos por esses estudos revelam o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres, uma preocupação que pôde ser observada nas bolsistas PQ da UFBA. Entre as participantes deste estudo, muitas não são mães ou, quando são, se valem de estratégias para conciliar a maternidade com a carreira científica. Das 79 bolsistas PQ, um quarto delas respondeu à questão se possuem filhos/as. Dessas, seis (30%) não possuem e catorze (70%) possuem entre um e três filhos/as. Apesar do significativo número de mulheres sem descendentes, que reforça os conflitos entre a maternidade e a atividade de pesquisa, outros dados empíricos também merecem destaque.

Um deles é que as bolsistas de produtividade da UFBA, assim como as pioneiras laureadas com o Nobel, são um grupo com baixa natalidade (MINELLA, 2017b). Isso pode ser decorrência das dificuldades enfrentadas por mulheres com maior número de filhos para realizar movimentos migratórios importantes para o desenvolvimento da carreira científica, como a saída do estado e do país para a formação. Uma das pesquisadoras, por exemplo, precisou cursar o doutorado em uma área diversa da sua, porque a Bahia ainda não tinha curso de doutorado em sua área e a maternidade não permitiu a sua saída do estado. Mãe de três filhos, ela conta que

Eu ia fazer o doutorado em São Paulo, [...] não tinha de Ciências Sociais aqui na Bahia. Eu tive que reconhecer que eu não podia ir pra

fora com três crianças, tinha que fazer aqui na Bahia mesmo, não foi fácil. (Raquel, 87 anos)

Outro dado importante é que das catorze mães, doze responderam às perguntas relativas ao cuidado dos filhos/as e todas informaram que ter havido auxílio durante a primeira infância, sendo essa ajuda fundamental para a continuidade da carreira científica. Ocorre que apenas uma das onze bolsistas apontou que o pai da criança foi um dos cuidadores e uma delas salientou que a ajuda foi de uma instituição de creche. Todas as demais pesquisadoras (n=10) destacaram que esse papel foi exercido por outras mulheres, prevalecendo empregadas domésticas e figuras familiares de avós e tias das crianças. Em um dos casos, a bolsista destacou o papel de uma rede de amigas para o cuidado da filha. Em outro, a pesquisadora salientou:

O auxílio na primeira infância é o que possibilita que você trabalhe. Se não, o que você vai fazer com o filho pequeno? Então, a questão é que no Brasil isso ainda está configurado para ser resolvido na esfera privada. Você não tem creche, não tem onde colocar as crianças, como tem em vários outros países e que deveria ser a política pública adequada. Então, eu acho que esse auxílio com os filhos é absolutamente fundamental, claro, para que você possa trabalhar. (Luíza, PQ-1)

Nascida no interior de São Paulo, onde sua família ainda morava na época, ela destacou que sua sogra e duas empregadas domésticas auxiliaram no cuidado dos filhos, que nasceram em 1988 e 1990, quando ela já fazia parte do corpo docente da UFBA, como professora visitante e substituta, respectivamente.

Esse conjunto de dados não é inédito. O trabalho doméstico não ou mal remunerado é parte importante do modelo ocidental de sociedade⁴⁰ que adotamos e a sua transferência para mulheres de classes sociais menos privilegiadas, negras e/ou de regiões mais pobres e periféricas é amplamente discutida no âmbito dos estudos sobre divisão sexual do trabalho. É o que fazem Hildete Melo e Débora Thomé ao analisarem a relação entre as mulheres e o mundo do trabalho. Para as autoras,

⁴⁰ Radicada nos Estados Unidos, a filósofa e ativista feminista italiana Silvia Federici denuncia a invisibilidade do trabalho doméstico realizado por mulheres, afirmando que ele “[...] é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas.” (FEDERICI, 2019, p. 68)

As mulheres podem escolher ficar em casa cuidando de todos ou contratar outra pessoa para realizar estas tarefas. Mas essa opção tem um preço, usualmente pago pelas famílias mais ricas da sociedade. Além disso, a tarefa normalmente é executada por outra mulher, mais pobre que, por sua vez, não tem a quem designar a mesma função remunerada. (MELO; THOMÉ, 2018, pp. 110-111)

Com isso, e em decorrência da divisão sexual do trabalho e consequente atribuição dos encargos com a maternidade quase sempre exclusivamente às mulheres, o ingresso e a ascensão de mães das classes médias e altas no mercado de trabalho mais qualificado e bem remunerado estão frequentemente relacionados com o subemprego de outras mulheres. Essa não é uma realidade apenas brasileira. Ainda que os arranjos do trabalho doméstico remunerado sejam bastante diferentes ao redor do mundo e, no Brasil, possuam uma dinâmica própria, há um eixo comum entre eles, que é a utilização de mulheres de grupos subalternizados como mão de obra barata, acentuando desigualdades sociais de diversas naturezas.

Se na Europa ocidental, por exemplo, essa atividade é destinada às imigrantes, no Brasil, ela é realizada sobretudo por mulheres negras e, no caso dos estados do sul e sudeste, de origem nordestina, o que reflete e majora as desigualdades raciais e regionais no país. Em um estudo comparativo sobre o mercado de trabalho do cuidado no Brasil e França, Helena Hirata salienta que “[...] o setor do emprego doméstico remunerado e do cuidado é hoje essencialmente constituído por empregadas de nacionalidade brasileira, frequentemente vindas da região Nordeste” (HIRATA, 2016, p. 195) e que essa é uma das especificidades do Brasil. Além disso, a autora destaca outras características, além das migrações inter-regionais, que demarcam a posição dessas mulheres.

Embora a migração interna seja um dado de partida para a maioria dos/as empregados/as do cuidado no Brasil, as trajetórias de vida pontuadas pela pobreza, pelo desemprego e pela experiência do trabalho informal, sem proteção social e sem direitos, são uma constante que marca as trabalhadoras do cuidado nesse país. (HIRATA, 2016, p. 194)

Os dados empíricos desta pesquisa sugerem que essa dinâmica também está presente nas trajetórias de muitas das bolsistas de produtividade. A maioria das pesquisadoras que são mães possuía relações conjugais convencionais com baixa paridade de gênero ou vivia a maternidade solo. Elas consideraram que, além da ajuda de outras mulheres da família, o auxílio de empregadas domésticas para o

cuidado de seus/as filhos/as foi essencial para o desenvolvimento de suas carreiras. Isso nos parece desvelar a importância de privilégios de raça e classe social para a construção de carreiras científicas exitosas, especialmente para contornar as dificuldades impostas às mães cientistas, imersas em um campo que não considera a maternidade como um fator relevante, que não pode ser aferido pelos critérios estabelecidos de produtividade e produção de conhecimento científico.

Essa compreensão é reforçada pela narrativa da única pesquisadora autodeclarada preta que respondeu à pergunta acerca do cuidado com os/as filhos/as. Com uma experiência muito diversa das demais, ela destacou que as dificuldades foram contornadas pelo compartilhamento das atividades com outras pessoas, especialmente na primeira infância. Nesse caso, o auxílio não partia de empregadas domésticas, mas do pai da criança, de familiares e do que a entrevistada chamou de “rede de maternagem”.

Então, foi difícil, mas eu tive muito apoio também. A minha orientadora foi muito solidária. Meu marido me ajudou bastante também naquele momento. [...] minha família ajudou muito, meus amigos ajudaram muito, eu não posso reclamar da minha rede de afetos, muita gente me ajudou. [...] meu companheiro da época e minha família e muitas amigas. Não tem nada mais fantástico do que rede de maternagem. Muitas vezes, quando o pai de Júlia não dava conta ou não podia ficar com ela, eu recorria a muitas amigas, à minha família: “passa o fim de semana com Júlia para eu terminar esse artigo”. Acho que essa é uma frase que eu falei muitas vezes. (Fabiana, bolsista PQ-2, 53 anos)

Por um lado, essa é uma experiência positiva, que cria alternativas para o cuidado na infância que não implicam, necessariamente, na transferência desse trabalho para mulheres de classes sociais mais baixas. Por outro, ela também revela o problema da invisibilidade das questões decorrentes da maternidade nas atividades de pesquisa, pois o cuidado com os/as filhos/as não integra a carreira, sendo tratado como algo que pudesse ser vivido separadamente. Nesse sentido, mesmo as experiências das bolsistas PQ que não são mães possibilitam dimensionar a relevância da maternidade no campo científico. Uma delas, bolsista PQ-1B de 66 anos, salientou que não ter filhos confere “certo privilégio” na carreira. Outra, da área de exatas, afirmou:

[...] eu tenho vários colegas que deixaram de ter filhos, colegas que tiveram filhos muito cedo. Eu tenho uma amiga com quem eu colaboro, ela é uns dez anos mais nova, tem uns 45, 46 anos e o filho dela já

está formado, mas eu me lembro do drama e o drama dela pessoal, porque ela fez a formação dela toda com um menino pequeno. (Iana, bolsista PQ-2 até 2018, 56 anos)

Esse drama, mais relacionado à divisão sexual do trabalho e à compreensão histórica, social e cultural de maternidade, cria um abismo entre as experiências de maternidade e paternidade. Esse abismo, por sua vez, se refletirá nos indicadores de produtividade e excelência acadêmica. Assim, como apontaram os estudos supracitados, o impacto de ter filhos/as não é o mesmo para pesquisadoras e pesquisadores.

Outrossim, além da maternidade, outra dimensão de gênero relevante para o ingresso e a progressão na carreira científica de mulheres é a conjugalidade. Estar ou não casada ou com quem se está casada pode se constituir como um fator importante para a carreira de pesquisadoras.

5.2 O ENTRELACE ENTRE A CARREIRA CIENTÍFICA E AS RELAÇÕES CONJUGAIS

Como a maternidade, a conjugalidade é vivida diferentemente pelas mulheres. Se os impactos negativos da maternidade na carreira podem ser minimizados pela condição racial e de classe de algumas pesquisadoras, a conjugalidade pode não ser caracterizada essencialmente como uma barreira a ser atravessada. Ela pode ser um fator positivo, que lhes favorece profissionalmente, seja no ganho de capitais científico e social, seja na construção conjunta de carreiras exitosas.

Assim, salientar a importância da conjugalidade na construção de carreiras de pesquisadoras não significa dizer que é possível aferir, aprioristicamente, se ser casada afeta positiva ou negativamente a carreira acadêmica de mulheres. O que pudemos perceber com as respostas às perguntas quanto ao estado civil de vinte bolsistas, 25% do total, é que essa dimensão atravessa diferentemente as trajetórias profissionais delas. Assim, para algumas, o casamento se constitui como um fator positivo que propicia/propiciou maior acúmulo de capital científico, o que poderíamos caracterizar como uma vantagem no campo; para outras, é um obstáculo a ser atravessado, que poderia ter frustrado a carreira de pesquisadora, como para Raquel, bolsista PQ-2, que precisou lidar, durante os quinze anos de relação conjugal, com as contradições entre as esferas pessoal e profissional de sua vida. Ela conta que “[...] o

marido, que era companheiro e compreensivo com a minha possível vocação acadêmica, se revelou; quando essa vocação se firmou, ele tomou uma atitude ciumenta, meio persecutória, foi muito difícil...”.

Das vinte pesquisadoras, oito são casadas, três viúvas, cinco solteiras e quatro divorciadas. Desse cenário, algumas observações emergem. A primeira delas diz respeito à natureza peculiar da carreira científica, que demanda dedicação e carga horária de trabalho normalmente maior do que outras profissões. Houve relativo consenso entre as entrevistadas quanto ao uso dos horários de descanso, como fins de semana, madrugadas, feriados e férias, para a realização de atividades acadêmicas, tendo apenas uma delas (bolsista PQ-2) respondido que evita trabalhar aos fins de semana. Muitas mantêm esse ritmo intenso de trabalho inclusive depois da aposentadoria e afirmam que esse estágio da carreira e os “horários de descanso” são momentos oportunos para se dedicarem mais intensamente às pesquisas.

Dessa observação surge outro aspecto importante caracterizador da carreira científica para muitas das pesquisadoras participantes: o isolamento. Algumas bolsistas afirmaram que as suas relações pessoais foram diretamente afetadas pelas suas carreiras, que vivem “[...] de casa pro trabalho” (Carolina, PQ-1B) e que suas atividades são pouco compreendidas por amigos e familiares, o que incidirá diretamente na existência e nas dinâmicas das relações conjugais.

[...] muita gente fora da vida acadêmica não entende um pouco a nossa dinâmica de escrever texto no domingo, de não ir à festa da família no sábado, porque você está pensando sobre aquele argumento, então você precisa. Se você sai, você se desconcentra. Então, muita gente não entende o nosso trabalho, a maneira como a gente precisa se isolar para se concentrar, para tentar desenvolver uma ideia. (Fabiana, PQ-2)

Outra bolsista ressaltou que o isolamento próprio da atividade acadêmica reforçava uma experiência de solidão que lhe acompanhou durante toda a vida, passando da infância às relações afetivas e profissionais. Segundo ela,

Eu sempre dizia que eu era criada de Deus, [...] de que são coisas muito solitárias, solitária na infância, eu cresci com poucas amigas, não tinha chance, e, depois, na maturidade, o marido fechava muito as coisas, eu vivi a vida 12 anos com ele, fora os três entre namoro e noivado e era uma coisa muito ciumenta, muito fechada. (Raquel, PQ-2)

Entretanto, nem todas as experiências conjugais foram avaliadas pelas pesquisadoras como fatores potencialmente obstaculizantes de suas trajetórias profissionais. Das onze bolsistas que são casadas ou viúvas, quatro delas ressaltaram o impacto positivo de suas relações matrimoniais para o desenvolvimento de suas carreiras. Todas elas são ou eram casadas com homens que também atuam em campos denominados por Bourdieu (1996) de intelectuais, uma delas casada com um artista e três delas casadas com outros⁴¹ pesquisadores da mesma instituição.

Casada com um artista residente em Portugal, Sônia atribuiu o sucesso na conciliação entre carreira e relação afetiva às semelhanças entre as atividades artísticas e científicas. A pesquisadora afirmou:

Eu tive sorte também. As relações pessoais dependem muito de quem você encontra [...]. Eu tive sorte. Meu marido é artista, ele trabalha com criação, são coisas parecidas. [...] às vezes, eu estou escrevendo um artigo, ele está pintando um quadro, está fazendo desenho... então, são atividades criativas. (Sônia, PQ-1B)

Contudo, é nas relações com outros pesquisadores que os impactos positivos da conjugalidade se sobressaem. Para algumas das bolsistas, compartilhar a construção da carreira com seus parceiros afetivos significou oportunidades profissionais. Foi o que ocorreu com Iana.

[...] enquanto eu, pro doutorado, eu meio que puxei ele; pro Canadá, ele que me puxou, porque o orientador dele na USP [Universidade de São Paulo] trabalhava com um cara no Canadá, que foi participar da banca, que trabalhava nas coisas que ele trabalhava. Então, eu disse que eu topava ir para a Universidade de Alberta, eu sempre quis ir pro Canadá, essa era uma grande oportunidade.

[...]

Então, a gente estava mais ou menos na mesma fase da carreira e isso foi uma coisa que sempre norteou um pouco a gente. Quando a gente pediu para sair para o Canadá, [nós] pedimos juntos para as mesmas instituições. Quando pedimos para a USP, pedimos juntos. (Iana, bolsista PQ-2 até 2018)

Ainda sobre a sua relação conjugal, ela destacou que esse aspecto foi decisivo para a sua primeira escolha institucional. Após ser aprovada em concursos docentes em duas universidades estaduais da Bahia, uma na capital e outra no interior, ela optou pela universidade na qual seu cônjuge também havia sido aprovado, no interior

⁴¹ Aqui grafada no gênero masculino, pois todas as bolsistas que responderam às perguntas identificaram seus parceiros/companheiros/maridos como homens.

do estado. Essa escolha significou deslocamentos diários para uma cidade localizada a mais de 100km da capital. Apesar disso, especificamente para Elza, a conjugalidade se apresentou como uma variável positiva, mas mais diretamente relacionada com a construção conjunta das carreiras sua e de seu companheiro. Pesquisadores de áreas afins e com posições equivalentes no campo científico, nossa impressão é de que, com a relação matrimonial, houve benefícios mútuos para ambas as carreiras e que o reconhecimento de um favoreceu o outro.

Com outra participante da pesquisa, também houve impacto positivo da relação conjugal na sua carreira científica. Para tanto, dois aspectos foram fundamentais. O primeiro deles é que Elza (PQ-1C) é bolsista de produtividade na mesma área de atuação do seu cônjuge. O segundo e, certamente, mais relevante é que seu companheiro ocupa uma posição notoriamente superior à sua no campo. Uma autoridade científica mundialmente renomada, ele é bolsista PQ-1A, membro da Academia Brasileira de Ciências e da *The World Academy of Science (TWAS)*. Portanto, evidentemente detentor de capital simbólico consistente, que é transmitido para seus estudantes e, mais intensamente, familiares, sobretudo quando estes atuam com os mesmos pares-concorrentes.

Desse modo, ser casada com alguém que acumula tão volumoso capital científico confere vantagens diversas à pesquisadora, podendo facilitar o acesso a instituições mais restritas e a publicações mais prestigiosas. Numa reflexão acerca de sua trajetória, a própria pesquisadora destacou o papel do seu cônjuge para as suas escolhas profissionais. Afirmou:

No início de 1989, fui incentivada por ele a concorrer a uma vaga no Doutorado em [...], que estava sendo criado na UFBa. Esta escolha, concretizada no final do mesmo ano, promoveu a mais radical transformação em minha vida pessoal e profissional, implicando minha mudança (que depois se configurou como definitiva) para a Bahia. (Elza, PQ-1C)

Na ocasião, seu futuro cônjuge era um dos docentes do programa de pós-graduação. Dito tudo isso, é importante salientar que reconhecer e apontar as vantagens advindas do capital simbólico inerente às relações familiares das pesquisadoras não relativiza a importância delas no campo. Nesse caso específico, por exemplo, a bolsista é responsável pela criação de um novo grupo de pesquisa no Instituto ao qual é vinculada, realizando, orientando e coordenando estudos

absolutamente independentes das pesquisas de seu cônjuge. Desse modo, o que queremos destacar é que, por um lado, essa relação familiar/conjugal pode se constituir como uma vantagem e, por outro, ela não constitui a tutela da carreira científica da pesquisadora pelo cônjuge ou, tampouco, uma relativização dos méritos, das estratégias de resistências ou mesmo de outros privilégios mobilizados pelas bolsistas. Essa dinâmica não é exclusiva das bolsistas da UFBA, tampouco do campo científico brasileiro.

Em estudo sobre as laureadas com o Nobel em Fisiologia ou Medicina entre os anos de 1947 e 1988, Luzinete Minella (2017b) traz que apenas duas das cinco pioneiras se casaram, ambas com outros cientistas. A estadunidense Rosalyn Sussman Yalow era casada com Aaron Yalow, pesquisador de física, que havia sido seu colega. Já a bioquímica Gerty Theresa Radnitz Cori era casada com Carl Ferdinand Cori, vencedor do Prêmio Albert Lasker de Pesquisa Médica Básica em 1946, com quem dividiu o Nobel em 1947. Ao estudar as sucessoras, as laureadas entre 1995 e 2015 na mesma área, Minella (2017c) ressalta que quatro⁴² das seis vencedoras são casadas com cientistas.

De volta à UFBA, outra bolsista, essa PQ-1A, também ressalta o impacto profissional de se relacionar com um acadêmico de prestígio. Nesse caso, mais propriamente, o impacto de fazer parte de uma família de acadêmicos altamente reconhecidos. Nora de Milton Santos, vencedor do Prêmio Vautrin Lud, o de maior distinção na área de Geografia, equivalendo ao Nobel, e esposa de Milton Santos Filho, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA e cuja morte precoce interrompeu uma carreira promissora, ela reconhece:

[Fazer parte da família de um dos mais importantes acadêmicos brasileiros de todos os tempos] impactou muito [a minha carreira], em tudo. É maravilhoso! Primeiro, assim, eu acho que tem Milton, mas tem Miltinho também. Miltinho era um brilho intelectual. Eu acho que tão potente, na minha avaliação afetiva, claro, quanto Milton. Então, assim, eram duas figuras realmente impressionantes. O nível de elaboração das coisas, a capacidade de analisar as coisas. Então, viver nessa família é um privilégio, eu não tenho dúvida em relação a isso, de ter casado com Miltinho, um privilégio de todas as ordens e,

⁴² Linda Buck e Elizabeth Blackburn casadas com cientistas de outras áreas; May-Britt casada com um colega que atua nos mesmos grupos de pesquisa; e May-Britt com um historiador das ciências (MINELLA, 2017c).

depois, com Milton também, que sempre era muito estimulante. (Bolsista PQ-1A).

No seu memorial apresentado para promoção a professora titular, ela ressalta a importância do sogro para a delimitação do seu objeto de pesquisa no doutorado.

A realização do doutorado me possibilitou adentrar com mais solidez essas questões. Tendo chegado ao Institut d'Urbanisme de Paris (1981) com um projeto (relativamente confuso) sobre renda da terra, depois de uma conversa estimulante com o prof. Milton Santos, apego-me às questões do território, da centralidade e do bairro como forma de buscar compreender, entre outras coisas, as mediações entre o absolutismo da teoria e as revelações do empírico. (Bolsista PQ-1A).

Apesar da especificidade no que concerne ao grau de reconhecimento de Milton Santos, a dinâmica que diferencia as relações pessoais das profissionais/científicas também pode ser observada nos outros casos. Estamos, aqui, diante de uma excepcionalidade de grau, mas não de forma. Quanto à distinção dessas relações, a pesquisadora continua:

[...] ao mesmo tempo, você está em um outro registro, você não está no registro de uma mesa de congresso, nem de uma banca de dissertação, você está num registro que te acolhe. Então, isso é importante também de entender, que não tem essa dimensão do público quando você está vivendo no privado, você tem o registro do público, mas o que está acontecendo ali está regulado pela esfera afetiva também. Você está sendo acolhido. Para você pertencer àquele lugar você não precisa passar por um exame de qualificação acadêmico, a sua qualificação é afetiva. (Bolsista PQ-1A).

A fala da pesquisadora evidencia que a relação que se estabelece na esfera familiar (ou afetiva) carrega certo benefício em relação àquelas que se estabelecem no campo científico propriamente dito, como em orientações de teses e dissertações. São relações de natureza distintas e que impactam diferentemente a formação desses indivíduos e, principalmente, o poder simbólico que carregam.

Além de todas as outras dimensões envolvidas, esse é um aspecto que se relaciona diretamente com a noção de *habitus* desenvolvida por Bourdieu, pois se o capital imaterial acumulado pelas pesquisadoras é comumente incorporado desde a infância, a partir de “determinantes sociais das oportunidades de acesso às posições ocupadas” (BOURDIEU, 2017, p. 68), ele pode, posteriormente, ser consolidado e majorado pelas relações afetivas que serão estabelecidas.

5.3 “É UM CAFÉ DA MANHÃ, É UM CAFÉ DA TARDE, É UM ALMOÇO”: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A FORMAÇÃO DO *HABITUS*

A formação do *habitus* extrapola o capital escolar, o capital econômico, o capital social e o capital cultural herdados e está relacionada, também, às origens geográficas e sociais de certo indivíduo, se manifestando por uma trama complexa de variáveis que pertencem à esfera simbólica e, simultaneamente, se inscrevem no corpo e nas posturas mais elementares, desde o sotaque, o uso da norma culta durante a fala ou a escrita, a familiaridade com determinadas temáticas, o modo de se vestir, andar e, essencialmente, quaisquer outras características que são evidenciadas socialmente. Assim, embora não seja, indubitavelmente, adquirido “por nascença”, é, decerto, formado a partir dos primeiros instantes de vida, com, por exemplo, a escolha do nome, que lhe acompanhará⁴³ e marcará um conjunto de posições: geográfica, de classe, cultural, étnica racial, social etc.

Assim, o *habitus* faz parte dos muitos determinantes sociais e capitais que podem ser mobilizados para a construção de carreiras exitosas. Certamente, o capital escolar, reconhecido por algumas das entrevistadas quando qualificaram a excelência das instituições que frequentaram, é parte importante do capital inicial dessas mulheres e, também, da constituição do *habitus*. Uma das bolsistas PQ-1A, por exemplo, oriunda de uma escola pública sediada no sudeste nos anos 60, ressaltou que teve “formação básica de francês, de inglês, já durante o que hoje se chama Ensino Fundamental”. Segundo sua avaliação, “[...] a escola pública foi absolutamente fundamental, embora conservadora.” Ciente do papel da instituição escolar na sua formação, a bolsista concluiu: “Eu, sem o ensino público [...] nos anos 60, não seria eu.” Na Bahia, outros estabelecimentos escolares públicos foram ressaltados pelas pesquisadoras, com algum destaque para o Colégio de Aplicação, vinculado à UFBA⁴⁴.

Uma das bolsistas, que estudou nessa reconhecida instituição, destacou a importância do Colégio de Aplicação não apenas na sua formação, em sentido estrito, mas, também, na aquisição de capital social. O colégio era frequentado por muitos/as

⁴³ Pelo menos durante os seus anos iniciais de vida.

⁴⁴ O Colégio de Aplicação da UFBA funcionou entre os anos de 1949-1976 e foi uma referência de qualidade educacional durante o seu período.

filhos/as de professores da UFBA e foi lá que Sônia conheceu uma amiga cujo pai, professor da Escola de Medicina, seria uma importante influência para seu ingresso na carreira médica e acadêmica. Segundo a pesquisadora,

Ele organizou um clube de ciências quando eu estava no ginásio e eu participei. Foi também um pouco um estímulo, nós fazíamos pesquisa. De uma forma bem rudimentar, eu cultivava cebolas para estudar mitose em casa. Nós íamos assistir autópsia, porque ele era médico patologista e, também, tínhamos aulas com estudantes de medicina. (Sônia, bolsista PQ-1B)

Ainda sobre o Colégio de Aplicação, Sônia ressalta a qualidade e a exclusividade da instituição:

Era uma escola pública especial. Era uma escola pública e o exame de admissão difícil, mas minha mãe estudou comigo e com a minha irmã. Tanto eu quanto a minha irmã [também professora da UFBA] estudamos lá no Aplicação [...] nós passamos um ano, era quase um vestibular. Entrei com 10 anos no ginásio. Passei os nove anos estudando como se fosse fazer vestibular. Eram só 30 alunos. Eram quase todos filhos de professor, mas era uma escola experimental. Era uma escola da UFBA, tinha excelentes professores, eu tive uma excelente formação em matemática, por um lado, que me habilitou para a pesquisa quantitativa, foi uma base matemática que ficou. Física, química... Tínhamos aula de física e química em laboratório. Biologia, experimento de biologia. E tinha a parte de ciências humanas muito crítica, uma história crítica. Nós tínhamos clube de debate, havia uma grande participação política dos estudantes. [...] Então, tinha um clima de debate político e crítico em relação às ciências sociais. (Sônia, bolsista PQ-1B)

Para as pesquisadoras de classes médias e altas, as instituições escolares tiveram papel de destaque em suas formações e na aquisição de capitais iniciais, como destacaram não apenas Luíza e Sônia, mas, também, Lana, Verena e Julieta. Essas instituições participaram também do processo de formação do *habitus* dessas mulheres, ainda que, para isso mais especificamente, e para as suas futuras escolhas profissionais, o papel da família tenha sido essencial. Luíza, Sônia e Lana, por exemplo, destacaram o importante papel de familiares acadêmicos, como tias, tios e pais, para a aproximação com a carreira científica. As três destacaram, ainda, que suas mães, que possuíam grau de escolaridade menor do que a dos pais e de outros membros da família, foram figuras fundamentais para a valorização da educação em suas trajetórias. Nesse sentido, Luíza afirma:

Minha mãe estudou até o quarto ano primário. Ela tinha uma verdadeira fixação pela educação e essa fixação da minha mãe pela

educação eu acho que vinha de duas coisas, o primeiro que durante o tempo que ela estudou, ela foi muito boa aluna. [...] mas, além disso, tinha uma coisa do lugar social que ela sobretudo ocupava, tinha todo um sentimento de discriminação [...]. Então, para minha mãe, com duas filhas, a questão da educação era algo assim... era ponto de partida, era uma forma de ser respeitada socialmente. (Luíza)

A ênfase quanto ao papel da mãe na educação das filhas e no desenvolvimento do gosto pela leitura, mesmo em famílias em que o pai tinha maior nível de escolaridade, é reiterado por Sônia:

Ela teve logo que trabalhar para sobreviver, ela não chegou a ser professora universitária, era professora de segundo grau, mas minha mãe sempre foi uma grande leitora, estimulou muito o gosto pela leitura e eu desde cedo gostava de estudar. Eu acho que essa é uma característica de quem quer ser pesquisador. Gostar, ter prazer de estudar, de ler. (Sônia)

Ao nosso ver, a importância da figura materna na construção dessas disposições, que permeiam o *habitus*, está diretamente relacionada à divisão sexual do trabalho no âmbito familiar, que atribui à mãe o encargo da educação de filhas e filhos, passando-lhes os valores familiares. Por isso, esse papel materno se dissipa na experiência das pesquisadoras de origem popular, cujas famílias possuíam baixíssimo grau de formação escolar. Nesses casos, como ressaltaram Carolina e Fabiana, os professores foram as figuras fundamentais que incentivaram a leitura e o ingresso na universidade, mesmo em instituições escolares avaliadas pelas pesquisadoras como instituições com baixa qualidade de ensino. Para uma delas, as escolas nas quais estudou “Eram péssimas [...] Era uma estrutura curricular extremamente voltada para uma formação de atendente de loja. A grande ambição do curso era formar bancários.” (Fabiana, PQ-2, negra).

A baixa escolaridade dos familiares e a deficiência do ensino nas escolas frequentadas fazem com que as trajetórias de Carolina e Fabiana sejam excepcionais e bastante dependentes de um conjunto de disposições próprio para as atividades intelectuais, como ambas ressaltaram o grande interesse pela leitura e pelos estudos desde muito jovens, como destacou Fabiana ao lembrar: “eu era sempre muito CDF [estudiosa], todo mundo sabia que eu gostava de estudar. Então, ficou essa lenda: ‘ela gosta de estudar’, mas não tinha nenhum deslumbramento em relação a isso”. Sobre sua experiência e sua relação com o campo artístico, Carolina, pesquisadora nessa área, relata:

Na verdade, eu venho de uma família muito pobre. A minha tia que me educou era lavadeira, lavadeira ou empregada doméstica. Então, [...] ninguém nunca me levou ao teatro, ninguém nunca me levou ao cinema, nunca tinha visto um espetáculo de dança, mas eu era a diretora artística de todas as festas que tinham durante toda a minha escola primária [...]. Eu organizava dança, eu organizava a música, o teatro também. Era tudo eu. Em todas as solenidades eu estava lá como orientadora. Então, se precisava organizar algo, me colocava na frente que eu levava todo mundo. (Carolina, PQ-1)

No que concerne às trajetórias das pesquisadoras de origem popular, as disposições para as atividades intelectuais eram fatores fundamentais que permitiram o ingresso na carreira científica. É a partir delas que essas bolsistas contornaram suas condições materiais de existência para alcançarem horizontes mais longínquos. Entretanto, essas disposições também puderam ser observadas nas outras pesquisadoras, como destacam as bolsistas Luíza, Julieta e Raquel.

Eu sempre gostei muito de estudar, sempre, muito muito muito. E de ler, muito muito, li muito. Assim, estudei muito e era algo que me dava muito prazer. Eu acho que tive dois momentos, inclusive. Um primeiro momento, que é o momento do conhecimento como sendo a conquista de uma esfera mais abstrata e que te tira daquele lugar onde você está. (Luíza, PQ-1)

Eu sempre fui uma ótima aluna, tirava notas ótimas em tudo e gostava muito tanto de português quanto de matemática, mas eu gostava muito de ler e, desde pequena, meu pai comprava livros, desde pequena eu peguei aquela coleção de Monteiro Lobato. Então, os livros iam saindo e eu ia lendo. Eu lia muito. É verdade que eu não gostava de fazer nada dentro de casa e minha irmã dizia que eu me escondia em algum lugar e ficava lendo e não trabalhava. Às custas desse pouco trabalho em casa, ela trabalhava (ela tinha quase a minha idade) e eu ficava lendo. (Julieta, PQ-1)

Eu sempre fui boa aluna, eu era muito estudiosa, eu sentia prazer de estudar, de ler, essas coisas. [...] no meu primeiro dia de escola, eu já tinha olhado o livro e já tinha soletrado os nomezinhos que tinham na cartilha. [...] Então, eu sempre que fui distinguida como estudiosa nas duas escolas. (Raquel, PQ-2)

O gosto pela leitura e pelo estudo formal é narrado por oito das pesquisadoras entrevistadas. Elas ressaltaram essas características suas como importantes para a escolha pela vida acadêmica e para o sucesso no campo científico. O que diferencia substancialmente as experiências desses dois grupos de bolsistas, as de origem popular e as de classes sociais privilegiadas, é que, para o primeiro, as disposições assumem um papel de protagonismo; é a partir delas que essas pesquisadoras mobilizam seus esforços na construção de uma carreira acadêmica. Para as

pesquisadoras do segundo grupo, ao contrário, as disposições são vantagens coadjuvantes na constituição do *habitus*, que operam somadas a outras, como os privilégios de classe social, os capitais iniciais escolares e sociais.

Embora tenhamos iniciado essa seção afirmando que a formação de *habitus* extrapola o capital escolar, o capital econômico, o capital social e o capital cultural herdados, é certo que esses são elementos importantes para tal formação. Isso porque, para Loïc Wacquant (2017), o *habitus*, no sentido bourdieusiano, se relaciona com

[...] o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de *disposições* duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente. (WACQUANT, 2017, p. 214)

Essas disposições são adquiridas a partir de práticas anteriores e internalizam as estruturas sociais. Para Bourdieu (2002, p. 167), *habitus* pode ser entendido como [...] um sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações*.” Desse modo, o *habitus* é, concomitantemente, estruturado e estruturante; é estruturado por meio sociais e práticas passadas e estruturante de práticas, representações e ações presentes (WACQUANT, 2007).

Dito isso, surgem duas discussões que nos parecem interessantes: a) a relação entre o capital científico herdado e o *habitus*; e b) a relação entre a família das pesquisadoras e o campo científico. Quanto à primeira discussão, notamos que muitas das bolsistas PQ herdaram o capital científico de ascendentes (pais e avós) acadêmicos e, também, estabelecendo uma analogia entre a família e o campo científico, de seus/as orientadores/as. Esse capital científico é transmitido, normalmente, entre diferentes gerações⁴⁵ e, por ser profundamente vinculado ao capital social dentro do campo, é irrenunciável. O *habitus*, por sua vez, é construído complexamente e gera, comumente, tanto a percepção externa de que se pertence a determinados espaços sociais como a individual de pertencimento àquilo. Ele se

⁴⁵ Excepcionalmente, o capital científico pode ser transmitido de modo intergeracional, quando, por exemplo, uma/um das/os irmãs/ãos possui notório reconhecimento dos pares e, portanto, autoridade científica em determinada área.

relaciona, como vimos, às experiências passadas e às ações presentes do indivíduo. Assim, ao mesmo tempo em que ele deriva da herança cultural advinda da família e da inculcação de valores das gerações antecedentes, é formado com as relações institucionais e pessoais desenvolvidas ao longo da vida.

Temos, por exemplo, Iana. Filha, neta e irmã mais nova de pesquisadores/as, a fala dela evidencia a força da herança imaterial inculcada que torna parte de si a escolha pela carreira acadêmica:

Se você perguntar o histórico das minhas irmãs, eu tenho uma irmã que é médica, ela é professora da Universidade já aposentada [...]; minha outra irmã, ela segue carreira acadêmica, mas ela entra na universidade pública mais velha, mas também seguindo carreira acadêmica. Então, era mais ou menos esperado, até porque eu diria que essa influência acadêmica não vinha só de meu pai, a minha mãe era filha de professor universitário, o pai de minha mãe foi professor do meu pai e era uma figura do tempo de Edgard Santos [primeiro reitor da UFBa], contemporâneo ali do início da universidade. Ele era uma figura extremamente acadêmica. [...] Então, esse perfil influenciou, inclusive, primos meus, eu tenho uma prima que é professora da USP, uma outra prima da FIOCRUZ. Então, esse espírito, ele rondava sempre, como muito permanente. (Iana)

A importância da filiação no campo científico também é reforçada nas relações entre as pesquisadoras e seus descendentes. Quatro das seis bolsistas que falaram sobre a escolha profissional dos/as filhos/as informaram que estes seguem ou seguiram a carreira científica, ainda que em áreas distintas das suas. É o que destaca Elza, cuja filha mais nova concluiu, recentemente, mestrado na mesma instituição:

Minhas duas filhas nasceram durante o doutorado e a mais nova afirmava: “quando crescer vou fazer uma tese”. A julgar pelas escolhas profissionais das duas, o modelo de mãe pesquisadora teve alguma influência positiva e, em que pese o cansaço e a falta de sono, parece ter prevalecido para elas a imagem de satisfação com a minha atividade profissional. (Elza, PQ-1C)

Essa influência também pode ser depreendida da experiência de Luíza. Esposa e nora de acadêmicos, ela informou que seus dois filhos optaram pela vida acadêmica. A mais velha concluiu o doutorado na França e retornou à UFBa, onde se graduou e cursou mestrado e, hoje, é pesquisadora. O filho mais novo, por sua vez, cursa pós-graduação na mesma área do seu genitor. Sobre a relação entre sua carreira e a carreira de seus filhos, ela afirmou:

Eu acho que são experiências de vida e nessas experiências de vida você vai definindo que horizontes são aqueles que te parecem mais interessantes, mais promissores. Claro que você conhecendo o que é que é essa vida acadêmica... [...] Pra eles, o fato de eles verem esse movimento, como é que acontece, onde você vai, que círculos de amizades você tem [...] Então, eu acho que a experiência deles traz isso como possibilidade. (Luíza, PQ-1)

Ter a carreira acadêmica como possibilidade desde cedo, um horizonte vislumbrável, é um privilégio gozado por poucas pessoas, em especial por aqueles/as oriundos/as de famílias de pesquisadores/as. Daí surge a segunda discussão que anunciamos: a relação entre a família das pesquisadoras e o campo científico. Se algumas das bolsistas ingressaram na carreira com capitais científico e social herdados, outras são as primeiras de suas famílias a desbravarem um terreno que ainda permanece como desconhecido para os seus. Isto foi narrado por Verena quanto à sua experiência com os pais, os irmãos e os amigos:

[...] até hoje a minha mãe não entende o que eu faço. A maioria dos meus amigos, ninguém entende. Quando eu fazia mestrado e doutorado, falavam "nossa, mas você ganha pra estudar?". Eu acho que ninguém entende o que a gente faz na verdade, né? E minha família é a mesma coisa, ninguém entendia o que eu faço. [...] minha mãe não estudou, meu irmão também mal terminou o segundo grau, fez supletivo, então eles não entendem muito bem o que eu faço não. Até as minhas primas que têm um pouco mais de instrução também têm dificuldade, elas acham que eu vou lá, dou a minha aula... E no mestrado e doutorado ninguém entendia o que eu fazia. "Como que ela consegue ganhar lá aquela bolsa pra poder fazer mestrado, estudar?". Ninguém entende que a gente trabalha igual a um cachorro e fica acordada de madrugada... ninguém entende isso, é muito difícil explicar. (Verena, PQ-2)

A não compreensão das atividades acadêmicas pela família foi ressaltada pelas pesquisadoras oriundas das classes sociais mais baixas. Duas delas contam que esse desconhecimento lhes possibilitou maior autonomia e liberdade na escolha de suas carreiras, pois recaía sobre elas uma expectativa profissional em um espectro bastante limitado, certamente afastado das carreiras tidas como mais intelectualizadas. Entretanto, esse aspecto positivo pontual tem um contraponto penoso, que é a excepcionalidade dessas carreiras, que estão mais sujeitas aos obstáculos impostos pelos marcadores de classe, raça, gênero e geopolítica. Para Fabiana, pesquisadora negra e de origem popular,

[...] a família só foi entendendo depois o que é que aquilo significava, o que de certa maneira é bom também. Não tinha nenhum

deslumbramento. Tem uma coisa até muito interessante quando não há uma expectativa muito grande a respeito da trajetória de alguém, é que qualquer coisa que você faça, tudo o que você faça, vai significar uma vitória. [...] eu acho que eles só começaram a entender isso quando veio o lançamento do livro, as entrevistas, os vídeos, quando eu comecei a participar de debates mais públicos. (Fabiana, PQ-2)

Também sobre esse desconhecimento em relação à sua carreira, Carolina conta que sua tia-mãe, empregada doméstica e lavadeira, não tem noção suficientemente desenvolvida de quais são as suas atividades enquanto pesquisadora. Segundo ela,

Eles [os tios-pais] não entendem, eles não fazem muita pergunta, não entendem. A minha tia insistiu bastante para saber sobre o meu doutorado e deu até motivo de piada. Logo quando eu voltei da França, ela queria que eu explicasse e eu falei que era Literatura comparada. "E o que é que faz um doutor em literatura comparada?". Aí eu fui dizer que eu estudei o teatro. "Mas não era literatura e é teatro?". Aí, no final, ela perguntou "mas que diabo de doença é essa?". Também, são universos bastante... só pra você ter uma ideia, na viagem que fiz pra cá, ela perguntou se eu trabalhava. Eu respondi que eu tenho bolsa, que eu trabalho para a minha tese. Ela perguntou o que eu fazia, eu falei que passo o dia estudando, escrevo artigos. "Sim, e você ganha pra fazer isso?". Uma desvalorização total, mas inocente, não é essa desvalorização perversa aí que o atual governo faz com a gente, né? É uma incompreensão absoluta desse capital, da função do conhecimento como produtividade mesmo. (Carolina, PQ-1)

Essa desvalorização também se dá em outras classes sociais, pois a carreira científica no Brasil não é vista como uma boa escolha pelas famílias de classes altas não formadas por acadêmicos, o que é evidenciado pela fala de Sônia. Indagada quanto à receptividade por sua família de sua escolha profissional pela carreira de pesquisadora, ela respondeu: "Foi uma decepção! A expectativa era... eles tinham uma filha médica, né? [...] sempre houve uma frustração de eu não assumir o papel de médica na família" (Sônia, PQ-1B).

Desse modo, o *habitus* é mais definidor para a construção da carreira científica do que as classes sociais puramente consideradas (embora não as contradiga, mas, ao contrário, guarde com elas estreita relação) e faz parte de um currículo implícito, oculto, que pode impulsionar a construção dessa carreira científica de forma exitosa. Podemos observar isso com o relato de uma das duas pesquisadoras 1A da UFBA. Nora de Milton Santos, ela afirmou:

[...] às vezes, eu me dou conta de que tem muitas das coisas de Milton [Santos] que eu sei que eu não li; na verdade, é como se tivesse se incorporado, é um café da manhã, é um café da tarde, é um almoço, é uma... é curioso. Às vezes, eu vou procurar coisa que eu sei que eu sei, mas eu falo "mas onde?". Em geral, quando você lê algo que te marca, você se lembra de onde vem a referência, né? (Bolsista PQ-1A)

A fala da pesquisadora é bastante representativa de algumas das características importantes da construção do *habitus*. A primeira delas é que é um fenômeno cujo processo é cotidiano, com transmissão de valores e capitais inconscientemente, “*é um café da manhã, é um café da tarde, é um almoço*”, e permanentemente. A segunda é que essa transmissão se dá mais fortemente na esfera privada, sobretudo na convivência familiar, e quanto maior for a proximidade, mais ela acontece. Além disso, outro elemento relevante é que há uma “naturalização” do *habitus*, que passa a ser parte constitutiva do indivíduo, “*como se tivesse se incorporado*”.

Como dissemos, embora *habitus* e classe social sejam variáveis importantes (e altamente relacionadas) para a conquista de capital científico, um dos paradoxos evidentes é que pertencer a classe social privilegiada não significa, necessariamente, obter vantagens para enfrentar o conjunto de experiências do indivíduo para adentrar o campo científico, já que essas experiências não se encerram apenas no domínio deste campo especificamente. Pertencer a uma classe social média baixa, por exemplo, pode constituir uma menor expectativa de que o indivíduo se dedique a carreiras de alto prestígio e alta remuneração, como em medicina, em direito ou nas engenharias, e, ao mesmo tempo, obter apoio familiar para o ingresso em carreiras de menor prestígio e o posterior desenvolvimento da carreira acadêmica dentro desses campos, ainda que esse apoio não emergja necessariamente de uma total compreensão dessas dinâmicas específicas. Isso, obviamente articulado com uma série de outras variáveis, como a aquisição posterior de capital social, cultural e científico, podem permitir a construção de uma trajetória acadêmica exitosa com mais facilidade e menor enfrentamento de barreiras para pesquisadoras oriundas de classes sociais baixas e de famílias sem inserção prévia na academia.

Além desse, os demais dados empíricos apontam outros paradoxos, como a maternidade, que, em um contexto de divisão sexual do trabalho, afeta diferentemente

as carreiras de mulheres que precisam conciliar integralmente as atividades de pesquisa com o cuidado das crianças e as carreiras daquelas que podem delegar esses cuidados a outras mulheres. Apontam, também, para as contradições das relações conjugais, indicadas na seção anterior. Enquanto o casamento impulsionou a carreira de algumas das bolsistas participantes desta pesquisa, outras tiveram suas carreiras postergadas em função das dinâmicas de suas relações matrimoniais, muitas vezes afetadas pelas desigualdades de gênero.

Esses três aspetos, o *habitus* divergente com o campo científico, a maternidade e a conjugalidade, são, tipicamente, vistos apenas como sinuosidades do labirinto de cristal ao qual as mulheres cientistas são sujeitadas. Entretanto, o que podemos observar é que eles podem se constituir como obstáculos ou vantagens a depender da trajetória singular de cada pesquisadora.

A matemática Emmy Noether
tinha esta silhueta:



Einstein a descreveu como o
mais criativo gênio matemático...
desde a criação das mulheres,
não desde a criação do mundo, é
óbvio. Ela não era paga nem nada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[o trabalho] é uma maneira que eu tenho de sentir, de ter um diálogo com a vida. [...] uma vez até um colega disse "ah, você só trabalha com coisas que têm a ver com a sua vida", disse como crítica, e eu disse "mas eu acho que eu tento resolver também a minha vida". [...] Então, era uma maneira de enxergar minha vida e de enxergar mais longe essas coisas que outras mulheres estariam vivendo, que eu também estava vivendo. Não era uma coisa individualista, restrita, era também pensando na minha parcela de ver o mundo no meio de muitas outras. (Raquel, PQ-2)

Dos muitos desafios de elaborar uma tese talvez esse seja o mais inquietante: escrever aquelas que são as considerações finais. Com o intuito de amenizar a responsabilidade de concluir um trabalho que é, antes mesmo de ser acadêmico, uma parte importante do meu próprio curso de vida, prefiro que esta seja uma seção destinada a, por um lado, destacar brevemente alguns dos aspectos mais importantes do estudo, na expectativa de que ela seja redundante – o que, de certa forma, indica que os capítulos antecessores cumpriram a sua função.

Por outro lado, o papel dessa despedida (MACÊDO, 2008) é, também, encorajar que outros estudos se dediquem a esse debate, sobretudo contemplando as muitas lacunas que não consegui preencher. Assim, retomo Eco (2016) para reconhecer que foi preciso me ater a certos limites modestos para a elaboração deste trabalho, ciente de que ainda há muito a ser feito por mim e por outros/as pesquisadores/as do campo. Em outras palavras, esta tese almeja mais levantar questões do que resolvê-las, advogando que a análise da conquista de capital científico pelas pesquisadoras deve ser feita a partir do reconhecimento da

complexidade dos fatores que afetam a participação das mulheres no campo científico. Para tanto, faz-se necessário compreender as interseccionalidades que constituem a encruzilhada onde essas pesquisadoras se encontram e como a articulação de todas essas vias resultou em uma carreira científica exitosa.

É da articulação desses fatores que deriva o lugar ocupado pelas bolsistas PQ no campo e, também, no mundo social. Elas são atravessadas por diversos sistemas de opressão, que se combinam e atuam distintamente na experiência de cada uma delas, formando trajetórias singulares, como reiteramos ao longo desta pesquisa. Entretanto, a singularidade dessas trajetórias (ou do resultado da articulação dessas muitas dimensões experienciadas pelas pesquisadoras) não é uma característica que atribui exclusivamente ao indivíduo o protagonismo na aquisição de capitais e, nesse caso, de autoridade científica. Essas trajetórias estão intrinsecamente relacionadas às dinâmicas sociais amplas e estruturais, que, ao contrário, criam combinações particulares e possibilitam que umas e não outras mulheres alcancem a prestigiosa posição de bolsista de produtividade em pesquisa.

O que pudemos observar é que as posicionalidades, as disposições e as condições sócio-históricas de possibilidade forjaram trajetórias individuais bastante distintas, mas sempre marcadas (ainda que mais ou menos fortemente) pelas relações de gênero. Os dados da UFBA e nacionais analisados apontaram para flagrante desigualdade de gênero que ainda mantém as mulheres com cerca de apenas um terço do total de bolsas disponibilizadas. Esse cenário se agrava ainda mais quando considerados cada um dos níveis bolsas isoladamente, pois a proporção de mulheres em relação a homens diminui à medida em que aumenta o nível da bolsa, e quando analisados os dados de uma instituição situada no nordeste, que é pouco contemplada por bolsas PQ, se compararmos com as instituições do sudeste do país.

Em um universo tão restrito e excludente quanto o campo científico, a presença de mulheres está relacionada a uma série de fatores, desde os contextos históricos e políticos do país a estratégias das quais as pesquisadoras lançam mão no desenvolvimento de suas carreiras, muitas delas possibilitadas pela mobilização de privilégios⁴⁶. Como vimos, esses privilégios podem minimizar as desigualdades às

⁴⁶ Nesse trabalho, pudemos observar o papel fundamental da mobilização de alguns privilégios, tais como os de classe, raça e etnia, de posição geopolítica e outros que são tanto oriundos de uma herança

quais estão submetidas as mulheres cientistas, possibilitando que algumas das mais bem sucedidas pesquisadoras sejam contempladas com bolsas de produtividade em pesquisa e, mais raramente, com bolsas da categoria 1. É o que ocorre com a vivência da maternidade por pesquisadoras, que, por exemplo, pode ser ressignificada em casos de pertencimento a uma classe social elevada. Outro aspecto igualmente importante de ser analisado é a conjugalidade, que afeta de maneira distinta as pesquisadoras e está absolutamente relacionada à história de vida de cada uma delas. Os dados indicaram que estar casada pode significar uma vantagem para o desenvolvimento da carreira científica de algumas mulheres ou um obstáculo contundente, que retarda ou mesmo impossibilita o ingresso e a permanência delas no campo.

Desse modo, reiterando que cada uma das dimensões da vida é informada pelas outras dimensões e ressaltando as especificidades das trajetórias científicas analisadas neste estudo, salientamos que os dados apontam para a persistência de processos androcêntricos de validação dessa forma de conhecimento que ainda favorecem significativamente um acesso prioritário aos pesquisadores homens, que adquirem mais facilmente capital científico, sobretudo se combinados os privilégios de gênero com outros, como os de classe e o étnico-racial. Eles são a maioria entre bolsistas de produtividade, ocupando expressivamente os níveis mais elevados de bolsa, como discutimos amplamente no quarto capítulo deste trabalho.

Por isso, afirmar que algumas pesquisadoras criaram estratégias a partir da mobilização de disposições e de privilégios não é relativizar a conquista de autoridade científica por elas, sobretudo porque *essa articulação entre estratégias e privilégios também é feita pelos pesquisadores homens, que sempre possuem, ao menos, os privilégios advindos das relações de gênero*. Ao contrário, desvelar essas dinâmicas é reivindicar que muitas outras mulheres poderiam ocupar esse lugar no campo científico e não o fazem por não possuírem tais privilégios.

De fato, a articulação masculina de privilégios, pensada de modo mais ampla, separada de considerações mais específicas relativas a classe, raça/etnia e sexualidade, e quando pensada em torno das vantagens relacionadas com o campo

imaterial quanto conquistados *a posteriori*, como, por exemplo, a formação do *habitus* e a construção de relações sociais e/ou afetivas condizentes com o campo científico.

científico, permanece uma questão em aberto. Como os homens pesquisadores que obtêm os mais altos graus de reconhecimento científico mobilizaram seus privilégios e agem estrategicamente no caminho de obtenção deste capital simbólico? Aqui, para desvelar essa dinâmica, uma abordagem interseccional pode se mostrar frutífera ao permitir aprofundar, também, a análise das carreiras científicas de homens.

Quanto às mulheres, o pequeno número de pesquisadoras PQ, sobretudo no nordeste, onde as bolsas são escassas, é um fator importante para pensarmos não apenas em como elas conseguiram atravessar o “labirinto de cristal” e adquirir reconhecimento dos pares-concorrentes, mas, também, deve nos fazer questionar: a) quem são as excelentes pesquisadoras que se perderam nas sinuosidades desse labirinto e nunca alcançaram tal reconhecimento; b) como podemos borrar essas barreiras, possibilitando que mais mulheres ingressem no rol seleto de autoridades científicas; e c) quais são os impactos da exclusão sistemática de pesquisadoras mulheres para o desenvolvimento científico do país.

Marie Curie escolheu um vestido de casamento escuro que depois pudesse ser usado em seu laboratório, evidenciando uma compreensão lamentável da natural frivolidade feminina.



REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Revista Estudos Feministas**. Vol.20, n.1/2012, pp. 95-117.

ALBORNOZ, Mario et al. **Las brechas de género em la producción científica Iberoamericana**. Observatorio Iberoamericano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad de la Organización de Estados Iberoamericanos (OCTS-OEI). Papeles del Observatorio n. 09. Buenos Aires, 2018.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Avaliação e financiamento de Instituições de Educação Superior**: uma comparação dos Governos FHC e Lula. Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB, v. 4, n. 3, p. 321-336, set./dez. 2009.

ANTECOL, Heather; BEDARD, Kelly; STEARNS, Jenna. Equal but Inequitable: Who Benefits from Gender-Neutral Tenure Clock Stopping Policies. **American Economic Review**, 108(9), 2018.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ASTEGIANO, Julia; SEBASTIÁN-GONZALEZ, Esther; CASTANHO, Camila de Toledo. Unravelling the gender productivity gap in science: a meta-analytical review. **Royal Society Open Science**. Londres, v. 6, 2019.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, 2008.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458, 1995.

BARATA, Rita Barradas; GOLDBAUM, Moisés. Perfil dos pesquisadores com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq da área de saúde coletiva. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 19, p. 1863-1876, 2003.

BARBIERI, José Carlos. **Ciência e Tecnologia no Brasil: uma Nova Política para um Mundo Global**, 1993. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/scipol/cnpq.pdf>>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 3 ed., volumes I e II, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BILGE, Sirma. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. **Revista Feminismos**, Salvador, vol. 8, n. 3, 2018.

BLAY, Eva Alterman. Mulheres cientistas: aspectos da vida e obra de Khäte Schwarz. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2010, vol.18, n.2, pp.473-489.

BORDO, Susan. A feminista como o Outro. **Revista Estudos Feministas**, vol. 8, n. 1, 2000, pp.: 10-29.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39. p. 122-155, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria prática**, precedido de três estudos de etnologia Cabila. Trad. Miguel Serras Pereira. Oeiras, Celta Editora, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. (coord). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 9. ed., p. 693-713, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 70, 2014a.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: edições 70, 2014b.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 8. ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **homo academicus**. 2. ed., Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 8. ed., Petrópolis: Vozes, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. **Lei n. 4.533 de 08 de dezembro de 1964**. Altera a Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**, UNICAMP, Campinas, n. 13, p.191-221, 1999. (Dossiê Gênero em Gerações).

BRITTO DA MOTTA, Alda. Teoria de Gerações na perspectiva de gênero. In: Maria Helena Santana Cruz; Amy Adelina Alves. (Org.). **Feminismo, Desenvolvimento e Direitos Humanos**. 1 ed., v. 1, Aracaju, 2005.

BRITTO DA MOTTA, Alda e WELLER, Wivian (orgs). A Atualidade do Conceito de Gerações na Pesquisa Sociológica. Dossiê. **Revista Sociedade e Estado**. UNB, Brasília, v. 25, n. 2, 2010.

BRITTO DA MOTTA, Alda. A Juvenilização atual das idades. In: **Revista Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, v. 25, n. 2, 2012.

CABRAL, Carla Giovana. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 63-97, 2006.

CAFÉ, Anderson *et al.* A elite acadêmica da Sociologia no Brasil e sua produção científica. **Informação & Informação**. Londrina: UEL, v. 16, n. 3, p. 19-39, 2011.

CARDOSO, Claudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, set.-dez., 2014.

CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, 2011.

CARVALHO, Marília Pinto de; SILVA, Viviane Angélica. Ser docente negra na USP: gênero e raça na trajetória da Professora Eunice Prudente. **POIÉSIS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação** (Unisul), v. 8, 2014.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimias de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, p. 57-73, 1992.

CAVALCANTE, Raika Augusta et al. Perfil dos pesquisadores da área de odontologia no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo, v. 11, p. 106-112, 2008.

CECH, Erin; BLAIR-LOY, Mary. The changing career trajectories of new parentes in STEM. **Proceedings of the National Academy of Sciences**. Vol. 116, n. 10, 2019.

CHALHUB, Tania e OLIVEIRA, Eloisa Príncipe. O panorama da produção científica de pesquisadores bolsistas do CNPq em Serviço Social. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB 2010**. Rio de Janeiro: IBICT, 2010. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/292/1/PRINCIPEEnancib2010.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CITELI, Maria Teresa. Mulheres na ciência. **Cadernos Pagu** (15), Campinas, 2000, p. 15-38.

CNPQ. **Proposta n. 12/2017**. Disponível em: <http://cnpq.br/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&id=58-84-4788&detalha=chamadaDetalhada&filtro=abertas>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020a.

CNPQ. **Centro de Memória do CNPq**. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/Missao2.html>>. Acesso em: 04 de maio de 2020b.

COLETIVO COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. **Plural** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 26.1, 2019, p. 197-207.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempreviva).

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade & Estado** [online], v. 31, n. 1, 2016, pp.: 99-127.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos PAGU**, Campinas, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo, Boitempo, 2019.

CORRÊA, Mariza. Bourdieu e o sexo da dominação. **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, n. 54, p. 43-53, jul. 1999.

CORREAL, Diana Marcela Gómez. Feminismo y modernidad/colonialidad: entre retos de mundos posibles y otras palabras, In: Y. E. Miñoso, D. G. Correal, K. O. Muñoz (eds.), **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Colombia, Universidad de Cauca, pp 353-369, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**. Vol. 1989: Iss. 1, Article 8, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**. Vol. 43, 1993.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v. 10, n. 1, 2002, pp. 171-189.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília, Unifem, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino superior no octênio FHC**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista hoje – perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword, a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. **Feminist Theory**, vol.9, 2008, p. 67-85.

DUPAS, Pascaline; MODESTINO, Alicia Sasser; NIEDERLE, Muriel; e WOLFERS, Justin. **Gender and the Dynamics of Economics Seminars**. Discussion paper, Stanford University, 2021. Disponível em: <<https://web.stanford.edu/~pdupas/Gender&SeminarDynamics.pdf>>. Acesso em: 05 de fev. de 2021.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Coleção Estudos, 85. 26 ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FLAX, Jane. Pós-Modernismo e as Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FOX, Mary Frank; FONSECA, Carolyn; BAO, Jinghui. Work and family conflict in academic science: Patterns and predictors among women and men in research universities. **Social Studies of Science**. 41(5), 2011, p. 715-735.

FREIRE JR., Olival; CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. Os limites da política de C&T no regime militar - O caso do CNPq e a Operação Retorno. In: **30º Encontro Anual da ANPOCS**, 2006, Caxambu. 30 ANPOCS 2006. São Paulo: ANPOCS, 2006. v. 1.

FREIRE JR., Olival. History of Science and Technology in 20th Century Brazil. **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**. 2020.

GÓIS, João Bosco Hora. Quando raça conta: um estudo das diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, UFSC, 2008, pp.743-768.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista hoje** – perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

GRÜN, Roberto. Conflitos de geração e competição no mundo do trabalho. **Cadernos Pagu**, Unicamp, Campinas, n.13, p.63-107, 1999.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Unicamp, Campinas, 1995.

HARDING, Sandra. Introduction: Is there a Feminist Method?'. In: HARDING, Sandra (ed.). **Feminism & Methodology**. Bloomington: Indiana University Press, 1987, pp.:1-14.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista** – conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. **Em construção**: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência. UERJ, Rio de Janeiro, n. 5, 2019.

HENNING, Carlos. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. In: MARIANO, Silvana Aparecida; MACÊDO, Márcia dos Santos (org.). Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades. **Mediações**. Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, pp. 61-73, 2014.

HIRATA, Helena. O cuidado em domicílio na França e no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26

hooks, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 1995, pp.: 465-477.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019a.

hooks, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

JORNAL DA CIÊNCIA. **Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, ano XXXIII, 782, dez. 2018. Disponível em: http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/wpcontent/uploads/2018/12/JCiencia_782_web.pdf. Acesso em: 08 de maio de 2020.

KELLER, Evelyn Fox. Feminism and Science. IN: KELLER, Evelyn Fox & LONGINO, Helen E, (eds.). **Feminism & Science**, Oxford: Oxford University Press, 1996, pp.:28-40.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, 2006, pp.13-34.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, Cebrap, v. 86, pp. 93-103, 2010.

KERGOAT, Danièle. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables : sexe et classe sociale. In: KERGOAT, Danièle. **Se battre, disent-elles**. Paris: La Dispute, 2012.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e as imbricações das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos**, Cebrap, v. 93, pp. 45-58, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

KYVIK, Svein. Motherhood and scientific productivity. **Social Studies of Science**, vol. 20, 1990.

KYVIK, Svein; TEIGEN, Mari. Child Care, Research Collaboration, and Gender Differences in Scientific Productivity. **Science, Technolog, & Human Values**, vol. 21, n. 1, Oslo, 1996.

LAZREG, Marnia. Decolonizando o feminismo (Mulheres argelinas em questão). In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista hoje** – perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: Crescimento, contraste e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, 2003.

LETA, Jacqueline; MARTINS, F. Docentes pesquisadores na UFRJ: o capital científico de mulheres e homens. In: INEP; SPM. (Org.). **Simpósio "gênero e indicadores da educação superior brasileira"**. 1ed. Brasília: INEP, 2008, v. 1, p. 85-102.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 21, 2013.

LIMA, Betina Stefanello; BRAGA, Maria Lúcia de Santana e TAVARES, Isabel. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. **Revista Gênero**. Niterói, v. 16, n. 1, 2015.

LIMA, Betina Stefanello; LOPES, Maria Margaret e COSTA Maria Conceição da. Programa Mulher e Ciência: breve análise sobre a política de equidade de gênero nas ciências, no Brasil. **Ciencia, tecnologia y género**. I Congresso Iberoamericano. 2016.

LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. Currículo e Gênero: uma articulação urgente. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; PASSOS, Elizete Silva. (Orgs.) **Gênero e Diversidade na Gestão Educacional**. Salvador: UFBA – NEIM, 2011.

LOPES, Maria Margaret; COSTA, Maria Conceição da. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores da História das Ciências. In: MORAES, Maria Lygia Quartim de (Org.). **Gênero nas fronteiras do sul**. Campinas: Unicamp, 2005.

LOPES, Maria Margaret. Feminismos e construções de culturas científicas: a atuação política de Bertha Lutz nas décadas de 1920 e 30. In: VI Jornadas latinoamericanas de estudios sociales de la ciencia y la tecnología, 2006, Bogotá. **VI Jornadas latinoamericanas de estudios sociales de la ciencia y la tecnología**, 2006.

LOPES, Roberto Paulo Machado. Assimetrias de gênero na ciência baiana: uma abordagem institucional. **Revista Binacional Brasil Argentina**. Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, p. 419-450, 2018.

LORDE, Audre. Aprendendo com os anos 1960. In: LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. 1. ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

LORDE, Audre. As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. In: LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. 1. ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista - conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019c.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: **Sou sua irmã: escritos reunidos e inéditos de Audre Lorde**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. 4ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, 2017.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. **Cadernos PAGU**, Campinas, 2000.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista hoje** – perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MACÊDO, Márcia dos Santos. **Na trama das interseccionalidades**: mulheres chefes de família em Salvador. Tese de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia.

MAIA FILHO, Angevaldo Menezes. **Para uma história das mulheres na ciência**: a contribuição de Chien Shiung Wu para a teoria quântica. Dissertação de mestrado. UFBA, 2018 Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26189>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2020.

MARIANO, Silvana Aparecida; MACÊDO, Márcia dos Santos. Desigualdades e interseccionalidades: deslindando a complexa trama das hierarquias e agenciamentos. In: MARIANO, Silvana Aparecida; MACÊDO, Márcia dos Santos (org.). Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades. **Mediações**. Londrina, v. 20, n. 2, p. 11-26, 2015.

MARQUES, Emanuele Souza; MORAES, Cláudia Leite; HASSELMANN, Maria Helena; DESLANDES, Suely Ferreira; e REICHENHEIM, Michael Eduardo. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 36, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020.

MELO, Hildete Pereira; LASTRES, Helena Maria e MARQUES, Teresa Cristina de Novais. Gênero no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. **Revista Gênero**. Niterói, v. 4, n. 2, 2004.

MELO, Hildete Pereira; LASTRES, Helena Maria. Ciência e Tecnologia numa perspectiva de Gênero: o caso do CNPq. In: SANTOS, Lucy Woellner et al. **Ciência, Tecnologia e Gênero**. Desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina: IAPAR, 2006. p.129- 160.

MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, Ligia M. C. S.. **Pioneiras da Ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência, 2006.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e Poder**: histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MENDES, Patrícia Helena Costa et al. Perfil dos pesquisadores Bolsistas de Produtividade Científica em Medicina no CNPq, Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**. Brasília, v. 34, p. 535-541, 2010.

MINELLA, Luzinete Simões. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? **Cadernos PAGU**, Campinas, jan.-jun., p. 95-140, 2013.

MINELLA, Luzinete Simões. Medicina e feminização em universidades brasileiras: o gênero nas interseções. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2017a.

MINELLA, Luzinete Simões. No trono da ciência I: mulheres no Nobel da Fisiologia ou Medicina (1947-1988). **Cadernos de Pesquisa**, v. 7, n. 163, p. 70-93, 2017b.

MINELLA, Luzinete Simões. No trono da ciência II: laureadas com o Nobel na Fisiologia ou Medicina (1995-2015). **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 10, n. 1, p. 85-107, 2017c.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. CNPq. **Bolsas e auxílios vigentes**. 2018. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/bolsistas-vigentes/>. Acesso em: 14 set. 2018.

MOTA, Ana Cláudia de Souza; SILVA JR., Cristiano Alves; MAIA, Jackson Max Furtunato; SILVA FILHO, Alerino dos Reis; e DEL PINO, José Cláudio. **A evolução dos bolsistas de produtividade e de desenvolvimento tecnológico do CNPq**: um estudo de caso para Ciências Ambientais. *Parc. Estrat. Brasília*, v. 23, n. 46, p.135-154, jan-jun, 2018.

MYERS, Kyle R., THAM, Wei Yang, YIN, Yian. *et al* Unequal effects of the COVID-19 pandemic on scientists. **Nature Human Behaviour**, 4, p. 880–883, 2020.

NUNES, João Arriscado. Teoria crítica, cultura e ciência: o(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez.

OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, n. 1, v. 5, 2011.

OLIVEIRA, Adriano de. BIANCHETTI, Lucídio. CNPq: política de fomento à pesquisa nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC). **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 161-182, jan/jun. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10316/9579>>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista hoje – perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

PAREDES, Julieta. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista hoje – perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

PARENT IN SCIENCE. **Produtividade acadêmica durante a pandemia**: efeitos de gênero, raça e parentalidade. 2020. Disponível em: <<http://www.parentinscience.com.br>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2021.

PEÇANHA, Eline G. F. E.; MOREL, Regina. **Gerações Operárias**: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro, n. 17, RBCS, 1991.

ROCHA, Cristina Tavares da Costa; RIAL, Carmen Silvia de Moraes e MINELLA, Luzinete Simões. Gênero e Tecnociência: construções socioculturais. Clepsydra: **Revista de Estudios de Género y Teoría Feminista**. San Cristóbal de La Laguna: Universidad de Laguna, n. 8, 2009.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

ROSSITER, Margaret W. The Matthew Matilda effect in science. **Social studies of science**, v. 23, n. 2, p. 325-341, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina & BRUSCHINNI, Cristina (Org.). **Uma Questão de Gênero**. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992, p.183-215.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Cecília MacDowell dos. Quem pode falar, onde e como? Uma conversa “não inocente” com Donna Haraway. **Cadernos PAGU**, Campinas, 1995.

SANTOS, Suelleng Maria Cunha et al. Perfil dos pesquisadores da Saúde Coletiva no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 19, p. 761-775, 2009.

SANTOS, Natacha Carvalho Ferreira et al. Produtividade em pesquisa do CNPq: análise do perfil dos pesquisadores da Química. **Química Nova**. São Paulo, v. 33, n. 2, p. 489-495, 2010.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. **Revista Gênero**. Niterói, v. 16, n. 2, 2016.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. In: COSTA, Ana Alice Alcântara & SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**, Salvador: Coleção Bahianas, 2002, pp.:89-120.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. In: MARIANO, Silvana Aparecida; MACÊDO, Márcia dos Santos (org.). Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades. **Mediações**. Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, 2015.

SARDENBERG, Cecília M. B.; MINELLA, Luzinete Simões. Apresentação. In: SARDENBERG, Cecília M. B.; MINELLA, Luzinete Simões. **Gênero e ciências: mulheres em novos campos**. Coleção Bahianas. Salvador: UDUFBA, ed. 1, 2016.

SARDENBERG, Cecília M. B. Revisitando o campo: autocrítica de uma antropóloga feminista. In: SARDENBERG, Cecília M. B.; MINELLA, Luzinete Simões. **Gênero e ciências: mulheres em novos campos**. Coleção Bahianas. Salvador: UDUFBA, ed. 1, 2016.

SARDENBERG, Cecília M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**. Brasília, v.11 n.2, p.15-29, jan./jun. 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**, vol.26, n.91, Campinas, 2005.

SCAVONE, Lucila. O feminismo e Michel Foucault: afinidades eletivas?. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (Orgs.). **O legado de Foucault**. São Paulo, EDUNESP/FAPESP, 2006. p. 81-99.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 16, n.1, 2008.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: Ed. da USC, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SEDEÑO, Eulalia Pérez. Institucionalización de la ciencia, valores epistémicos y contextuales: un caso ejemplar. **Cadernos Pagu**, v. 15, pp. 77-102, 2000.

SPADE, Joan Z.; VALENTINE, Catherine G. (Eds.). *The kaleidoscope of gender*. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press; Londres: Sage Publications, 2nd ed., 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 133p., 2010 [1985].

SMITH, Dorothy. A perspectiva das mulheres como uma crítica radical à sociologia. (Women's Perspective as a Radical Critique of Sociology), In: HARDING, S. (ed.). **Feminism & Methodology**. Bloomington, Indiana: Open University Press, 1987.

TAVARES, Isabel. A participação feminina na pesquisa: presença das mulheres nas áreas do conhecimento. In: RISTOFF Dilvo et al. (Orgs.). **Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira**. Brasília: INEP, 2008. p. 31-62.

TOSI, Lucia. Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. **Cadernos Pagu**, v. 10, pp. 369-397, 1998.

UFBA. Ações afirmativas, 15 anos: levantamento inédito aponta que metade dos servidores são negros. **Edgardigital**. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019. Disponível em: <<http://www.edgardigital.ufba.br/?p=14302>>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista brasileira Epidemiologia**, vol.23, Rio de Janeiro, 2020.

VIEIRA-DA-SILVA, Lúgia Maria. **O campo da saúde coletiva: gênese, transformações e articulações com a Reforma Sanitária Brasileira**. Salvador/Rio de Janeiro: EDUFBA; FIOCRUZ, 2018.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o *habitus*. **Educação & Linguagem**, ano 10, n. 16, jul-dez., p. 63-71, 2007.

WACQUANT, Loïc. *Habitus*. In: CATANI, Afrânio Mendes *et al.* **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

WRIGHT, Sonia J.; SILVA, Salete M. Deputadas baianas eleitas em 2014: afinidades, potencialidades e desafios. In: DIAS, Alfrancio F. *et al.* (Orgs.). **Gêneros, feminismo, poderes e políticas públicas: investigações Contemporâneas**. (2016), v. 01, GT 08 – Feminismo, política e poder, pp. 2616-2627.

ANEXOS

ANEXO I

Questionário

Nome
Principal(is) área(s) de atuação
Local de nascimento Se veio de fora de Salvador, com que idade?
Raça/etnia
Estado civil
Possui filhos/as e/ou dependentes? Caso não possua filhos/as ou dependentes: - Não ter filhos passa por questões pessoais ou está diretamente relacionada à profissão, à carreira acadêmica? Caso possua filhos/as ou dependentes: - qual(is) o(s) ano(s) de nascimento e o(s) momento(s) na carreira em que nasceu(ram)? - houve auxílio no cuidado durante a primeira infância (avós, irmãos/irmãs, creche, trabalhador/a doméstico/a)? - a ajuda no cuidado foi fundamental para a continuidade da carreira acadêmica? - esses filhos seguiram ou pretendem seguir a carreira acadêmica? Fazem ou possuem mestrado/doutorado?
Bairro de residência
Cidade/Bairro de residência na infância
É a primeira pessoa a concluir nível superior na família?
Maior diploma e profissão dos genitores e avós
Possui familiar(es), ascendentes, descendentes ou colaterais, na carreira acadêmica? Se sim, qual(is) e em que(quais) área(s)?

Exerceu alguma atividade remunerada diferente de estágio durante a faculdade?
Grupos de pesquisa aos quais está vinculada
Qual é o seu principal projeto de pesquisa?
Esse projeto está articulado a outro maior, coordenado por outros/as pesquisadores? Participa de rede de pesquisa?
Qual sua jornada semanal de trabalho como pesquisadora?
Em que ano recebeu, pela primeira vez, a bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq? Houve tentativas anteriores?
Quais ganhos e quais ônus pôde identificar com o recebimento da bolsa?
Com que frequência trabalha aos fins de semana e nas férias?
Sua raça ou etnia é um fator relevante em sua carreira enquanto pesquisadora?
Ser mulher impacta na sua carreira enquanto pesquisadora? Justifique.
Sua idade é um fator relevante na sua carreira?
Em sua área de atuação, interage com outras mulheres pesquisadoras? Considera que são muitas, suficientes ou poucas?
Em que momento da sua carreira você começou a obter mais reconhecimento?
É membro de alguma associação científica? Já recebeu prêmio ou homenagem por seu trabalho como pesquisadora?

ANEXO II

Roteiro de entrevistas

1. Falar sobre infância. Direcionar para questões estruturais da pesquisa
 - a. Cidade de nascimento
 - b. Quantidade de irmãos
 - c. Profissão dos pais e dos avós. Possivelmente nacionalidade.
 - d. Idade dos pais
 - e. Fluxo migratório
2. Em qual escola você estudou? Como essa escola era considerada no contexto da cidade e da época?
 - a. Era pública ou privada?
3. Quando decidiu fazer curso superior? Já era previsto, como foi a escolha do curso.
4. Com quantos anos você se formou? Fez pesquisa durante a graduação? Trabalhou ou fez estágio remunerado?
5. Por que a decisão de fazer pós-graduação? Quais foram os fatores e as pessoas que lhe fizeram optar por sua área de formação?
 - a. Ajustar para professoras que não ingressaram já com doutorado. Inverter a ordem com itinerário da carreira. Relacionar esses casos com a progressão da carreira.
6. Qual foi o itinerário da carreira até o ingresso da UFBa?
7. Ingressar e construir uma carreira científica era algo esperado por seus/suas familiares e amigos/as?
 - a. Como você acha que sua família e amigos veem o seu trabalho?
8. Como você avalia o contexto histórico e político de quando ingressou na carreira científica?
 - a. Direcionar a pergunta a partir do ano de ingresso.
9. Quais características suas foram/são importantes para o desenvolvimento de sua carreira como pesquisadora?
10. Que lugar ocupa o trabalho em sua vida? O quanto ele interfere nas (ou transversaliza as) outras esferas da sua vida?
11. Como é o seu trabalho no cotidiano? Fale sobre suas atividades rotineiras.
12. Que critérios são utilizados por você ao delinear os seus projetos de pesquisa?

13. Quando (com quantos anos) você começou a obter mais reconhecimento enquanto pesquisadora?
 - a. Tentar explorar o processo em torno disso
14. Como é ser pesquisadora na UFBa?
 - a. Desenvolver para explorar a comparação outras instituições e com outras regiões do país.
 - b. Embora a UFBa goze de relativo prestígio no cenário nacional, está fora (numa posição periférica) do eixo sul/sudeste, onde se concentram as instituições e revistas mais conceituadas do país. Como é ser pesquisadora de uma Instituição no Nordeste?
15. Quanto ao cenário internacional, o que é ser uma pesquisadora brasileira?
 - a. Explorar a experiência no exterior. Quais instituições principais, compreender as relações de interesse da pesquisa.
16. Como foi o processo de obtenção da bolsa PQ?
 - a. Por que escolheu tentar
 - b. Houve apoio de colegas?
 - c. Teve alguma negativa?
 - d. Quantas vezes você pleiteou a bolsa PQ antes de ser contemplada?
17. Que avaliação você fazia do contexto de oferta e demanda de bolsas quando foi contemplada?
18. Em quais situações na sua carreira se sentiu preterida? Como foi lidar com isso?
19. No seu ambiente de trabalho há mais homens ou mais mulheres?
 - a. Apresente uma proporção aproximada.
 - b. Você se relaciona melhor com seus colegas homens ou mulheres?
 - c. De que modo o fato de ser mulher interfere no seu trabalho e nas relações de trabalho vivenciadas por você? Você se lembra de ter testemunhado expressões de conotação sexista/racista/etarista no seu ambiente de trabalho?
20. Como é a relação dentro do departamento? Há o mesmo tipo de expectativa entre homens e mulheres? Mesmas atribuições?
21. Você considera que suas relações pessoais foram afetadas pela sua carreira?

Para docentes que perderam a bolsa, incluir:

- a. Como foi a experiência como bolsista PQ?
- b. Foi bolsista por quantos anos?
- c. A quais fatores atribui a perda da bolsa?